AMM

Jornal Oficial dos Municípios

Associação Mato-grossense dos Municípios - Ano V - Nº 1007 - Quarta - Feira 07 de Julho de 2010

Poder Executivo Municipal

Prefeitura Municipal de Alto Araguaia

RELAÇÃO DE ADITIVOS CONTRATUAIS JUNHO/2010

Primeiro termo aditivo ao contrato 012/2010
Contratada: João Inácio Fraga Filho
Objeto: locação de um imóvel situado na Rua Dr. José Morbeck, nº. 310, Centro, Alto Araguaia – MT, visando à instalação da Unidade de Superintendência de Fiscalização de Transportadoras em nosso Município
Da alteração: Fica alterada a destinação do objeto para "visando à instalação da Secretaria de Promoção e Assistência Social desta Prefeitura Municipal"
Data: 01/06/2010

Primeiro termo aditivo ao contrato 097/2010
Contratada: G B de Carvalho & Cia ltda ME
Objeto: Transporte Escolar dos alunos da Zona Rural para a escola Patrocínio Joaquim Dias (Região do Paraíso) com um trajeto de ida/volta todos os dias de segunda a quinta-feira, percorrendo 140 KM/Dia, por um período de 40 (quarenta) dias trabalhados
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais) a partir desta data.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 10 dias trabalhados a partir do seu vencimento extinguindo-se em 29/06/2010
Data: 10/06/2010

Primeiro Termo aditivo ao contrato 109/2010
Contratado: Wanderley Oliveira Fraga
Objeto: Contratação de Arquiteto e Urbanista para Elaboração do Partido Urbanístico e Projeto de Urbanização constando: arruamentos, áreas de reserva ambiental obrigatória, área de utilidade pública, lotes, quadras, quadras das áreas e lotes e desmembramentos de área de terra de propriedade desta municipalidade com 128.446,38 m², registrada no CRI de Alto Araguaia sob o nº 4.026
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 60 dias a partir desta data extinguindo-se em 14/08/10
Data: 14/06/2010

Primeiro termo aditivo ao contrato 126/2010
Contratado: Construtora R4 ltda
Objeto: Contratação de empresa para construção da casa de apoio ao turista
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 745,24 (setecentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos)
Data: 02/06/2010

Primeiro termo aditivo ao contrato 127/2010
Contratada: Construtora Vipps ltda
Objeto: Drenagem pluvial e pavimentação asfáltica tipo TSD no bairro Vila Aeroporto IV.
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 61.298,90 (sessenta e um mil duzentos e noventa e oito reais e noventa centavos).
Data: 22/06/2010

Primeiro termo aditivo ao contrato 128/2010
Contratada: Construtora Vipps ltda
Objeto: Drenagem pluvial e pavimentação asfáltica tipo TSD no bairro Nossa Senhora Aparecida.
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 29.826,84 (vinte e nove mil oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos)
Data: 22/06/2010

Segundo termo aditivo ao contrato 193/2009
Contratada: Dimaq – Campotrat Cuiabá Comercial ltda
Objeto: Aquisição de peças para manutenção de veículos e maquinários desta prefeitura
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 01/06/2010 devido a existência de saldo remanescente no lote 01 (Aquisição de peças para utilização no motor estacionário do Hospitala Municipal) desta contratação extinguindo-se em 01/12/2010
Data: 01/06/2010

Segundo termo aditivo ao contrato 195/2009
Contratada: Imporcate Comércio de Peças para Tratores ltda
Objeto: Aquisição de peças para manutenção de veículos e maquinários desta prefeitura
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 (cinco) meses a partir de 01/06/2010 extinguindo-se em 01/11/2010.
Data: 01/06/2010

Segundo termo aditivo ao contrato 202/2009
Contratada: Rogério Garcia Celestino - ME
Objeto: Aquisição de materiais de processamento de dados, equipamentos de informática e serviço de recarga de Tonners para diversas secretarias desta prefeitura.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 01/06/2010 extinguindo-se em 01/11/2010 para a entrega dos seguintes materiais:
Lote 12: Materiais de Processamento de Dados para a creche Izoldina de Castro Maia;
Lote 13: Materiais de Processamento de Dados para as Escolas Municipais;
Lote 15: Equipamentos de Informática para a Secretaria de Administração
Data: 01/06/2010

Segundo termo aditivo ao contrato 235/2009
Contratada: N A da Silva & Cia ltda
Objeto: Aquisição de materiais elétricos para diversos veículos de diversas secretarias desta prefeitura

Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 04 meses a partir do seu vencimento extinguindo-se em 01/09/2010, prorrogável nos termos da lei
Data: 30/04/2010

Segundo termo aditivo ao contrato 251/2009
Contratada: União Hospitalar de Mineiros ltda
Objeto: Prestação de serviços de Assistência Médico-Hospitalar conforme os quantitativos da Tabela da AMB/92 (Associação Médica Hospitalar/ 1992), no valor de R$ 0,35 (Trinta e cinco centavos) por CH (Coeficiente Hospitalar) e Valores da Tabela do ANEXO I
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a prestação dos serviços a que se refere este contrato.
Data: 24/06/2010

Terceiro termo aditivo ao contrato 256/2009
Contratada: N A da Silva & Cia ltda
Objeto: Aquisição de peças para a manutenção de veículos de diversas secretarias desta prefeitura
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 03 (três) meses a partir de 01/07/2010 extinguindo-se em 01/10/2010
Data: 30/06/2010

Segundo termo aditivo ao contrato 263/2009
Contratada: Leônidas Teixeira dos Santos
Objeto: Prestação de serviços, oriundo do processo de Inexigibilidade 008/2009 e Processo de Credenciamento 004/2009 cujo objeto trata-se de prestação de serviços odontológicos em extração, tratamento endotôntico, prótese parcial, coroa metalo cerâmica e núcleo de preenchimento metálico fundido atendendo os casos não realizados nos Centros de Saúde
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 06 meses extinguindo-se em 06/11/2010
Data: 22/06/2010

Setor de Licitações // Renata Fermino de Oliveira // Presidente CPL
Alto Araguaia 07/07/2010

CONTRATOS CELEBRADOS EM JUNHO DE 2010.

Contrato: 135/2010
Contratada: Carmed Emergências Médicas ltda ME
Objeto: Contratação de serviço para remoção de pacientes do SUS em UTI Móvel Classe "D" e Neonatal
Prazo: Inicia-se a partir da expedição da ordem de serviço indo até 31/12/2010.
Valor: R$ 245.430,50 (Duzentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta reais e cinquenta centavos),
Data: 09/06/2010

Contrato: 136/2010
Contratada: Vivo SA.
Objeto: Prestação de Serviços Móvel Pessoal, compreendido na área de serviço da prestadora, mediante a cessão de uso de 15 (quinze) aparelhos em comodato, conforme especificações técnicas detalhadas no Anexo I - Termo de Referência da Inexigibilidade nº 005/2010
Prazo: 07 meses.
Valor: R$ 11.760,00 (Onze mil setecentos e sessenta reais)
Data: 10/06/2010

Contrato: 137/2010
Contratada: N A da Silva & Cia ltda ME,
Objeto: Contratação de serviço para reparos no motor e bomba injetora da Patrol 120 B e da Pá Carregadeira WA/180, com fornecimento de peças.
Prazo: 40 dias.
Valor: R$ 33.895,23 (Trinta e Três Mil Oitocentos e Noventa e Cinco Reais e Vinte e Três Centavos)
Data: 14/06/2010

Contrato: 138/2010
Contratada: Construtora Vipps ltda,
Objeto: Recuperação de 22,23 km de estrada vicinal, no padrão alimentadora, no PA Gato Preto.
Prazo: 240 dias.
Valor: R$ 616.912,79 (Seiscentos e dezesseis mil novecentos e doze reais e setenta e nove centavos)
Data: 21/06/2010

Contrato: 139/2010
Contratada: E A Alves Comunicação ME
Objeto: Contratação de *show* artístico com o Cantor AMADO BATISTA, a realizar-se a partir das 23:00 horas do dia 04/09/2010, com uma duração mínima de 2 (duas) horas, no Município de Alto Araguaia, por ocasião da abertura dos XIV Festival Náutico e XII Festival Cultural.
Prazo: Show a ser realizado no dia 04/09/2010.
Valor: R$ 136.231,40 (Cento e trinta e seis mil duzentos e trinta e um reais e quarenta centavos)
Data: 21/06/2010

Contrato: 140/2010
Contratada: MR Transporte e Serviços ltda
Objeto: Contratação de *show* artístico com o Grupo NENHUM DE NÓS, a realizar-se a partir das 23:00 horas do dia 05/09/2010, com uma duração mínima de 2 (duas) horas, no Município de Alto Araguaia, por ocasião da abertura dos XIV Festival Náutico e XII Festival Cultural.
Prazo: Show a ser realizado no dia 05/09/2010.
Valor: R$ 68.977,00 (Sessenta e oito mil novecentos e setenta e sete reais)
Data: 22/06/2010

Contrato: 141/2010
Contratada: W. R. Arrais
Objeto: Contratação de show artístico com a dupla MATOGROSSO E MATHIAS, a realizar-se a partir das 23:00 horas do dia 03/09/2010, com uma duração mínima de 2 (duas) horas, no Município de Alto Araguaia, por ocasião da abertura dos XIV Festival Náutico e XII Festival Cultural
Prazo: Show a ser realizado no dia 03/09/2010.
Valor: R$ 73.703,00 (Setenta e três mil setecentos e três reais)
Data: 22/06/2010

Contrato: 142/2010
Contratada: Betania Borges Mariano Berigo ME
Objeto: Aquisição de Cartucho de Jato de Tinta, Cartucho de Tonner e Serviço de Recarga para as Secretarias desta prefeitura.
Prazo: 06 meses extinguindo-se em 31/12/2010.
Valor: R$ 49.920,00 (Quarenta e nove mil novecentos e vinte reais)
Data: 23/06/2010

Contrato 143/2010
Contratada: Construtora Vipps ltda
Objeto: Reforma do Ginásio de Esportes Samitão e/ou construção de vestiários no mini estádio da Vila Aeroporto
Prazo: 150 dias a partir da expedição da ordem de serviço
Valor: R$ 211.273,23 (duzentos e onze mil e duzentos e setenta e três reais e vinte e três centavos)
Data: 25/06/2010

Setor de Licitações // Renata Fermino de Oliveira // Presidente CPL
Alto Araguaia 07/07/2010

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai

LEI Nº 262/2010, de 10 de Junho de 2.010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir por compra, para instalação de Distrito Industrial, lote urbano, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **o SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por compra, um lote urbano, com área total de 4 (quatro) hectares, no perímetro urbano do Município de Alto Paraguai, no loteamento denominado Loteamento Chaves, avaliado em R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único – O memorial descritivo da área a ser desmembrada é parte integrante desta Lei, configurando o Anexo I.

Art. 2º. Fica destinado o lote mencionado na presente Lei, para a implantação do Distrito Industrial do Município de Alto Paraguai.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 10 de junho de 2010.

Adair José Alves Moreira
Prefeito Municipal

Lei Nº 261/2010, de 10 de Junho de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convenio e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **o SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convenio com a COOPVAP – Cooperativa do Vestuário de Alto Paraguai.

Parágrafo único – O objeto do convenio a ser assinado é o incentivo a produção industrial, geração de emprego e renda, promovidos pela Cooperativa.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar um repasse mensal no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Art. 3º. O Convenio será firmado de acordo com os termos elencados no anexo I desta Lei, Minuta do Convenio.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 10 de junho de 2010.

Adair José Alves Moreira
Prefeito Municipal

Lei Nº. 260/2010, de 10 de Junho de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar doação de bens móveis, instalação de 02 (duas) linhas telefônicas e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar doação de bens móveis, de propriedade do Município ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso – TRE/MT e instalação de 02 (duas) linhas telefônicas.

§1º – Os bens móveis a que se refere o caput deste artigo é um Computador de Mesa, tipo PC, um Aparelho de Ar Condicionado de 7.500 Btus, um Balcão, Mesa e Cadeiras.

§ 2º - Os objetos de doação desta lei, as linhas telefônicas a serem instaladas serão cedidos a titulo de empréstimo para o Posto de Alistamento Eleitoral do Município de Alto Paraguai-MT.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 10 de junho de 2010.

Adair José Alves Moreira
Prefeito Municipal

LEI N.º 259/2010

"Dispõem Sobre a Autorização para Abertura de Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências"

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai- MT – Senhor **Adair José Alves Moreira,** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Especial no valor de R$ 299.844,00 (Duzentos e Noventa e Nove Mil, Oitocentos e Quarenta e Quatro Reais) para atender a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, cuja dotação não foram previstas no orçamento inicial de 2010, conforme discriminado abaixo:

Art. 2º - Nos Quadros Demonstrativos da Despesa constantes da Lei N.º 233/2009 -Lei Orçamentária Anual do exercício de 2010, Secretaria Municipal de Administração e Finanças, fica criado a rubrica conforme abaixo relacionados;

Órgão: 03– Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 007 – Departamento de Tributos
Função: 04 - Administração
Sub-Função: 123– Administração Financeira
Programa: 0008 – Administração Financeira
Projeto/Atividade: 1068– PMAT- Programa de Modernização da Administração Tributária

Elemento de Despesa:

4490350000 - Serviços De Consultoria	R$	60.100,00
4490360000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	R$	11.844,00
4490390000- Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	R$	50.000,00
4490510000- Obras e Instalações	R$	35.000,00
4490520000- Equipamento E Material Permanente	R$	142.900,00
TOTAL	R$	**299.844,00**

Art. 3º - Para cobrir os créditos abertos no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, III da Lei 4.320/64, os resultantes da anulação total ou parcial das dotações abaixo discriminadas:

Órgão: 03– Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 007 – Departamento de Tributos
Função: 04 - Administração
Sub-Função: 123– Administração Financeira
Programa: 0008 – Administração Financeira

RUA TIRADENTES Nº 40 - CENTRO CEP 78.410-000 ALTO PARAGUAI-MT FONE: 65-3396-1468 / 1607
www.altoparaguai.mt.gov.br e-mail: prefaltoparaguai@ibest.com.br

Projeto/Atividade: 1014– Reestruturação do Setor Tributário
Elemento de Despesa:

4490.51.0000 – Obras e Instalação	R$	10.000,00
449052.0000 - Equipamentos e Materiais Permanentes	R$	37.000,00
Total	**R$**	**47.000,00**

Projeto/Atividade: 2025– Reestruturação do Setor Tributário
Elemento de Despesa

339030.0000- Material de Consumo	R$	10.000,00
339036.0000- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	R$	5.000,00
339039.0000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$	5.000,00
Total	**R$**	**20.000,00**

Órgão: 04– Secretaria Municipal de Infra Estrutura
Unidade: 002 – Departamento de Viação, Obras e Serv. Público
Função: 26 - Transporte
Sub-Função: 782– Transporto Rodoviário
Programa: 0012 – Reestruturação da Malha Viária
Projeto/Atividade: 1026– Aquisição de Caminhão e Máquinas Pesadas

Elemento de Despesa
449052.0000 - Equipamentos e Materiais Permanentes.....R$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 2028– Manutenção com Setor de Transporte
Elemento de Despesa
319011.0000- Vencimentos e Vantagens Fixas.....R$ 30.000,00

Órgão: 06– Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 002 – Departamento de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 304– Vigilância Sanitária
Programa: 0030– Incentivo as Ações Básica de Vigilância Sanitária
Projeto/Atividade: 1044– Aquisição de Caminhão para coleta de lixo
Elemento de Despesa
449052.0000 - Equipamentos e Materiais Permanentes.....R$ 50.000,00

Unidade: 004 – Pronto Atendimento
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 302– Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 0034– Reestruturação do Sistema de Saúde do Município
Projeto/Atividade: 2062– Aquisição de Materiais e Equipamentos para Pronto Atendimento

Elemento de Despesa

339030.0000 – Material de Consumo	R$	10.000,00
449052.0000 - Equipamentos e Materiais Permanentes	R$	10.000,00
Total	R$	20.000,00

RUA TIRADENTES Nº 40 - CENTRO CEP 78.410-000 ALTO PARAGUAI-MT FONE: 65-3396-1468 / 1607
www.altoparaguai.mt.gov.br e-mail: prefaltoparaguai@ibest.com.br

Órgão: 07– Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 002 – Departamento de Ação Social
Função: 16 - Habitação
Sub-Função: 402– Habitação Urbana
Programa: 0039– Assistência a População Carente
Projeto/Atividade: 1067– Construção de Casas Populares
Elemento de Despesa
449051- Obras e Instalações.....R$ 30.000,00

Órgão: 08– Secretaria Municipal de Agricultura, Desenv. Econômico e Meio Ambiente
Unidade: 002 – Departamento de Agricultura, Desenv. Econômico
Função: 20- Agricultura
Sub-Função: 605– Abastecimento
Programa: 0040– Abastecimento Alimentar
Projeto/Atividade: 1058– Construção de Feira Municipal do Produtor

Elemento de Despesa
449051.0000 – Obras e Instalação.....R$ 30.000,00

Programa: 0041– Assistência aos pequenos Produtores
Projeto/Atividade: 1059– Aquisição de Caminhão para atender Pequenos Produtores

Elemento de Despesa
449052.0000 – Equipa,mentos e Materiais Permanentes.....R$ 22.844,00

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alto Paraguai-MT, 01 de Junho de 2010.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA
Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2010

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados o RESULTADO DO PREGÃO 022/2010, tipo "Menor Preço por Item", cujo objetivo foi: **Aquisição de Pneus, para atender as necessidades da frota municipal da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, conforme anexo I.** Onde sagrou-se vencedora a Empresa PNEUS VIA NOBRE, CNPJ: 01.976.860/0028-48 dos itens 01, 02, 04, 05, 06, 08, 11, 12, 13, 15, 16, 17 e 19 somando um montante de R$ 70.702,00 (Setenta mil, setecentos e dois reais) e a Empresa AGUILERA AUTO PECAS LTDA, CNPJ: 37.525.771/0001-02 se sagrou vencedora dos itens 03, 07, 10, 14, 18, 20, 21, 22 e 23 somando um montante de R$ 13.260,00 (Treze mil, duzentos e sessenta reais).

Alto *Paraguai - MT, 24 de junho de 2010.*

LAURO JOSNEY CORRÊA
PREGOEIRO

Prefeitura Municipal de Apiacás

Errata:

Dispõe sobre a correção de erro na publicação da edição de 30 de JUNHO de 2010 página 4,

Onde se lê:

"LEI MUNICIPAL Nº 654/2010, DE 01 DE JULHO DE 2010".

"em, 01 de Julho de 2010".

Deve-se ler:

LEI MUNICIPAL Nº 654/2010, DE 30 DE JUNHO DE 2010.

Em 30 de Junho de 2010.

Onde se lê:

"LEI MUNICIPAL Nº 655 DE 01 DE JULHO DE 2010".

Em 01 de Julho de 2010.

Deve-se Ler:

LEI MUNICIPAL Nº 655 DE 30 DE JUNHO DE 2010.
Em 30 de Junho de 2010.
Onde se lê:
"LEI COMPLEMENTAR Nº 053 DE 01 DE JULHO DE 2010".
Em, 01 de Julho de 2010.
Deve-se ler:
"LEI COMPLEMENTAR Nº 053 DE 30 DE JUNHO DE 2010".
Em, 30 de Junho de 2010.
A Lei Municipal publicada na pagina 03, na data de 30 de Junho, sob o nº 653, foi publicada indevidamente.

Prefeitura Municipal de Araguainha

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2010

O Município de Araguainha – MT, torna público aos interessados o resultado da licitação realizada no dia **06 / 07 / 2010**, às **11**h**15**min (Horário de Brasília), na sede da Prefeitura, à Av. Couto Magalhães, nº. 120 – Centro, licitação na modalidade **PREGÃO PRESNCIAL Nº. 004/2010**, que tem por objeto: **Aquisição de Unidade Móvel – Ambulância**, conforme especificações contidas no Anexo do Edital. Tendo por Vencedor(a) do certame a empresa **FLAVIO ANTONIO VEIGA COMERCIO E SERVIÇOS**, ofertando o Valor Final de **R$ 83.000,00 (Oitenta e Três Mil Reais)**.

Araguainha – MT, 06 de Julho de 2010.

JOSE CARLOS NAVES GONÇALVES
Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de Cocalinho

PORTARIA N.º 14/2010

"Dispõe sobre a concessão do benefício **Aposentadoria Por Idade** ao servidor Sr. **Moises Beraldo Da Silva**."

O Prefeito do Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei n.º 504 de Outubro de 2005, que rege a previdência municipal, art. 69 da Lei Municipal n.º 56/1991, que dispõe sobre estatuto do servidor público do município, anexo I, tabela I, da Lei Municipal n.º 488/2005, que institui nova estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Cocalinho e Decreto Municipal nº 514/2010 que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de Janeiro de 2010;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por Idade,** ao servidor Sr. **Moisés Beraldo Da Silva**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 466528 e do CPF n.º 036.980.841-04, residente e domiciliado neste município, servidor Efetivo, no cargo Fiscal De Tributos, nível "IV", salário base "10 anos", lotado na Divisão De Arrecadação, devidamente matriculado sob o nº 100027, com proventos Proporcionais, conforme processo administrativo do PREVI-COCALINHO, n.º **2010.02.0004P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

COCALINHO - MT, 01 de julho de 2010.

LUIZ HENRIQUE DO AMARAL
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Cáceres

DECRETO Nº 97-A
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados para comporem a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC:

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo:
Titular: Luiz Mário Ambrósio Curvo
Suplente: Claudionor Duarte Corrêa

Secretaria Municipal de Governo:
Titular: José de Souza Brandão
Suplente: Adilson Domingos dos Reis

Secretaria Municipal de Ação Social:
Titular: Denise Maria de Oliveira Carvalho
Suplente: Antonio Alves Ludgério

Secretaria Municipal de Educação:
Titular: José Bento da Luz
Suplente: Dimas Santana de Souza Neves

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:
Titular: Wilson Massahiro Kishi
Suplente: Joaquim Francisco da Costa Neto

Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Josué Valdemir de Alcântara
Suplente: Arlene Janissara de Oliveira

Câmara Municipal de Cáceres:
Titular: Celso Fanaia Teixeira
Suplente: Alvasir Ferreira de Alencar

Lions Club de Cáceres:
Titular: Délcio Félix Dutra
Suplente: José de Brito

Rotary Club Cáceres Pantanal:
Titular: Wagner João Pousan
Suplente: Ladice Trindade Silva

Rotary Club de Cáceres:
Titular: Valdiney Félix de Macedo
Suplente: Francisco Balduíno Junior

União Cacerense das Associações de Moradores – UCAM:
Titular: Nilson Magalhães
Suplente: Valdir Lima Andrade

Sesi Clube:
Titular: Marcos Antonio Pegaiani
Suplente: Alessandro Barros

3ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB:
Titular: Gaspar Schmidt
Suplente: Crhistian

2° Batalhão de Fronteira de Cáceres:
Titular: Major Getulio Sena do Rego Filho

2ª Companhia Independente de Bombeiro Militar:
Titular: Major Ramão Correa Barbosa
Suplente: Sargento Amaurício da Cunha Souza

Marinha
Titular: Nilomar Marques da Cunha

Polícia Militar
Titular: 2° Tenente PM João Fernando de Souza Assunção

Cruz Vermelha Cáceres
Titular: Jair Aparecido da Silva

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 11 de fevereiro de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 11.02.10
DECRETO Nº. 112
DE 19 DE FEVEREIRO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

ART. 1º - Exonerar a pedido, o Senhor **HAMILTON LOBO MENDES**, do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Governo da Prefeitura Municipal de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de fevereiro de 2010.
TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres
Afixado em: 19.02.2010

DECRETO Nº 114
DE 19 DE FEVEREIRO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o **Major RAMÃO CORREA BARBOSA**-2ª Companhia Independente de Bombeiro Militar, como Coordenador da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de fevereiro de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 19.02.10

DECRETO Nº. 160
DE 15 DE MARÇO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e,

R E S O L V E:

ART.1º-Exonerar, o Senhor **ELIAS FREDERICO ALVES,** do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura da Prefeitura Municipal de Cáceres, a partir desta data.

ART.2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de março de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres
Afixado em 15.03.2010.

Decreto nº. 167
De 18 de MARÇO de 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do processo sob Protocolo Geral nº. 6506, de 15 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º-Conceder a servidora **ROSIMEIRE CRISTINA PEREZ**, Professora Licenciada em Letras, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 120 (cento e vinte) dias de Licença Gestante, de acordo com o Artigo 91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Artigo 7º, Inciso XVIII, da Constituição Federal, a partir de 03 de março de 2010.

Art.2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de março de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres
Afixado: 18.03.10

DECRETO Nº. 169
DE 23 DE MARÇO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação de Técnica de Nível Médio, por prazo determinado, para a Secretaria Municipal de Ação Social, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e considerando ainda o disposto no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, Art. 96, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 2.179 de 20 de maio de 2009, e

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral nº. 5433, de 02 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração,

R E S O L V E:

Art.1º- Contratar, por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma da Lei e com vínculo previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27/11/97, a senhora **ROSANA DA CRUZ ALVES,** técnica de nível médio para compor o quadro da equipe técnica das ações de apoio à Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, período de 02.03.2010 a 31.12.2010.

Art.2º- As despesas decorrentes deste Decreto correrão a conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de março de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em : 23.03.2010

DECRETO Nº. 181
DE 24 DE MARÇO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que consta do processo sob Protocolo Geral nº. 6462, de 15 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração,

R E S O L V E:

ART.1º - Exonerar a pedido, o Senhor **MARCOS AURÉLIO ARAUJO DE SOUZA,** Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15 de março de 2010.

ART.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de março de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 24.03.2010
.
DECRETO Nº. 191
DE 30 DE MARÇO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 6757, de 17 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º- Conceder a servidora **MARIA DO SOCORRO MESSIAS RODRIGUES –** Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, 03 (três) meses de Licença Prêmio, nos termos do Artigo 101 da Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e Artigo 40 Inciso I da Lei Complementar nº. 48 de 05.09.03, a partir de 17 de maio de 2010.

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de março de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 30.03.10

DECRETO Nº. 192
DE 30 DE MARÇO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 6801, de 18 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

R E S O L V E:

ART. 1º - Nomear em consonância com o regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através da PREVI-CÁCERES – Lei Complementar nº. 62 de 12.12.05, a senhora **ALINE PEREIRA DUTTON,** aprovada no Concurso Público de Provas e Títulos, homologado pelo Decreto Nº. 460 de 04 de julho de 2008, para exercer suas funções de Assistente Administrativo, 40 horas, na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer da Prefeitura Municipal de Cáceres, a partir de 19 de março de 2010.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de março de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres
Afixado em: 30.03.2010

DECRETO Nº. 197
DE 30 DE MARÇO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 6944, de 19 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

R E S O L V E:

ART. 1º - Nomear em consonância com o regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através da PREVI-CÁCERES – Lei Complementar nº. 62 de 12.12.05, a senhora **LILIA MONICA DE ANDRADE GONZAGA,** aprovada no Concurso Público de Provas e Títulos, homologado pelo Decreto Nº. 460 de 04 de julho de 2008, para exercer suas funções de Assistente Administrativo, 40 horas, na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Cáceres, a partir de 22 de março de 2010.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de março de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres
Afixado em: 30.03.2010
DECRETO Nº. 198
DE 30 DE MARÇO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 6899, de 19 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear em consonância com o regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através da PREVI-CÁCERES – Lei Complementar nº. 62 de 12.12.05, o senhor **DEMIS ROGÉRIO RODRIGUES COSTA,** aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos, homologado pelo Decreto Nº. 460 de 04 de julho de 2008, para exercer suas funções de Assistente Administrativo, 40 horas, na Secretaria Municipal de Governo da Prefeitura Municipal de Cáceres, a partir de 22 de março de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de março de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 30.03.10

DECRETO Nº. 201
DE 30 DE MARÇO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do processo sob Protocolo Geral nº. 6721, de 17 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhora **SELMA DE ALBUQUERQUE RODRIGUES-** Professora Licenciada em Pedagogia, para responder pela Coordenação Pedagógica da Escola Municipal "União e Trabalho", no período de 10/02/2010 a 22/12/2010.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

.Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de março de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 30.03.2010
DECRETO Nº. 203
DE 05 DE ABRIL DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que consta do processo sob Protocolo Geral nº. 6763, de 17 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração,

R E S O L V E:

ART. 1º - Rescindir a pedido, o Contrato de Trabalho de **SHIRLEY PENA DE SOUZA,** Professora Licenciada em Pedagogia com Docência, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de março de 2010.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 05.04.2010
DECRETO Nº. 204
DE 05 DE ABRIL DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que consta do processo sob Protocolo Geral nº. 7067, de 22 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração,

R E S O L V E:

ART. 1º - Rescindir a pedido, o Contrato de Trabalho de **DULCINA FRANCIELI DE CAMPOS SILVA,** Professora Licenciada em Pedagogia com Docência, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16 de março de 2010.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres
Afixado em: 05.04.2010
DECRETO Nº. 205
DE 05 DE ABRIL DE 2010.

Dispõe sobre a contratação de pessoal, por prazo determinado, para a Secretaria Municipal de Educação, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e considerando ainda o disposto no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, Art. 96, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei nº. 1.931, de 15.04.05 e,

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 6940 de 19 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário - Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, a senhora **KELLY CRISTINA LIMA DO BRASIL**, Professora com Magistério – 10 horas, pelo período de 01/03/2010 a 22/12/2010, salário de R$ 392,62 (trezentos e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos), para exercer suas funções na Escola Municipal "Fazendo Arte".

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.04 - 0005 – Contratação por Tempo Determinado – FUNDEB - da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 05.04.10
DECRETO Nº. 207
DE 05 DE ABRIL DE 2010.

Dispõe sobre a contratação de pessoal, por prazo determinado, para a Secretaria Municipal de Educação, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e considerando ainda o disposto no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, Art. 96, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei nº. 1.931, de 15.04.05 e,

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 4378 de 17 de fevereiro de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário - Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, a senhora **WALKIRIA PAULINA DA SILVA**, licenciada em Pedagogia – 20 horas, pelo período de 10/02/2010 a 22/12/2010, salário de R$ 785,24 (setecentos e oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), para exercer suas funções no Centro Municipal de Educação Infantil.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.04 - 0005 – Contratação por Tempo Determinado – FUNDEB - da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FO
Prefeito de Cáceres
Afixado em: 05.04.10

DECRETO Nº. 208
DE 05 DE ABRIL DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta dos Processos sob Protocolo Geral nºs. 6651 de 16.03.2010, 6870 de 18.03.2010 e 6939 de 19.03.2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Alterar a carga horária dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação.

NOME	CARG HORÁRIA	A PARTIR DE
Leonice Corrêa da Costa	- 01hora	01.03.10
Neuza Divina David	- 02 horas	01.03.10
Rosa Maria Pereira Costa	- 04 horas	01.03.10
Valdicéia M. Ribeiro	- 04 horas	01.03.10
Izailda M. C. Geraldes	- 03 horas	01.03.10
Emanuel P.B. da Silva	- 04 horas	01.03.10
Crisller C. Soares	- 04 horas	01.03.10
Lázara Aparecida Garcia de Souza	+10 horas	01.03.10

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 05.04.10

DECRETO Nº. 211
DE 06 DE ABRIL DE 2010.

Dispõe sobre a contratação de pessoal, por prazo determinado, para a Secretaria Municipal de Educação, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e considerando ainda o disposto no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, Art. 96, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei nº. 1.931, de 15.04.05 e,

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 6975 de 19 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário - Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, o senhor **MANASSES MEDEIROS DA SILVA**, Professor Licenciado em Letras – 30 horas, pelo período de 22/03/2010 a 22/12/2010.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.04 - 0005 – Contratação por Tempo Determinado – FUNDEB - da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 de abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 06.04.2010

DECRETO Nº. 220
DE 16 DE ABRIL DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 7446, de 29 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Ficam elevados o Nível e Classe dos servidores de carreira da Prefeitura Municipal de Cáceres, por tempo de serviços prestados, obedecendo aos critérios de promoção para cada Nível e Classe, a partir de 01 de março de 2010, relacionados no anexo único que faz parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º-As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta da Dotação Orçamentária das respectivas Secretarias.

Art. 3º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 16.04.10

DECRETO Nº. 225
DE 19 DE ABRIL DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 7981, de 07 de abril de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear os senhores abaixo relacionados para compor a Diretoria do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável-COMDERS, no município de Cáceres.

Presidente: James Frank Mendes Cabral
Vice Presidente: Pedro Alves Cunha
Secretário: Hilton José Gomes Toledo

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 19.04.10

DECRETO Nº. 226
DE 19 DE ABRIL DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 7608, de 30 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear a senhora **CIRLY RAMOS,** para exercer o cargo de Conselheira Tutelar, no período de 05.06.2010 a 31.01.2011, no Conselho Tutelar da Infância e Juventude de Cáceres.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 19.04.10

DECRETO Nº. 228
DE 20 DE ABRIL DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei nº 1.931 de 15.04.2005, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 7434, de 26 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º-Contratar, por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma da Lei e com vínculo previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, a senhora **LEIDIMAR DA SILVA-**Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, período de 05.04.2010 à 05.11.2010.

Art.2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de Abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 20.04.10

. DECRETO Nº. 229
DE 20 DE ABRIL DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei nº 1.931 de 15.04.2005, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 6247, de 10 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º-Contratar, por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma da Lei e com vínculo previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, os senhores abaixo relacionados, técnicos em enfermagem, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, período de 01.04.2010 à 30.07.2010.

Abiqueila Pires Franca
Eronide da Silva
Maria Ines de Melo

Art.2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de Abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 20.04.10

DECRETO Nº. 232
DE 22 DE ABRIL DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei nº 1.931 de 15.04.2005, e

RESOLVE:

Art.1º-Exonerar a pedido, o Senhor **DIMAS SANTANA SOUZA NEVES,** do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art.2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 22 de Abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 22.04.10

. DECRETO Nº. 233
DE 22 DE ABRIL DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei nº 1.931 de 15.04.2005, e

CONSIDERANDO o que consta nos Processos sob Protocolo Geral nº.s 6325 de 11.03.2010 e 7160 de 23.03.2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º-Contratar, por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma da Lei e com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, a senhora **LUCELINA SILVA HENRIQUE**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, período de 15.03.2010 à 27.07.2010.

Art.2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 22 de Abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 22.04.10

DECRETO Nº. 234
DE 22 DE ABRIL DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei nº 1.931 de 15.04.2005, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 7318 de 25.03.2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º-Alterar a carga horária de **PAULO DANTAS PRATTES GARCIA-**Professor de Educação Física, de 20 horas para 40 horas semanais, a partir de 01.04.2010.

Art.2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 22 de Abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 22.04.10

DECRETO Nº. 252
DE 30 DE ABRIL DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 8679, de 16 de abril de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Conceder a servidora **MARIA DE LOURDES VITTORAZZI,** Professora Licenciada em Pedagogia com Docência, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 03 (três) meses de Licença Prêmio, nos termos do Artigo 101 da Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e Artigos 41 e 54 da Lei Complementar nº. 47 de 29.09.03, a partir de 15 de setembro de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 30.04.10

DECRETO Nº. 285
DE 07 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei nº 1.931 de 15.04.2005, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 9122, de 23 de abril de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º-Contratar, por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma da Lei e com vínculo previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, os senhores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, período de 01.04.2010 à 31.07.2010.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Mário Vinicios Silva Martello	Médico Psiquiatra	20
Massato Nakahara	Médico Oftalmologista	20
Weber Balhester Chimello	Médico Cirurgião Geral	20
Luiz Antonio F. da Silva	Médico Clinico Geral	20

Art.2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de maio de 2010.
TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 07.05.10

DECRETO Nº. 327
DE 18 DE MAIO DE 2010.

Destina área para uso exclusivo à realização do evento denominado "Arraiá Pantaneiro 2010", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1° - Fica destinada área da Praça de Eventos da SEMATUR para uso exclusivo à realização do "Arraiá Pantaneiro 2010", nos dias 18 à 20 de junho de 2010, o trecho compreendido dentro dos seguintes limites: inicia da Baía do Malheiro a oeste do Centro Urbano, seguido pela rua Riachuelo até encontrar a Rua Gal. Osório, deste ponto deflete à direita e segue pela Gal. Osório até encontrar a Rua Cel. José Dulce, deste ponto deflete com a direita e segue pela Rua Cel. José Dulce até encontrar com a Baía do Malheiro.

Artigo 2° - Fica instituída a Comissão Organizadora do "Arraiá Pantaneiro 2010", que será composta pelos seguintes membros: *SANDRO MIGUEL DA SILVA PAULA* – Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, *LUIZ MÁRIO AMBRÓSIO CURVO* – Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo, *JOSÉ EDUARDO RAMSAY TORRES* – Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, *MARLENE DAS GRAÇAS FORNANCIARI TEIXEIRA* – Secretária Municipal de Finanças, *ARNALDO DONIZETE TRALDI* – Contador da Secretaria Municipal de Finanças, *JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA SILVA* – Assessor Especial do Gabinete do Prefeito, *MARIONELY ARAÚJO VIEGAS* – Procurador Geral do Município, sendo presidida pelo Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, Sr. *SANDRO MIGUEL DA SILVA PAULA,* portador do RG n.º 0926050840 MS e do CPF n.º 571.350.291–00.

§ 1º – A utilização do espaço físico para a realização do "Arraiá Pantaneiro 2010", a venda de produtos e serviços na mesma área, a utilização das Marcas, bem como os eventos realizados com base no Arraiá (bailes, shows e outros) deverão ser requeridos pelos interessados à Comissão Organizadora do "Arraiá Pantaneiro 2010" com antecedência mínima de 07 (sete) dias.

§ 2º – Os vendedores ambulantes e informais para comercializarem seus produtos na área que lhes for destinada, terão que ter autorização da Comissão Organizadora do "Arraiá Pantaneiro 2010".

§ 3º – Não haverá exclusividade para divulgação do "Arraiá Pantaneiro 2010", ficando aberto a todos os veículos de Comunicação, o acesso ao Evento.

§ 4º – A imprensa para se instalar, ou acessar a área do evento, terá que requerer autorização e credenciamento junto a Comissão Organizadora do mesmo.

Artigo 3° - A assessoria jurídica do evento "Arraiá Pantaneiro 2010" será prestada pela Procuradoria Geral do Município, designando-se a Procuradora Municipal *ANA LÚCIA CARDUCCI GOUVÊA MANCUSO*.

Artigo 4° - Fica criada a Comissão de Controle Financeiro para o evento denominado "Arraiá Pantaneiro 2010", composta pelos seguintes membros: *SANDRO MIGUEL DA SILVA PAULA* – Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, *LUIZ MÁRIO AMBRÓSIO CURVO* – Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo, *MARLENE DAS GRAÇAS FORNANCIARI TEIXEIRA* – Secretária Municipal de Finanças e *ARNALDO DONIZETE TRALDI*, Contador da Secretaria Municipal de Finanças, sendo presidida pelo primeiro, que terá a seu cargo o controle, fiscalização, administração, pagamentos e prestação de contas de todo e qualquer recurso disponibilizado para o evento.

§ 1º – Ficam autorizados os membros da Comissão de Controle Financeiro do "Arraiá Pantaneiro 2010", a fiscalizar, abrir e movimentar conta bancária específica, a assinar cheques sempre em número de 03 (três), com a finalidade de realizar a movimentação financeira dos recursos, com a respectiva prestação de contas de todas as despesas realizadas de acordo com a legislação vigente.

§ 2º – A Comissão Financeira deverá encerrar a prestação de contas, até 60 (sessenta) dias, após o término do Evento.

Artigo 4° – Os casos omissos, não previstos, serão resolvidos pela Comissão Organizadora do "Arraiá Pantaneiro 2010".

Artigo 5°- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 18.05.10

DECRETO Nº. 393
DE 11 DE JUNHO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear em consonância com o regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através da PREVI-CÁCERES – Lei Complementar nº. 62 de 12.12.05, a senhora **SARA DELLA CHIESA,** aprovada no Concurso Público de Provas e Títulos, homologado pelo Decreto Nº. 460 de 04 de julho de 2008, para exercer suas funções de Assistente Administrativo, 40 horas, na Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Cáceres, a partir 18 de maio de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de junho de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 11.06.10

Prefeitura Municipal de Campinápolis

PORTARIA N.º 3.345/2010.

"Dispõe sobre a concessão do benefício aposentadoria por tempo de contribuição a servidora **Maria Helena Caixeta Pereira".**

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n. 41/2003, combinado com Art. 80, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n. 653, de 18 de fevereiro de 2004, que rege a previdência municipal, anexo I da Lei Complementar n. 016/2008, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos profissionais da educação básica do município, com posterior alteração dada pela Lei Complementar nº 019 de 07 de janeiro de 2009;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **aposentadoria por tempo de contribuição**, a servidora Sra. Maria Helena Caixeta Pereira, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 261.229, SSP/MT e CPF nº 247.210.691-20, efetiva no cargo de Professora 27hs, nível "6", classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVI-CAMP, n.º **2010.04.0001P**, a partir de **01.07.2010**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em **01.07.2010**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Campinápolis – MT, 01 de julho de 2010.

ALTINO VIEIRA DE REZENDE FILHO
Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 16992/2010
PROCESSO 026/2010/DLM

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2010

É Inexigível a Licitação para o Processo nº 16992/2010, cujo objeto é a **Contratação de Serviços de Transporte Coletivo para Pessoas usuárias do SUS para tratamento fora do domicílio e transporte de malotes**, por inviabilidade de competição ante a inexistência em nosso município de outra empresa que preste os serviços solicitados.

Clausulas:

1ª DO AMPARO LEGAL

A **Inexigibilidade de Licitação** foi feita com fundamento no art. 25 da Lei 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico, acostado aos autos, exigência do art. 38, VI, do mesmo Diploma Legal.

2ª DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Transporte de Passageiros específicos para tratamento de saúde/ SUS fora do domicílio:

Item	Descrição	Qtd.
01	Campinápolis/Nova Xavantina	30
02	Nova Xavantina/Campinápolis	30
03	Campinápolis/Cuiabá	30
04	Cuiabá/Campinápolis	30
05	Campinápolis/Barra do Garças	30
06	Barra do Garças/Campinápolis	30
07	Campinápolis/Água Boa	30
08	Água Boa/Campinápolis	30
TOTAL		**240**

2.2 Transporte de Malotes:

Item	Descrição	Qtd.
01	Campinápolis/Nova Xavantina/Campinápolis	20
02	Campinápolis/Água Boa/Campinápolis	20
03	Campinápolis/Cuiabá/Campinápolis	20
04	Campinápolis/Barra do Garças/Campinápolis	20
TOTAL		80

3ª DO CREDOR

Viação Xavante Ltda., CNPJ 03.143.492/001-62, sediada em Barra do Garças/MT, a rua Bororos, 342, Bairro São Benedito, CEP 78.600-000, Fone (66)3401.1511.

4ª DO VALOR

O valor para o total dos serviços é de **R$ 13.082,10 (Treze mil oitenta e dois reais e dez centavos)**, que é a soma total dos valores unitários apresentados abaixo, os quais foram apresentados no oficio da Secretaria Municipal de Saúde anexo do processo.

Item	Descrição	Qtd.	Valor da Passagem	Tx. de Embarque	Preço Unit.	Total
01	Campinápolis/Nova Xavantina	30	12,10	1,50	13,60	408,00
02	Nova Xavantina/Campinápolis	30	12,10	2,35	14,45	432,60
03	Campinápolis/Cuiabá	30	115,20	3,25	118,45	3.553,50
04	Cuiabá/Campinápolis	30	115,20	5,20	120,40	3.612,00
05	Campinápolis/Barra do Garças	30	35,10	1,50	36,60	1.098,00
06	Barra do Garças/Campinápolis	30	35.10	2,65	37,75	1.132,50
07	Campinápolis/Água Boa	30	25,00	3,85	28,85	865,50
08	Água Boa/Campinápolis	30	25,00	5,00	30,00	900,00
TOTAL		240				**12.002,10**

2.2 Transporte de Malotes:

Item	Descrição	Qtd.	Preço Unit.	Total
01	Campinápolis/Nova Xavantina/Campinápolis	20	11,00	220,00
02	Campinápolis/Água Boa/Campinápolis	20	11,00	220,00
03	Campinápolis/Cuiabá/Campinápolis	20	21,00	420,00
04	Campinápolis/Barra do Garças/Campinápolis	20	11,00	220,00
TOTAL		80		**1.080,00**

5ª DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com os serviços ora contratados correrão por conta de recursos próprios, alocados no orçamento municipal para o ano de 2010, na dotação abaixo especificada:

Cód. Reduzido	18	
Órg. Unidade	07.010	Fundo Municipal de Saúde
Função	10	Saúde
Sub-Função	301	Ateçnão Básica
Programa	5008	Saúde ao Alcance de Todos
Proj. Atividade	2039	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde-FMS
EL. Despesa	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

6ª - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Para formalização do contrato a empresa fica obrigada a apresentar a Comissão de Licitação os seguintes documentos: **copia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto** ou do **Contrato Social** da empresa o qual deverá estar devidamente registrada na Junta Comercia do Estado, **Cartão de Inscrição no CNPJ, copia autenticada RG e CPF dos proprietários** alem de **prova de estar regular com o INSS, FGTS** e com as Fazendas**: Federal, Estadual e Municipal da Sede da empresa**.

6.2 Este processo de Inexigibilidade de Licitação subirá a autoridade superior para ratificação e posteriormente ser publicação na imprensa oficial, no prazo máximo de cinco dias, como condição para eficácia do ato.

Departamento de Licitação, em 02 de Julho de 2010.

Wilson Gomes da Silva
Presidente da CPL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 16920/PMC/2010
PROCESSO 026/2010/DLM

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2010

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a **Prestação de serviços de lavagem de uniformes dos alunos do Projeto Municipal BOM DE ESCOLA BOM DE BOLA, E DEMAIS UNIFIORMES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**, com fundamento no inciso II, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

NOME DA CREDORA: Ivanilza Aparecida Matias

CPF: 027.373.741-46

ENDEREÇO: Av. Flávio Ferreira Lima, s/nº , Setor Castilho, CEP 78.630-000, Campinápolis – MT.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

Código Reduzido:	215	
Órg. Unidade:	13.010	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Função:	27	Desporto e Lazer
Sub-Função:	812	Desporto Comunitário

Programa: 5014 Revitalização do Esporte e Lazer Local
Proj. Atividade: 2081 Manutenção das atividades da Secretaria
Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Física

VALOR: R$ 2.851,20 (Dois mil oitocentos e cinqüenta e um reais e vinte centavos), conforme cotação de preço constante do Processo.

Campinápolis/MT, 02 de Julho de 2010.

Wilson Gomes da Silva
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Campo Verde

PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 014/2010

ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE E A SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto alterar a cláusula quarta item 4.1 e cláusula sétima item 7 do Termo de Convênio original.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/07/2010.

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 015/2010

ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE E A LIGA ESPORTIVA DE CAMPO VERDE.

OBJETO: O presente Termo de Convênio tem por objetivo repassar recursos financeiros para cobertura de despesas com o Esporte Amador no Município de Campo Verde.

VIGÊNCIA: 18/06/2010 A 31/12/2010.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 012/2010, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.
CONTRATADO: LIMPRESS SISTEMA DE HIGIENIZAÇÃO E SERVIÇOS – LTDA
OBJETO: FICA SUPRIMIDO O SERVIÇO DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, CORRESPONDENTE AO REALIZADO NO HOSPITAL MUNICIPAL CORAÇÃO DE JESUS, O QUE CONSISTE NA QUANTIA DE 10 (DEZ) FUNCIONÁRIOS, COM VALOR MENSAL DE R$ 15.795,50 (QUINZE MIL SETECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), EM VIRTUDE DO TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO COM A SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO, A QUAL ASSUMIRÁ A ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL CORAÇÃO DE JESUS.
DATA ASSINATURA: 29 DE JUNHO DE 2010.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 220/2009, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE 80 TONELADAS DE EMULSÃO ASFÁLTICA
CONTRATADO: CENTRO OESTE ASFALTOS LTDA
OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINÁRIO PARA MAIS 06 (SEIS) MESES, A CONTAR DE 01/07/2010, DEVIDO AO SALDO DE MATERIAL EXISTENTE.
DATA DA ASSINATURA: 29/06/2010

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 182/2009, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO-FINANCEIRO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE
CONTRATADO: ADVANCED ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA
OBJETO: FICA ACRESCIDA A QUANTIA DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) NO VALOR DO CONTRATO ORIGINÁRIO, O QUE CORRESPONDE A QUANTIA DE R$ 7.500,00 (SETE MIL E QUINHENTOS REAIS), EM VIRTUDE DA INCLUSÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS DO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL NO OBJETO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.
DATA DA ASSINATURA: 09/06/2010

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 064/2009, CUJO OBJETO É A CONSTRUÇÃO POR PREÇO GLOBAL, MÃO-DE OBRA COM TODO O MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DE PRIMEIRA LINHA INCLUSO, UMA PONTE PRÉ-MOLDADA SOBRE O RIO DAS MORTES/FAZENDA FILADÉLFIA, NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.
CONTRATADO: COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ESTRUTURA PRÉ MOLDADAS LTDA
OBJETO: - FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINÁRIO POR MAIS 90 (NOVENTA) DIAS
DATA ASSINATURA: 15/06/2010

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 164/2009- CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE UM BARRACÃO DE MÚLTIPO USO NA AGROVILA JOÃO PONCE DE ARRUDA.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.
CONTRATADO: CONSTRUTORA E METALÚRGICA PRÉ NOBRES LTDA - ME
OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINÁRIO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS, A PARTIR DO DIA 03/06/2010
DATA ASSINATURA: 02/06/2010

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.
CONTRATADO: BERALDO DE PIERI & PIERI LTDA
OBJETO: FICA RESCINDIDO AMIGAVELMENTE, O CONTRATO Nº. 140/2009, EM TODOS OS SEUS TERMOS E CLÁUSULAS CONTRATUAIS FIRMADO ENTRE AS PARTES, A PARTIR DO DIA 30/06/2010, CONFORME PREVISÃO NA CLÁUSULA 8°, BEM COMO NO ARTIGO 79, INCISO II, DA LEI FEDERAL 8.666/93.
DATA ASSINATURA: 29/06/2010

EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE, CONTRATO Nº. 111/2007, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE VIGILÂNCIA NÃO ARMADA, NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.
CONTRATADO: SEGURANÇA ELETRÔNICA CAMPO VERDE LTDA
OBJETO: FICAM SUPRIMIDOS 02 (DOIS) VIGILANTES NÃO ARMADOS, REFERENTE AO SERVIÇO PRESTADO NO HOSPITAL MUNICIPAL CORAÇÃO DE JESUS, A PARTIR DE 01/07/2010, TENDO EM VISTA O CONVÊNIO FIRMADO COM A ENTIDADE SÃO CAMILO.
DATA ASSINATURA: 29/06/2010

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 153/2009, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.
CONTRATADO: COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ESTRUTURAS PRÉ MOLDADAS LTDA.
OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINÁRIO POR MAIS 90 (NOVENTA) DIAS, A PARTIR DO DIA 03/07/2010, EM VIRTUDE DO SALDO DE MATERIAL EXISTENTE.
DATA ASSINATURA: 30/06/2010

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 174/2009, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO PARA A EXECUÇÃO DO MANILHAMENTO DE PARTE DA AVENIDA CAMPO GRANDE.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.
CONTRATADO: COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ESTRUTURAS PRÉ MOLDADAS LTDA.
OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINÁRIO POR MAIS 90 (NOVENTA) DIAS, EM VIRTUDE DO SALDO DE MATERIAL EXISTENTE.
DATA ASSINATURA: 30/06/2010

EXTRATO DO CONTRATO N°. 073/2010CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: CENTRO OESTE ASFALTOS LTDAOBJETO: AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.VALOR: R$ 348.500,00VIGÊNCIA: 31/12/2010DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.001.26.782.0044.1435.4490.51.00.00.00 EXTRATO DO CONTRATO N°. 074/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: CPOL CONSULTORIA E PROJETOS DE OBRAS LTDA MEOBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE

DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS.VALOR: R$ 149.076,00VIGÊNCIA: 120 DIASDOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.001.26.782.0044.1435.4490.51.00.00.00 EXTRATO DO CONTRATO N°. 075/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: WIRAN DA SILVAOBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE JURADO DURANTE O XVII FESCCAM (FESTIVAL DA CANÇÃO DE CAMPO VERDE).VIGÊNCIA: 60 DIASVALOR: R$ 1.800,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.001.13.392.0016.2954.3390.36.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 076/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: TAINÁ FERNANDES GUIMARÃES NEPOMUCENOOBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE JURADO DURANTE O XVII FESCCAM (FESTIVAL DA CANÇÃO DE CAMPO VERDE).VIGÊNCIA: 60 DIASVALOR: R$ 1.035,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.001.13.392.0016.2954.3390.36.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 077/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: ÂNGELO SOUZA DOS SANTOSOBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE JURADO DURANTE O XVII FESCCAM (FESTIVAL DA CANÇÃO DE CAMPO VERDE).VIGENCIA: 60 DIASVALOR: R$ 1.535,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.001.13.392.0016.2954.3390.36.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 078/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: SÉRGIO CESAR MORALES DE CARVALHOOBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO PARA EXECUÇÃO DE DECORAÇÃO PERSONALIZADA NO PALCO, ILUMINAÇÃO, DECORAÇÃO COM TUBAR E EFEITOS VISUAIS DE TENDAS PARA A REALIZAÇÃO DO XVII FESCCAM (FESTIVAL DA CANÇÃO DE CAMPO VERDE).VIGENCIA: 30 DIASVALOR: R$ 6.500,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:05.001.13.392.0016.2954.3390.36.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 079/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: EMPRESA FERNANDES CESAR FACIO & CIA LTDAOBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA PARA O PRÉDIO DO ANTIGO ENDEREÇO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO.VIGÊNCIA: 30 DIASVALOR: R$ 4.800,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.002.10.302.0033.2350.3390.39.00.00.00 EXTRATO DO CONTRATO N°. 080/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: THEMIS BERNARDES GARCIA DA LUZOBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ARQUITETO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA DA PRAÇA SÃO MIGUEL, EM CAMPO VERDE-MT, CONTENDO OS SEGUINTES ITENS: PROJETO ARQUITETÔNICO, CORTES, FACHADAS, LAYOUT, PLANTA ELÉTRICA, PLANTA HIDROSSANITÁRIA, TABELA DE CUSTOS SINFRA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO ESTRUTURAL.VIGÊNCIA: 20 DIASVALOR: R$ 7.200,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12.001.15.122.0008.2377.3390.36.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 081/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: MARIANNA MOREIRA BERNARDES DA SILVAOBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ARQUITETO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ADEQUAÇÃO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA REFERENTE A PROJETO DE LATICÍNIO, ABATEDOURO DE SUÍNOS E ABATEDOUROS DE AVES, COM ÁREA DE APROXIMADAMENTE 160,00 M². VIGÊNCIA: 30 DIASVALOR: R$ 1.875,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.001.20.122.0027.2335.3390.36.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 082/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: VORLEI ÂNGELO FERRAREZEOBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UM PSF NA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE CAMPO VERDE-MT, COMPOSTO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, ESTRUTURAL, ELÉTRICO E HIDRÁULICOVIGÊNCIA: 60 DIASVALOR: R$ 4.990,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.002.10.301.0032.2347.3390.36.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 083/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: ARMANDO FURTADO DE FIGUEIREDOOBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE JURADO DURANTE O XVII FESCCAM (FESTIVAL DA CANÇÃO DE CAMPO VERDE).VIGÊNCIA: 30 DIASVALOR: R$ 1.035,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.001.13.392.0016.2954.3390.36.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 084/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: FLÁVIA CRISTINA LEÃO DE MORAES BORGESOBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO VISANDO À READEQUAÇÃO DOS BOXES E COBERTURA DA FEIRA MUNICIPAL, ONDE SERÃO EXECUTADOS OS PROJETOS DE ARQUITETURA, PROJETO ELÉTRICO, PROJETOS DE ÁGUA PLUVIAL, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E MEMORIAL DESCRITIVO.VIGÊNCIA: 30 DIASVALOR: R$ 6.250,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.001.20.122.0027.2335.3390.36.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 085/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: ENEDINA MASSON FURTADOOBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE JURADO DURANTE O XVII FESCCAM (FESTIVAL DA CANÇÃO DE CAMPO VERDE).VIGÊNCIA: 30 DIASVALOR: R$ 1.035,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.001.13.392.0016.2954.3390.36.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 086/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: WHENDER PEREIRA DOS SANTOSOBJETO: CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, PARA MINISTRAREM AULAS NAS SALAS ANEXAS DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ GARBÚGIO, PELO PERÍODO DE 07 (SETE) MESES, COMPREENDIDOS ENTRE ABRIL A DEZEMBRO DO CORRENTE ANO.VIGÊNCIA: ATÉ 14/12/2010VALOR: R$ 14.700,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.001.12.122.0019.2308.3390.36.00.00.00.EXTRATO DO CONTRATO N°. 087/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERALOBJETO: ESTE CONTRATO TEM POR ESCOPO POSSIBILITAR ACESSO AO CLIENTE AS CARTEIRAS DE COBRANÇA SEM REGISTRO, COM REGISTRO E CAUCIONADA, SENDO QUE AS CARTEIRAS SEM REGISTRO E COM REGISTRO PODEM SER OPERACIONALIZADAS DA FORMA ELETRÔNICA OU CONVENCIONAL E A CARTEIRA CAUCIONADA PODE SER OPERACIONALIZADA DA FORMA CONVENCIONAL.VIGÊNCIA: 12 MESESVALOR: ESTIMADO EM R$ 2.000,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04.001.04.121.0002.2305.33.90.39.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 088/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: EMPRESA LUIS CARLOS VIER DIVULGAÇÕESOBJETO: CONTRATAÇÃO DA BANDA OLHO D'ÁGUA, PARA ANIMAÇÃO DO 5° ARRAIÁ DE CAMPO VERDE E ACOMPANHAMENTO DOS CALOUROS E ANIMAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DO XVII FESCCAM – FESTIVAL DA CANÇÃO DE CAMPO VERDE-MT.VIGÊNCIA: 30 DIASVALOR: R$ 40.000,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.001.13.392.0016.2954.3390.39.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 089/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: EMPRESA SEGURANÇA ELETRÔNICA CAMPO VERDE LTDAOBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO DE VIGILÂNCIA DURANTE A V FESTA JUNINA E XVII FESCCAN – FESTIVAL DA CANÇÃO DE CAMPO VERDE. VIGÊNCIA: ATÉ 30/07/2010VALOR: R$ 14.298,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.001.13.392.0016.2954.3390.39.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 090/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: EMPRESA BRITAGUIA LTDAOBJETO: AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.VIGÊNCIA: ATÉ 31/12/2010VALOR: R$ 43.600,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.001.26.782.0044.1435.4490.51.00.00.00.EXTRATO DO CONTRATO N°. 091/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: EMPRESA DEPÓSITO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CAMPO VERDE LTDA - EPPOBJETO: AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.VIGÊNCIA: 31/12/2010VALOR: R$ 57.000,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.001.26.782.0044.1435.4490.51.00.00.00.EXTRATO DO CONTRATO N°. 92/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: STALO CONSTRUTORA LTDAOBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, OS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO PADRÃO INCRA/ALIMENTADORAS, NO ASSENTAMENTO DOM OZÓRIO, ZONA RURAL DE CAMPO VERDE-MT.VIGÊNCIA: 240 DIASVALOR: R$ 632.490,44DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.001.26.782.0020.2333.3390.39.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 93/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: JK CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDAOBJETO: EXECUTAR SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, A CONSTRUÇÃO DA PISCINA DO COMPLEXO ESPORTIVO DA TERCEIRA IDADE, LOCALIZADO NA AVENIDA 200, QUADRA G, LOTE 13, BAIRRO BORDAS DO LAGO, NESTA URBE, PARA ATENDIMENTO DOS IDOSOS COM HIDROGINÁSTICA E OUTRAS ATIVIDADES FÍSICAS E SOCIAIS, INCLUÍDO TODO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO, MÃO-DE-OBRA, FRETES, IMPOSTOS, CONFORME DESCREVE, PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.VIGÊNCIA: 60 DIASVALOR: R$ 88.223,21DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 11.004.08.241.0047.1640.4490.51.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 94/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DE PREVENÇÃO, ASSISTÊNCIA E REABILITAÇÃO DOS USUÁRIOS DE DROGASOBJETO: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA NO TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA, PARA ATENDER À NECESSIDADE EMERGENCIAL E TRATAMENTO DE DESINTOXICAÇÃO DO MENOR JEFFERSON VITOR DA CRUZ, O QUAL SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL.VIGÊNCIA: 6 MESESVALOR: R$ 3.600,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 11.004.08.244.0047.2940.3390.39.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°.

95/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: FLÁVIA CRISTINA LEÃO DE MORAES BORGESOBJETO: CONTRATACÃO DE SERVICO DE ENGENHEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CONSTRUCÃO DE MINI AGROINDÚSTRIA PARA PROCESSAMENTO DE VEGETAIS NO DISTRITO INDUSTRIAL DE CAMPO VERDE-MT.VIGÊNCIA: 15 DIASVALOR: R$ 5.920,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.001.20.122.0027.2335.33.90.36.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 96/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: SHILKE COMÉRCIO E MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDAOBJETO: EXECUTAR SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, A CONSTRUÇÃO DO PARQUE DAS ARARAS- 1ª ETAPA, INCLUÍDO TODO O MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO, MÃO-DE-OBRA, FRETES, IMPOSTOS, CONFORME DESCREVE MEMORIAL DESCRITIVO CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.VIGÊNCIA: 3 MESESVALOR: R$ 315.000,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.001.23.695.0029.1455.44.90.51.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 097/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ESTRUTURAS PRÉ MOLDADAS LTDAOBJETO: EXECUTAR SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, A CONSTRUÇÃO DE MINI ESTÁDIO NO BAIRRO VALE DO SOL, INCLUÍDO TODO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO, MÃO-DE-OBRA, FRETES, IMPOSTOS, CONFORME DESCREVE, PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.VIGÊNCIA: 60 DIASVALOR: R$ 245.000,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.001.27.812.0030.1464.44.90.51.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 098/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: TLT CONSTRUÇÕES LTDAOBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, A CONSTRUÇÃO DE 04 (QUATRO) CAMPOS DE FUTEBOL, SENDO ESTES NOS SEGUIINTES LOCAIS: ASSENTAMENTO SANTO ANTÔNIO DA FARTURA, ASSENTAMENTO 14 DE AGOSTO, ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO E DISTRITO DO CAPIM BRANCO, CONFORME PROJETO BÁSICO.VIGÊNCIA: 60 DIASVALOR: R$ 302.295,87DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.001.27.812.0030.1485.44.90.51.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 099/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: ANTÔNIO ELOIDES MOREIRAOBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REFORMA DE 2.000 (DOIS MIL) METROS DE CERCA, PARA ABERTURA DA ESTRADA DE ACESSO À COMUNIDADE AGROVILA JOÃO PONCE DE ARRUDA.VIGÊNCIA: 10 DIASVALOR: R$ 7.900,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.001.26.782.0020.2333.3390.36.00.00.00.EXTRATO DO CONTRATO N°. 100/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: JK CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDAOBJETO: EXECUTAR SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, A CONSTRUÇÃO DA 1ª E 2ª ETAPAS DO SHOPPING DA AGRICULTURA FAMILIAR, INCLUÍDO TODO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO, MÃO-DE-OBRA, FRETES, IMPOSTOS, CONFORME DESCREVE O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.VIGÊNCIA: 6 MESESVALOR: R$ 710.448,48DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.001.20.601.0028.1740.44.90.51.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 101/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ESTRUTURAS PRÉ MOLDADAS LTDAOBJETO: EXECUTAR SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, A CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PARA ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, INCLUÍDO TODO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO, MÃO-DE-OBRA, FRETES, IMPOSTOS, CONFORME DESCREVE, PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.VIGÊNCIA: 3 MESESVALOR: R$ 163.447,49DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 11.004.08.244.0047.1525.44.90.51.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 102/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: FERNANDES CESAR FACIO & CIA LTDAOBJETO: EXECUTAR SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, A CONSTRUÇÃO CIVIL DE PRAÇA URBANA NO BAIRRO SÃO MIGUEL, EM CAMPO VERDE-MT, INCLUÍDO TODO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO, MÃO-DE-OBRA, FRETES, IMPOSTOS, CONFORME DESCREVE O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.VIGÊNCIA: 180 DIASVALOR: R$ 540.000,00DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.001.15.452.0044.1436.44.90.51.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 103/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: JK CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDAOBJETO: EXECUTAR SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, A CONSTRUÇÃO DE TRÊS BARRACÕES MÚLTIPLO USO NOS ASSENTAMENTOS 28 DE OUTUBRO, SANTO ANTÔNIO DA FARTURA E 14 DE AGOSTO, CONFORME PROJETO BÁSICO ANEXO, INCLUÍDO TODO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO, MÃO-DE-OBRA, FRETES, IMPOSTOS, CONFORME DESCREVE O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.VIGÊNCIA: 5 MESESVALOR: R$ 371.200,51DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 11.004.08.244.0047.1525.44.90.51.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 104/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: JK CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDAOBJETO: EXECUTAR SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL CORAÇÃO DE JESUS, INCLUÍDO TODO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO, MÃO-DE-OBRA, FRETES, IMPOSTOS, CONFORME DESCREVE O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.VIGÊNCIA: 6 MESESVALOR: R$ 1.321.420,10DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.002.10.302.0033.1490.44.90.51.00.00.00EXTRATO DO CONTRATO N°. 105/2010CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.CONTRATADO: CONTATO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA MEOBJETO: EXECUTAR SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, A CONSTRUÇÃO DE TRÊS PSF'S, SENDO UM NO BAIRRO CIDADE ALTA II, UM NO ASSENTAMENTO SANTO ANTÔNIO DA FARTURA E OUTRO NA AGROVILA JOÃO PONCE DE ARRUDA, INCLUÍDO TODO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO, MÃO-DE-OBRA, FRETES, IMPOSTOS, CONFORME DESCREVE O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.VIGÊNCIA: 5 MESESVALOR: R$ 610.984,59DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.002.10.301.0032.1492.44.90.51.00.00.00

EXTRATO DA LEI Nº 1.598/2010.LEI Nº. 1.598/2010, DE 04 DE JUNHO 2010.AUTOR: PODER EXECUTIVO AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O DISTRITO INDUSTRIAL V, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.EXTRATO DA LEI Nº 1599/2010LEI Nº. 1.599/2010, DE 17 DE JUNHO DE 2010.AUTOR: PODER EXECUTIVO.AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A LIGA ESPORTIVA DE CAMPO VERDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.EXTRATO DA LEI 1600/2010LEI Nº. 1.600/2010, DE 23 DE JUNHO DE 2010.AUTOR: PODER LEGISLATIVOVERADOR: GIOVANI DE PAULA ROSADISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA MUNICIPAL DE REFORÇO ALIMENTAR A BASE DE SOJA.

EXTRATO DA LEI 1601/2010LEI Nº. 1.601/2010, DE 23 DE JUNHO DE 2010.AUTOR: PODER EXECUTIVO.ALTERA A LEI MUNICIPAL 1.556/2009, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.EXTRATO DA LEI 1602/2010LEI Nº. 1.602/2010, DE 23 DE JUNHO DE 2010.AUTOR: PODER EXECUTIVO.ALTERA A LEI MUNICIPAL 1.557/2009, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.EXTRATO DA LEI 1603/2010LEI Nº. 1.603/2010, DE 23 DE JUNHO DE 2010.AUTOR: PODER EXECUTIVO.DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO E DOAÇÃO DE IMÓVEL URBANO AO ESTADO DE MATO GROSSO – DEFENSORIA PÚBLICA DE CAMPO VERDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte

EXTRATOS DE CONTRATOS CELEBRADOS NO MÊS DE JUNHO DE 2.010.

CONTRATO Nº-160/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte-MT.
CONTRATADO: DOMINGO BENTO DA GLORIA
DATA ASSINATURA:09. 06.2010.
OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, Aquisição de Material de Consumo para atender a Secretaria de Educação e Cultura, para uso no complemento da Merenda Escolar, nas Escolas Municipais , sendo leite in natura, num total de **2.290**-(Dois Mil duzentos e Noventa) litros conforme previstos no **Processo Licitatório nº-030/2010,** na modalidade de **Carta Convite nº-018/2010, homologado em 04.06.2010**
VALOR: **R$-2.290,00-(Dois Mil Duzentos e Noventa Reais)**
VIGENCIA: **09.06.2010 a 31.12.2010**.
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação:07.07.2010.
Numero Licitação: C V Nº 018/2.010.

CONTRATO Nº-161/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte-MT.
CONTRATADO: VALDICLEI BENTO DOS SANTOS
DATA ASSINATURA:09.06.2010.
OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, a Prestação de Serviços para esta Prefeitura com Serviços de Sonorização e propaganda Móvel na divulgação de avisos e anúncios de interesse do Município.conforme

proposta apresentada no **Processo Licitatório nº-031/10,** na modalidade de **Carta Convite nº-019/10**, **homologado em 04.06.2010. VALOR: R$-3.368,64-(Três Mil Trezentos e Sessenta e Oito Reais e Sessenta e Quatro Centavos.)**
VIGENCIA:DE: 08-(Oito) meses **.**
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação:07.07.2010.
Numero Licitação:C V Nº 019/2010.

CONTRATO Nº162/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: VALDICLEI BENTO DOS SANTOS
DATA ASSINATURA.09.06.2010.
OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, a Prestação de Serviços para esta Prefeitura com Serviços de Sonorização e propaganda Móvel na divulgação de avisos e anúncios de interesse do Município.conforme proposta apresentada no **Processo Licitatório nº-031/10,** na modalidade de **Carta Convite nº-019/10**, **homologado em 04.06.2010.**

VALOR:**R$-3.368,64-(Três Mil Trezentos e Sessenta e Oito Reais e Sessenta e Quatro CentaVOS.**
VIGENCIA: DE: 08-(Oito) meses**.**
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação: 07.07.2010.
Numero Licitação:C V Nº 019/2010.

CONTRATO Nº-163/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: DOMILTON PEREIRA VASCONCELOS
DATA ASSINATURA:09.06.2010.
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a aquisição de um imóvel com área de 1.440 metros quadrados, para a execução de obras as margens da repesa neste Município de Canabrava do Norte-MT**.**
VALOR:R$-9.750,00-(Nove Mil Setecentos e Cinqüenta Reais).
VIGENCIA: de **03-(Três)** meses**.**
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação: 07.07.2010.
Numero Licitação: DL Nº 002/2010.

CONTRATO Nº-164/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte-MT.
CONTRATADO: SARATIEL SATURNO ELIAS
DATA ASSINATURA:09.06.2010.
OBJETO: Prestação de Serviços para esta Prefeitura, **COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REFORMA DA PONTE NO PA TABAJARA NESTE MUNICIPIO.**
VALOR:**R$-2.500,00-(Dois Mil e Quinhentos Reais**
VIGENCIA:16.06.2010.
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação:07.07.2010.
Numero Licitação:N/A.

CONTRATO Nº-165/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte-MT.
CONTRATADO: C & D PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.
DATA ASSINATURA:14.06.2010.
OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, a Prestação de Serviços de Animação de Festividades na Comunidade de São João Batista, no Setor Vila São João, no dia **16.06.2010**, com a Banda **SWING DA COHAB, a partir das 22:00 horas,** neste município.
VALOR: **R$-2.672,00-(Dois Mil Seiscentos e Setenta e Dois Reais**
VIGENCIA:DE **05(Cinco)** dias
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação: 07.07.2010
Numero Licitação: N/A.

CONTRATO Nº-166/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: RENATO BENTO DE OLIVEIRA
DATA ASSINATURA:14.06.2010.
OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, a Prestação de Serviços de **SONORIZAÇÃO NA** Festividades na Comunidade de São João Batista, no Setor Vila São João, nos dias **16.06.2010 a 23.06.2010**, **a partir das 22:00 horas,** neste município**.**
VALOR: R$-4.802,00-(Quatro Mil Oitocentos e Dois Reais.)
VIGENCIA:de **05(Cinco)** dias.
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação:07.07.2010
Numero Licitação:N/A.

Contrato nº-167/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte-MT.
CONTRATADO: HELIO BATISTA RIBEIRO.
DATA ASSINATURA:14.06 .2010.
OBJETO : Constitui objeto do presente instrumento, a Prestação de Serviços de **ILUMINAÇÃO E PALCO NA** Festividades na Comunidade de São João Batista, no Setor Vila São João, nos dias **16.06.2010 a 23.06.2010**, **a partir das 22:00 horas,** neste município
VALOR: R$-3.350,00-(Três Mil Trezentos e Cinqüenta Reais
VIGENCIA: de **05(Cinco)** dias.
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação:07.07.2010.
Numero Licitação:N/A

CONTRATO Nº168/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte-MT.
CONTRATADO: DONIZETE ALVES DA SILVA.
DATA ASSINATURA:14.06.2010.
OBJETO. Constitui objeto do presente instrumento, a Prestação de Serviços de **ANIMAÇÃO DE** Festividades na Comunidade de São João Batista, no Setor Vila São João, nos dias **18.06.2010 e 22.06.2010**, **a partir das 22:00 horas, COM A BANDA DONIZETE E CIA**, neste município.
Valor: R$-2.148,02-(Dois Mil Cento e Quarenta e Oito Reais e Dois Centavos
VIGENCIA: de **05(Cinco)** dias.
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação: 07.07.2010.
Numero Licitação:N/A.
CONTRATO Nº-169/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: JOÃO JOSE SILVA VIEIRA.
DATA ASSINATURA:14.06. 2.010.
OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, a Prestação de Serviços de **ANIMAÇÃO DE** Festividades na Comunidade de São João Batista, no Setor Vila São João, nos dias **19.06.2010**, **a partir das 22:00 horas, COM A BANDA FORRO PERFEITO**, neste município**.**
VALOR: R$-4.802,00-(Quatro Mil Oitocentos e Dois Reais
VIGENCIA: de **05(Cinco)** dias**.**
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação: 07.07.2010.
Numero Licitação: N/A.

CONTRATO Nº-170/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: JOSE MARQUES DE MORAES
DATA ASSINATURA:14.06.2010.
OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, a Prestação de Serviços de **ANIMAÇÃO** Festividades na Comunidade de São João Batista, no Setor Vila São João, no dia **23.06.2010**, **a partir das 22:00 horas, com a BANDA OS PIRI-BOYS,** neste município.
VALOR: R$-2.748,06-(Dois Mil Setecentos e Quarenta e Oito Reais e Seis
VIGENCIA: de **05(Cinco)** dias**.**
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação: 07.07.2010.
Numero Licitação:N/A.

CONTRATO Nº-171/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: MURIS RESENDE DE ASSIS
DATA ASSINATURA:14.06.2010.
OBJETO: MURIS RESENDE DE ASSIS
VALOR: R$-3.621,08-(Tres Mil Seiscentos e Vinte e Um Reais e Oito Centavos
VIGENCIA: de**14 de JUNHO de 2.010 a 14 de SETEMBRO de 2.010.**

Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação: 07.07. 2.010.
Numero Licitação:N/A.

CONTRATO Nº-172/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: ROSEMAR JOSE FERRAZ.
DATA ASSINATURA:14.06.2010.
OBJETO: Aquisição de um lote medindo **200 metros**, quadrados, situado na Rua Araguaia s/nº- para a instalação do Reservatório de Água tratado-**E.T.A**, para a distribuição a população na sede do Município**.**
VALOR: R$-**3.500,00-(Três Mil e Quinhentos Reais**
VIGENCIA: 30.06.2010.
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação: 07.07.2010.
Numero Licitação: N/A.

CONTRATO Nº-173/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: ADAUTO MALTA PEREIRA,
DATA ASSINATURA:23.06.2010.
OBJETO: Prestação de Serviços para esta Prefeitura, **COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REFORMA DA PONTE da Estrada Vicinal, que da acesso a Fazenda Santa Maria do Fontoura e P.A. UIRAPURU.**
VALOR: R$-3.350,00-(Três Mil e Trezentos e Cinqüenta Reais
VIGENCIA: ate 02.07.2010. .
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação: 07.07.2010.
Numero Licitação:N/A

CONTRATO Nº-174/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: DEBORA ALVES FARIAS.
DATA ASSINATURA:23.06.2010.
OBJETO: Este Contrato tem por objeto a execução de serviços de **ENFERMEIRO (A),** neste Município de **CANABRAVA DO NORTE– MT**, para prestação de serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde, para atendimento da população, na **Unidade de Saúde do Distrito de Primavera do Fontoura,referente a 15-(Quinze) Plantões no mês de JUNHO DE 2.010 .**
VALOR: R$-**789.52-(Setecentos e Oitenta e Nove Reais e Cinqüenta e Dois Centavos.**
VIGENCIA: de **15 (Quinze)** dias**.**
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação:07.07.2010.
Numero Licitação: N/A.

CONTRATO Nº-175/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: PROATIVA REPRESENTAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA.
DATA ASSINATURA:23.06. 2.010.
OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, a Prestação de Serviços de Publicidade e divulgação de matéria do interesse do Município.
VALOR: R$-4.275,00-(Quatro Mil Duzentos Setenta e Cinco Reais
VIGENCIA: de **60(SESSENTA)** dias**.**
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação:07.07.2010.
Numero Licitação: N/A

CONTRATO Nº-176/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: JOEL JOSE DO CARMO.
DATA ASSINATURA:23.06 2.010.
OBJETO: Prestação de Serviços para esta Prefeitura, **COM SERVIÇOS DE molhar as ruas e avenidas para conter a poeira no período de estiagem, no Distrito de Primavera do Fontoura, neste Município, nos meses de JUNHO,JULHO e AGOSTO de 2.010.**
VALOR: R$-6.444,60-(Seis Mil Quatrocentos e Quarenta e Quatro Reais e Sessenta Centavos.)
VIGENCIA:ATE: 31.08.2010.
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação:07.07.2010.
Numero Licitação:N/A.

CONTRATO Nº-177/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: LUDIMILA AGUIAR RIBEIRO.
DATA ASSINATURA:23.06.010.
OBJETO: –: Constitui objeto do presente instrumento, a Prestação de Serviços de **Procuradora Geral do Município**, na Cidade de **CUIABA-MT,** junto aos órgãos Estadual e Federal**.**
VALOR: R$-6.444,06-(Seis Mil Quatrocentos e Quarenta e Quatro Reais e Seis Centavos.)
VIGENCIA: 03-(Três), meses.
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação:07.07.2010.
Numero Licitação:N/A.

CONTRATO Nº-177/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: LUDIMILA AGUIAR RIBEIRO.
DATA ASSINATURA:23.06.2010.
OBJETO: –: Constitui objeto do presente instrumento, a Prestação de Serviços de **Procuradora Geral do Município**, na Cidade de **CUIABA-MT,** junto aos órgãos Estadual e Federal**.**
VALOR: R$-6.444,06-(Seis Mil Quatrocentos e Quarenta e Quatro Reais e Seis Centavos.)
VIGENCIA: 03-(Três), meses.
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação:07.07.2010.
Numero Licitação:N/A.

CONTRATO Nº-178/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: DEUSUMAR DA SILVA REGO .
DATA ASSINATURA:25.06.2010.
OBJETO: –: Constitui objeto do presente instrumento, a Locação de **01-(Um)** Imóvel Comercial com **01-(Um)** cômodo, localizado na Rua Torquato de Souza Nascimento , s/nº- Centro, nesta , cidade de **CANABRAVA DO NORTE**-MT, para o **Funcionamento do Posto do IBGE, quando da realização do censo 2.010.**
VALOR: R$-1.842,19-(Hum Mil Oitocentos e Quarenta e Dois Reais e Dezenove Centavos)
VIGENCIA: de **07(Sete)** meses**.**
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação:07.07.2010.
Numero Licitação:N/A.

CONTRATO Nº-179/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: TVNP-TRANSPORTES LTDA- ME.
DATA ASSINATURA:25.06.2010.
OBJETO: –: Este Contrato tem por objeto a execução de serviços **DE TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL** de neste Município de **CANABRAVA DO NORTE– MT,** junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, num total de **1.390-(Hum Mil e Trezentos e Noventa)** Quilômetros percorridos no mês de **JUNHO DE 2.010**, do Setor Tabajara e Manah para o Núcleo Escolar Educação no Campo sendo uma extensão da Escola Municipal Canaã, **com veiculo Ônibus** M.B. **LO 708 ANO 1.988, PLACA JME- 2172.**
VALOR: R$-3.336,00-(Três Mil e Trezentos e Trinta e Seis Reais.
VIGENCIA: de **16- (Dezesseis)** Dias**.**
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação:07.07.2010.
Numero Licitação:N/A.

CONTRATO Nº-180/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: IVALDO XAVIER DE LIMA.
DATA ASSINATURA:25.06.2010.
OBJETO: Este Contrato tem por objeto a execução de serviços médicos e ambulatoriais na Prefeitura Municipal de **CANABRVA DO NORTE – MT**, previsto no **Processo Licitatorio nº-002/2010, de 28.01.2010, na modalidade de Tomada de Preço** nº-**001/2010**, homologado em **25/02/2010**, para atendimento da população, nos casos de urgência e emergência realizadas na Secretaria de Saúde junto ao **PSF URBANO**, referente a Plantões no mês de**: JUNHO, DE 2010.**
VALOR: R$-12.062,00-(Doze Mil e Sessenta e Dois Reais.
VIGENCIA: ATE 30.06.2010.
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação:07.07.2010.
Numero Licitação:TP Nº 001/2010.

CONTRATO Nº-181/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura de Canabrava do Norte - MT.
CONTRATADO: VAGNER DELFINO MOREIRA.
DATA ASSINATURA:25.06.2010.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, a Prestação de Serviços de **ANIMAÇÃO DE SHOW GOSPEL QUANDO DA ABERTURA DA 2ª-EXPOBRAVA QUE SERA REALIZADA NOS DIAS 08 A 11 DE JULHO DE 2.010 , COM A DUPLA MARCOS E WAGNER** , neste município**.**
VALOR: R$-4.221,01-(Quatro Mil Duzentos e Vinte e Um Reais e Um Centavos.
VIGENCIA:de **15-(Quinze)** dias**.**
Responsável jurídico: Dr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA OAB/MT - 8954/MT
Data Publicação:07.07.2010.
Numero Licitaçã:N/A.

CANABRAVA DO NORTE-MT, 07 de JULHO de 2.010.

Prefeitura Municipal de Carlinda

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições de Lei n.º 8.666/93 e suas alterações; torna publico que realizara a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2010

OBJETO DA LICITAÇÃO: "Aquisição de Gás de Cozinha".

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 21/07/2010

VALOR ESTIMADO: R$: 13.420,00(treze mil quatrocentos e vinte reais)

HORÁRIO: 09:00 HORAS.

LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREF. MUN. DE CARLINDA/MT.

ENDEREÇO: AV. TANCREDO A. NEVES SN.º - CENTRO – CARLINDA/MT.

EDITAL COMPLETO PODERÁ SER OBTIDO PELOS INTERESSADOS NO MESMO ENDEREÇO, NO HORÁRIO DAS 07:00 ÀS 13:00 HORAS, MAIORES INFORMAÇÕES PELO FONE: (66)3525-2000.

Carlinda/MT, em 07 de Julho de 2010.

ELAINE BATISTA COSTA
Pregoeira

Publique-se

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições de Lei n.º 8.666/93 e suas alterações; torna publico que realizara a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2010

OBJETO DA LICITAÇÃO: "Aquisição de Material Elétrico para atender as necessidades desta secretaria".

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22/07/2010

VALOR ESTIMADO R$22.932,72 (vinte e dois mil novecentos e trinta e dois reais e setenta e dois centavos)

HORÁRIO: 09:00 HORAS.

LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREF. MUN. DE CARLINDA/MT.

ENDEREÇO: AV. TANCREDO A. NEVES SN.º - CENTRO – CARLINDA/MT.

EDITAL COMPLETO PODERÁ SER OBTIDO PELOS INTERESSADOS NO MESMO ENDEREÇO, NO HORÁRIO DAS 07:00 ÀS 13:00 HORAS, MAIORES INFORMAÇÕES PELO FONE: (66)3525-2000.

Carlinda/MT, em 07 de Junho de 2010.

ELAINE BATISTA COSTA
Pregoeira

Publique-se

Prefeitura Municipal de Cláudia

EXTRATO DE CONTRATOS DE JUNHO 2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
CONTRATADO: CONSTRUTORA ROCHA LTDA
OBJETO: Contratação de Empresa para Construção do Centro de MúltiploUso, para abrigar a Feira do Produtor Rural no Município de Cláudia/MT.
Nº: 093/2010 DATA:08/06/2010 VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias **VALOR:** R$ 308.475,75 (Trezentos e oito mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
CONTRATADO: AB Comunicações Ltda ME
OBJETO: Contratação de Empresa de Comunicação Áudio Visual na Prestação de Serviços de Veiculação de Matérias de Interesse Público para a Prefeitura Municipal de Cláudia.
Nº: 094/2010 DATA:16/06/2010 VIGÊNCIA: 06 (seis) meses e 15 (quinze) dias **VALOR: R$** 75.005,00 (Setenta e cinco mil e cinco reais).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
CONTRATADO: PALOMA DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
OBJETO: Fornecimento de produtos/peças e a prestação de Serviços para Manutenção/Revisão nos Veículos Doblo – Placa NJC 7106, Fiat Unos – Placa NJT 1487, Placa NJT 0847, Placa NJG 7375 e Placa NJG 7455, no decorrer do exercício fiscal de 2010.
Nº: 096/2010 DATA:18/06/2010 VIGÊNCIA: 190 (cento e noventa) dias **VALOR: R$** 61.121,00 (sessenta e um mil e cento e vinte e um reais).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
CONTRATADO: BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA
OBJETO: Fornecimento de produtos/peças e a prestação de Serviços para Manutenção/Revisão no Veículo S 10 – Placa JZN 2827, no decorrer do exercício fiscal de 2010.
Nº: 097/2010 DATA:18/06/2010 VIGÊNCIA: 190 (cento e noventa) dias **VALOR:** R$ 13.000,00 (treze mil reais).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
CONTRATADO: COESTE COSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
OBJETO: Prestação de Serviços de Drenagem de Águas Pluviais na Avenida Marechal Cândido Rondon – Rótula P 04 até Rua Venceslau Brás, no Município de Cláudia/MT**.**
Nº: 098/2010 DATA:28/06/2010 VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias **VALOR:** R$ 146.865,52 (cento e quarenta e seis mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e cinqüenta e dois centavos).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
CONTRATADO: Antoninho Geuda
OBJETO: Locação, Instalação de Palco, Som e Iluminação para Apresentação de Show a ser realizado em Comemoração a Emancipação Político Administrativa do Município de Cláudia.
Nº: 099/2010 DATA:30/06/2010 VIGÊNCIA: 05 (cinco) dias **VALOR:** R$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
CONTRATADO: K.A.N. Scalabrin – Serviços e Promoções Artísticas
OBJETO: Contratação da Banda San Genios para Apresentação de Show em Comemoração a Emancipação Político Administrativa do Município de Cláudia.
Nº: 100/2010 DATA:30/06/2010 VIGÊNCIA: 05 (cinco) dias **VALOR:** R$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 050/2008
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
CONTRATADA: Pontual Construções Ltda.
OBJETO: Objetiva aditivar o valor do presente contrato em R$ 98.122,50 (noventa e oito mil e cento e vinte e dois reais e cinqüenta centavos).
DATA:08/06/2010. SHIRLEY YOTZCHETZ - Presidente da C.P.L.

Prefeitura Municipal de Colíder

PORTARIA Nº 097/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a servidora ROSIMARA PEREIRA DA SILVA, do cargo em comissão de Chefe de Departamento de Licitação, DAI III, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 28 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 26 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 174/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

COLOCAR a disposição da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, sem ônus, o servidor WILLIANS MORAES SILVA DE OLIVEIRA, cargo de Fisioterapeuta, referencia 17 e grau "A", lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Abril de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Abril de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS DO MÊS DE JUNHO DE 2010.
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT.

CONTRATO Nº: 099/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: AMARAL PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA - EPP
OBJETO: Aquisição de Peças para Reposição nos Veículos e Máquinas de Diversas Secretarias do Município de Colider/MT.
VALOR R$: R$ 137.245,00
VIGÊNCIA: 07/06/2010 à 31/12/2010

CONTRATO Nº: 100/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: JOSÉ ROBERTO ESPADOTTO - ME
OBJETO: Aquisição de Peças para Reposição nos Veículos e Máquinas de Diversas Secretarias do Município de Colider/MT.
VALOR R$: R$ 52.350,00
VIGÊNCIA: 07/06/2010 à 31/12/2010

CONTRATO Nº: 101/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: NAF PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA
OBJETO: Aquisição de Peças para Reposição nos Veículos e Máquinas de Diversas Secretarias do Município de Colider/MT.
VALOR R$: R$ 8.483,00
VIGÊNCIA: 07/06/2010 à 31/12/2010

CONTRATO Nº: 102/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: NASCIMENTO COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA – ME
OBJETO: Aquisição de Peças para Reposição nos Veículos e Máquinas de Diversas Secretarias do Município de Colider/MT.
VALOR R$: R$ 37.090,00
VIGÊNCIA: 07/06/2010 à 31/12/2010
CONTRATO Nº: 104/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: SEBRAE/MT – Serviço de Apoio de Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso.
OBJETO: Promover O Desenvolvimento da Atividade Leiteira Através da Implantação do Projeto Balde Cheio no Município de Colider, Onde serão Capacitados Técnicos Definidos pela Prefeitura Municipal de Colider de Acordo com a Metodologia Desenvolvida pela Embrapa Pecuária Sudeste.
VALOR R$: R$ 7.000,00
VIGÊNCIA: 14/06/2010 à 31/12/2010

CONTRATO Nº: 105/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: JOSE PEDRO RODRIGUES FILHO - ME.
OBJETO: Fornecimento de Peças e Serviços, a serem utilizados na Recuperação dos Motores dos Veículos e Máquinas de Diversas Secretarias do Município de Colider/MT.
VALOR R$: R$ 17.349.50
VIGÊNCIA: 15/06/2010 à 31/12/2010

CONTRATO Nº: 106/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: ENGENHARIA E COMÉRCIO GOVIC LTDA EPP.
OBJETO: Execução da Obra de Construção de Uma Quadra Poliesportiva no Bairro Bom Jesus no Município de Colider/MT.
VALOR R$: R$ 239.888,09
VIGÊNCIA: 18/06/2010 à 16/10/2010

CONTRATO Nº: 107/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: COOPERATIVA AGRICOLA SELENE
OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados nas escolas municipais de Colider/MT, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública n.º 001/2010, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.
VALOR R$: R$ 24.708,00
VIGÊNCIA: 22/06/2010 à 30/09/2010

CONTRATO Nº: 108/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: PREDICON CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA
OBJETO: Execução da Obra de Pavimentação Asfáltica na Rodovia MT-320, em sua Passagem Urbana em Uma Extensão de 3,82 Km, no Município de Colider/MT.
VALOR R$: R$ 4.471.974,14
VIGÊNCIA: 28/06/2010 à 24/04/2011

CONTRATO Nº: 109/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: A. L GALADINOVIC CONSTRUTORA – ME
OBJETO: Execução da Obra de Construção de Um Centro de Múltiplo Uso no Município de Colider/MT.
VALOR R$: R$ 68.251,53
VIGÊNCIA: 29/06/2010 à 30/10/2010

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: J. ASSIS & CIA LTDA - EPP
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios em geral (carnes, hortifrutigranjeiros e demais gêneros alimentícios), material de copa e cozinha, utensílios domésticos e materiais de limpeza e higiene, para manutenção de diversas secretarias do município de Colider/MT.
Fica alterado o preço unitário dos itens abaixo em decorrência do presente realinhamento de preços da Ata nº 001/2010, conforme planilha abaixo:

LOTE 01 – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
EMPRESA VENCEDORA LOTE 01: **J. ASSIS & CIA LTDA – EPP**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	MARCA	UN.	VALOR REGISTRADO	VALOR DO REALINHAMENTO
2	Açúcar Cristal - Pacote c/ 02 Kg	Itamarati	Pcte	2,89	3,89
36	Colorau em Pó – Pacote c/ 500 g	Sinhá	Pcte	8,65	2,45
45	Extrato de Tomate – Embalagem c/ 350g	Quero - Tpack	Un	0,98	2,15
46	Extrato de Tomate – Embalagem c/ 870g	Quero - Tpack	Un	1,85	4,98
53	Feijão Novo Tipo 1 – Pacote c/ 1 kg	Tio Jand	Pcte	2,25	4,85
54	Feijão Preto Tipo 1- Pacote c/ 1 kg	Tio Jand	Pcte	3,98	4,48
55	Fermento Biológico Seco Instantâneo – Embalag. c/ 500g	Saf-instant	Un	4,95	12,80

LOTE 03 – HORTIFRUTIGRANJEIROS
EMPRESA VENCEDORA LOTE 03: **J. ASSIS & CIA LTDA – EPP**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	MARCA	UN.	VALOR REGISTRADO	VALOR DO REALINHAMENTO
13	Batata Inglesa	Binge	Kg	2,35	3,39
51	Tomate	Nacional	Kg	2,60	3,48

DATA DE ASSINATURA: 17/06/2010

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 038/2008
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: A. L. GALADINOVIC CONSTRUTOTA - ME
OBJETO: Execução da obra de reforma geral do prédio, ampliação de cozinha/refeitório, adequação ao PNEE e construção de muro com gradil na escola estadual "MARIA HELENA CARRARA MISSASSE" no município de Colider/MT, Conforme Projeto Planta e Planilhas Orçamentárias da Tomada de Preço nº 002/2008. Fica acrescentado a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, terminando a vigência do contrato em 27 de Outubro de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 22/06/2010

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 039/2008
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: CONSTRUTORA E METALÚRGICA METAL LIDER LTDA
OBJETO: Execução da obra de reforma geral do prédio e das instalações elétricas e hidro-sanitárias, adequação ao PNEE e construção de quadra poli-esportiva coberta na escola estadual "CEL. ANTÔNIO PAES DE BARROS" no município de Colíder/MT, Conforme Projeto Planta e Planilhas Orçamentárias da Tomada de Preço nº 002/2008. Fica acrescentado a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, terminando a vigência do contrato em 27 de Outubro de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 22/06/2010

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 040/2008
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: CONSTRUTORA E METALÚRGICA METAL LIDER LTDA
OBJETO: Execução da obra de reforma geral do prédio e das instalações elétricas da "ASSESSORIA PEDAGÓGICA" no município de Colíder/MT, Conforme Projeto Planta e Planilhas Orçamentárias da Tomada de Preço nº 002/2008. Fica acrescentado a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, terminando a vigência do contrato em 27 de Outubro de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 22/06/2010

Prefeitura Municipal de Colniza

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº.2026/2010
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 030/2010 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 09 (nove) MESES contados a partir da data de sua publicação na, podendo ser prorrogada na forma da lei.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Colniza/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato represent Prefeita Municipal Srª. Nelci Capitani, RESOLVE registrar os preços da empresa RONDOMOTO LTDA – ME CNPJ Nº.05.634.0 73, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Inst Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/9 alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 160/2009, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços visando aquisições futuras de peças de motos (diversas) pelas Sec conforme especificações e condições constantes neste Edital e seus anexos.
1.1.1. Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações es para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de forne em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de 09 (nove) meses, contados a partir de sua publicação na AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através do Departan Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VR. UNITÁRIO
01	ARO TRASEIRO Nº17 ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	110,00
02	BATERIA ORIGINAL DA NXR 125-12 VOLTS -31500-GSP-903	UND	5	138,00
03	CABO DE EMBREAGEM ORIGINAL DA NXR 125	UND	4	18,00
04	CABO DE FREIO ORIGINAL DA NXR 125	UND	4	21,00
05	CABO DE VELOCIMENTRO ORIGINAL DA NXR 125	UND	4	18,00
06	CAIXA DE DIREÇÃO ORIGINAL NXR 125	UND	3	68,00
07	CAMARA DE AR ORIGINAL DA NXR 125-ARO 17	UND	6	35,00
08	CAPA CORRENTE ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	23,00
09	CAPA DE BANCO ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	15,00
10	CARENAGEM FAROL ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	98,00
11	CHAVE DE IGNIÇÃO ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	125,00
12	CHICOTE PRINCIPAL DA NXR 125	UND	3	138,00
13	CUBO DIANTEIRO ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	110,00
14	ESPELHO DO FREIO TRASEIRO ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	85,00
15	ESCAPAMENTO ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	295,00
16	ESCOVA DE PARTIDA ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	58,00
17	FAIXA DE FREIO DIANTEIRO ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	19,00
18	FAIXA DE FREIO DIANTEIROS ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	25,00
19	JOGO DE RAIOS DIANTEIROS ORIGINAIS DA NXR 125	UND	3	58,00
20	JOGO DE RAIOS TRASEIROS ORIGINAIS DA NXR 125	UND	3	58,00
21	KIT RELAÇÃO ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	150,00
22	LÂMPADA DO FAROL ORIGINAL DA NXR 125-12 VOLTS-35X35 WATS	UND	3	32,00
23	LÂMPADA DO PISCA ORIGINAL DA NXR 125	UND	12	3,00
24	LUVAS ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	23,00
25	MANETE ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	7,00
26	MANICOTO ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	10,00
27	ÓLEO DE MOTOR 20X50	UND	30	20,00
28	PISCA ORIGINAL COMPLETO DA NXR 125	UND	12	10,00
29	PNEU DIANTEIRO ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	140,00
30	PNEU TRASEIRO ORIGINAL NXR 125-ARO -17	UND	3	202,00
31	RELE DE PARTIDA ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	48,00
32	RELE DO PISCA ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	23,00
33	RETENTOR DE BENGALA ORIGINAL DA NXR 125	UND	8	35,00
34	RETENTOR DO PEDAL DE CÂMBIO ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	12,00
35	RETROVISOR ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	22,00
36	ROLAMENTO DIANTEIRO ORIGINAL DA NXR 125 -6301	UND	6	23,00
37	ROLAMENTO ORIGINAL AMORTECEDOR DA NXR 125	UND	3	128,00
38	ROLAMENTO TRASEIRO ORIGINAL DA NXR 125	UND	6	35,00
39	SOFANA DE BENGALA ORIGINAL DA NXR 125	UND	3	32,00
40	VELA ORIGINAL DA NXR 125	UND	9	12,00
41	ACIONADOR ORIGINAL DA NXR 150	UND	1	110,00
42	BATERIA ORIGINAL DA NXR 150-12 VOLTS-31500-KRM-B23	UND	2	98,00
43	BIELA ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	23,00
44	CABO DE EMBREAGEM ORIGINAL DA NXR 150	UND	1	18,00
45	CABO DE FREIO ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	21,00
46	CABO DE VELOCIMENTRO ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	18,00
47	CABO DE ACELERADOR ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	18,00
48	CAIXA DE DIREÇÃO ORIGINAL DA NXR 150	UND	1	68,00
49	CAPA DE BANCO ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	15,00
50	CHICOTE PRINCIPAL DA NXR 150	UND	2	138,00
51	CORRENTE DE COMANDO ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	198,00
52	CUBO DE EMBREAGEM ORIGINAL NXR 150	UND	2	45,00
53	EIXO DO PINHÃO ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	48,00
54	ESCOVA DE PARTIDA ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	58,00
55	FAIXA DE FREIO DIANTEIRO ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	19,00
56	FAIXA DE FREIO TRASEIRA ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	25,00
57	GUARNIÇÃO DE VÁLVULA ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	15,00
58	JOGO DE DISCO DE EMBREAGEM ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	58,00
59	JOGO DE JUNTA ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	22,00
60	KIT CILINDRO, PISTÃO E ANEIS ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	320,00
61	KIT RELAÇÃO ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	150,00
62	LÂMPADA DO PISCA ORIGINAL DA NXR 150	UND	8	3,00
63	MANICOTO ORIGINAL DA NXR 150	UND	1	10,00
64	PISCA ORIGINAL COMPLETO DA NXR 150	UND	8	10,00
65	PLATO DE EMBREAGEM ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	45,00
66	PNEU DIANTEIRO ORIGINAL DA NXR 150-ARO 19	UND	2	140,00
67	RELE DE PARTIDA ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	48,00
68	RETENTOR DE BENGALA ORIGINAL DA NXR 150	UND	4	35,00
69	RETENTOR DE VÁLVULA ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	48,00
70	RETENTOR DO PINHÃO ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	12,00
71	RETROVISOR ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	22,00
72	ROLAMENTO DA BALANÇA COMPLETTO ORIGINAL DA NXR 150	UND	1	108,00
73	ROLAMENTO DIANTEIRO ORIGINAL DA NXR 150 6301	UND	4	140,00
74	ROLAMENTO TRASEIRO ORIGINAL NXR 150 6203/6303	UND	4	35,00
75	SOFANA DE BENGALA ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	32,00
76	VÁLVULA DE ADMISSÃO ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	78,00
77	VÁLVULA DE ESCAPE ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	78,00
78	PNEU DIANTEIRO COM CRAVO 90/90-19 52	UND	1	132,00
79	PNEU TRASEIRO COM CRAVO MÉDIO 4/60-17 PARA MOTO NXR 150	UND	1	175,00
80	PNEU DIANTEIRO COM CRAVO MÉDIO 30/30-19 PARA MOTO NXR 150	UND	1	132,00
81	KIT RELAÇÃO ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	150,00
82	AMORTECEDOR ORIGINAL NXR 150	UND	2	480,00
83	CABO DO ACELERADOR ORIGINAL DA NXR 150	UND	1	18,00
84	CABO DE EMBREAGEM ORIGINAL DA NXR 150	UND	1	18,00
85	BATERIA ORIGINAL DA NXR 150-12 VOLTS-31500-KRM-B23	UND	1	178,00
86	ÓLEO DE CARTE	LT	13	20,00
87	RETROVISOR ORIGINAL DA NXR 150	UND	1	22,00

88	CÂMARA DE AR TRASEIRA PARA MOTO NXR 150	UND	4	35,00
89	CÂMARA DE AR DIANTEIRA PARA MOTO NXR 150	UND	4	35,00
90	MAÇANETA DE FREIO PARA MOTO NXR 150	UND	1	7,00
91	MAÇANETA DE EMBREAGEM PARA MOTO NXR 150	UND	1	7,00
92	CAPA DE CHUVA (PARA MOTOQUEIRO)	UND	1	68,00
93	ROLAMENTO DIANTEIRO ORIGINAL DA NXR 150 6301	UND	2	23,00
94	ROLAMENTO TRASEIRO ORIGINAL DA NXR 150 6203/6303	UND	3	35,00
95	FAIXA DE FREIO DIANTEIRO ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	19,00
96	FAIXA DE FREIO TRASEIRO ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	25,00
97	KIT ROLAMENTO DE DIREÇÃO PARA MOTO NXR 150	UND	1	68,00
98	CABO DE FREIO ORIGINAL DA NXR 150	UND	1	21,00
99	CABO DE VELOCIMENTRO ORIGINAL DA NXR 150	UND	1	18,00
100	KIT RELAÇÃO ORIGINAL DA NXR 150	UND	4	150,00
101	OLEO DO CARTE	UND	26	20,00
102	RETROVISOR ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	22,00
103	CAPA DE CHUVA (PARA MOTOQUEIRO)	UND	2	68,00
104	FAIXA DE FREIO DIANTEIRO ORIGINAL DA NXR 150	UND	4	19,00
105	FAIXA DE FREIO TRASEIRA ORIGINAL DA NXR 150	UND	4	25,00
106	PNEU DIANTEIRO COM CRAVO 90/90-19 52 M/SH31 PARA MOTO NXR 150	UND	2	132,00
107	PNEU TRASEIRO COM CRAVO MÉDIO 4/60-17 PARA MOTO NXR 150	UND	2	160,00
108	PNEU DIANTEIRO COM CRAVO MÉDIO 30/30-19 PARA MOTO NXR 150	UND	3	132,00
109	MAÇANETA DE FREIO PARA MOTO NXR 150	UND	2	7,00
110	MAÇANETA DE EMBREAGEM PARA MOTO NXR 150	UND	2	7,00
111	CABO DE FREIO ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	21,00
112	CABO DE VELOCIMENTRO ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	18,00
113	KIT ROLAMENTO DE DIREÇÃO PARA MOTO NXR 150	UND	2	68,00
114	CÂMARA DE AR DIANTEIRA PARA MOTO NXR 150	UND	8	35,00
115	CÂMARA DE AR TRASEIRA PARA MOTO NXR 150	UND	8	35,00
116	BUCHA DE FIXAÇÃO DO PISCA ORIGINAL DA NXR 150	UND	9	5,00
117	RELE DE PARTIDA ORIGINAL DA NXR 150	UND	1	48,00
118	CUBO DA RODA TRASEIRA PARA MOTO NXR 150	UND	1	292,00
119	ROLAMENTO DIANTEIRO ORIGINAL DA NXR 1506 6301	UND	4	23,00
120	ROLAMENTO TRASEIRO ORIGINAL DA NXR 150	UND	6	35,00
121	PNEU DIANTEIRO PARA MOTO XTZ	UND	4	132,00
122	PNEU TRASEIRO PARA MOTO XTZ	UND	4	160,00
123	PATIN DE FREIO TRASEIRO E DIANTEIRO PARA MOTO XTZ	UND	4	25,00
124	PASTILHA DE FREIO (JOGO) MOTO XTZ	UND	10	35,00
125	CABO DE VELOCIMENTRO MOTO XTZ	UND	4	27,00
126	VEDAÇÃO PROTETORA DA BALANÇA MOTO XTZ	UND	2	28,00
127	KIT TRASMISÃO XTZ	UND	6	85,00
128	RETENTOR DO PINHÃO 1660 MOTO XTZ	UND	4	15,00
129	GUIDÃO MOTO XTZ	UND	2	28,00
130	LANTERNA TRASEIRA MOTO XTZ	UND	2	48,00
131	SINALEIRA DIANTEIRA MOTO XTZ	*UND*	*15*	*12,00*
132	LÂMPADA PISCA MOTO XTZ	UND	20	3,00
133	BATERIA P/ MOTO XTZ	UND	4	135,00
134	CHAVE IGNIÇÃO 50501 MOTO XTZ	UND	5	52,00
135	MANETE LD MOTO XTZ	UND	5	8,00
136	MANICOTO MOTO XTZ	UND	4	15,00
137	RETENTOR DE BENGALA MOTO XTZ	UND	8	22,00
138	CUBO DA RODA DIANTEIRA MOTO XTZ	UND	2	138,00
139	SUPORTE PLACAS MOTO XTZ	UND	4	28,00
140	CUBO RODA TRASEIRA MOTO XTZ	UND	2	240,00
141	AMORTECEDOR TRASEIRO MOTO XTZ	UND	5	300,00
142	ESPACADOR CUBO DA RODA MOTO XTZ	UND	2	15,00
143	ARO P/ RODA MOTO XTZ	UND	3	75,00
144	FILTRO AR ELEMENTO MOTO XTZ	UND	10	18,00
145	GUARNIÇÃO DO ESCAPAMENTO MOTO XTZ	UND	2	18,00
146	PARALAMA DIANTEIRO MOTO XTZ	UND	2	48,00
147	TENSIONADOR MOTO XTZ	UND	6	110,00
148	BLOCO OPTICO BIODO MOTO XTZ	UND	2	48,00
149	ROLAMENTO 6302 MOTO XTZ	UND	20	25,00
150	CAPA PARA BANCO MOTO XTZ	UND	5	15,00
151	PEDAL CAMBIO MOTO XTZ	UND	3	26,00
152	PEDAL DE PARTIDA MOTO XTZ	UND	4	85,00
153	BAGAGEIRO CROMADO MOTO XTZ	UND	4	45,00
154	RELE PISCA MOTO XTZ	UND	8	23,00
155	RETROVISOR 544 MOTO XTZ	UND	6	25,00
156	OLEO 2 TEMPOS	UND	4	20,00
157	AMORTECEDOR ORIGINAL DA XLR	UND	4	480,00
158	CAPA CORRENTE XLR	UND	2	23,00
159	CAPA DE BANCO MOTO XLR	UND	4	15,00
160	RETENTOR DE BENGALA MOTO XLR	UND	2	35,00
161	KIT RELAÇÃO XLR	UND	4	150,00
162	SUPORTE DE CAVALETE XLR	UND	3	35,00
163	ESCAPE MOTO XLR	UND	2	98,00
164	CHAVE IGNIÇÃO MOTO XLR	UND	2	42,00
165	LÂMPADA DO FAROL XLR	UND	5	32,00
166	RETENTOR DO PEDAL DE CÂMBIO XLR	UND	2	12,00
167	PAR DE ROLEMENTO DIANTEIRO XLR	UND	2	23,00
168	PAR DE ROLAMENTO TRASEIRO XLR	UND	2	35,00
169	MANETE DE FREIO MOTO XLR	UND	3	7,00
171	AMORTECEDOR ORIGINAL XLR	UND	4	480,00
172	CABO DO ACELERADOR ORIGINAL NXR 150	UND	2	18,00
173	CABO DE EMBREAGEM ORIGINAL DA NXR 150	UND	2	18,00
174	BATERIA ORIGINAL DA NXR 150-12 VOLTS-3150-KRM-B3	UND	2	178,00

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o Período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida.

5.2. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Colniza, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.3. Os materiais e produtos deverão ser entregues nos locais a ser definidos pela Prefeitura Municipal de Colniza, da forma como forem solicitados pelo setor competente.

5.3.1. A entrega dos itens poderá ser diariamente, de segunda a sexta feira;

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectivas proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.8. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.9. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.11. Fiscalizar a perfeita cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.12. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.13. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.13.1. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.14. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens;
6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;
6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;
6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;
6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7. DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.
7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.
7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.
8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.
8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.
8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;
d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.
9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega dos Itens sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;
10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o contratado possuir com a Prefeitura Municipal de Colniza/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;
10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:
a) Advertência por escrito
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Colniza/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;
10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Colniza, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com esta Prefeitura;
10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;
10.5. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no item 10.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
II. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

14. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Colniza/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 3 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.
Colniza - MT, 31 de março de 2010.

Antonio Apolinário
Pregoeiro

Ádina da Silva
Suplente

Cristiane P. de S.S. Dorneles
Equipe de Apoio

Giselli Santos de Paiva
Equipe de Apoio

Claudeci da Silva Soares
Rondo Motos LTDA - ME

Prefeitura Municipal de Confresa

LEI COMPLEMENTAR Nº 063/ 2010 DE 05 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA QUE O EXECUTIVO POSSA CEDER EM COMODATO, A OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS, VEÍCULOS RECEBIDOS EM DOAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Prefeitura Municipal de Confresa autorizada, pela presente Lei, a **CEDER EM COMODATO**, pelo prazo de 10 (dez) anos, a outros Órgãos públicos, se entender pertinente e mediante requerimento da parte interessada, os veículos abaixo elencados, recebidos em doação da Receita Federal do Brasil, conforme documentos em anexo:

- automóvel Renault Scenic/1999/placa AIO6026;
- automóvel Nissan Terrano/1988/placa AGO109-;
- automóvel VW Parati/1994/placa BOV9682
- automóvel Nissan Pulsar/1996/placa OAV562-;
- automóvel Kia/1993/placa AEO686-;
- automóvel Fiat Marea/2001/placa DCM2752;
- automóvel Hyundai/1995/placa IDI0206;
- automóvel Renault Megane/1998/placa MCC1760;
- automóvel GM Kadett Ipanema/1993/placa ADT5298;
- automóvel GM Kadett Ipanema/1997/placa AGX4633;
- automóvel GM Vectra/1999/placa DAQ1907;
- automóvel GM Kadett GL/1995/placa LYP7750.

Art. 2º. A cessão em comodato será feita mediante solicitação do Órgão interessado cabendo exclusivamente ao Executivo decidir pela concordância com o pedido.

Art. 3º. São condições imprescindíveis para a presente cessão:

I – arcar o Órgão beneficiado com todas as despesas com manutenção e taxas do veículo recebido a partir da assinatura do Termo de Comodato;

II - utilização do veículo exclusivamente para as atividades do Órgão;

II - impedimento de repassar o veículo a outro Órgão, bem como sublocar ou alienar sob qualquer pretexto.

Art. 4º. O prazo da cessão será de 10 (dez) anos, a contar da data de publicação da presente Lei.

Parágrafo único - A cessão poderá ser prorrogada, por igual período, desde que obtida a autorização expressa do Poder Legislativo, e extinguir-se-á-se automaticamente caso o prazo estabelecido transcorra sem que novo Termo seja materializado.

Art. 5º. O descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei, implicará na automática extinção do Comodato e imediata devolução do veículo ao Executivo.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 05 de Julho de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Portaria nº 112/2010 de 21 de Junho de 2010.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE LICENÇA DE UM ANO SEM VENCIMENTOS Á SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVO CONFORME ART.121 DA LEI COMPLEMENTAR 020/2005

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº: 020/2005.

RESOLVE;

Art. 1º - Fica interrompida a Licença sem Vencimentos de (01) um ano concedida em 22/04/2010 através da Portaria 068/2010, a pedido da servidora, a **Sra. CELIANE GARCIA FERNANDES,** efetiva no cargo **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, ficando autorizada sua volta ao trabalho a partir do dia 21/06/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 21 de Junho de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Portaria nº 120/2010 de 05 de Julho de 2010.

DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº: 020/2005 Art. 152.

CONSIDERANDO:

· Ofício 0121/2010/ Secretaria Municipal de Administração de 18/06/2010.
· Ofício 989/2010 da Secretaria Municipal de Saúde de 21/06/2010.
· Publicação no Diário Oficial em 30/06/2010.
· Ofício 299/2010 Depto de Recursos Humanos de 01/07/2010.

R E S O L V E;

Art. 1º - Determinar Instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da Servidora efetiva ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a Sra. **SONIA MARIA GOMES FEITOSA -** Matricula 000431, lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Psf Vila Veranopolis**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Portaria nº 121/2010 de 05 de Julho de 2010.

DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº: 020/2005 Art. 152.

CONSIDERANDO:

· Ofício 282/2010/Depto de Recursos Humanos de 17/06/2010.
· Ofício 1190/2010 da Secretaria Municipal de Educação de 22/06/2010.

· Publicação no Diário Oficial em 30/06/2010.

R E S O L V E;

Art. 1º - Determinar Instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do Servidor efetivo ocupante do cargo de Apoio Administrativo Educacional, o Sr. **ADELMAR RODRIGUES MOTA -** Matricula 010530, lotado na Secretaria Municipal de Educação/Escola Vereador Valdomiro Nunes Araújo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Julho de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

LEI Nº. 413/2010 DE 05 DE JULHO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R$9.997.310,30 (nove milhões e novecentos e noventa e sete mil e trezentos e dez reais e trinta centavos), DE ACORDO COM O ART. 41, ITEM II, ART. 42 E ART. 43, § 3º, DA LEI 4.320/64 E ART. 167, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Anual para o Exercício de 2010 aprovado pela Lei nº 381/2009, como segue:

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade 2 – Urbanismo

Proj./Ativid . – 1.117– Travessia Urbana de Confresa

4.4.90.51 – Obras e Instalações .....R$9.997.310,30

Art. 2° - Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado o excesso de arrecadação pela liberação do convênio de acordo com Resolução de Consulta do TCE 43/2008.

Parágrafo Único - O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será suplementado através de Decreto do Executivo por excesso de arrecadação, de acordo **com o valor da liberação das parcelas** do Recurso.

Art. 3° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em 05 de julho de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Portaria nº 113/2010 de 23 de Junho de 2010.

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE;

Art. 1º - Fica designada para exercer cargo em Comissão de Diretora Escolar a Servidora a Sra. **MARIA DA SILVA DINIZ** – Matricula 000579 - lotada na Secretaria Municipal de Educação - Escola Municipal Vida e Esperança, por um período de 90 (noventa) dias, compreendido entre 23/06/2010 á 20/09/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 23 de Junho de 2010.

Gaspar Domingos Lazari
Prefeito Municipal

Terezinha de Jesus Aires Duarte
Secretaria Municipal de Educação

Portaria nº 119/2010 de 28 de Junho de 2010

DISPÕE SOBRE ASCENSÃO DE NÍVEL E CLASSE DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL EFETIVOS

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 020/2005 Art. 071.

RESOLVE;

Art. 1º - Fica concedida ascensão de Nível e Classe por tempo de Serviço, Assiduidade e Especialização Profissional e Graduação aos Servidores Públicos Municipal relacionados abaixo:

MAT	SERVIDOR	CARGO/FUNCAO	ELEVACAO	
			NIVEL	CLASSE
000207	GERACINA MARTINS DA SILVA	PROFESSORA MAGISTÉRIO	II	B
010319	IVONIRA SANTOS BARROS	TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	II	B
010501	NAIRA CRISTINA PEREIRA LOPES	TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	II	B
000345	NEUZA BATISTA DE ALMEIDA	PROFESSORA MAGISTÉRIO	II	B
010500	ROSILDA FERREIRA DOS REIS	APOIO ADM EDUCACIONAL INFRAESTRUTURA	II	B

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 28 de Junho de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Conquista D' Oeste

EDITAL Nº 004/2010

O Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao artigo 12, inciso III da Lei Federal nº 11.124 de 16/12/2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, **TORNA PÚBLICO Á POPULAÇÃO EM GERAL**, por afixação nos murais da Prefeitura e Câmara Municipal e também nos meios de comunicação de massa que:

Será realizada a **1ª Audiência Pública para a Elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.**

Dia: 28/07/2010
Horário: 16 horas
Local: Auditório da Câmara de Vereadores;

Edifício da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, aos 05 dias do mês de Julho de 2010.

Jair Podavin Ferreira
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu

EDITAL COMPLEMENTAR N. 005/2010

DIVULGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL N° 002/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, **através do seu Presidente – a Srª. JESUINA MARIA DE AQUINO**, **usando de suas atribuições legais,** divulga aos candidatos inscritos e interessados o RESULTADO PARCIAL do Processo Seletivo nº. 002/2010.

O presente Edital está disponível para os candidatos e interessados nos quadros de aviso da Prefeitura Municipal.

Cotriguaçu, 23 de Junho de 2010.

JESUÍNA M. DE AQUINO
PRESIDENTE

WANIA MACEDO
SECRETÁRIA

NOELI MARIA LORANDI
MEMBRO

EDITAL COMPLEMENTAR 002/2010
DIVULGA LOCAL E HORÁRIO DA PROVA TEÓRICA E PRÁTICA
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL N° 003/2010

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL, comunica aos candidatos inscritos para o Processo Seletivo Edital N° 003/2010 e interessados que a prova teórica será realizada na Escola Municipal Paulo Freire, localizada na Rua Geneci Castanha, N° 122 – Centro de Cotriguaçu, a partir das 8:00 (oito horas). E a prova prática será realizada na Sede da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida 20 de Dezembro, nº 725 – Centro de Cotriguaçu, a partir das 13:00 horas.

O candidato deverá chegar ao Local da Prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido com o Comprovante de Inscrição, documento de Identidade Original e caneta esferográfica de cor azul ou preta.

Cotriguaçu, 07 de Julho de 2010.

JESUÍNA M. DE AQUINO
Presidente da Comissão de Processo Seletivo

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO 003/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, através de sua Presidente – a Srª JESUÍNA M. DE AQUINO, usando de suas atribuições legais, **torna pública a relação de candidatos inscritos, deferidos e homologados.**

A relação em ordem de inscrição dos candidatos deferidos e homologados está inserida em anexo do presente Edital, respectivamente.

O presente Edital de Homologação e convocação está também disponível para os candidatos e interessados, no mural da Prefeitura Municipal.

Cotriguaçu, 07 de Julho de 2010.

JESUÍNA M. DE AQUINO
PRESIDENTE

WANIA MACEDO
SECRETÁRIA

NOELI MARIA LORANDI
MEMBRO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N° 026/2010

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT., torna público que realizará nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, Licitação na Modalidade Tomada de Preços n° 026/2010, tendo como Objeto: "**AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES"**, com abertura no dia 23 de julho de 2010, às 08:00 horas, em sua sede na Av. 20 de dezembro, n° 725, centro, na cidade de Cotriguaçu-MT., na sala de Licitações, podendo os interessados adquirirem pastas e informações no horário de expediente da Prefeitura, mediante o pagamento da taxa não reembolsável de R$20,00 (Vinte reais).

Cotriguaçu/MT, 07 de julho de 2010.

DAMIÃO CARLOS DE LIMA
PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2010.

AGENTE DEMANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA - NOVA UNIÃO)

Candidato	Inscrição	Nasc.	Português	C. Gerais	Específica	Títulos	Total	situaçao
REGINALDO FALCÃO	1	6/6/1956	5,00	15,00	15,00		35,00	aprovado

Prefeitura Municipal de Dimantino

RESCISÕES

RESCISÃO CONTRATO Nº: 065/2009 – **CONTRATADA:** MILAINE MEURE DE SOUZA – **OBJETO:** O presente termo tem por finalidade a RESCISÃO do contrato de servidor temporário n° 065/2009, tendo como objeto a contratação da servidora com o cargo de agente de saúde ambiental, lotada no P. S. F. – Bom Jesus – **DATA DA RESCISÃO:** 01/06/2010.
RESCISÃO CONTRATO Nº: 276/2009 – **CONTRATADO:** EMERSON DE OLIVEIRA ALVES – **OBJETO:** O presente termo tem por finalidade a RESCISÃO do contrato de servidor temporário n° 276/2009, tendo como

objeto a contratação do servidor com o cargo de médico, lotado no P. S. F. – Rural – **DATA DA RESCISÃO:** 02/06/2010.

RESCISÃO CONTRATO Nº: 341/2009 – **CONTRATADO:** FRANCISCO DE SALES DA SILVA – **OBJETO:** O presente termo tem por finalidade a RESCISÃO do contrato de servidor temporário n° 341/2009, tendo como objeto a contratação do servidor com o cargo de vigia, lotado na Farmácia Municipal – **DATA DA RESCISÃO:** 01/06/2010.

RESCISÃO CONTRATO Nº: 619/2009 – **CONTRATADO:** ALDINEI FERREIRA DA ROSA – **OBJETO:** O presente termo tem por finalidade a RESCISÃO do contrato de servidor temporário n° 619/2009, tendo como objeto a contratação do servidor com o cargo de agente administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Lazer – **DATA DA RESCISÃO:** 01/06/2010.

RESCISÃO CONTRATO Nº: 667/2009 – **CONTRATADA:** KARINA NONATO – **OBJETO:** O presente termo tem por finalidade a RESCISÃO do contrato de servidor temporário n° 667/2009, tendo como objeto a contratação do servidor com o cargo de enfermeira, lotado no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS – **DATA DA RESCISÃO:** 18/06/2010.

RESCISÃO CONTRATO Nº: 025/2010 – **CONTRATADO:** JOVINO DA SILVA – **OBJETO:** O presente termo tem por finalidade a RESCISÃO do contrato de servidor temporário n° 025/2010, tendo como objeto a contratação do servidor com o cargo de motorista de veículos pesados, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos – **DATA DA RESCISÃO:** 07/06/2010.

RESCISÃO CONTRATO Nº: 262/2010 – **CONTRATADO:** ANDRIOLLY COELHO DE MENEZES – **OBJETO:** O presente termo tem por finalidade a RESCISÃO do contrato de servidor temporário n° 262/2010, tendo como objeto a contratação do servidor com o cargo de atendente de cidadania, lotado no Pronto Atendimento – **DATA DA RESCISÃO:** 01/06/2010.

RESCISÃO CONTRATO Nº: 278/2010 – **CONTRATADA:** BENEDITA MARTINS DE SOUZA – **OBJETO:** O presente termo tem por finalidade a RESCISÃO do contrato de servidor temporário n° 278/2010, tendo como objeto a contratação do servidor com o cargo de auxiliar de enfermagem, lotada no P. S. F. – Buriti – **DATA DA RESCISÃO:** 01/06/2010.

RESCISÃO CONTRATO Nº: 280/2010 – **CONTRATADA:** RAFAELLA SANTOS DE BARROS – **OBJETO:** O presente termo tem por finalidade a RESCISÃO do contrato de servidor temporário n° 280/2010, tendo como objeto a contratação da servidora com o cargo de enfermeira, lotada no Pronto Atendimento – **DATA DA RESCISÃO:** 04/06/2010.

RESCISÃO CONTRATO Nº: 308/2010 – **CONTRATADO:** ALESSANDRA DIAS DE OLIVEIRA CASTRO – **OBJETO:** O presente termo tem por finalidade a RESCISÃO do contrato de servidor temporário n° 308/2010, tendo como objeto a contratação do servidor com o cargo de enfermeira, lotada no P. S. F. – Pé Branco – **DATA DA RESCISÃO:** 01/06/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT
CONTRATOS

CONTRATO: 368/2010 – **CONTRATADO:** MOACYR JOSÉ RODRIGUES – **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação do servidor com o cargo de motorista de veículos pesados, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente – **DATA:** 02/06/2010 – **VIGÊNCIA:** 31/12/2010 – **VALOR:** 620,93.

CONTRATO: 369/2010 – **CONTRATADO:** APARECIDO JOSÉ DE SOUZA – **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação do servidor com o cargo de vigia, lotado na Rodoviária – **DATA:** 02/06/2010 – **VIGÊNCIA:** 31/12/2010 – **VALOR:** 510,00.

CONTRATO: 370/2010 – **CONTRATADO:** AURÉLIO JOVERCINO DE ALMEIDA – **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação do servidor com o cargo de vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e vigilância Sanitária – **DATA:** 02/06/2010 – **VIGÊNCIA:** 31/12/2010 – **VALOR:** 510,00.

CONTRATO: 371/2010 – **CONTRATADO:** NELSON ROMANELLI OLMOS – **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação do servidor com o cargo de médico, lotado no Centro de Saúde Central – **DATA:** 02/06/2010 – **VIGÊNCIA:** 31/12/2010 – **VALOR:** 4.435,20.

CONTRATO: 372/2010 – **CONTRATADA:** GISELE BARBOSA DA SILVA – **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação da servidora com o cargo de médica, lotada no P. S. F. – Bom Jesus – **DATA:** 02/06/2010 – **VIGÊNCIA:** 31/12/2010 – **VALOR:** 4.435,20.

CONTRATO: 373/2010 – **CONTRATADA:** GRACIELE SALUS DO NASCIMENTO – **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação da servidora com o cargo de atendente de cidadania, lotada no Pronto Atendimento – **DATA:** 02/06/2010 – **VIGÊNCIA:** 31/12/2010 – **VALOR:** 510,00.

CONTRATO: 374/2010 – **CONTRATADA:** FRANCIELI SOARES DE MATOS – **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação da servidora com o cargo de agente de saúde ambiental, lotada no P. S. F. – Pé Branco – **DATA:** 02/06/2010 – **VIGÊNCIA:** 31/12/2010 – **VALOR:** 510,00.

CONTRATO: 375/2010 – **CONTRATADO:** APARECIDO DA SILVA BARBOSA – **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação do servidor com o cargo de vigia, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – **DATA:** 02/06/2010 – **VIGÊNCIA:** 31/12/2010 – **VALOR:** 510,00.

CONTRATO: 376/2010 – **CONTRATADA:** DENYSE VIEIRA DE BARROS – **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação da servidora com o cargo de técnico administrativo educacional, lotada na Biblioteca Municipal – **DATA:** 02/06/2010 – **VIGÊNCIA:** 23/12/2010 – **VALOR:** 715,00.

CONTRATO: 377/2010 – **CONTRATADA:** VERA LUCIA ALVES DE OLIVEIRA – **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação da servidora com o cargo de apoio administrativo educacional – nutrição escolar, lotada na E. M. E. I. Vovó Celina – **DATA:** 02/06/2010 – **VIGÊNCIA:** 23/12/2010 – **VALOR:** 529,10.

CONTRATO: 380/2010 – **CONTRATADO:** ODILON ROSBACH DE SOUZA – **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação do servidor com o cargo de motorista de veículos pesados, lotado no Transporte Escolar – **DATA:** 21/06/2010 – **VIGÊNCIA:** 23/12/2010 – **VALOR:** 620,93.

CONTRATO: 385/2010 – **CONTRATADA:** VIVIANE VANNI CARVALHO – **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação da servidora com o cargo de assistente técnico de esporte, lotada no Centro de Convivência do Idoso – **DATA:** 01/07/2010 – **VIGÊNCIA:** 31/12/2010 – **VALOR:** 569,18.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT
ADITIVOS

ADITIVO CONTRATO Nº: 125/2010 – **CONTRATADA:** FRANCISLENE OLIVEIRA DA SILVA – **OBJETO:** O presente termo aditivo tem por finalidade a prorrogação do termo final do contrato de Servidor Temporário nº 125/2010, para a data de 23/12/2010 – **DATA DO ADITIVO:** 14/05/2010 – **VIGÊNCIA:** 23/12/2010.

ADITIVO CONTRATO Nº: 236/2010 – **CONTRATADA:** VANDINÉIA PAULA HERCULANA DA SILVA RODRIGUES – **OBJETO:** O presente termo aditivo tem por finalidade a prorrogação do termo final do contrato de Servidor Temporário nº 236/2010, para a data de 23/12/2010 – **DATA DO ADITIVO:** 14/05/2010 – **VIGÊNCIA:** 23/12/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT
DISTRATOS

DISTRATO CONTRATO Nº: 362/2010 – **DISTRATADO:** NELSON ROSSI BURATO - **OBJETO:** O presente termo tem por finalidade o DISTRATO do Contrato de Prestação de Serviço de Consultoria e Assessoria Jurídica n° 362/2010. – **DATA DO DISTRATO:** 05/07/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 011/2010

CONTRATO Nº 383/2010.
OBJETO: O presente contrato tem como objeto apresentação de show ao vivo da Banda Objetivo, no evento comemorativo "Festa Junina – Projeto Prefeitura e AABB Comunidade", no dia 09 de julho de 2010, na Praça do bairro São Benedito.
CONTRATANTE: Município de Diamantino-MT
CONTRATADO: Adão Agripino dos Santos
VALOR: R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).
DATA: 29/06/2010
VIGENCIA: 09/07/2010.
BASE LEGAL: art. 24, inc. IV, da Lei nº. 8.666/93.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 012/2010

CONTRATO Nº 384/2010.
OBJETO: O presente contrato tem como objeto apresentação de show ao vivo da Banda Objetivo, no evento comemorativo de Aniversário do Município de Diamantino-MT, no dia 17 de setembro de 2010, no Parque de Exposições.
CONTRATANTE: Município de Diamantino-MT
CONTRATADO: Adão Agripino dos Santos
VALOR: R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).
DATA: 29/06/2010
VIGENCIA: 17/09/2010.
BASE LEGAL: art. 24, inc. IV, da Lei nº. 8.666/93.

Decreto nº 057/2010

Determina o cancelamento do Edital 001/2009 Promoção Social.

Juviano Lincoln, Prefeito do Município de Diamantino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67, VI da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - o cancelamento do Edital de Seleção nº 001/2009/Promoção Social, publicado em 22/01/2010 páginas 28 à 30, e dia 25/01/2010 páginas 28 e 29 no Diário Oficial AMM – Associação Mato-grossense dos Municípios, que dispõem sobre contratação temporária de Professores, Auxiliares de Regência, Técnico Administrativo Educacional e apoio Administrativo Educacional (nutrição)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 29 de junho de 2010.

Juviano Lincoln
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 367/2010 – ASS.02/06/2010 – Vlr - R$ 24.000,00 (Vinte quatro mil reais), contratado: **DATAPUBLICA SISTEMAS LTDA ME**: Objeto: Serviço de Locação de software e consultoria em sistema de controle interno, vigência do Contrato: 2010.
DIAMANTINO /MT em 06 de julho de 2010
JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 382/2010 – ASS.29/06/2010 – Vlr - **R$ 352.834,48 (trezentos e cinqüenta e dois mil oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos)**, contratado: **PREDIAL CONSTRUTORA LTDA – EPP**: Objeto: Contratação de empresa para **reforma de 06 (seis) escolas municipais de Diamantino/MT**, vigência do Contrato: 2010.
DIAMANTINO /MT em 06 de julho de 2010
JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 378/2010 – ASS.10/06/2010 – Vlr - **R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)**, contratado**: SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA**: Objeto: Prestação de Serviços de Consultoria Elaboração de projetos e Acompanhamento de Convênios junto aos Órgãos federais e Estaduais e operacionalização dos Sistemas SINCOV E SIGCON / CEPRAN, vigência do Contrato: 2010.
DIAMANTINO /MT em 06 de julho de 2010
JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 381/2010 – ASS.21/06/2010 – Vlr - **R$ 100.000,00 (Cem mil reais)**, contratado**: K. A. N. Scalabrin – Serviços e Promoções Artísticas**, processo de inexigibilidade Nº. 005/2010 contrato tem por fundamento legal o art. 25 III. Objeto: contrato apresentação de show ao vivo da Banda Calypso, para o aniversario da cidade, vigência do Contrato: 2010.
DIAMANTINO /MT em 06 de julho de 2010
JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 379/2010 – ASS.21/06/2010 – Vlr - R$ 14.916,65 (Quatorze Mil Novecentos e Dezesseis Reais e Sessenta e Cinco Centavos), contratado**: ROSALIA RODRIGUES TEIXEIRA & CIA LTA**, processo de Dispensa de licitação Nº. 011/2010 contrato tem por fundamento legal o art. 24 IV. Objeto: Execução de Obra em Recuperação de calçamento com paralelepípedos irregulares na Rua Rui Barbosa, Travessa Comendador Henrique e Av. Municipal, perfazendo 545 M², vigência do Contrato: 2010.
DIAMANTINO /MT em 06 de julho de 2010

JUVIANO LINCOLN-
PREFEITO MUNICIPAL.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2010 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 05/04/2010 A 05/04/2011

Ao trigésimo primeiro dia do mês de março de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino/MT, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de Apoio, nomeada pela **Portaria nº. 002/2010 de 05 de janeiro de 2010**, composta da seguinte forma: FÁBIO TOMEKITI FUKUSHIMA – Pregoeiro e equipe de Apoio composta por: SANDRA BERENICE WAGNER DA SILVA; MARINA MANTELLI e OSANIR FERREIRA NASCIMENTO, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares, clínicos, laboratoriais, e ambulatoriais, para o período de 12 (doze) meses.

I – Consideram-se registrados os preços dos Detentores desta Ata: CLEUZE MARIA BAGAGIR PRODUROS ODONTOLOGICOS - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.403.249/0001-73, **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº. 03.652.030/0001-70, **ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇAO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº. 02.192.932/0001-09, a saber:

CLAÚSULA I – DOS PREÇOS
O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº. 016/2010.

LOTE 01 - MATERIAL AMBULATORIO
ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇAO LTDA

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇAO DOS PRODUTOS	MARCA	P. UNIT
1	200	PACOTE	ABAIXADOR DE LÍNGUA PCT COM (100)	ESTILO	R$ 1,88
2	240	UNID	ABOCATH Nº14	SOLIDOR	R$ 0,52
3	240	UNID	ABOCATH Nº16	SOLIDOR	R$ 0,46
4	600	UNID	ABOCATH Nº18	SOLIDOR	R$ 0,46
5	970	UNID	ABOCATH Nº20	SOLIDOR	R$ 0,46
6	1.210	UNID	ABOCATH Nº22	SOLIDOR	R$ 0,46
7	1.210	UNID	ABOCATH Nº24	SOLIDOR	R$ 0,52
8	10	UNID	ABOCATH Nº 26	SOLIDOR	R$ 0,52
9	18.400	UNID	AGUA DESTILADA - 10ML	ISOFARMA	R$ 0,10
10	210	UNID	ÁGUA DESTILADA 1 LT	JP	R$ 2,61
11	25	UNID.	ÁGUA DESTILADA P/AUTOCLAVE – 5 LITROS	REYMER	R$ 5,61
12	25	UNID.	ÁGUA OXIGENADA – VOL. 10 1 LT	RIOQUIMICA	R$ 2,56
13	10	UNID.	AGUARRÁS MINERAL - 500ML	RENNER	R$ 6,29
14	20	CX	AGULHA – 13/ 4,5 CX C/ 100 UNID	PROCARI	R$ 3,70
15	80	CX	AGULHA – 20/ 5,5 CX C/ 100 UNID	INJEX	R$ 5,33
16	20	CX	AGULHA - 22X5,5 CX C/ 100 UNID	PROCARI	R$ 3,70

17	20	CX	AGULHA – 25/ 7 CX C/ 100 UNID	PROCARI	R$	3,70
18	20	CX	AGULHA - 25/ 8 CX C/ 100 UNID	PROCARI	R$	3,70
19	50	CX	AGULHA - 40X12 CX C/100 UNID	PROCARI	R$	3,89
20	1.220	UNID	ALCOOL 1 LITRO 70%	MIYAKO	R$	2,61
21	30	UNID	ALCOOL IODADO 01,% 1LITRO	RIOQUIMICA	R$	8,73
22	290	ROLOS	ALGODÃO HIDROFILO EM ROLO DE 500GR	SOFT COTTON	R$	6,09
23	100	UNI	ALGODÃO ORTOPEDICO 10CM - PCTE C-12	ORTOFEN	R$	1,69
24	50	UNI	ALGODÃO ORTOPÉDICO 15CM - PCTE C-12	ORTOFEN	R$	2,61
25	50	UNID	ALGODÃO ORTOPÉDICO 20CM - PCTE C-12	ORTOFEN	R$	3,38
26	50	UNID	ALGODÃO ORTOPEDICO 6CM – PCTE C/ 12	ORTOFEN	R$	1,02
27	150	UNID	ALMOTOLIA 250 ML	J.PROLAB	R$	1,33
28	2	UNIDADE	ANTROPÔMETRO	MSO	R$	170,88
29	1.200	PCT	ATADURA CREPE 12 CM 13 FIOS C/12	ORTOFEN	R$	4,79
30	180	UNID	ATADURA DE CREPE 10 CM 13 FIOS C/12	ORTOFEN	R$	3,99
31	235	PCT	ATADURA CREPE 15 CM 13 FIOS C/12	ORTOFEN	R$	6,00
32	195	PCT	ATADURA DE CREPE 10CM 12X1 PCT	ORTOFEN	R$	3,04
33	180	PCT	ATADURA DE CREPE 20CM 12X1 PCT	MB-TEXTIL	R$	5,78
34	15	UNID	ATADURA ELÁSTICA 20 CM – ROLO	NEVE	R$	17,21
35	1.440	UNID	ATADURA GESSADA 10CMX3M ROLO	POPULAR	R$	0,73
36	1.440	UNID	ATADURA GESSADA 15CMX3M ROLO	POPULAR	R$	1,11
37	1.440	UNID	ATADURA GESSADA 20CMX4M ROLO	POPULAR	R$	1,81
38	1.440	UNID	ATADURA GESSADA 6CMX2M ROLO	POPULAR	R$	0,35
39	170	PCT	AVENTAL MG CURTA C/TIRA PA C/10 UNI	ANADONA	R$	12,49
40	10	PCT	BOLSA COLETODA DE DIURESE PARA SONDA C/100	MARKMED	R$	0,22
41	24	UNID	BOLSA P/COLOSTOMIA 63MM – PCTE C/10	MARKMED	R$	3,76
42	6	UNID	CABO DE BISTURI N°4	ABC	R$	4,64
43	2	UNID	CABO PARA LÂMINA DE BISTURI – Nº 03	ABC	R$	4,64
44	8	UNID.	CABOS DE BISTURI Nº 15	ABC	R$	4,64
45	24	RL	CADARÇO P/ CÂNULA DE INTUBAÇÃO – ROLO	SKY	R$	1,88
46	1.200	UNID	CÂNULA INTUBAÇÃO C/ CUFF Nº 3,5	SOLIDOR	R$	1,89
47	1.200	UNID	CÂNULA INTUBAÇÃO C/ CUFF Nº 4,0	SOLIDOR	R$	1,89
48	180	UNID	CÂNULA INTUBAÇÃO C/ CUFF Nº 7,5	SOLIDOR	R$	1,89
49	360	UNID	CATETER NASAL PARA OXIGENIO	SANOBIOL	R$	0,77

50	360	UNID	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% - 10 ML	HYPOFARMA	R$	0,48
51	5.400	UNID	CLORETO DE SÓDIO 0,9% - 10 ML	ISOFARMA	R$	0,14
52	360	UNID	CLORETO DE SÓDIO 20% - 10 ML	ISOFARMA	R$	0,17
53	70	UNID.	CLOREXIDINA – 2%/ 100 ML	RIOQUIMICA	R$	2,15
54	95	UNID.	CLOREXIDINA – 2%/ 250 ML	RIOQUIMICA	R$	5,39
55	100	UNID.	CLOREXIDINA – 4% 1 L	RIOQUIMICA	R$	25,08
56	10	UNID	CLORHEXIDIAN GEL 2%	RIOQUIMICA	R$	1,91
57	5	UNID	COBERTORES P/ PACIENTES C/ HIPOTERMIA	TEKA	R$	24,20
58	10	CX	COLETOR INFANTIL FEMININO DESCARTÁVEL TIPO SACO C/ ADESIVO HIPOALERGÊNICO CAPACIDADE 100ML CX C/ 100UNIDADES	MARKMED	R$	44,84
59	10	CX	COLETOR INFANTIL MASCULINO DESCARTÁVEL TIPO SACO C/ ADESIVO HIPOALERGÊNICO CAPACIDADE 100ML CX C/ 100UNIDADES	MARKMED	R$	44,84
60	630	PCT	COLETOR UNIVERSAL 80 ML PCT C/ 100	J.PROLAB	R$	0,21
61	1.100	PCT	COMPRESSA DE GASES 11 FIOS 7,5CMX7,5CMX500UN (PCTE COM 500 UNID)	CRISTAL	R$	9,22
62	40	UNID	COMPRESSA DE TECIDO	NEVE	R$	0,72
63	60	UNID	COMPRESSA DE TECIDO / CAMPO OPERATÓRIO 35G C/ 50 UNIDADES	NEVE	R$	35,98
64	40	UNID	CONTA GOTAS P/ MEDICAÇÃO	J.PROLAB	R$	0,94
65	720	UNID.	DESCARTEX – 13 LTS	DESCARPACK	R$	2,93
66	12	PCT	DRENOS DE PENROSE Nº1 - PCTE - C/10	MADEITEX	R$	6,35
67	12	PCT	DRENOS DE PENROSE Nº2 – PCTE - C/10	MADEITEX	R$	7,15
68	12	PCT	DRENOS DE PENROSE Nº3 – PCTE - C/10	MADEITEX	R$	9,54
69	60	UNID	ELETRODOS PARA ELETROCARDIOGRAMA – 41X32MM – PCTE C/20	SOLIDOR	R$	0,19
70	24	UNID	ENEMA DE GLICERINA – FLITEE - ENEMA 100ML INFANTIL	CRISTAL	R$	8,62
71	24	UNID	ENEMA DE GLICERINA – FLITEE ENEMA 100ML ADULTO	CRISTAL	R$	8,62
72	30.000	UNID	EQUIPO MACROGOTAS	MEDGOLDMAN	R$	0,46
73	480	UNID	EQUIPO MICRO C/BURETA	EMBRAMED	R$	3,70
74	1.640	UNID	EQUIPO P/ BOMBA DE INFUSÃO – (GRASEBY 3000)	GRASEBY	R$	10,89
75	70	PCT	ESCOVA CERVICAL PCT/ 100	KOLPLAST	R$	28,63
76	430	UNID	ESPARADRAPO 10 X 4,5 CM	MISSNER	R$	4,93
77	120	PCT	ESPÁTULA DE AYRE (PCT COM 100)	ESTILO	R$	3,81
78	300	UNID.	ESPECULO - G	VAGISPEC	R$	1,06
79	1.000	UNID.	ESPÉCULO – M	VAGISPEC	R$	0,88
80	1.000	UNID.	ESPÉCULO – P	VAGISPEC	R$	0,78
81	10	UNID	FILTRO DE ASPIRADOR P/ H.P.U. P/ APARELHO DE COPOSCOPIA	MICROEM	R$	11,52

82	350	UNID	FILTRO PARA TESTE DO PEZINHO	H-PEL	R$	1,45
83	12	CX	FIO DE ALGODÃO PARA SUTURA 3.0 (CX COM 24)	SHALON	R$	31,44
84	38	CX	FIO DE SEDA AGULHADO 4.0 cx c/24	SHALON	R$	28,80
85	24	UNID	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO N° 0 (CX COM 24)	SHALON	R$	55,84
86	12	UNID	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES N° 3	SHALON	R$	55,84
87	12	CX	FIO DE SUTURA N° 0 NAYLON (CX COM 24)	SHALON	R$	23,77
88	24	CX	FIO DE SUTURA N° 2 CATGUT (CX COM 24)	SHALON	R$	23,77
89	24	CX	FIO DE SUTURA N° 3 CATGUT (CX COM 24)	SHALON	R$	23,77
90	60	UNID	FIO GUIA P/ INTUBAÇÃO	PORTEX	R$	18,70
91	237	UNID	FITA ADESIVA - AUTOCLAVE 19MMX30M	EUROCEL	R$	3,04
92	533	UNID.	FITA ADESIVA HOSPITALAR ROLO COM 50 METROS	EUROCEL	R$	1,62
93	130	UNID	FITA CIRURG. MICROPOROSA HIPOALERGÊNICA 25 MM X 10M	WILTEX	R$	1,59
94	40	CX	FITA PARA APARELHO ACCU CHEK ACTIVE (CX COM 50)	ROCHE	R$	86,84
95	40	CX	FITA PARA APARELHO ACCU CHEK ADVANTAGE II (CX COM 50)	ROCHE	R$	82,29
96	40	CX	FITA PARA APARELHO ACCU CHEK GO (CX 50)	ROCHE	R$	82,29
97	40	CX	FITA PARA AOARELHO ACCU CHEK PERFORMACE (CX COM 50)	ROCHE	R$	82,29
98	60	UNID.	FIXADOR CITOLÓGICO 100ML	KOLPLAST	R$	5,94
99	5	FRS	FORMALDEIDO 10% 1L	VETEC	R$	16,03
100	6	FRS	FORMALDEIDO PURO 37% 1L	VETEC	R$	16,03
101	10	UNID.	FRACIONADOR DE COMPRIMIDOS	J.PROLAB	R$	1,45
102	24	LTS	FURACIM 1000ML	RIOQUIMICA	R$	32,06
103	180	BISNAGA	GEL LUBRIFICANTES HIDROSOLUVEL COM ANESTESICO	HIPOLABOR	R$	2,00
104	10	UNID.	GEL INCOLOR (GALÃO) P/ ULTRASSOM 5L	HAL	R$	14,73
105	60	UNID	GLICERINA 1 LITRO	HAL	R$	6,29
106	30	GALÃO	GLUTARALDEIDO 1L	RIOQUIMICA	R$	6,11
107	50	PCTS	GORRO DESCARTÁVEL TIPO TOUCA – PACT C/ 100	DESCARPACK	R$	7,19
108	60	LTS	HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1%	RIOQUIMICA	R$	2,52
109	30	FRCS.	IODO POVEDINE 1 LT	RIOQUIMICA	R$	13,62
110	5	CX	LÂMINA DE BISTURI N°22 (CX COM 100)	SOLIDOR	R$	12,10
111	10	CX	LAMINA DE BISTURI Nº 12 (CX COM 100)	SOLIDOR	R$	12,10
112	12	UNID	LÂMINA DE LARINGOSCOPIO CURVA N°1	ABC	R$	70,30
113	12	UINID	LÂMINA DE LARINGOSCOPIO PQ CURVA	ABC	R$	70,30
114	12	UINID	LÂMINA DE LARINGOSCOPIO RETA N°2	ABC	R$	70,30

115	12	UNID	LÂMINA DE LARINGOSCOPIO RETA N°3	ABC	R$	70,30
116	12	UNID	LÂMINA DE LARINGOSCOPIO RETA N°4	ABC	R$	70,34
117	150	CX	LAMINA FOSCA (CX COM 50)	SOLIDOR	R$	2,39
118	10	CX	LANCETA PICADORA (CX COM 200)	WILTEX	R$	8,00
119	50	UNID	LENÇOL DE PAPEL ROLO 70CMX50M	ADVANCE	R$	7,00
120	400	CXS	LUVA DE PROCEDIMENTO – G (CX COM 100 PARES)	DESCARPACK	R$	15,23
121	2.000	CXS	LUVA DE PROCEDIMENTO – M (CX COM 100 PARES)	DESCARPACK	R$	15,23
122	1.000	CXS	LUVA DE PROCEDIMENTO – P (CX COM 100 PARES)	DESCARPACK	R$	15,23
123	400	CXS	LUVA DE PROCEDIMENTO – XP (CX COM 100 PARES)	DESCARPACK	R$	15,23
124	380	CX	MÁSCARA DESCARTÁVEL (CAIXA COM 50)	DESCARPACK	R$	5,75
125	100	UNID	MULTI VIAS C/CLAMP – 02 VIAS	EMBRAMED	R$	0,91
126	100	FRS	OLEO MINERAL 100ML	RIOQUIMICA	R$	2,45
127	1.000	UNID	PRESERVATIVOS FEMININO	SAMINA	R$	13,75
128	5.000	UNIDADE	PRESERVATIVOS MASCULINO 49 MM	MICROTEX	R$	0,24
129	5.000	UNID	PRESERVATIVOS MASCULINO 59 MM	MICROTEX	R$	0,24
130	1.080	UND	SACO COLETOR DE URINA DESCARTAVEL 2000ML, C/ CORDAO	MARKMED	R$	0,22
131	1.200	UNID	SCALP N° 27	SOLIDOR	R$	0,09
132	7.323	UINID	SCALP Nº 19	SOLIDOR	R$	0,09
133	9.035	UNID	SCALP Nº 21	SOLIDOR	R$	0,09
134	8.730	UNID	SCALP Nº 23	SOLIDOR	R$	0,09
135	4.900	CXS	SCALP Nº 25	SOLIDOR	R$	0,09
136	15.000	UNID	SERINGA AGULHADA (COM AGULHA 25X 7)– 20 ML	INJEX	R$	0,44
137	25.000	UNID	SERINGA AGULHADA (COM AGULHA 25X 7)– 05 ML	INJEX	R$	0,23
138	5.750	UNID	SERINGA AGULHADA (COM AGULHA 25X 7) – 03 ML	INJEX	R$	0,21
139	25.000	UNID	SERINGA AGULHADA (COM AGULHA 25X 7)– 10 ML	INJEX	R$	0,36
140	14.000	UNID	SERINGA COM AGULHA 13X 4,5 – 01 ML	INJEX	R$	0,20
141	24	CX	SERINGA DESCARTÁVEL S/AGULGA 5 ML (CX COM 250)	INJEX	R$	37,65
142	12	CX	SERINGA DESCARTÁVEL S/AGULHA 10 ML. (CX COM 250)	INJEX	R$	51,50
143	6	CX	SERINGA DESCARTÁVEL S/AGULHA 1ML. (CAIXA COM 250)	LABORJET	R$	34,00
144	6	CX	SERINGA DESCARTÁVEL S/AGULHA 20 ML. CX COM 250	INJEX	R$	86,00
145	24	CX	SERINGA DESCARTÁVEL S/AGULHA 3 ML. (CX COM 250)	LABORJET	R$	31,00
146	600	UNID	SOLUÇÃO DE MANITOL 500ML	SANOBIOL	R$	6,17
147	240	UNI	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 14	MARKMED	R$	0,40

148	120	UNI	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 16	MARKMED	R$	0,44
149	120	UNI	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR N° 06	MARKMED	R$	0,33
150	120	UNI	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR N° 08	MARKMED	R$	0,33
151	120	UNI	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR N° 10	MARKMED	R$	0,37
152	120	UNI	SONDA DE FOLEY N° 10	SOLIDOR	R$	0,82
153	120	UNI	SONDA DE FOLEY N° 12	SOLIDOR	R$	0,82
154	250	UNI	SONDA DE FOLEY N° 14	SOLIDOR	R$	0,82
155	240	UNI	SONDA DE FOLEY N° 16	SOLIDOR	R$	0,82
156	240	UNI	SONDA DE FOLEY N° 18	SOLIDOR	R$	0,82
157	240	UNI	SONDA DE FOLEY N° 20	SOLIDOR	R$	0,82
158	120	UNI	SONDA DE FOLEY N° 8	SOLIDOR	R$	6,78
159	120	UNI	SONDA GASTRICA N° 12 TIPO LEVINE	MARKMED	R$	0,56
160	120	UNI	SONDA GASTRICA N° 14 TIPO LEVINE	MARKMED	R$	0,56
161	120	UNI	SONDA GASTRICA N° 6 TIPO LEVINE	MARKMED	R$	0,45
162	120	UNI	SONDA NASOGASTRICA CURTA NR 06	MARKMED	R$	0,33
163	120	UNI	SONDA NASOGASTRICA CURTA NR 12	MARKMED	R$	0,39
164	120	UNI	SONDA NASOGASTRICA CURTA NR N° 14	MARKMED	R$	0,39
165	120	UNI	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 12	MARKMED	R$	0,39
166	120	UNI	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14	MARKMED	R$	0,39
167	180	UNI	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 16	MARKMED	R$	0,61
168	180	UNI	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18	MARKMED	R$	0,68
169	180	UNI	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 20	MARKMED	R$	0,77
170	120	UNI	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 8	MARKMED	R$	0,48
171	60	UNI	SONDA RETAL P ADMINIST. SOL. ENEMA DE GLICERINA	MARKMED	R$	0,54
172	2.000	UNI	SONDA URETRAL N° 12	MARKMED	R$	0,39
173	120	UNI	SONDA URETRAL NR 06	MARKMED	R$	0,33
174	120	UNI	SONDA URETRAL NR 08	MARKMED	R$	0,34
175	6	UNID	TERMÔMETRO COM CABO EXTENSOR VACINA	INCOTERM	R$	50,65
176	20	UNID.	TERMOMETRO DIGITAL	INCOTERM	R$	10,62
177	10	UNID	TERMÔMETRO DIGITAL GELADEIRA VACINA	INCOTERM	R$	46,47
178	10	UNID	TERMÔMETRO MERCÚRIO/VIDRO	INCOTERM	R$	1,89
179	24	FRS	VASELINA LÍQUIDA FRS 1L	RIOQUIMICA	R$	14,52
180	2	UNID.	VASELINA SÓLIDA 500 GR	RIOQUIMICA	R$	14,77

LOTE 02 - MATERIAL DE LABORATORIO					
ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇAO LTDA					
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇAO DOS PRODUTOS	MARCA	P. UNIT
1	10	LIT.	ACIDO ACÉTICO	VETEC	R$ 30,48
2	5	UNID	ALBUMINA BOVINA	FRESENIUS	R$ 34,70
3	10	LIT.	ALCOOL METÍLICO	VETEC	R$ 19,60
4	5	LIT.	ANTICOAGULANTE GLICOSE	DOLES	R$ 43,55
5	6	LIT.	ANTICOAGULANTE UNIVERSAL EDTA	DOLES	R$ 43,55
6	10	KIT	ANTIESTRPTOLISINA 0	DOLES	R$ 70,76
7	10	LIT.	AZUL DE METILENO	NEWPROV	R$ 34,02
8	30	CX.	BETA HCG (teste gravidez cx. com 25 testes)	BIOEASY	R$ 36,53
9	25	CX	CARVÃO PARA ENCERADEIRA	FRESENIUS	R$ 58,97
10	2	KIT	COOMBS	FRESENIUS	R$ 36,53
11	1	LIT.	CORANTE AZUL CRESIL BRILHANTE	VETEC	R$ 44,09
12	2	LIT.	CORANTE GIEMSA	VETEC	R$ 48,99
13	10	KIT	FATOR REUMATÓIDE (FR)	DOLES	R$ 34,84
14	30	TUB.	FITA PARA URINÁLISES	BIOEASY	R$ 30,62
15	12	LIT.	FUCCINA DE GRAM	NEWPROV	R$ 16,33
16	12	LIT.	FUCCINA FENICADA ZIEHL	NEWPROV	R$ 36,74
17	20	LIT.	HEMOCLEAN	HEMOGRAM	R$ 74,85
18	10	LIT.	HEMOLISE ABX 60	HEMOGRAM	R$ 187,17
19	8	unid	HEMOTON ABX 60	HEMOGRAM	R$ 104,65
20	12	KIT	INSTANT PROV	NEWPROV	R$ 33,95
21	10	KIT	KIT SANGUE OCULTO (FEZES)	NEWPROV	R$ 26,40
22	6	unid	LAPIS DEMOGRÁFICO AZUL (P/ TUBO DE VIDRO)	DIXOM	R$ 3,60
23	6	unid	LAPIS DEMOGRAFICO PRETO (P/ TUB DE VIDRO)	DIXOM	R$ 3,60
24	5	LIT.	LUGOL A 2% 1000ml	NEWPROV	R$ 58,65
25	5	LIT.	LUGOL FORTE	NEWPROV	R$ 58,65
26	40	unid	LUVAS P/ LIMPEZA – CANO LONGO DE BORRACHA	LEMGRUMBER	R$ 4,08
27	25	cx	MASCARA DE PRETEÇÃO DESCARPAK Nº 95	DESCARPACK	R$ 2,90
28	4	LIT.	MINOCLEAN	FRESENIUS	R$ 46,19
29	3	UNID	PEG POLIETILENOGLICOL	FRESENIUS	R$ 46,19
30	10	PCT.	PONTEIRA 1000 ml.	CRAL	R$ 25,04
31	10	PCT.	PONTEIRA 2000 ml.	CRAL	R$ 46,27
32	10	PCT.	PONTEIRA 500 ml.	CRAL	R$ 25,04
33	10	PCT.	PONTEIRA ATÉ 200 ml	CRAL	R$ 13,06
34	12	KIT	PROTEÍNA C REATIVA (PCR)	DOLES	R$ 45,72
35	6	KIT	REAGENTE VDRL	WIENER	R$ 31,74
36	4	UN	SANGUE CONTROLE MINOTROL ABX	HEMOGRAM	R$ 513,80
37	50	DZ	TAMPA DE PLASTICO AMARELA	CRAL	R$ 2,73
38	50	DZ	TAMPA DE PLÁSTICO BRANCA	CRAL	R$ 4,08
39	200	Unid	TESTE RAPIDO PARA HIV	BIOEASY	R$ 5,14
40	100	UN	TUBO CÓNICO PLÁSTICO (15 ml)	DESCARPLAS	R$ 0,28
41	200	UN	TUBO CÓNICO VIDRO (15ml)	LABORGLAS	R$ 4,32
42	120	DZ	TUBO DE KHANN (PLASTICO) 12X7,5 mm	CRAL	R$ 0,08
43	180	UN	TUBO DE VIDRO 12,5X100 mm	PRECISION	R$ 0,44
44	180	UN	TUBO DE VIDRO 12X7,5 mm.	PRECISION	R$ 0,17
45	180	UN	TUBO DE VIDRO 15,0X100 mm	PRECISION	R$ 0,23

46	12	LIT.	VIOLETA GENCIANA	NEWPROV	R$	32,50
47	2	KIT	WAALER ROSE	WAMA	R$	122,00

LOTE 03 - SORO

ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇAO LTDA

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇAO DOS PRODUTOS	MARCA	P. UNIT	
1	16.000	Bolsa	SORO FISIOLOGICO 0,9% – 250 ml	JP	R$	2,59
2	16.000	Bolsa	SORO FISIOLOGICO 0,9% – 500 ml	JP	R$	3,11
3	12.000	Bolsa	SORO GLICOFISIOLOGICO - 250ml	JP	R$	2,52
4	12.000	Bolsa	SORO GLICOFISIOLOGICO - 500ml	JP	R$	3,61
5	10.000	Bolsa	SORO GLICOSADO 5% – 250 ml	JP	R$	2,78
6	9.000	Bolsa	SORO GLICOSADO 5% – 500 ml	JP	R$	3,11
7	120	env	SORO ORAL (TRO)	P.DONADUZZI	R$	0,23
8	2.500	unid	SORO RINGUER C/ LACTADO – 1000 ml	JP	R$	4,05
9	12.000	unid	SORO RINGUER C/ LACTADO – 500 ml	JP	R$	3,09
10	15	VIDR.	SORO ANTI A	FRESENIUS	R$	30,55
11	15	VIDR.	SORO ANTI B	FRESENIUS	R$	30,55
12	15	VIDR.	SORO ANTI RH	FRESENIUS	R$	38,55
13	5	unid	SORO DE COOMBS MONOESPECIFICO	FRESENIUS	R$	40,00
14	5	UNID	SORO DE COOMBS POLIESPECIFICO	FRESENIUS	R$	44,50

LOTE 04 - MATERIAL DE RAIO X

CLEUZE MARIA BAGAGIR PRODUROS ODONTOLOGICOS - ME

ITEM	UANT.	UNID.	DESCRIÇAO DOS PRODUTOS	MARCA	P. UNIT
1	2	UNID	CHASSI RADIOGRÁFICO 13 X 18 – S/JANELA – C/ECRAN	KONEX	140,00
2	2	UNID	CHASSI RADIOGRÁFICO 15 X 30 – S/JANELA – C/ECRAN	KONEX	230,00
3	2	UNID	CHASSI RADIOGRAFICO 15X40 - S/JANELA C/ ECRAN	KONEX	290,00
4	2	UNID	CHASSI RADIOGRÁFICO 18 X 24 – S/JANELA –C/ECRAN	KONEX	235,00
5	2	UNID	CHASSI RADIOGRÁFICO 24 X 30 - S/JANELA – C/ECRAN	KONEX	325,00
6	2	UNID	CHASSI RADIOGRÁFICO 30 X 40 – S/JANELA – C/ECRAN	KONEX	482,00
7	2	UNID	CHASSI RADIOGRÁFICO 35 X 35 – S/JANELA – C/ECRAN	KONEX	500,00
8	2	UNID	CHASSI RADIOGRÁFICO 35 X 43 – S/JANELA – C/ECRAN	KONEX	605,00
9	1	UNID	DIVISOR RADIOGRAFICO (LONGITUDINAL) 18X24	KONEX	120,28
10	1	UNID	DIVISOR RADIOGRAFICO (LONGITUDINAL) 24X30	KONEX	160,40
11	1	UNID	DIVISOR RADIOGRAFICO (LONGITUDINAL) 30X40	KONEX	196,20
12	1	UNID	DIVISOR RADIOGRAFICO (LONGITUDINAL) 35X43	KONEX	249,60
13	1	UNID	DIVISOR RADIOGRAFICO (TRANSVERSAL) 18X24	KONEX	129,52
14	1	UNID	DIVISOR RADIOGRAFICO (TRANSVERSAL) 24X30	KONEX	193,68
15	1	UNID	DIVISOR RADIOGRAFICO (TRANSVERSAL) 35X43	KONEX	259,00
16	30	CX	FILME RADIOGRAFICO 13X18 C/100	FUJIFILM	22,94
17	30	CX	FILME RADIOGRAFICO 15X30 C/100	FUJIFILM	44,40
18	30	CX	FILME RADIOGRAFICO 18X24 C/100	FUJIFILM	41,50
19	30	CX	FILME RADIOGRAFICO 24X30 C/100	FUJIFILM	69,50
20	30	CX	FILME RADIOGRAFICO 30X40 C/100	FUJIFILM	115,00
21	30	CX	FILME RADIOGRAFICO 35X35 C/100	FUJIFILM	117,00
22	30	CX	FILME RADIOGRAFICO 35X43 C/100	FUJIFILM	146,52

23	5	CX	FIXADOR AUTOMATICO P/ PROCESSADOR AUTOMATICO	M.BIOFOX	97,68
24	5	CX	REVELADOR AUTOMATICO P/ PROCESSADOR AUTOMATICO	M.BIOFOX	174,64

LOTE 05 - MATERIAL CLINICO

CLEUZE MARIA BAGAGIR PRODUROS ODONTOLOGICOS - ME

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇAO DOS PRODUTOS	MARCA	P. UNIT
1	40	UNID.	APARELHO DE GLICOSIMETRO PARA FITAS ACCU CHEK ACTIVE	ROCHE	114,72
2	2	UNID	AUTOCLAVE 21 LITROS INOX (ANALOGICO)	ALT	2.793,60
3	2	UNID	BANDEJA DE PLÁSTICO PARA GELADEIRA	PLASTER	4,80
4	14	UNID	BANDEJA INOX 22X12X1,5CM	FAVA	15,85
5	2	UNID	Braçadeira Injeção para Hospitais - Suporte de Injeção	LM	80,65
6	10	UNID.	CAIXA METÁLICA MÉDIA PARA ESTERIALIZAÇÃO 18X08X05	FAVA	25,00
7	4	UNID.	CAIXA METÁLICA PEQUENA P/ EXAME CLÍNICO 18X08X05		25,00
8	15	UNID.	CAIXA RETANGULAR C/15 DIVISÕES EM MDF 24,5X20 (7CM ALT.)	MDF	9,70
9	40	UNID.	CAIXAS DE MDF DE DIMENSÃO 8X8; 12X12, 16,5X16,5	MDF	3,40
10	75	UNID	CAMPO CIRURGICO FENESTRADO 120x70 40GR	ASSEPTICO	21,60
11	3	UNID	CUBA RETANGULAR C/TAMPA 18X08X2,3CM	FAMI	24,00
12	3	UNID	CUBA RIM INOX 22X21CM	FAMI	27,70
13	1	UNID	DETECTOR FETAL PORTATIL MED. 700		340,00
14	20	UNID	ESFIGMOMANÔMETRO	SOLIDOR	35,00
15	1	UNID	ESFIGNOMANOMETRO COM COLUNA DE MERCURIO	UNITEK	404,00
16	40	UNID	ESFIGNOMANOMETRO COM ESTETOSCOPIO	SOLIDOR	45,80
17	20	UNID	ESTESIOMETRO	SORRI	105,60
18	20	UNID	ESTETOSCOPIO ADULTO	SOLIDOR	9,60
19	4	UNID	ESTETOSCOPIO INFANTIL	SOLIDOR	9,60
20	6	UNID	KIT PARA NEBULIZAÇÃO ADULTO	NS	7,10
21	3	UNID.	KIT PARA NEBULIZAÇÃO INFANTIL	NS	7,10
22	1	UNID	MACA CLINICA CABECEIRA MOVEL; ESPUMA; 1,80X0,65X,80M	LM MOVEIS	341,00
23	1	UNID	MEDIDO DE TURBIDEZ DE CAMPO	HANNA	1.852,00
24	1	UNID	MEDIDOR DE CLORO DE CAMPO	HANNA	2.390,00
25	1	UNID	MESA GINECOLOGICA	LM	480,10
26	1	UNID	MICRONEBULIZADOR PARA INALAÇÃO	NEVOME	138,00
27	15	UNID	OTOSCOPIO	MISSOURI	272,00
28	3	UNI	PINÇA ADSON COM SERRILHA 12 CM	MOCAR	9,00
29	3	UNI	PINÇA ALLIS 15CM	MOCAR	21,20
30	3	UNI	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 12CM	MOCAR	8,65
31	3	UNI	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 14CM	MOCAR	6,60
32	3	UNI	PINÇA ANATOMICA DISSECÇÃO 16CM	MOCAR	8,65
33	3	UNI	PINÇA BACKHAUS 13CM	ABC	18,25
34	3	UNI	PINÇA BACKHAUS 9CM	ABC	16,30
35	3	UNI	PINÇA CHEROM 25CM	ABC	25,80
36	3	UNI	PINÇA COLLIN CORAÇAO 16CM	ABC	46,00
37	3	UNI	PINÇA COLLIN OVAL 16CM	ABC	46,00
38	20	UN	PINÇA CURVA DENTADA	ABC	10,00
39	3	UNI	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO CURVA 12CM	ABC	10,50
40	3	UNI	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO CURVA 14CM	ABC	11,00

41	3	UNI	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO RETA 12CM	ABC	10,50
42	3	UNI	PINÇA KELLY CURVA 16CM	ABC	12,50
43	3	UNI	PINÇA KELLY RETA 16CM	ABC	12,50
44	3	UNI	PINÇA KOCHER RETA 14CM	ABC	14,30
45	3	UNI	PINÇA KOCHER RETA 16CM	ABC	15,30
46	3	UNI	PINÇA PEAN 14CM	ABC	15,30
47	3	UNI	PINÇA POZZI 25CM	ABC	40,60
48	20	UN	PINÇA RETA DENTADA	ABC	5,90
49	4	UNID.	PORTA ABAIXADOR DE LÍNGUA C/ TAMPA PLÁSTICA	PLASTICO	3,35
50	6	UNI	PORTA AGULHA MAYO 14 CM	ABC	9,20
51	4	UNID	PORTA ALGODÃO COM TAMPA INOX	FAVA	29,90
52	1.000	UNID.	PORTA LÂMINA C/ DIVISÓRIA P/ 3 LÂMINAS	VAGISPEC	1,00
53	300	UNID	PORTA LAMINA DE CCO	PROLAB	0,24
54	5	UNID	PORTA PRESERVATIVO	PLASTICO	3,85
55	1	UNID.	SONAR (DETECTOR FETAL MOD. MD-700	MOCROE	340,80
56	2	UNID	SUPORTE DE SORO	LM	89,30
57	3	UNI	TAMBOR INOX 16X14CM 2LTS	FAVA	71,50
58	3	UNI	TAMBOR INOX 29CMX29CM	FAVA	261,00

LOTE 06 - MEDICAMENTOS

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇAO DOS PRODUTOS	MARCA	P. UNIT
1	600	CPR	ABROK 100MG	PRATI DONADUZZI	0,4
2	600	CPR	ACICLOVIR 200 MG.	TEUTO	0,14
3	150.000	CPR	ACIDO ETILSALICILICO - 100 MG	IMEC	0,03
4	40.000	CPR	ACIDO FOLICO - 5 MG	PRATI DONADUZZI	0,04
5	40	CXS	ACETIL CISTENINA POGRANULADO - NAC - 12 ENVELOPE	LEGRAND	18,00
6	3.000	CPR	ALBENDAZOL – 400MG	PRATI DONADUZZI	0,27
7	1.000	FRS	ALBENDAZOL - SUSP ORAL - 40 MG/ML	PRATI DONADUZZI	0,9
8	60	FRS	ALBOCRESIL 360MG/G SOL 12ML	NYCOMED	24,00
9	3.000	FRS	AMBROXOL XPE	MARIOL	1,48
10	3.000	FRS	AMBROXOL XPE PED	MARIOL	1,47
11	10.000	CPR	AMINOFILINA - COMP SIMP - 100 MG	VITAPAN	0,04
12	90.000	CPR	AMITRIPTILINA - COMP SIMP - 25 MG	ACI FARMA	0,07
13	1.000	FRS	AMOXICILINA - SOL ORAL -250 MG/ML	PRATI DONADUZZI	2,30
14	60.000	CPR	AMOXICILINA 500MG	MULTILAB	0,22
15	300	CPR	ALOPURINOL 100MG	SANVAL	0,06
16	900	CPR	ATACAND HCT 16/12,5MG	ASTRAZENECA	4,90
17	15.000	CPR	ATENOLOL COMP 100MG	PRATI DONADUZZI	0,06
18	15.000	CPR	ATENOLOL COMP 50MG	PRATI DONADUZZI	0,05
19	1.000	CPR	ARADOIS 100MG	LABORIS	0,55
20	800	FRS	AZITROMICINA SUSP 200 MG/5 ML	MULTILAB	4,80
21	2.700	CPR	AZITROMICINA 500MG COMP	MULTILAB	0,58

22	1.100	CPR	BACLOFENO 10MG	TEUTO	0,10
23	1.200	CPR	BAMIFIX 600MG	CHIESI	2,88
24	300	CPR	BIPERIDENO 2MG	TEUTO	0,12
25	350	FRS	BENZOATO BENZILA - EMULSAO TOP - 25%	IFAL	1,68
26	400.000	CPR	CAPTOPRIL 25MG.	PRATI DONADUZZI	0,05
27	90.000	CPR	CARBAMAZEPINA - COMP SIMP - 200 MG	TEUTO	0,09
28	1.500	CPR	CARBONATO DE LITIO - COMP SIMP - 300 MG	HIPOLABOR	0,19
29	1.200	CPR	CARVEDILOL 6,25MG	TORRENT	0,26
30	60.000	CPR	CEFALEXINA 500MG COMP	MULTILAB	0,28
31	11.000	CPR	CETOCONAZOL - COMP SIMP - 200	GEOLAB	0,14
32	100	FRS	CETOCONAZOL SHAMPOO 20MG/ML.	PRATI DONADUZZI	9,40
33	3.500	TUB	CETOCONAZOL CRÈME.	PRATI DONADUZZI	1,89
34	2.500	CPR	CINARIZINA 25MG	MEDQUIMICA	0,04
35	5.000	CPR	CINARIZINA COMP 75 MG	MEDQUIMICA	0,06
36	300	CPR	CITONEURIM 5.000	MERCK	3,13
37	25.000	CPR	CIPROFLOXACINA 500MG.	PRATI DONADUZZI	0,18
38	300	ENV.	CONDROFLEX	ZODIAC	8,21
39	600	CPR	CODATEN 50/50MG	NOVARTIS	3,78
40	900	CPR	CLORIDRATO DE SELEGILINA 5MG	TEUTO	0,32
41	900	CPR	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 4MG	KNOLL	0,144
42	90.000	CPR	CLONAZEPAN COMP 2MG	TEUTO	0,09
43	1.000	FRS	CLORANFENICOL - COLIRIO	NEO QUIMICA	2,60
44	200	FRS	CLORETO DE POTASSIO XAROPE.	PRATI DONADUZZI	2,12
45	10.000	CPR	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2MG.	TEUTO	0,09
46	100	TUB	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 100MG/5G GEL.	HIPOLABOR	2,50
47	600	CPR	CLORIDRATO DE SERTRALINA 100MG	NEO QUIMICA	3,88
48	30.000	CPR	CLORPROMAZINA - COMP SIMP - 100 MG	UNIAO QUIMICA	0,18
49	50	FRS	COLIRIO ANESTESICO 10ML	ALLERGAN	7,87
50	300	CPR	COLCHICINA 1MG	GEOLAB	0,67
51	50.000	CPR	COMPLEXO B COMP	BELFAR	0,07
52	1.500	FRS	COMPLEXO B GOTAS	PHAMACIENE	2,20
53	100	TUB	DEXAMETASONA - CREME - 1,0 MG/G	MULTILAB	0,89
54	2.500	FRS	DEXAMETASONA - ELIXIR - 0,1 MG/ML	PRATI DONADUZZI	1,48
55	300	CPR	DIGEDRAT 200MG	MEDLEY	2,50
56	300	CPR	DIMETICONA 40MG	PRATI DONADUZZI	0,05
57	45.000	CPR	DIAZEPAM - COMP SIMP - 10 MG	SANTI	0,04
58	45.000	CPR	DICLOFENACO DE POTASSIO 50MG COMP	VITAMED	0,03
59	80.000	CPR	DICLOFENACO DE SODIO COMP 50 MG	PRATI DONADUZZI	0,05
60	1.500	FRS	DICLOFENACO RESINATO 15MG/ML GOTAS	HOPOLABOR	0,8
61	20.000	CPR	DIGOXINA - COMP SIMP - 0,25 MG	PHARLAB	0,04
62	30.000	CPR	DIPIRONA - COMP SIMP - 500 MG	BALM LABOR	0,05
63	300	CPR	DIOVAN 160MG	NOVARTIS	3,504
64	300	CPR	DIOVAN HCT 160MG + 12,5MG	NOVARTIS	4,128
65	3.000	FRS	DIPIRONA GOTAS 500MG/ML..	MARIOL	0,64

66	50.000	CPR	ENALAPRIL COMP 10MG	ROYTON	0,05
67	300.000	CPR	ENALAPRIL COMP 20MG	ROYTON	0,06
68	1.000	CPR	ENALAPRIL COMP 5MG	ROYTON	0,05
69	3.000	CPR	ERITROMICINA - COMP SIMP - 500 MG	PRATI DONADUZZI	0,30
70	1.200	FRS	ERITROMICINA - SUSP ORAL - 250 MG/5	PRATI DONADUZZI	2,56
71	100.000	CPR	ESTROGENIOS CONJUGADOS – 0,625 MG DRAGEAS	E.M.S.	0,398
72	45.000	CPR	FENITOINA - COMP SIMP - 100 MG .	TEUTO	0,09
73	50	FRS	FENOBARBITAL - SOL ORAL - 20 ML	UNIAO QUIMICA	2,64
74	80.000	CPR	FENOBARBITAL 100 MG.	CRISTALIA	0,088
75	10	FRS	FENOTEROL - 5 MG/ML SOL	HIPOLABOR	1,98
76	3.000	CPR	FORASEG CAPSULA INALANTE 12MCG + 400 MCG	BIOSINTETICA	1,89
77	1.500	CPS	FLUCONAZOL - CAPS - 150 MG	PRATI DONADUZZI	0,19
78	10.000	CPR	FLUOXETINA 20 MG.	NEO QUIMICA	0,07
79	1.000	CPR	FRONTAL 0,5MG	MEDLEY	0,18
80	300	AMP	FRUTOSE + ASSOCIACAO 10ML I.V	NYCOMED	1,89
81	5.500	CPR	FUROSEMIDA - COMP SIMP - 40 MG	HIPOLABOR	0,03
82	300	CPR	GLIFAGE XR 500	MERCK	0,70
83	125.000	CPR	GLIBENCLAMIDA - COMP SIMP - 5 MG	GEOLAB	0,02
84	300	CPR	GLIMIPIRIDA 4MG	CI FARMA	0,18
85	40.000	CPR	HALOPERIDOL 5MG.	TEUTO	0,06
86	160.000	CPR	HIDROCLOROTIAZIDA - COMP SIMP - 25 MG	PRATI DONADUZZI	0,03
87	1.600	FRS	HIDROXIDO DE ALUMINIO - SUSP ORAL - 62 MG/ML	MARIOL	1,49
88	30.000	CPR	HIOSCINA 10MG COMPRIMIDO	BELFAR	0,18
89	1.500	AMP	HIOSCINA 20MG/ML	HIPOLABOR	0,78
90	1.600	FRS	HIOSCINA GOTAS	PRATI DONADUZZI	1,92
91	2.500	CPR	IBUPROFENO - COMP SIMP - 600 MG	MULTILAB	0,12
92	300	UNID	IMIPRAMINA 25MG	UCI FARMA	0,07
93	900	CPR	LEVEDOPA 200/50MG	ROCHE	0,21
94	90.000	CPR	LEVONORGESTREL + ETINILESTRADIOL 0,15MG/0,03MG	CIFARMA	0,06
95	400	CPR	LEXOTAN 6MG	SANVAL	0,09
96	200	FRS	LIDOCAINA C/VASOCONSTRITOR 2% - 20ML	CRISTALIA	5,87
97	600	FRS	LIDOCAINA S/VASOCONSTRITOR 2% - 20ML	HOPOLABOR	2,78
98	25.000	CPR	LORATADINA 10 MG.	GEOLAB	0,08
99	1.200	FRS	LORATADINA XAROPE 5MG/5ML.	MARIOL	1,88
100	10.000	CPR	MEBENDAZOL - COMP SIMP - 100 MG	SOBRAL	0,05
101	1.200	FRS	MEBENDAZOL - SOL ORAL - 100 MG/5ML (30 ML)	MARIOL	0,80
102	35.000	CPR	METFORMINA - COMP SIMP - 500	MULTILAB	0,07
103	150.000	CPR	METFORMINA - COMP SIMP - 850 MG	ACCORD	0,10
104	50.000	CPR	METILDOPA - COMP SIMP - 500 MG	LABORIS	0,28
105	25.000	CPR	METOCLOPRAMIDA - COMP SIMP - 10 MG	HOPOLABOR	0,05
106	500	FRS	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS - 10ML FRASCO	SANTISA	0,56
107	35.000	CPR	METRONIDAZOL - COMP SIMP - 250	PRATI DONADUZZI	0,04
108	1.000	TUB	METRONIDAZOL - GEL VAGINAL - 100 MG/	PRATI DONADUZZI	1,98
109	2.000	FRS	METRONIDAZOL - SOL ORAL - 4%	PRATI DONADUZZI	1,89

110	600	CPR	NAPRIX - D 5MG / 12,5 MG	LIBBS	1,464
111	8.000	TUB	NEOMICINA + BACITRACINA - CREME DERMAT - 5 MG/G + 250	MULTILAB	0,99
112	40	FRS	NEUTROFER FOLICO GOTAS	SIGMA	38,544
113	40	FRS	NOVOXILIN 5ML = 400MG - PEDIATRICO	ACHE	18,84
114	80.000	CPR	NIFEDIPINA - COMP SIMP - 10	GEOLAB	0,05
115	90.000	CPR	NIFEDIPINA - COMP SIMP - 20 MG	GEOLAB	0,07
116	500	TUB	NISTATINA - CREME GINECOLÓGICO - 100.000 UI/G	PRATI DONADUZZI	1,98
117	100	FRS	NISTATINA - SUSP ORAL - 100.000 UI/ML	PRATI DONADUZZI	1,98
118	100	TUB	NITRATO DE MICONAZOL 10MG/GR CREME VAGINAL BISN 40G	PRATI DONADUZZI	2,13
119	300	PTE	NITROFURAZONA 0,2% - 500G POTE	PRATI DONADUZZI	8,12
120	50.000	CPR	NORETISTERONA 0,35 MG.	BIOLAB	0,34
121	80.000	CPR	NORFLOXACINA COMP 400MG .	HIPOLABOR	0,22
122	10.000	CPR	OLANZAPINA 10 MG.	ELI LILLY	4,41
123	200	FRS	OLEO MINERAL - ËLEO - 100 ML	MARIOL	2,13
124	50.000	CPR	OMEPRAZOL 20MG.	PRATI DONADUZZI	0,078
125	500	FRS	OTOSYNALAR GOTAS OTOLÓGICAS.	ROCHE	7,08
126	20	FRS	OXIBUTININA 0,1% (1MG/ML)	GERMED	22,512
127	300	CPR	OXIBUTININA 5MG	UCI FARMA	0,609
128	95.000	CPR	PARACETAMOL - COMP SIMP - 500	PRATI DONADUZZI	0,04
129	10.000	FRS	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS - 10 ML FRASCO	NATULAB	0,67
130	600	CPR	PERMANGANATO POTASSIO - COMP SIMP - 100 MG	MARIOL	0,07
131	45.000	AMP	PIROXICAN 20MG.	PRATI DONADUZZI	0,082
132	50.000	CPR	PREDNISONA - COMP SIMP - 20 MG	PRATI DONADUZZI	0,10
133	45.000	CPR	PREDNISONA - COMP SIMP - 5	NEO QUIMICA	0,05
134	400	CPR	PREDSIN 20MG	MANTECORP	1,884
135	120.000	CPR	PROMETAZINA - COMP REVEST - 25 MG	TEUTO	0,09
136	300	CPR	PRESSAT 2,5MG	BIOSINTETICA	0,559
137	80.000	CPR	PROPRANOLOL - COMP SIMP - 40 MG	PRATI DONADUZZI	0,06
138	60.000	CPR	RANITIDINA - COMP SIMP - 150 MG	GEOLAB	0,09
139	1.200	CPR	ROHYDORME 2MG	SIGMA	0,982
140	3.000	PCT	SAIS P/ REIDRATACAO ORAL - PO ORAL - 27,9 G	PRATI DONADUZZI	0,41
141	300	CPR	SERENATA 50MG	TORRENT	2,208
142	1.200	CPR	SECNIDAZOL 1G COMPR.	PRATI DONADUZZI	0,55
143	300	CPR	SELOZOK 50MG	ASTRAZENECA	1,254
144	20	FRS	SOLUÇÃO P/INSTILAÇÃO VESICAL 200ML (SOLUÇÃO N/ ESTERIL)	APSEN	36,00
145	300	CPR	SINVASTATINA 20MG	MULTILAB	0,09
146	10	PTE	SULFADIAZINA DE PRATA 1% 500G POTE	PRATI DONADUZZI	14,60
147	26.000	CPR	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA - COMP SIMP - 400 MG/80.	PRATI DONADUZZI	0,09
148	650	FRS	SULFAMETOXAZOL 200MG + TRIMETOPRIMA 40MG-5ML/SUSP	PRATI DONADUZZI	1,23
149	80.000	CPR	SULFATO FERROSO - COMP REVEST - 40 MG	PRATI DONADUZZI	0,09
150	350	FRS	SULFATO FERROSO 25MG FE II/ML - GOTAS - 30ML FRASCO	NATULAB	0,89

151	900	CPS	SPIRIVA 18MCG	BOEHRINGER	14,40
152	600	CPR	TAPAZOL 10MG	BIOLAB	0,498
153	300	CPR	TIBOLONA 2,5MG	CIFARMA	0,70
154	1.500	CPR	TIABENDAZOL - COMP SIMP - 500 MG	ELOFAR	0,50
155	250	TUB	TIABENDAZOL - POM DERMAT - 50 MG/G	BELFAR	7,80
156	200	TUB	TINIDAZOL CREME GINECOLÓGICO.	PRATI DONADUZZI	17,76
157	900	CPR	TIZANIDINA 2MG	RAMBAXY	0,886
158	300	CPR	TRENTAL 400MG	TEUTO	0,410
159	10	FRS	TOBRAMICINA 0,3% - SOL OFTALMICA - 3ML FRASCO	BIOSINTETICA	15,23

LOTE 07 - INJETAVEIS

ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇAO LTDA

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇAO DOS PRODUTOS	MARCA	P. UNIT
1	65	AMP	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA SOL INJET 150MG/ML	PFZER	R$ 36,35
2	1500	AMP	ACIDO ASCÓRBICO INJETÁVEL.	HYPOFARMA	R$ 0,43
3	200	AMP	ADRENALINA 1MG/ML INJETÁVEL.	HYPOFARMA	R$ 0,43
4	2000	AMP	AGUA DESTILADA .5ML.	ISOFARMA	R$ 0,12
5	30000	AMP	AGUA DESTILADA 10ml	ISOFARMA	R$ 0,12
6	120	CXS	AMINOFILINA 240MG/ML INJETÁVEL C/100	NOVAFARMA	R$ 86,09
7	500	AMP	AMINOFILINA 24MG/ML INJETÁVEL.	NOVAFARMA	R$ 0,86
8	120	CXS	AMIODARONA 15MG C/100	HIPOLABOR	R$ 107,14
9	12	CXS	AMIODARONA 50 MG/ C/ 100	HIPOLABOR	R$ 107,14
10	200	AMP	AMIODARONA 50MG/ML INJETÁVEL.	HIPOLABOR	R$ 1,07
11	1600	AMP	AMPICILINA SODICA - 250mg/5ml - 60ml	P.DONADUZZI	R$ 1,82
12	60000	CPR	AMPICILINA SODICA - 500 mg	P.DONADUZZI	R$ 0,14
13	800	AMP	AMPICILINA SOL.INJETÁVEL 500/ML.	NOVAFARMA	R$ 1,20
14	2000	AMP	ATROPINA 0,25 mg/ml injetavel	HYPOFARMA	R$ 0,43
15	1200	AMP	BENZAPEN G 300.000 UI / 100.00 UI	NOVAFARMA	R$ 0,73
16	600	AMP	BENZILPENICILINA 5.000.000 UI - CRISTALICINA	NOVAFARMA	R$ 2,07
17	3000	AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA-PO INJET+DILU - 1.200.	NOVAFARMA	R$ 1,00
18	2000	AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA-PO INJET+DILU-600.	NOVAFARMA	R$ 0,98
19	900	AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA-SOL INJET-400.000 U/ML.	NOVAFARMA	R$ 0,73
20	300	AMP	BENZILPENICILINA G POTASSICA - PO LIOF INJET+SOL.	NOVAFARMA	R$ 0,73
21	2400	AMP	BICARBONATO DE SÓDIO 10% 10 ML C/ 100	ISOFARMA	R$ 0,70
22	2000	AMP	BICARBONATO DE SODIO 250 ML INJETAVEL	ISOFARMA	R$ 0,70
23	2400	AMP	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% 10 ML C/ 100	ISOFARMA	R$ 0,70
24	300	CXS	BIOFRUTOSE 10ML - FRUTOSE + ASSOCIAÇAO INJETÁVEL	U.QUIMICA	R$ 9,54
25	750	FRS	BROMETO DE IPATROPIO 0,25MG/ML 20ML	P.DONADUZZI	R$ 1,43
26	4000	AMP	BROMETO DE ESCOPALAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4/500MG/ML INJ	HIPOLABOR	R$ 0,84
27	2500	AMP	BUTILBROMETO DE ESCOPALAMINA 20MG/ML INJ	HIPOLABOR	R$ 0,57
28	1500	FRS	CEFALEXINA 250mg/5ml - 60ml frasco	HIPOLABOR	R$ 4,16
29	500	FRS	CEFALOTINA SODICA - INJETAVEL	CELLOFARMA	R$ 1,82
30	5500	AMP	CEFTRIAXONA - Po injet - 1 g	NOVAFARMA	R$ 1,72
31	2400	AMP	CETROPOFENO 100MG	U.QUIMICA	R$ 3,59
32	100	AMP	CETROPOFENO 50MG INJETAVEL	U.QUIMICA	R$ 3,59
33	3000	AMP	CIMETIDINA 150MG/ML - 2ML AMP.	HYPOFARMA	R$ 0,34

34	1000	FRS	CIPROFLOXACINA 200MG.INJ	CELLOFARMA	R$	6,46
35	3000	FRS	CLORANFENICOL 1G - INJETAVEL	NOVAFARMA	R$	1,79
36	3800	AMP	CLORETO DE POTASSIO 19.1% 10ML - INJETAVEL	HYPOFARMA	R$	0,20
37	5000	AMP	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 10ML - INJETAVEL	ISOFARMA	R$	0,15
38	4000	AMP	CLORETO DE SÓDIO 20% 10ML - INJETAVEL	HYPOFARMA	R$	0,20
39	360	AMP	CLORIDRATO DE DOBUTAMINA 10ML - INJETAVEL	HIPOLABOR	R$	2,52
40	360	AMP	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5MG - 10ML - INJETAVEL	HIPOLABOR	R$	0,99
41	240	FRS	LIDOCAINA S/VASOCONSTRITOR 20MG/ML - INJETAVEL	HIPOLABOR	R$	2,87
42	4500	AMP	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA - PLASIL 5MG/ML - INJETAVEL	NOVAFARMA	R$	0,36
43	300	AMP	CLORPROMAZINA - sol injet - 25 mg/ml	CRISTÁLIA	R$	1,15
44	35000	AMP	COMPLEXO B sol injet 2ml	HYPOFARMA	R$	0,71
45	100	AMP	CONTRATHION INJETAVEL	AVENTIS	R$	16,00
46	300	AMP	DECANOATO DE HALOPERIDOL sol injet 70,52 mg/1 ml	CRISTÁLIA	R$	17,21
47	300	AMP	DESLANOL- CEDILANIDE 0,2MG/ML - INJETAVEL	U.QUIMICA	R$	1,24
48	2500	AMP	DESLANOSIDEO 0,4MG/ML	U.QUIMICA	R$	1,63
49	1600	AMP	DEXAMETASONA - Sol injet - 4 mg /ml	NOVAFARMA	R$	0,72
50	5000	AMP	DEXAMETASONA 10MG/ 2,5ML	NOVAFARMA	R$	0,61
51	300	AMP	DIAZEPAM - Sol injet - 10 mg /2ml	HIPOLABOR	R$	0,49
52	15000	AMP	DICLOFENACO DE POTASSICO INJ 75MG/3ML	HIPOLABOR	R$	0,45
53	14000	AMP	DICLOFENACO DE SODICO 75MG/ML INJETÁVEL.	HIPOLABOR	R$	0,34
54	1500	AMP	DIPIRONA - Sol injet - 500 mg/ml	TEUTO	R$	0,46
55	350	AMP	DRAMIN B6 INJ I.V.	U.QUIMICA	R$	1,55
56	150	AMP	EFORTIL 10MG/ML - INJETAVEL	U.QUIMICA	R$	0,95
57	150	AMP	FENITOINA SÓDICA - INJETAVEL	U.QUIMICA	R$	1,43
58	100	AMP	FENOBARBITAL SODICO - INJETAVEL	CRISTALIA	R$	0,90
59	1200	AMP	FOSFATO DE DISSODICO DE DEXAMETASONA 4MG/ML - INJETAVEL	NOVAFARMA	R$	0,50
60	5000	AMP	FUROSEMIDA - Sol injet - 20 mg/ml	HIPOLABOR	R$	0,41
61	2000	AMP	GENTAMICINA - Sol injet - 20 mg/ml	NOVAFARMA	R$	0,41
62	4000	AMP	GENTAMICINA - Sol injet - 80 mg/ml	HIPOLABOR	R$	0,45
63	5500	AMP	GLICOSE - Sol injet - 25%	ISOFARMA	R$	0,16
64	2000	AMP	GLICOSE – SOL.INJET.-50%.	ISOFARMA	R$	0,33
65	120	AMP	GLUCONACO DE CALCIO 10ML - INJETAVEL	HYPOFARMA	R$	0,72
66	50	FRS	HAEMACEL EXPANSOR PLASMATICO - INJETAVEL	HALEX STAR	R$	29,70
67	300	AMP	HALOPERIDOL SOL INJET 5 MG/.	CRISTALIA	R$	0,81
68	200	AMP	HEMITARTARATO DE NORIPENIFRINA AMPOLA - INJETAVEL	HYPOFARMA	R$	0,45
69	360	AMP	HEPARINA 500.000 UI/0,25ML - INJETAVEL	HIPOLABOR	R$	7,30
70	100	AMP	HEPARINA SODICA - Sol injet - 5.000 UI	HIPOLABOR	R$	9,60
71	350	AMP	HEPARINA SODICA 5.000.000 UI/ml - 5ml	HIPOLABOR	R$	9,60
72	1600	AMP	HIDROCORTISONA - Po injet 100 mg	NOVAFARMA	R$	1,58
73	600	AMP	HIDROCORTISONA - Po injet 500 mg	NOVAFARMA	R$	3,45
74	30	FRS	HUMULIN INSULINA REGULAR	BLAUSIEGEL	R$	58,45
75	100	AMP	INIBINA INJETAVEL	APSEN	R$	16,85
76	50	AMP	MATERGAN	CAMADA	R$	251,90
77	2500	AMP	METOCLOPRAMIDA - Sol injet - 10 mg/ml	NOVAFARMA	R$	0,35
78	120	FRS	METRONIDAZOL SOLUÇÃO INJETAVEL	EQUIPLEX	R$	11,65
79	100	AMP	MORFINA 10MG/ML - INJETAVEL	U.QUIMICA	R$	1,00
80	30	AMP	NALOXENO - INJETAVEL	CRISTALIA	R$	13,90
81	50	AMP	NITROPRUSSIATO DE SODIO AMPOLA - INJETAVEL	BIOLAB	R$	23,65

82	100	AMP	OCITOCINA INJETAVEL	U.QUIMICA	R$	1,10
83	1400	AMP	OMEPRAZOL SODICO po sol inj 40mg	CRISTALIA	R$	5,42
84	300	FRS	OXACILINA SODICA 500MG - INJETAVEL	NOVAFARMA	R$	1,10
85	500	AMP	PIPOTIAZINA sol inj amp 1 ml 25mg/ml	AVENTIS	R$	18,00
86	300	AMP	PROMETAZINA - Sol injet - 25 mg/ml	CRISTALIA	R$	1,65
87	800	FRS	SALBUTAMOL - Sol oral - 0,4 mg/ml	P.DONADUZZI	R$	1,40
88	1000	FRS	SOLUÇAO DE MANITOL 250ML - INJETAVEL	SANOBIOL	R$	6,65
89	500	AMP	SULFATO DE MAGNESIO AMPOLA - INJETAVEL	HYPOFARMA	R$	0,70
90	100	AMP	TRAMADOL sol injet 50 mg	U.QUIMICA	R$	1,05
91	100	AMP	TRANSAMIM AMPOLA - INJETAVEL	SIGMAFARMA	R$	8,46
92	3500	AMP	VITAMINA C 200MG/ML - INJETAVEL	HYPOFARMA	R$	0,79
93	400	AMP	VITAMINA K 10MG – INJETÁVEL (KANAKION)	U.QUIMICA	R$	1,25

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº. 016/2010, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago é o constante da proposta apresentada, no Pregão nº. 016/2010, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA II – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será acordado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 05 (cinco) dias corridos da retirada da ordem de fornecimento.

O local de entrega dos materiais será no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Diamantino, situada a Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº. 2.341 – Jd. Eldorado.

CLAÚSULA III – DO PAGAMENTO
Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente fornecida pela contratada, em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do atesto de faturas/notas fiscais pelo órgão requisitante, de acordo com os termos do Edital.

CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de fornecimento pelo fornecedor.
O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento.
Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura correspondente.

CLÁUSULA V – DAS PENALIDADES
Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória.
2. Cancelamento do registro na Ata.
3. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos.
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuário, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções.
6. Advertência.
7. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, após decorridos cinco dias, a contar da data do inadimplemento.
8. Multa de mora sobre o valor total do pedido, de 0,33% por dia de inadimplência, no caso de inexecução total.
9. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.
10. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

CLÁUSULA VI – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Considerando o prazo de validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, **é vedado quaisquer reajustamentos de preços.**

Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.

CLÁUSULA VII – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Os materiais objeto desta Ata de Registro de Preços serão recebidos pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas pertinentes.

CLAÚSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração, quando:

a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 17 do edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;
h) no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feira por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação;

Pelas detentoras, quando, **mediante solicitação por escrito**, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

a) a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrado deverá ser formulada com **antecedência de 30 (trinta) dias**, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula V, caso não aceita as razões do pedido.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria requisitante.

A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino, Estado de Mato Grosso, excluído qualquer outro para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Diamantino, em 05 de Abril de 2010.

Prefeitura Municipal de Diamantino
JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Detentores da Ata:

CLEUZE MARIA BAGAGIR PRODUROS ODONTOLOGICOS - ME

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇAO LTDA

APROVADO: (Parág. Único, Art. 38, da Lei 8.666/93). PARECER JURIDICO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2010 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 05/05/2010 A 05/05/2011

Ao quarto dia do mês de maio do ano de 2010 as 09h00min, autorizado pelo processo de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2010** foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material de Higiene e Limpeza, para o período de 12 (doze) meses.

I – Consideram-se registrados os preços dos Detentores da Ata:

MOREIRA – COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - EPP, CNPJ sob nº. 08.436.811/0001-41, Localizada a Rua Poxoréu nº. 884 – Bairro Jardim Alvorada – Cuiabá-MT, representado pelo representante legal Sr. Andréia Maltauro, portador da Carteira de Identidade RG nº. 3.189.920-0 SSP/SC e CPF Nº. 045.698.719-33,

COMERCIAL FAKLE LTDA - EPP, CNPJ sob nº. 03.878.391/0001-30, localizada a Av. Osasco, nº. 10 – Sala 01, bairro CPA 1 - Cuiabá-MT, representado pelo representante legal Sr. Carlos Alberto Fonseca da Silva, portador da Carteira de Identidade RG nº. 280.110 SSP/MT e CPF Nº. 293.321-681-72,

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Prefeitura Municipal de Diamantino não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo **assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.**

CLAÚSULA I – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº. 020/2010.

EMPRESA	MOREIRA – COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - EPP				
CNPJ	08.436.811/0001-41				
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTDE	P. UNIT
2	Álcool em gel , embalagem plástica com 500 gr c/ identificação do produto , marca do fabricante , data de fabricação e prazo de validade cx c/24 unid	DINALCOOL	CAIXA	100	115,00
3	Álcool líquido , etílico hidratado 92,8 graus inpm , embalagem plástica com 1 litro com identificação do produto , data de fabricação e prazo de validade ,o produto deve ter registro no ministério da saúde cx c/ 12 unidades	COOPERALCOOL	CAIXA	100	62,00
5	Cera em pasta para polimento incolor c/ silicone , com peso liquido 375 grs, embalagem com identificação do produto , marca do fabricante e prazo de validade	CANARIO	UND	100	9,50
6	Cera para assoalho de madeira	CANARIO	UND	20	12,90
7	Cera para polimento líquida incolor para piso , embalagem com identificação do produto , marca do fabricante , data de fabricação e prazo de validade embalagem com 800 ml cx c/ 12 unidades	COMBRILHO	CAIXA	50	30,50
8	Coador de papel para café cx c/ 3o und nº 3	JOVITA	UND	100	3,30
9	Condicionador para cabelo 2l	NATIVA	UND	50	21,00
10	Copo descartável branco para café em plástico , capacidade 50ml, embalagem tipo saco c/ 100 und em polietileno branco reforçado , com friso e saliência na borda , conforme norma ABNT caixa com 50 pct com 100 und	COPOZAN	CAIXA	200	72,50
11	Copo descartável p/ água capacidade 180 ml , embalagem tipo pacote com 100 und , em polietileno branco , embalagem cx c/ 25 pacotes com 100 und cada com as norma ABNT	COPOZAN	CAIXA	200	79,90
12	Copo descartável p/ água capacidade 200 ml , embalagem tipo pacote com 100 und , em polietileno branco , embalagem cx c/ 25 pacotes com 100 und cada com as norma ABNT	COPOZAN	CAIXA	200	80,00
13	Corda para varal medindo no mínimo 10 mts	STAP	UND	50	3,25
14	Creme dental 90gr	FREE DENT	UND	150	2,35
15	Creolina 100ml	CREOLINA	UND	100	9,80
17	Desodorizador de ambiente spray essências diversas formato cilíndrico , embalagem com no mínimo 400 ml cx c/ 12 unid. -	AR WICK	CAIXA	40	101,50
18	Detergente líquido biodegradável , concentrado , com no mínimo 11% do principio ativo básico do detergente neutro 500 ml cx c/ 24 und	SUMMER	CAIXA	100	81,50
19	Escova lavar roupas formato oval material de madeira	CONDOR	UND	150	2,70
20	Escova para lavagem material (lavar Mamadeira)	BABY	UND	40	10,50
21	Escova sanitária	EDOVAS	UND	100	3,69
22	Espanador de pena medindo no mínimo 30 cm	KR	UND	10	16,50
23	Esponja dupla face 100x71x18 fardo c/ 10 uni	WISH	UND	450	8,60
24	Flanela amarela 30 x 50 cm	PRATIKA	UND	80	2,29
25	Flanela branca 30 x50 cm	PRATIKA	UND	500	2,29
26	Fósforo maço com 10 caixinhas 40 palitos	PARANA	CAIXA	50	2,40
27	Fralda descartável infantil tamanho G 20x1 fardo com 20 pcts c/8unds	MEU BEBÊ	FARDOS	150	108,50
28	Fralda descartável Geriátrica 4x8 tam. G	MEU BEBÊ	FARDOS	100	82,90
29	Fralda descartável Infantil noturna e diurna pct c/08 unid tam G	MEU BEBÊ	PCT	100	5,85
30	Fralda descartável infantil pct c/ 08 unid tam M	MEU BEBÊ	PCT	60	5,85
31	Fralda descartavel infantil tamanho M 20x1 fardo com 20 pcts c/8unds	MEU BEBÊ	FARDOS	150	108,50
32	Guardanapo de papel folha simples 23x23 fardo com 50 pct com 50 und cada	TREVO	FARDOS	10	32,90
33	Lã de aço 60 gr fardo com 14 pct com 08 und	SUMMER	FARDOS	120	26,80
34	Lenço de Papel c 75 unid 14,8x21,5cm	KISS	CAIXA	50	8,75
39	Lixeiro com pé para cozinha grande , capacidade de 30 lts	PLASVALE	UND	20	89,50
44	Mangueira plástica para jardim 30 mts	PLAST	UND	10	42,90

45	Oleo de peroba embalagem plástica com 200 ml	PEROBA	UND	30	9,50
46	Pá para lixo com cabo de madeira	EDOVAS	UND	30	7,45
47	Palha de Aço pacote com 8 unds	MAGICA	PCT	100	7,75
48	Palito de dente com 100 unds	THEOTO	CAIXA	50	0,37
49	Pano de chão 150 mg 80x60 cm	KOPATEX	UND	550	3,50
50	Pano de prato 40 x 60	KOPATEX	UND	400	3,50
51	Pano para limpeza/uso geral 55 x 33 c/ 05 unid	PERFEX	PCT	50	11,50
52	Papel alumínio medindo 0,45cm de largura por x7,5m	REAL PACK	UND	60	4,35
53	Papel alumínio medindo 30 cms de largura por 7,5 mm	REAL PACK	UND	50	4,35
54	Papel higiênico branco picotado 100% celulose virgem med 10cm largura por 30 mts de comprimento folha simples 16x4	DELUXE	FARDOS	500	40,90
55	Papel toalha branco para cozinha ,pct c/ 02 rolos	SNOB	UND	100	3,45
57	Papel toalha multiuso branco bobina c/ 75 FL pct	SORELA	PCT	4700	3,15
58	Pedra sanitária 25 gr.	SANPIC	UND	200	1,19
59	Prendedor de roupas pct com 12 und	VARAL	PCT	50	1,50
60	Removex embalagem plástica de 01 litro	IPÊ	UND	20	4,80
61	Rodo 40cm cabo de Alumínio	CONDOR	UND	120	31,85
62	Rodo de 40cm c/ borracha dupla e cabo de madeira	SÃO PEDRO	UND	200	11,80
63	Rodo de alumínio 50 cm com cabo de alumínio	CONDOR	UND	40	33,90
64	Rodo de madeira 40 cm com uma lamina de borracha com cabo	SÃO PEDRO	UND	30	9,75
65	Sabão em pedra neutro glicirinado pacote com 5 unidades	ARPE	PCT	300	4,47
66	Sabão em pó 1 kg caixa com 20 pacotes de 01 kilo	ASSIM	CAIXA	100	117,90
67	Sabonete 90g pct c/ 12 unid	CASS	PCT	100	11,30
68	Sabonete liquido perolado bactericida embalagem com 5 litros	NOBLA	UND	400	33,00
69	Saboneteira para sabonete liquido capacidade de 800 ml	ASTRA	UND	20	37,50
70	Saco p/ Lixo Hospitalar Leitoso extra forte micragem 0,5 30L pct c/ 100	IMPLAST	FARDOS	100	43,00
71	Saco p/ Lixo Hospitalar Leitoso extra forte micragem 0,5 micras- 50L. Pct c/100	IMPLAST	FARDOS	100	44,90
72	Saco p/ Lixo Hospitalar Leitoso extraforte micragem 0,5 - 100L pct c/ 100	IMPLAST	FARDOS	100	47,25
73	Saco para geladinho pct c/ 100	IMPLAST	PCT	100	3,29
74	Saco plástico p/lixo 10 litros espessura de 0,7 micras fardo com 100 unidades	IMPLAST	FARDOS	300	17,40
75	Saco plástico p/lixo 15 litros espessura de 0,7 micras fardo com 100 unidades	IMPLAST	FARDOS	500	17,40
76	Saco plásticop/ lixo 30 litros espessura de 07, micras fardo c/ 10o unidades	IMPLAST	FARDOS	500	23,50
77	Saco plásticop/ lixo 50 litros extarforte micragem de 0,7 micras fardo c/ 100 unidades	IMPLAST	FARDOS	500	28,00
78	Saco plásticop/ lixo 60 litros extarforte micragem de 0,7 micras fardo c/ 100 unidades	IMPLAST	FARDOS	100	28,00
79	Saco plástico p/lixo 100 litros espessura de 0,7 micras fardo com 100 unidades	IMPLAST	FARDOS	500	34,50
80	Saco plástico para embalagem de 1l e 2l pct c/100	IMPLAST	PCT	100	24,50
81	Shampo para cabelo embalagem com 02 litros	NATIVA	UND	50	22,60
82	Vassoura de pelo c/cabo	SÃO PEDRO	UND	50	9,10
83	Vassoura de pelo sintético c/ cabo de madeira V-9	SÃO PEDRO	UND	50	9,10
84	Vassoura para vasculhar com cabo	MAX	UND	20	12,70
85	Vassoura plástica macia c/cabo	SÃO PEDRO	UND	30	9,10
86	Vassoura plástica piaçava sintética cabo de metal V-35	SÃO PEDRO	UND	100	9,10
87	Vassoura plástica piso rústico c/ cabo	NAVICA	UND	70	9,10
88	Vassourão c/ cabo tipo gari	NAVICA	UND	30	15,15
89	Vela de parafina nº 6 pacote com 6 c/06 unds	GUAPORE	PCT	50	3,65
90	Veneno spray para inseto rasteiro e voador 290 g cx c/ 12 und	MAT INSET	CAIXA	30	105,20

EMPRESA	**COMERCIAL FAKLE LTDA - EPP**
CNPJ	**03.878.391/0001-30**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QTD	P. UNIT
1	Água sanitária , embalagem plástica com identificação do produto , marca do fabricante , data de fabricação e prazo de validade . O produto devera ter registro no ministério da saúde embalagem contendo 1 litro cx c/ 12 unid.	Q.FORT	CAIXA	500	39,80
4	Amaciante de roupas , perfume suave , composto quaternário de amônio, embalagem plástica com 2000 ml e com dados de identificação do produto , marca do fabricante , data de fabricação , prazo de validade e registro no ministério da saúde fardo com 06 und de 2 litros	FLORA	FARDOS	200	33,00
16	Desinfetante líquido a base de pinho , para uso geral , ação bactericida e germicida embalagem plastica de 2000 ml cx c/ 12 unidades	FLORA	cx	400	46,80
35	Limpa alumínio neutro a base de acido sulfonico , embalagem plástica cx c/ 24 und c/ 500 ml	PRATIC LAR	CX	50	60,00
36	Limpa vidro, embalagem c/ dados de identificação do produto marca do fabricante data de fabricação , prazo de validade e reistro no ministerio da saude , embalagem plastica de 500 m l cx c/ 24 de 500 ml	FUZZETO	CX	100	45,60
37	Limpador limpeza pesada , embalagem com dados de identificação do produto , marca do fabricante e registro no ministério da saúde , embalagem plástica de 500 ml cx c/ 24 unid.	FUZZETO	cx	40	45,60
38	Limpador multi-uso embalagem de 500 ml, o produto devera ter registro no ministério da saúde ou ANVISA cx c/ 24 und de 500 ml	FUZZETO	CX	50	46,90
40	Lustra moveis a base de ceras naturais , ação de secagem rápida , suave , embalagem plástica com 200 ml , caixa com 24 und de 200 ml.	FUZZETO	UNIDADE	100	45,60
41	Luva de borracha látex , para limpeza anti-derapante , em polietileno , embalagem plástica com um par , tamanho média	VOLK	PAR	30	3,90

42	Luva látex p/ limpeza 100% natural forro 100% algodão Tam - G	VOLK	par	300	3,90
43	Luva látex p/ limpeza 100% natural forro 100% algodão tam - M	VOLK	par	200	3,90
56	Papel toalha interfolha 17x27 3 dobras CX 2500 Fl	CAÇULA	Pct	400	18,00

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº. 020/2010, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago é o constante da proposta apresentada, no Pregão nº. 020/2010, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA II - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será acordado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 10 (dez) dias corridos da retirada da ordem de fornecimento pelo fornecedor.

O local de entrega dos materiais será no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Diamantino, situada a Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº. 2.341 - Jd. Eldorado.

CLAÚSULA III - DO PAGAMENTO

Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente fornecida pela contratada, em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do atesto de faturas/notas fiscais pelo órgão requisitante, de acordo com os termos do Edital.

CLÁUSULA IV - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de fornecimento pelo fornecedor.

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento.

Os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura correspondente.

CLÁUSULA V - DAS PENALIDADES

Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória.
2. Cancelamento do registro na Ata.
3. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos.
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuário, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções.
6. Advertência.
7. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, após decorridos cinco dias, a contar da data do inadimplemento.
8. Multa de mora sobre o valor total do pedido, de 0,33% por dia de inadimplência, no caso de inexecução total.
9. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.
10. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

LÁUSULA VI - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

onsiderando o prazo de validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, **é vedado uaisquer reajustamentos de preços.**

ca ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de ajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.

LÁUSULA VII - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE EGISTRO DE PREÇOS

s materiais objeto desta Ata de Registro de Preços serão recebidos pelo requisitante nsoante o disposto no art. 73 da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas pertinentes.

LAÚSULA VIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

la Administração, quando:

a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 17 do edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;

h) no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feira por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação;

Pelas detentoras, quando, **mediante solicitação por escrito**, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

a) a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrado deverá ser formulada com **antecedência de 30 (trinta) dias**, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula V, caso não aceita as razões do pedido.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria requisitante.

A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino, Estado de Mato Grosso, excluído qualquer outro para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Diamantino, em 05 de maio de 2010.

Prefeitura Municipal de Diamantino
JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Detentores da Ata

MOREIRA – COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA – EPP
Sr. Andréia Maltauro

COMERCIAL FAKLE LTDA – EPP
Sr. Carlos Alberto Fonseca da Silva

Testemunhas:

NOME: Leandro Aparecido Batalha Bicho
RG: 105.816-93 SSP/MT
CPF: 559.445.971-04

Nome: Sarita Raquel Neis Bueno
RG nº.: 749.243 SSP/MT
CPF nº 486.873.751-15

Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte

PORTARIA N.º 02/2010

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de **Aposentadoria Compulsória** a servidora Sra. **Maria Do Socorro Sá Leite**."*

O Diretor Executivo do PREVIGUAR - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso II, da Constituição Federal com redação determinada pela E.C 41/2003, combinado com Art. 12, inciso II, da Lei Municipal nº 091 de 18 de maio de 2005, que rege a previdência municipal, art. 7º da Lei n.º 183/2004 que estabelece o plano de carreira do magistério publico municipal, institui o respectivo quadro de cargos, estabelece o plano de pagamentos, alterada pela Lei Municipal n.º 671/2008 que autoriza o poder executivo municipal a preceder reposição salarial para servidores públicos do município de Guarantã do Norte/MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria Compulsória**, a Sra. **Maria Do Socorro Sá Leite**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 294.660 SSP/CE e do CPF n.º 034.465.813-91, residente e domiciliada neste município, servidora Efetiva, no cargo Professor, Classe "D", lotada na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto, devidamente matriculada sob o nº 100606, com proventos Proporcionais, conforme processo administrativo do PREVIGUAR, n.º **2010.01.0001P**, a partir de 13/04/2010, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria retroage seus efeitos a 13 de abril de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.
GUARANTA DO NORTE - MT, 02 de julho de 2010.

CARLOS LIVINO DE MELO
Diretor Executivo do PREVIGUAR

Homologo:

MERCIDIO PANOSSO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Indiavaí

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONVITE Nº. 001/2010
TIPO: MENOR PREÇO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: PREÇO TOTAL.

OBJETO: Aquisição de combustíveis e lubrificantes para a manutenção do veículo da Câmara Municipal de Indiavaí, conforme descrição:

DESCRIÇÃO	UND	QT
ALCOOL COMUM	LITRO	3.000
GASOLINA ADITIVADA	LITRO	500
LUBRIFICANTE TECNO LUBRAX SAE 15W - 40	UNIDADE	03
FILTRO TECFIL PSL 562	UNIDADE	03

A **CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ**, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna pública a todos os interessados que realizará **às 14:30 horas, do dia 14/07/2010**. LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado.

Foram convidados três participantes nos termos do § 3º do art.22 da Lei 8.666/93, ficando o convite estendido aos demais cadastrados no ramo que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas daquela marcada para apresentação das propostas.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Câmara, com a Comissão Permanente de Licitação.

Indiavaí - MT, 07 de Julho de 2010.

Raildo Moreira Cruz
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Itanhangá

EDITAL resumido para publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
TOMADA DE PREÇOS Nº. 010/2010
PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT) torna público que na Tomada de Preços nº. 010/2010, instaurada para Contratação de empresa de engenharia e construção, para construção de escola(s), no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA na Sede do Município de Itanhangá. A Comissão de Licitação decide por abrir o prazo de 8 (oito) dias para apresentação de documentação em conformidade com art. 48 § 3º da Lei 8.666/93.

Itanhangá (MT), 06 de julho de 2010.

Maria Fabiana Hammel
Presidente da CPL

EXTRATO DE CONTRATO 047/2010

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITANHANGA**, torna público que efetivou Contrato com Empresa ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA LOPES-ME, no valor R$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais), referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIA ECONÔMICA FINANCEIRA** o qual terá sua vigência contada da data da sua assinatura até 31/12/2010.
Itanhangá – MT 18 de junho de 2010 - Vanderlei Proenço Ribeiro **Prefeito Municipal**

EXTRATO DE CONTRATO 048/2010
A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITANHANGA**, torna público que efetivou Contrato com Empresa **Braga Construções e Serviços Ltda. ME**, no valor R$126.780,00 (cento e vinte e seis mil setecentos e oitenta reais), referente à Contratação de empresa no ramo de consultoria em engenharia para fiscalização e elaboração de projetos arquitetônicos, topográficos, estruturais, elétrico e hidráulico bem como projeto de pavimentação asfáltica o qual terá sua vigência contada da data da sua assinatura até 31/12/2010.
Itanhangá – MT 18 de junho de 2010 - Vanderlei Proenço Ribeiro **Prefeito Municipal**

EXTRATO DE CONTRATO 049/2010
A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITANHANGA**, torna público que efetivou Contrato com Empresa **Dymak Máquinas Rodoviárias LTDA**, no valor R$ 45.328,57 (quarenta e cinco mil trezentos e vinte e oito reais e cinqüenta e sete centavos), referente à Contratação para realizar manutenção e revisões periódicas, para Motoniveladora e Escavadeira Hidráulica, marca Komatsu o qual terá sua vigência contada da data da sua assinatura até término da garantia das máquinas.
Itanhangá – MT 21 de junho de 2010 - Vanderlei Proenço Ribeiro **Prefeito Municipal**

1º TERMO ADITIVO REFERENTE À TOMADA DE PREÇO 002/2010
CONTRATO 019/2010
A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITANHANGA, torna público que efetivou Aditivo de Contrato com Empresa **CERTA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA**, onde a vigência e execução da obra era até dia 21 de junho de 2010 passa a ser até 31 de dezembro de 2010. O presente Termo Aditivo terá sua vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2010. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº. 019/2010 não alteradas por este Aditivo.
Itanhangá – MT 11 de junho de 2010 -

Vanderlei Proenço Ribeiro
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Itaúba

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAUDE MUNICIPAL DE ITAUBA
CONTRATADA: VALQUIRIA TELES DA SILVA
OBJETO: RESCINDIR o Contrato Pessoal n° 010/2010, para a prestação de serviços de Cozinheira, no exercício de 2010, assinado em 01 de abril de 2010.
VIGÊNCIA: 01/04/2010 A 31/12/2010
DATA DA ASSINATURA: 30/06/2010

GENECI DA SILVA STURMER
PRESIDENTE

Prefeitura Municipal de Juína

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2010

LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA QUE MENCIONA.

O Município de Juina, Estado de Mato Grosso, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor ALTIR ANTONIO PERUZZO, torna público, através do presente Edital, que efetuará o lançamento de Contribuição de melhoria, em relação à obra de drenagem, terraplenagem, pavimentação asfáltica, meio fio e sarjetas, conforme Lei Complementar Municipal n° 1046/2008, que instituiu o Código Tributário Municipal, em relação a seguinte rua da cidade:

SETOR PALMITEIRA:

A) Rua DOM PEDRO I, com área de 5000,00 m², sendo em uma pista de **8,00m** de largura e extensão 420,00 M conforme memorial descritivo, que passa a fazer parte do presente edital, destacado no Anexo I deste Edital.

DA OBRA:
Os serviços inerentes à obra são de responsabilidade do Município de Juina e sua execução a cargo da PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA, ATRAVES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, cabendo aos beneficiados pela melhoria o pagamento de **R$ 23.541,00** (vinte e três mil e quinhentos e quarenta e um reais) em relação ao total do custo da obra que resultou em **R$ 219.460,74** (duzentos e dezenove mil, quatrocentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos), tendo como fato gerador a valorização do imóvel que lhe acarreta real benefício, fixado pelo órgão fazendário, conforme ficha de avaliação subjetiva, que passa a fazer parte do presente Edital, destacado no Anexo II deste Edital.

DO CUSTO DA OBRA:
O custo da obra é de **R$ 219.460,74** (duzentos e dezenove mil, quatrocentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos), conforme demonstra o orçamento, que passa a fazer parte do presente Edital, destacado no Anexo III (deste Edital).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
a) O preço à vista, assim considerado o pagamento de uma só vez, devendo ser quitado na data indicada no aviso de lançamento, que terá um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor efetivamente devido;
b) Parceladamente, em 09 (nove) ou 18 (dezoito) parcelas, cujo valor será expresso em número de Unidades Fiscal do Município, devendo ser quitadas com base no valor dessa unidade vigente nas datas indicadas nos avisos de lançamento.
c) O pagamento feito em nove prestações terá um desconto de 10% (dez por cento).
d) O pagamento feito em dezoito prestações não terá desconto.

DA IMPUGNAÇÃO DO PRESENTE EDITAL

O prazo para a impugnação de qualquer dos elementos constantes no presente editais são de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, e deverá conter os seguintes elementos: a qualificação do interessado, o número do contribuinte no cadastro respectivo, o endereço para receber a intimação, a matéria de fato ou de direito em que se fundamenta, a prova do alegado, a indicação das diligências que pretenda sejam efetuadas, com os motivos que a justifiquem e o pedido formulado de modo claro e preciso. A impugnação deverá ser dirigida à Administração através de petição que servirá para o início do procedimento administrativo fiscal.

OBS.: O EDITAL COMPLETO ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO DO CONTRIBUINTE NA PREFEITURA MUNICIPAL.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA, aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e dez (30/06/2010).

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N° 002/2010

LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DE PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS QUE MENCIONA.

O Município de Juina, Estado de Mato Grosso, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor ALTIR ANTONIO PERUZZO, torna público, através do presente Edital, que efetuará o lançamento de Contribuição de melhoria, em relação à obra de drenagem, terraplenagem, pavimentação asfáltica, meio fio e sarjetas, conforme Lei Complementar Municipal n° 1046/2008, que instituiu o Código Tributário Municipal, em relação as seguintes ruas da cidade:

SETOR PALMITEIRA:

A) Ruas: Guarani, Pe. Anchieta, Xavantes, Dom João VI e Dom Pedro I, com área de 7.203,43 m², sendo em uma pista de **8,00m** de largura e extensão de **771.05 m**, conforme memorial descritivo, que passa a fazer parte do presente edital, destacado no Anexo I deste Edital.

DA OBRA:

Os serviços inerentes à obra são de responsabilidade do Município de Juina e sua execução a cargo da PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, cabendo aos beneficiados pela melhoria o pagamento de **R$** 36.444,30 (trinta e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos) em relação ao total do custo da obra que resultou em **R$ 214.979,96** (duzentos e quatorze mil novecentos e setenta e nove reais e noventa e seis centavos), tendo como fato gerador a valorização do imóvel que lhe acarreta real benefício, fixada pelo órgão fazendário, conforme ficha de avaliação subjetiva, que passa a fazer parte do presente Edital, destacado no Anexo II deste Edital.

DO CUSTO DA OBRA:

O custo da obra é de **R$ 214.979,96** (duzentos e quatorze mil novecentos e setenta e nove reais e noventa e seis centavos), conforme demonstra o orçamento, que passa a fazer parte do presente Edital, destacado no Anexo III (deste Edital).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

a) O preço à vista, assim considerado o pagamento de uma só vez, devendo ser quitado na data indicada no aviso de lançamento, que terá um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor efetivamente devido;

b) Parceladamente, de 09 (nove) ou 18 (dezoito) parcelas, cujo valor será expresso em número de Unidades Fiscal do Município, devendo ser quitadas com base no valor dessa unidade vigente nas datas indicadas nos avisos de lançamento.

c) O pagamento feito em nove prestações terá um desconto de 10% (dez por cento).

d) O pagamento feito em dezoito prestações não terá desconto.

DA IMPUGNAÇÃO DO PRESENTE EDITAL

O prazo para a impugnação de qualquer dos elementos constantes no presente editais são de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, e deverá conter os seguintes elementos: a qualificação do interessado, o número do contribuinte no cadastro respectivo, o endereço para receber a intimação, a matéria de fato ou de direito em que se fundamenta, a prova do alegado, a indicação das diligências que pretenda sejam efetuadas, com os motivos que a justifiquem e o pedido formulado de modo claro e preciso. A impugnação deverá ser dirigida à Administração através de petição que servirá para o início do procedimento administrativo fiscal.

OBS: O EDITAL COMPLETO ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO DO CONTRIBUINTE NA PREFEITURA MUNICIPAL.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA, aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e dez (30/06/2010).

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N° 003/2010

LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DE PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA QUE MENCIONA.

O Município de Juina, Estado de Mato Grosso, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor ALTIR ANTONIO PERUZZO, torna público, através do presente Edital, que efetuará o lançamento de Contribuição de melhoria, em relação à obra de drenagem, terraplenagem, pavimentação asfáltica, meio fio e sarjetas, conforme Lei Complementar Municipal n° 1046/2008, que instituiu o Código Tributário Municipal, em relação a seguinte avenida da cidade:

SETOR AV 09 - BAIRRO PALMITEIRA:

A) AV. JOINVILE, com área de 5.160,00 m², sendo em uma pista de **10,00m** de largura e extensão de **516,00m**, conforme memorial descritivo, que passa a fazer parte do presente edital, destacado no Anexo I deste Edital.

DA OBRA:

Os serviços inerentes à obra são de responsabilidade do Município de Juina e sua execução a cargo da **EMPRESA – PROJETUS ENGENHARIA COM. E CONSTRUÇÃO LTDA**, cabendo aos beneficiados pela melhoria o pagamento de **R$ 47.920,00** (quarenta e sete mil, novecentos e vinte reais) em relação ao total do custo da obra de complementação ao projeto entre Av. Julio José de campos da integração entre os Bairros; Pe . Duilio e Palmiteira (atual Av. Joinvile) Av. Mato Grosso (módulo 05), contorno entre a Av. Stª. Catarina e Av. Ulisses Guimarães, que resultou em **R$ 513.500,00** (quinhentos e treze mil e quinhentos reais), tendo como fato gerador a valorização do imóvel que lhe acarreta real benefício, fixado pelo órgão fazendário, conforme ficha de avaliação subjetiva, que passa a fazer parte do presente Edital, destacado no Anexo II deste Edital.

DO CUSTO DA OBRA:

O custo da obra é de **R$ 513.500,00** (quinhentos e treze mil e quinhentos reais), conforme demonstra o orçamento, que passa a fazer parte do presente Edital, destacado no Anexo III (deste Edital).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

a) O preço à vista, assim considerado o pagamento de uma só vez, devendo ser quitado na data indicada no aviso de lançamento, que terá um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor efetivamente devido;

b) Parceladamente, de 09 (nove) ou 18 (dezoito) parcelas, cujo valor será expresso em número de Unidades Fiscal do Município, devendo ser quitadas com base no valor dessa unidade vigente nas datas indicadas nos avisos de lançamento.

c) O pagamento feito em nove prestações terá um desconto de 10% (dez por cento).

d) O pagamento feito em dezoito prestações não terá desconto.

DA IMPUGNAÇÃO DO PRESENTE EDITAL

O prazo para a impugnação de qualquer dos elementos constantes no presente editais são de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, e deverá conter os seguintes elementos: a qualificação do interessado, o número do contribuinte no cadastro respectivo, o endereço para receber a intimação, a matéria de fato ou de direito em que se fundamenta, a prova do alegado, a indicação das diligências que pretenda sejam efetuadas, com os motivos que a justifiquem e o pedido formulado de modo claro e preciso. A impugnação deverá ser dirigida à Administração através de petição que servirá para o início do procedimento administrativo fiscal.

OBS: O EDITAL COMPLETO ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO DO CONTRIBUINTE NA PREFEITURA MUNICIPAL.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA, aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e dez (30/06/2010).

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO 7º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 189/2008

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 005/2008;
OBJETO: Alteração do Preço do Serviço;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inciso I, alínea "a", c/c o seu § 1.º da Lei Federal n.º 8.666/93;
CONTRATANTE: Município de Juína-MT;
CONTRATADA: Projetus Engenharia e Construções Ltda.;
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.653.976,42;
VALOR DO ADITAMENTO: R$ 413.494,10;
VALOR ATUAL DO CONTRATO: R$ 2.067.470,52;
DATA DA ASSINATURA: 15/06/2010.

EXTRATO DO 5º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 238/2007
PROCESSO: TOMADA DE PREÇO N.º 025/2007;
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, inciso III da Lei Federal n.º 8.666/93;
CONTRATANTE: Município de Juína-MT;

CONTRATADA: Projetus Engenharia e Construções Ltda.;
PRAZO DE VIGÊNCIA: 40 dias;
VENCIMENTO: 26/07/2010;
DATA DA ASSINATURA: 14/06/2010.

EXTRATO DO 4º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 016/2009
PROCESSO: TOMADA DE PREÇO N.º 040/2008;
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, inciso III da Lei Federal n.º 8.666/93;
CONTRATANTE: Município de Juína-MT;
CONTRATADA: Projetus Engenharia e Construções Ltda.;
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 dias;
VENCIMENTO: 20/09/2010;
DATA DA ASSINATURA: 18/06/2010.

EXTRATO DO 3º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 304/2009
PROCESSO: CARTA CONVITE N.º 045/2009;
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, inciso III da Lei Federal n.º 8.666/93;
CONTRATANTE: Município de Juína-MT;
CONTRATADA: Poli Engenharia e Comércio Ltda.;
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 dias;
VENCIMENTO: 30/08/2010;
DATA DA ASSINATURA: 30/06/2010.

EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 091/2009
PROCESSO: TOMADA DE PREÇO N.º 002/2009;
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, inciso III da Lei Federal n.º 8.666/93;
CONTRATANTE: Município de Juína-MT;
CONTRATADA: Poli Engenharia e Comércio Ltda.;
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 dias;
VENCIMENTO: 02/08/2010;
DATA DA ASSINATURA: 01/06/2010.

EXTRATO DO 6º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 242/2007
PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/2007;
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, inciso III da Lei Federal n.º 8.666/93;
CONTRATANTE: Município de Juína-MT;
CONTRATADA: Uniaço Construção e Comércio Ltda.;
PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 dias;
VENCIMENTO: 04/10/2010;
DATA DA ASSINATURA: 04/06/2010.

EXTRATO DO 6º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 177/2009
PROCESSO: TOMADA DE PREÇO N.º 008/2009;
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, inciso III da Lei Federal n.º 8.666/93;
CONTRATANTE: Município de Juína-MT;
CONTRATADA: Projetus Engenharia e Construções Ltda.;
PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 dias;
VENCIMENTO: 18/10/2010;
DATA DA ASSINATURA: 18/06/2010.

EXTRATO DO 7º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 169/2008
MAJORAÇÃO DE PREÇO E PRORROGAÇÕ DO PRAZO
PROCESSO: TOMADA DE PREÇO N.º 021/2008;
OBJETO: Majoração de preço e prorrogação do prazo contratual;
FUNDAMENTO LEGAL: inciso I, alínea "a" c/c § 1.º, do RT. 65, e Art. 57, § 1º, inciso I e IV, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93;
CONTRATANTE: Município de Juína-MT;
CONTRATADA: Ampla Engenharia e Construções Ltda.;
VALOR DO CONTRATO: R$ 388.386,75;
VALOR DO DITAMENTO: R$ 86.696,06;
VALOR DO CONTRATO COM ADITAMENTO: R$ 475.082,81;
PRAZO DO CONTRATO: 26/06/2010;
PERÍODO PRORROGADO: 180 (cento e oitenta) dias;
PRAZO COM ADITAMENTO: 27/12/2010;
DATA DA ASSINATURA: 22/06/2010.

LEI N.º 1.171/2010

Súmula: Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2011 e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Altir Antônio Peruzzo, Prefeito Municipal de Juina - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Juina aprovou, e ele, sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Nos termos da Constituição Federal, Art. 165 Parágrafo 2º, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município para o Exercício 2011 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas pela Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

Artigo 2º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2011 estão especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, Anexo I desta Lei, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual relativo ao período de 2010 a 2013.

§ 1º Atendendo o disposto no artigo 4º da Lei Complementar no 101/2000, integram esta Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, conforme Anexos II e III.

§ 2º Por ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo fará a revisão do valor das metas físicas constantes do Anexo I, desta Lei, para adequar à estimativa da receita elaborada de conformidade com o Art. 12, da Lei Complementar no 101/2000.

Artigo 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício 2011, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por créditos especiais, desde que façam parte do Plano Plurianual correspondente ao período de 2010/2013.

Artigo 4º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º A regra constante do caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Artigo 5º - As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o Art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º. Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I – atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
II – atualização da planta genérica de valores;
III – a expansão do número de contribuintes;
IV – as projeções do crescimento econômico.

§ 2º. As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º. Caso os parâmetros utilizados na estimativa das receitas sofram alterações significativas que impliquem na margem de expansão da despesa, o Anexo de Metas Fiscais será atualizado por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal fixadas no Anexo II, desta lei.

§ 4º. A proposta orçamentária deverá ser elaborada com observância dos arts. 22 a 26 da Lei Federal no 4.320/64.

Artigo 6º - O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas com:

a) o pagamento do serviço da dívida;
b) o pagamento de pessoal e seus encargos;
c) os duodécimos destinados ao Poder Legislativo;
d) o cumprimento de precatórios judiciais;
e) a manutenção das atividades do município e seus fundos;
f) a aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
g) a aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;
h) o recolhimento dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8°, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Artigo 7º - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei.

Parágrafo Único. Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Artigo 8º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância as demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Conforme previsto no art. 166, § 8º da Constituição Federal, será admitido o desequilíbrio entre receitas e despesas desde que as previsões de receitas excedam as fixações de despesas e atendam exclusivamente às atribuições legais dos fundos previdenciários cujo objetivo principal é a captação e aplicação dos recursos financeiros para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, considerando ainda:

I – que as despesas de custeio dos fundos previdenciários não excedam a dois pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores dos entes contribuidores conforme determinação da Portaria MPAS nº. 4992, art. 17, VIII, § 3º;

II – que os recursos dos fundos devam ser aplicados exclusivamente nos pagamentos de benefícios previdenciários conforme determinado pelo inciso III do art. 2º da Portaria MPAS nº. 4992;

III – que os ingressos mensais de receitas são consideravelmente maiores que a execução das despesas legais e obrigacionais do fundo de previdência.

Artigo 9º - Até trinta dias após a publicação da Lei orçamentária do exercício de 2011, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intra-governamentais eventualmente previstas na lei orçamentária.

Artigo 10 - Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º Ao determinarem a limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes executivo e legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotado na hipótese de ser necessário à redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101.

Artigo 11 - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.

Artigo 12 - Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

Artigo 13 - Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar no 101 considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais) no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Artigo 14 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. Os custos serão apurados através dos relatórios da execução orçamentária, tomando-se por base as metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto no art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000, e demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

§ 2º. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2010 serão objeto de avaliação permanente, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas, em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000.

Artigo 15 - Na realização de programas de competência do Município, fica o Poder Executivo autorizado a transferir recursos a título de subvenções, auxílios ou contribuições a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, desde que haja autorização específica em Lei Municipal e seja firmado convênio, ajuste ou outro congênere, pelo qual fique claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2º A regra de que trata o caput deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.

§ 3º As transferências intra-governamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária, ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Artigo 16 - Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congênere e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis.

Artigo 17 - No exercício financeiro de 2011, os Poderes Executivo e Legislativo estarão autorizados a conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequar a remuneração dos servidores, criar ou extinguir cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreiras e admitir pessoal, na forma da lei, conforme disposto no Art. 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que obedecidos os limites previstos nos arts. 20 e 22, § único da Lei Complementar nº. 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal.

§ 1º No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixadas nos arts. 29 e 29A da Constituição Federal.

§ 2º Os Poderes Executivo e Legislativo poderão realizar concurso público de provas ou de provas e títulos visando ao preenchimento dos cargos e funções, bem como processo seletivo simplificado, nos termos da lei.

§ 3º Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Artigo 18 - Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº. 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do executivo.

Artigo 19 - Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais, equivalente a, no máximo 2 % (dois por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º Ocorrendo à necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo

providenciará a abertura de crédito adicionais suplementares à conta de reserva do caput, na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.

§ 2º Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o caput deste artigo, poderão os recursos remanescentes serem utilizados para abertura de crédito adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei no 4.320/64.

Artigo 20 - A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2011 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

Parágrafo Único. O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2011, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de calculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da Lei Complementar no 101/2000.

Artigo 21 - Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

§ 1º. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente;

§ 2º. Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a consignar na proposta orçamentária a receita e a despesa decorrente de convênios a serem celebrados pelo município no âmbito do Governo Federal ou Estadual, desde que protocolados os referidos convênios até 15 de agosto de 2010.

Artigo 23. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas e Prioridades;
II – Anexo de Metas Fiscais;
II – Anexo de Riscos Fiscais.
III – Demonstrativo das Obras em Andamento

Artigo 24 - Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária até 31 de dezembro de 2010, ficam os poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária por eles elaboradas, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;
II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Artigo 25 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, aos **28** dias do mês de **Junho** de **2010**.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.172/2010

Desafeta e incorpora aos bens dominicais do Patrimônio Municipal as áreas que especifica, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Ficam desafetadas da categoria de bens de uso comum do povo e incorporada na dos bens dominicais do Patrimônio Municipal, as áreas das Ruas Camburiu, Criciúma, Chapecó, Laguna, Xaxim, Xauxere e Avenida Brusque e parcial da Avenida Brasília, com dimensão de **195.813,98 m²**, conforme Mapa que segue em **ANEXO** da presente Lei, desta passando a ser parte integrante.

Art. 2.º A desafetação que trata o artigo anterior é realizada para fins unificação do Loteamento denominado **PADRE DUILIO**.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **28** de **junho** de **2010**.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Prefeito Municipal

ANEXO DA LEI N.º 1.172/2010



Prefeitura Municipal de Juruena

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO n°. 020/2010-TP

Objeto: Aquisição de **Emulsão Asfáltica – RR 2C**, para uso em pavimentação asfáltica de vias urbanas no Município de Juruena – MT.

Abertura: Dia **26 de julho de 2010, as 10h00m**, no prédio da Prefeitura Municipal de Juruena, Avenida 04 de julho, 360 – Centro Juruena/MT.

Valor: O valor máximo para aquisição e de **R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**

Informações: O edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados no prédio da Prefeitura Municipal de Juruena, na Avenida 04 de julho, 360, Centro – Juruena/MT CEP: 78340-000, podendo ser adquirido pelo valor de R$ 50,00 (cinquenta reais)

Juruena - MT, em 07 de julho de 2010.

LAERTE BAMBIL FLORES
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura Municipal de Juscimeira

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 07/07/10

LRF, art.53, § 1º, inciso III - Anexo XIV

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITA REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a - b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	10.000,00	52.730,00	-42.730,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	52.730,00	-42.730,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.000,00	52.730,00	-42.730,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESA LIQUIDADAS (d)	SALDO A REALIZAR (c-d)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital	0,00	422.101,70	-422.101,70
Investimentos	0,00	282.907,67	-282.907,67
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/ Refinanciamento da Dívida	0,00	139.194,03	-139.194,03
Despesas Correntes dos Regimes Próprios de Previdência	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	422.101,70	-422.101,70

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR (e)	DO EXERCÍCIO (f) = (b - d)	SALDO ATUAL (e + f)
	0,00	-369.371,70	-369.371,70

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2009

LRF Cidadão 9.10 - 07/07/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA -DC (I)	-3.324.373,64	2.885.768,71	2.725.186,12	2.585.992,09
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	-3.324.373,64	254.593,69	254.593,69	254.593,69
Precatórios posteriores a 5.5.2000(inclusive)	0,00	46.710,39	46.710,39	46.710,39
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	2.584.464,63	2.423.882,04	2.284.688,01
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	2.584.464,63	2.423.882,04	2.284.688,01
Previdenciárias	0,00	2.584.464,63	2.423.882,04	2.284.688,01
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPPs	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)[1]	257.901,70	671.642,36	736.112,12	-
Ativo Disponível	287.881,03	671.642,36	736.112,12	499.313,37
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	29.979,33	0,00	0,00	1.866.674,93
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	0,00	2.214.126,35	1.989.074,00	2.585.992,09
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.043.031,49	10.909.959,39	11.451.559,48	11.991.202,69
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	-30,10	26,45	23,80	21,57
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00	20,29	17,37	21,57
% LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	120,00	120,00	120,00	120,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a DEZ/2009

LRF Cidadão 9.10 - 07/07/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA Últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.462.642,43
Pessoal Ativo	6.462.642,43
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	25.777,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	25.777,83
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP(IV) = (I-II+III)	6.436.864,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	11.991.202,69
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	53,68
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	6.475.249,45
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	6.151.486,98

[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.
FONTE:
Nota:

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 07/07/10

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	2008							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	1.050.254,04	1.066.332,66	0,00	249.911,76	1.866.674,93	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO	1.050.254,04	1.066.332,66	0,00	249.911,76	1.866.674,93	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Direta	1.050.254,04	1.066.332,66	0,00	249.911,76	1.866.674,93	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	60.587,23	395.405,57	0,00	131.500,91	324.491,89	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	893.069,23	565.105,36	0,00	113.200,30	1.344.974,29	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	96.597,58	105.821,72	0,00	5.210,55	197.208,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.050.254,04	1.066.332,66	0,00	249.911,76	1.866.674,93	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO2009/SEMESTRE JANEIRO A DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 07/07/10

ADCT, art 77 - Anexo XVI

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Jan a Dez 2009 (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	**10.403.030,00**	**10.373.030,00**	**8.568.580,38**	**82,60**
Impostos	674.030,00	674.030,00	550.822,32	81,72
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	19.000,00	19.000,00	177.328,23	933,31
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	9.710.000,00	9.680.000,00	7.840.429,83	81,00
Da União	5.640.000,00	5.610.000,00	5.022.658,04	89,53
Do Estado	4.070.000,00	4.070.000,00	2.817.771,79	69,23
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS(II)	**1.544.000,00**	**1.544.000,00**	**1.662.452,27**	**107,67**
Da União para o Município	1.049.000,00	1.049.000,00	1.125.526,96	107,30
Do Estado para o Município	420.000,00	420.000,00	504.031,54	120,01
Demais Municípios para o Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	75.000,00	75.000,00	32.893,77	43,86
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE(III)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**9.766.000,00**	**9.796.000,00**	**3.779.901,67**	**38,59**
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEF	**1.904.000,00**	**1.904.000,00**	**1.450.079,57**	**76,16**
TOTAL	**19.809.030,00**	**19.809.030,00**	**12.560.854,75**	**63,41**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Jan a Dez 2009 (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	**3.708.000,00**	**3.828.746,66**	**3.654.809,55**	**95,46**
Pessoal e Encargos Sociais	2.313.000,00	2.405.816,66	2.587.324,00	107,54
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.395.000,00	1.422.930,00	1.067.485,55	75,02
DESPESAS DE CAPITAL	**435.000,00**	**435.000,00**	**83.426,34**	**19,18**
Investimentos	435.000,00	435.000,00	83.426,34	19,18
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	**4.143.000,00**	**4.263.746,66**	**3.738.235,89**	**87,67**

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA	Jan a Dez 2009 (e)	% (e)/desp. saúde
DESPESAS COM SAÚDE	**4.143.000,00**	**4.263.746,66**	**3.738.235,89**	**87,67**
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	27.000,00	1.544.000,00	**640.112,41**	**17,12**
Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	9.000,00	1.544.000,00	633.988,53	16,96
Recursos de Operações de Crédito	**9.000,00**	**0,00**	3.061,94	0,08
Outros Recursos	9.000,00	0,00	3.061,94	0,08
(-) RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS[1]	-	-	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(V)	**4.116.000,00**	**2.719.746,66**	**3.098.123,48**	**82,88**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelado em 2009(f)
RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <15,00>[2] [(V-VI)/I]	**36,16**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Jan a Dez 2009 (g)	% (g/total g)
Atenção Básica	2.356.000,00	2.495.559,80	2.426.392,72	64,91
Assitência Hospitalar e Ambulatorial	1.325.000,00	1.082.465,87	519.531,51	13,90
Suporte Profilático e Terapêutico	210.000,00	210.000,00	126.518,29	3,38
Vigilância Sanitária	22.000,00	22.000,00	326,30	0,01
Vigilância Epidemiológica	102.000,00	108.903,00	74.976,27	2,01
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	128.000,00	344.817,99	590.490,80	15,80
TOTAL	**4.143.000,00**	**4.263.746,66**	**3.738.235,89**	**100,00**

FONTE:

Prefeitura Municipal de Marcelândia

Extrato de Contratos e aditivos – Mês de Junho/2010

CONTRATO 024/2010.
OBJETO: Contratação de Serviços Gráficos na confecção de formulários diversos para atendimentos as Secretarias Municipais, conforme planilha e modelos dos anexos.
CONTRATADO: **GARIERI DOS SANTOS & CIA LTDA-ME.**
VALOR: R$ 67.901,00 (Sessenta e sete mil novecentos e um reais).
Data Assinatura: 01/06/2010.
Data Vigência: 31/12/2010.

CONTRATO 025/2010.
OBJETO: Locação de um veículo denominado D20, equipado com escada e plataforma giratória para suporte á manutenção de Iluminação Pública do Município de Marcelândia – MT.
CONTRATADO: EGIDIO DIVINO SILVEIRA
VALOR: R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).
Data Assinatura: 01/06/2010.
Data Vigência: 31/12/2010.

CONTRATO 026/2010.
OBJETO: Locação de um imóvel de Alvenaria, localizado à Rua Corumbá, nº. 148, Vila Tupy, no Município de Marcelândia – MT, para instalação da Padaria Municipal.
CONTRATADO: **GLEISON RÚBIO**
VALOR: R$ 6.120,00 (Seis mil cento e vinte reais)
Data Assinatura: 01/06/2010.
Data Vigência: 31/12/2010.

CONTRATO 027/2010.
OBJETO: Contratação de empresa especializada realizar a obra de Sistema de Abastecimento de Água do Assentamento Bom Jaguá
CONTRATADO: **HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA.**
VALOR: R$ 1.025.028,32 (Um milhão e vinte e cinco mil e vinte e oito reais e trinta e dois centavos).
Data Assinatura: 29/06/2010.
Data Vigência: 29/11/2010.

SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 043/2008
OBJETO: Este instrumento tem por objetivo prorrogar a vigência do contrato 043/2008 para execução dos serviços originalmente contratados.
DATA: 11/06/2010
VIGÊNCIA: 11/12/2010

Prefeitura Municipal de Matupá

PORTARIA Nº. 021/2010.

DATA: 25 DE JUNHO DE 2010
SUMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO TEMPORÁRIA DO BENEFÍCIO AUXÍLIO DOENÇA EM FAVOR DA Sra. APARECIDA BRAZ DE OLIVEIRA BRASIL"

O DIRETOR DO PREVI-MUNI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI;
RESOLVE:

Art. 1° - Conceder o benefício temporário Auxílio Doença em favor da servidora Sra. APARECIDA BRAZ DE OLIVEIRA BRASIL, efetiva no cargo de Professora,Classe "C" Nível "07", lotada na Secretaria Municipal de Educação e Desporto, em decorrência de sua incapacidade para o trabalho no período de 11/07/2010 à 25/01/2011, com remuneração igual ao último vencimento de contribuição, e de acordo com processo de Auxílio Doença nº. 008/2010.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Omar Antônio Chisté
- Diretor Executivo -

AVISO DE RESULTADO
PREGAO PRESENCIAL –SRP -Nº. 008/2010

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Equipe de Pregoeiro, comunica a todos que se realizou no dia 31 DE MAIO DE 2010 as 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, o PREGAO PRESENCIAL- para AQUISIÇÃO DE PNEUS – CAMARA DE AR E PROTETORES NOVOS E NACIONAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, e os itens que foram vencidos pela empresa GR DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA, em conformidade com a ATA de readequação de proposta, conforme previsto nos termos do Art.64, 2º da Lei 8666/93 e no Decreto noº1136/09, em seu Art. 13, inciso II, foram transferidos para a empresa **GALEAO PNEUS,** passando a referida empresa a ser vencedora da licitação no valor de R$ 180.344,00, maiores informações junto a sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-1037/1114 das 07:00 às 11:30 hs.

Matupá – MT, 02 de Julho de 2010.

CARLOS ABRAÃO GAIA
Pregoeiro Oficial

AVISO DE RESULTADO
PREGAO PRESENCIAL –020/2010

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Equipe de Pregoeiro, comunica a todos que se realizou no dia **19 DE JUNHO DE 2010** as 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, o "Aquisição de Produtos de Malharia, Tecidos e Confecções em Geral em Atendimento as Secretarias De Obras e Transporte Urbanismo – Educação e Desporto – Promoção Social – Saúde – Administração – Indústria e Comércio - Cultura", junto a sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-1037/1114 das 07:00 às 11:30 hs.Onde se consagrou vencedores da Presente Licitação: **AUGUSTA GARCIA COM. TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA R$ 19.570,00 – CRIATIVA IND. E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA- ME R$ 13.189,00 – M.R DA SILVA MALHARIA – ME R$ 20.497,50 e PAPELARIA UZE – EPP R$ 2.982,21**

Matupá – MT, 06 de Julho de 2010.

CARLOS ABRAÃO GAIA
Pregoeiro Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2010

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Equipe de Pregoeiro, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia **16 DE JULHO DE 2010 as 08:00 horas** na sede da Prefeitura Municipal, o Pregão Presencial - Para Aquisição de Material para Construção-. Em Atendimento as Secretarias Municipais, maiores Informações através do Edital **nº. 054/2010**, junto a sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-1037/1114 das 07:00 às 11:30 hs.

Matupá – MT, 06 de Julho de 2010.

CARLOS ABRAAO GAIA
Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de Mirassol D' Oeste

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 067/2010

A Prefeitura de Mirassol D´Oeste, através da Secretaria de Fazenda, em cumprimento ao disposto no Inciso VI do Artigo 277 do Código Tributário do Município, torna público e dá ciência aos Contribuintes que, os Documentos de Arrecadação Municipal – DAM´S do IPTU, relativo ao exercício de 2010 estão disponíveis, conforme relação abaixo com os seguintes vencimentos: cota única ou 1ª parcela, 30/07/2010; 2ª parcela, 31/08/2010 e 3ª parcela, 30/09//2010.

Secretaria de Fazenda, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 06 de julho de 2010.

Luzia Antônia Fazolo Fernandes
Secretária de Fazenda

Contribuinte: 12708 - ABADIR JOSE PIRES — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7632	01.03.078.0128.002	078	9	0,5 %	996,02	8.603,60	9.599,62

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 47.99
TAXAS E EXPEDIENTE 20,25
TOTAL DO IMOVEL 68,24

Contribuinte: 34004 - ABRAÃO CLEMENTE PINHEIRO — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7299	01.03.060.0255.001	060	16	0,5 %	2.122,12	17.696,08	19.818,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 99,09
TAXAS E EXPEDIENTE 29,05
TOTAL DO IMOVEL 128,14

Contribuinte: 2368 - ADAIR FIGUEIRA DA SILVA — Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4012	01.01.056.0130.001	062	20	1,5 %	8.658,37	0,00	8.658,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 129,87
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 134,37

Contribuinte: 9685 - ADAO DE OLIVEIRA JUNIOR — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5044	01.01.126.0037.001	011	14	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 2255 - ADILSON APARECIDO LUCAS — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
1152	01.03.087.0212.001	087	13	1,5 %	2.098,80	0,00	2.098,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 31,48
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 35,98

Contribuinte: 14198 - ADILSON ARAGON — Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3950	01.01.052.0038.001	058	15	1,5 %	10.492,50	0,00	10.492,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 157,38
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 161,88

Contribuinte: 31835 - ADONIRAN SANTOS ALVES — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4454	01.01.081.0049.001	009	3	0,5 %	2.764,64	4.653,22	7.417,86

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 37,08
TAXAS E EXPEDIENTE 19,92
TOTAL DO IMOVEL 57,00

Contribuinte: 13835 - ADRIANA RITA DA SILVA LADEIRA — Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3949	01.01.052.0025.001	058	14	0,5 %	10.492,50	5.811,62	16.304,12

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 81,52
TAXAS E EXPEDIENTE 19,23
TOTAL DO IMOVEL 100,75

Contribuinte: 34379 - ADRIANO BENEDITO DA SILVA — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4974	01.01.122.0037.001	018	12	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 14100 - ADRIANO JOSE DOS SANTOS — Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8329	01.03.134.0051.001	H	4	1,5 %	5.461,20	0,00	5.461,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 81.91
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 86,41

Contribuinte: 14003 - ADRIEL PEREIRA MACEDO — Bairro: MIRASSOL II

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4326	01.01.070.0063.001	002	5	1,5 %	3.502,50	0,00	3.502,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 52.53
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 57,03

Contribuinte: 331 - AGNALDO PEREIRA DA SILVA — Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4009	01.01.056.0063.001	062	17	0,5 %	7.871,25	4.925,05	12.796,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 63,98
TAXAS E EXPEDIENTE 18,37
TOTAL DO IMOVEL 82,35

Contribuinte: 5537 - AIRTON YUTAKA KOSHIAMA — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4507	01.01.085.0079.001	017	1A3	1,5 %	14.424,69	0,00	14.424,69

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 216,37
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 220,87

Contribuinte: 6298 - ALBERTO DE LIMA STROLISCHEIN — Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8346	01.03.135.0120.001	E	7	1,5 %	6.507,93	0,00	6.507,93

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 97,61
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 102,11

Contribuinte: 1228 - ALBERTO LUIZ DELGADO — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4968	01.01.121.0214.001	023	9	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6007 - ALBINO MODESTO — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4998	01.01.123.0188.001	012	1	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6007 - ALBINO MODESTO — Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3847	01.01.047.0140.001	029	21	0,5 %	13.990,00	4.546,20	18.536,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 92,68
TAXAS E EXPEDIENTE 23,71
TOTAL DO IMOVEL 116,39

Contribuinte: 8447 - ALCIDIA APARECIDA DA SILVA — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5412	01.01.150.0087.001	019	2	0,5 %	1.252,80	18.724,78	19.977,58

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 99,88
TAXAS E EXPEDIENTE 32,84
TOTAL DO IMOVEL 132,72

Contribuinte: 14491 - ALCIONE CRISTINA DE SENA DIAS — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7356	01.03.064.0020.001	064	2	0,5 %	2.127,95	3.328,94	5.456,89

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 18,84
TOTAL DO IMOVEL 48,07

Contribuinte: 34627 - ALEX FERNANDO LINHARES — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4459	01.01.081.0136.001	009	12	0,5 %	3.446,46	4.651,01	8.097,47

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 40.48
TAXAS E EXPEDIENTE 18,69
TOTAL DO IMOVEL 59,17

Contribuinte: 5686 - ALUISIO REMI DA COSTA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5437	01.01.152.0025.001	008	18	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 7574 - ALUIZIO FRANCISCO DE SA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5481	01.01.154.0241.001	001	3	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 7574 - ALUIZIO FRANCISCO DE SA Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8352	01.03.135.0227.001	E	9	1,5 %	5.916,30	0,00	5.916,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 88,74
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 93,24

Contribuinte: 7574 - ALUIZIO FRANCISCO DE SA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5478	01.01.154.0135.001	001	4	1,5 %	1.288,92	0,00	1.288,92

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 7574 - ALUIZIO FRANCISCO DE SA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5479	01.01.154.0153.001	001	2	1,5 %	2.671,24	0,00	2.671,24

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 40,06
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 44,56

Contribuinte: 32374 - ALZIRA RUIZ PRADO Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7763	01.03.089.0262.001	D	17	0,5 %	9.751,94	24.928,39	34.680,33

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 173,40
TAXAS E EXPEDIENTE 39,08
TOTAL DO IMOVEL 212,48

Contribuinte: 32374 - ALZIRA RUIZ PRADO Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13484	01.03.089.0081.001	D	8	1,5 %	8.865,40	0,00	8.865,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 132,98
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 137,48

Contribuinte: 32374 - ALZIRA RUIZ PRADO Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13492	01.03.089.0242.001	D	19	1,5 %	8.865,40	0,00	8.865,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 132,98
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 137,48

Contribuinte: 32374 - ALZIRA RUIZ PRADO Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13493	01.03.089.0252.001	D	18	1,5 %	8.865,40	0,00	8.865,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 132.98
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 137,48

Contribuinte: 4676 - ANA LUCIA DE SOUZA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
12316	01.03.077.0020.003	077	2	0,5 %	997,79	11.424,84	12.422,63

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 62.11
TAXAS E EXPEDIENTE 25,42
TOTAL DO IMOVEL 87,53

Contribuinte: 4676 - ANA LUCIA DE SOUZA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
12315	01.03.077.0020.002	077	2	0,5 %	458,19	2.416,05	2.874,24

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 14,10
TOTAL DO IMOVEL 43,33

Contribuinte: 4676 - ANA LUCIA DE SOUZA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7605	01.03.077.0020.001	077	2	0,5 %	671,98	3.543,54	4.215,52

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 18,59
TOTAL DO IMOVEL 47,82

Contribuinte: 36285 - ANA PAULA APARECIDA ARAUJO CAMARGO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13798	01.01.135.0169.001	036	5	1,5 %	553,64	0,00	553,64

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 36285 - ANA PAULA APARECIDA ARAUJO CAMARGO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5195	01.01.135.0189.001	036	5B	1,5 %	522,00	0,00	522,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 36285 - ANA PAULA APARECIDA ARAUJO CAMARGO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13799	01.01.135.0179.001	036	5A	1,5 %	522,00	0,00	522,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6078 - ANDRE JOSE BARBOSA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5127	01.01.130.0193.001	031	1	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 10567 - ANDREY JULIANO DOVIDIO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5034	01.01.125.0193.001	005	1	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1558 - ANGELITA CARVALHO BEZERRA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5433	01.01.151.0255.001	014	13	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 31461 - ANTONIO ALVES PEREIRA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4912	01.01.118.0025.001	035	14	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 10796 - ANTONIO APARECIDO FERREIRA DE ANDRADE Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
11729	01.01.046.0031.001	030	PL/15	0,5 %	5.036,40	13.079,46	18.115,86

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 90.57
TAXAS E EXPEDIENTE 37,16
TOTAL DO IMOVEL 127,73

Contribuinte: 2259 - ANTONIO ATALIBA STAUT Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8384	01.03.139.0128.001	I	7	0,5 %	10.204,93	19.002,54	29.207,47

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 146.03
TAXAS E EXPEDIENTE 39,30
TOTAL DO IMOVEL 185,33

Contribuinte: 3835 - ANTONIO BASSAROTI Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3960	01.01.052.0213.001	058	1	1,5 %	8.658,37	0,00	8.658,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 129,87
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 134,37

Contribuinte: 4859 - ANTONIO CARLOS SARDINHA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5285	01.01.141.0293.001	010	15	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6359 - ANTONIO DA SILVA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5163	01.01.132.0205.001	037	5	1,5 %	1.357,20	0,00	1.357,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6359 - ANTONIO DA SILVA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5164	01.01.132.0218.001	037	7	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1642 - ANTONIO FELIX FLORENTINO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5371	01.01.146.0193.001	020	1	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 3127 - ANTONIO JANUARIO DOS SANTOS Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7702	01.03.082.0316.001	082	19	1,5 %	2.623,50	0,00	2.623,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 39,35
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 43,85

Contribuinte: 990 - ANTONIO LOPES CAMARGO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7313	01.03.062.0039.001	062	3	0,5 %	2.122,12	1.471,22	3.593,34

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 11,54
TOTAL DO IMOVEL 40,77

Contribuinte: 9347 - ANTONIO LUCAS VALVERDE Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13658	01.03.088.0211.001	B	15	1,5 %	7.411,01	0,00	7.411,01

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 111.16
TAXAS E EXPEDIENTE 0,00
TOTAL DO IMOVEL 111,16

Contribuinte: 11800 - ANTONIO MARTINS JOVIANO Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4430	01.01.076.0197.001	007	5	1,5 %	3.127,03	0,00	3.127,03

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 46.90
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 51,40

Contribuinte: 8488 - ANTONIO NUNES BALDIEGO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7717	01.03.085.0190.001	085	11	0,5 %	2.334,33	1.902,09	4.236,42

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 14,74
TOTAL DO IMOVEL 43,97

Contribuinte: 7532 - ANTONIO OLIVEIRA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7177	01.03.055.0061.001	055	6	0,5 %	2.127,95	1.258,92	3.386,87

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 8,34
TOTAL DO IMOVEL 37,57

Contribuinte: 2155 - ANTONIO TIOFI DE JESUS Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
1189	01.03.094.0293.001	088	15	1,5 %	2.308,68	0,00	2.308,68

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 34,63
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 39,13

Contribuinte: 9527 - APARECIDA CANDIDA DE JESUS SILVA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7287	01.03.060.0065.001	060	5	0,5 %	2.122,12	1.872,46	3.994,58

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 13,46
TOTAL DO IMOVEL 42,69

Contribuinte: 10186 - APARECIDA HELENA FERNANDES Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4414	01.01.075.0088.001	001	11	1,5 %	3.108,11	0,00	3.108,11

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 46,62
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 51,12

Contribuinte: 32314 - APARECIDO PEDRO DA SILVA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5320	01.01.143.0255.001	003	13	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5042	01.01.125.0323.001	005	17	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5008	01.01.124.0036.001	006	14	1,5 %	1.541,10	0,00	1.541,10

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5009	01.01.124.0048.001	006	12	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5023	01.01.124.0317.001	006	17	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4990	01.01.123.0036.001	012	14	1,5 %	1.541,10	0,00	1.541,10

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5047	01.01.126.0075.001	011	8	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5024	01.01.125.0025.001	005	18	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5045	01.01.126.0050.001	011	12	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5046	01.01.126.0062.001	011	10	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5059	01.01.126.0308.001	011	16	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4986	01.01.122.0272.001	018	13	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5004	01.01.123.0282.001	012	15	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4991	01.01.123.0048.001	012	12	1,5 %	1.541,10	0,00	1.541,10

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5080	01.01.127.0308.001	017	17	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4987	01.01.122.0287.001	018	14	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5020	01.01.124.0250.001	006	13	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5057	01.01.126.0255.001	011	13	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5065	01.01.127.0062.001	017	10	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5075	01.01.127.0218.001	017	7	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5010	01.01.124.0059.001	006	10	1,5 %	1.541,10	0,00	1.541,10

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5058	01.01.126.0293.001	011	15	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5093	01.01.128.0218.001	022	7	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5056	01.01.126.0243.001	011	11	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5077	01.01.127.0243.001	017	11	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5060	01.01.126.0323.001	011	17	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5175	01.01.133.0077.001	039	5	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5133	01.01.130.0293.001	031	15	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5102	01.01.129.0050.001	027	12	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5193	01.01.135.0079.001	036	2	1,5 %	1.174,50	0,00	1.174,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5122	01.01.130.0075.001	031	8	1,5 %	1.357,20	0,00	1.357,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5187	01.01.134.0031.001	041	4	0,5 %	1.393,39	12.412,66	13.806,05

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 69,03
TAXAS E EXPEDIENTE 23,28
TOTAL DO IMOVEL 92,31

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5137	01.01.131.0037.001	034	14	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5100	01.01.129.0025.001	027	18	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5174	01.01.133.0062.001	039	7	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5099	01.01.128.0323.001	022	17	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5081	01.01.127.0323.001	017	16	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5117	01.01.129.0323.001	027	17	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4984	01.01.122.0221.001	018	9	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4967	01.01.121.0202.001	023	7	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4971	01.01.121.0279.001	023	14	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4975	01.01.122.0050.001	018	10	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4970	01.01.121.0264.001	023	13	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5173	01.01.133.0050.001	039	9	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5274	01.01.141.0075.001	010	8	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5233	01.01.138.0050.001	026	12	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5237	01.01.138.0125.001	026	4	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5253	01.01.140.0050.001	016	12	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5254	01.01.140.0062.001	016	10	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5255	01.01.140.0075.001	016	8	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5257	01.01.140.0125.001	016	4	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5101	01.01.129.0037.001	027	14	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5272	01.01.141.0050.001	010	12	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5196	01.01.136.0025.001	033	17	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4985	01.01.122.0235.001	018	11	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5271	01.01.141.0037.001	010	14	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5104	01.01.129.0075.001	027	8	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5256	01.01.140.0087.001	016	6	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5055	01.01.126.0230.001	011	9	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5082	01.01.128.0025.001	022	18	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5258	01.01.140.0140.001	016	3	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5185	01.01.133.0270.001	039	13	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5078	01.01.127.0255.001	017	13	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5054	01.01.126.0218.001	011	7	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12850 - APLIK IMOBILIARIA LTDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5219	01.01.137.0125.001	030	4	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 31239 - ARLETE MARCIA SCATOLIN E OUTRA Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4464	01.01.081.0251.001	009	11	0,5 %	3.446,46	11.848,68	15.295,14

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 76.47
TAXAS E EXPEDIENTE 20,93
TOTAL DO IMOVEL 97,40

Contribuinte: 4979 - ARLEY FIGUEIREDO DE AQUINO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5410	01.01.150.0051.001	019	5	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 4979 - ARLEY FIGUEIREDO DE AQUINO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5409	01.01.150.0037.001	019	7	0,5 %	1.252,80	8.809,10	10.061,90

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 50,30
TAXAS E EXPEDIENTE 23,48
TOTAL DO IMOVEL 73,78

Contribuinte: 1953 - ARLINDO GOMES DA SILVA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4888	01.01.116.0090.001	040	4	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 164 - ARNALDO JOSE SANTANA Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8390	01.03.140.0122.001	L	6	1,5 %	8.683,07	0,00	8.683,07

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 130,24
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 134,74

Contribuinte: 6941 - ARNALDO PEREIRA DA ROCHA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7460	01.03.069.0071.001	069	7	0,5 %	2.098,80	2.972,28	5.071,08

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 17,31
TOTAL DO IMOVEL 46,54

Contribuinte: 7974 - ASAEL MORENO HENRIQUE Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3444	01.01.029.0063.001	019	17B	0,5 %	6.298,20	22.802,07	29.100,27

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 145,50
TAXAS E EXPEDIENTE 56,69
TOTAL DO IMOVEL 202,19

Contribuinte: 8823 - ATELVINA HUNGRIA DE MORAES Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
6864	01.03.038.0010.001	038	1	0,5 %	2.542,32	14.156,86	16.699,18

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 83,49
TAXAS E EXPEDIENTE 24,14
TOTAL DO IMOVEL 107,63

Contribuinte: 979 - AUGUSTO FERREIRA DOS SANTOS Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
1108	01.03.060.0190.002	060	11	0,5 %	1.044,30	3.566,94	4.611,24

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 20,83
TOTAL DO IMOVEL 50,06

Contribuinte: 1604 - AUTO ELETRICA SANTA CATARINA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5201	01.01.136.0088.001	033	5	1,5 %	1.357,20	0,00	1.357,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 339 - AUTO FERREIRA DE ALMEIDA Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4051	01.01.057.0360.001	061	11	1,5 %	2.800,00	0,00	2.800,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 42.00
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 46,50

Contribuinte: 339 - AUTO FERREIRA DE ALMEIDA Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4050	01.01.057.0350.001	061	10	1,5 %	2.800,00	0,00	2.800,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 42,00
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 46,50

Contribuinte: 1640 - BARNABE BATISTA DE MORAES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5366	01.01.146.0075.001	020	8	1,5 %	1.357,20	0,00	1.357,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1640 - BARNABE BATISTA DE MORAES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5365	01.01.146.0062.001	020	10	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 424 - BENEDITO ALVES DA COSTA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4993	01.01.123.0071.001	012	8	1,5 %	1.541,10	0,00	1.541,10

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 8741 - BENONI FERREIRA DE OLIVEIRA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7613	01.03.077.0173.001	077	10	0,5 %	2.340,74	2.899,26	5.240,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 16,02
TOTAL DO IMOVEL 45,25

Contribuinte: 13430 - BRASIL TELECOM S/A Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3526	01.01.032.0225.002	016		0,5 %	61.866,16	22.732,12	84.598,28

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 422,99
TAXAS E EXPEDIENTE 56,53
TOTAL DO IMOVEL 479,52

Contribuinte: 13430 - BRASIL TELECOM S/A Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3525	01.01.032.0225.001	016		0,5 %	39.594,70	14.548,56	54.143,26

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 270,71
TAXAS E EXPEDIENTE 37,80
TOTAL DO IMOVEL 308,51

Contribuinte: 10594 - BRAZ BEZERRA DA SILVA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7314	01.03.062.0052.001	062	4	0,5 %	2.122,12	2.080,59	4.202,71

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 13,46
TOTAL DO IMOVEL 42,69

Contribuinte: 4857 - CACILDO LIMA MARTINS Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3992	01.01.054.0225.001	056	2	0,5 %	7.871,25	16.787,52	24.658,77

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 123.29
TAXAS E EXPEDIENTE 35,24
TOTAL DO IMOVEL 158,53

Contribuinte: 1618 - CARLOS ALBERTO BARBOSA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5297	01.01.142.0193.001	004	1	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1618 - CARLOS ALBERTO BARBOSA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5296	01.01.142.0155.001	004	2	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 4203 - CARLOS GONCALVES SIQUEIRA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7431	01.03.067.0244.001	067	17	0,5 %	4.201,20	28.957,23	33.158,43

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 165,79
TAXAS E EXPEDIENTE 48,69
TOTAL DO IMOVEL 214,48

Contribuinte: 9255 - CEILA APARECIDA RIMI LUCAS Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13659	01.03.088.0222.001	B	16	1,5 %	7.411,01	0,00	7.411,01

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 111,16
TAXAS E EXPEDIENTE 0,00
TOTAL DO IMOVEL 111,16

Contribuinte: 9920 - CELIA DE JESUS FERNANDES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5031	01.01.125.0125.001	005	4	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 8565 - CELSO FERREIRA LISBOA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4883	01.01.115.0234.001	042	10	1,5 %	1.348,50	0,00	1.348,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6862 - CEZARINA DA CONCEICAO Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4043	01.01.057.0238.001	061	3	1,5 %	2.100,00	0,00	2.100,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 31,50
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 36,00

Contribuinte: 5828 - CICERO MAIA MELO (No02) Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13751	01.03.064.0127.002	064	9	0,5 %	1.260,41	7.181,32	8.441,73

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 42,20
TAXAS E EXPEDIENTE 16,45
TOTAL DO IMOVEL 58,65

Contribuinte: 5828 - CICERO MAIA MELO (No02) Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7365	01.03.064.0127.001	064	9	0,5 %	1.080,34	6.155,42	7.235,76

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 36,17
TAXAS E EXPEDIENTE 14,74
TOTAL DO IMOVEL 50,91

Contribuinte: 2095 - CICERO TOMAZ DO NASCIMENTO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7738	01.03.086.0175.001	086	10	0,5 %	1.420,36	5.920,77	7.341,13

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 36.70
TAXAS E EXPEDIENTE 30,01
TOTAL DO IMOVEL 66,71

Contribuinte: 2095 - CICERO TOMAZ DO NASCIMENTO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7739	01.03.086.0175.002	086	10	0,5 %	888,32	10.456,77	11.345,09

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 56.72
TAXAS E EXPEDIENTE 20,45
TOTAL DO IMOVEL 77,17

Contribuinte: 7604 - CIRLENE MARIA MARCILIO GARCIA E OUTROS Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5311	01.01.143.0087.001	003	6	0,5 %	1.751,25	7.350,36	9.101,61

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 45,50
TAXAS E EXPEDIENTE 17,96
TOTAL DO IMOVEL 63,46

Contribuinte: 6774 - CLAUBERTO APARECIDO DA SILVA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
190	01.01.153.0018.001	002	17/18	0,5 %	2.696,92	10.503,85	13.200,77

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 66,00
TAXAS E EXPEDIENTE 23,73
TOTAL DO IMOVEL 89,73

Contribuinte: 8798 - CLAUDINEI DALOSTO DOS ANJOS Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13487	01.03.089.0151.001	D	11	1,5 %	14.384,10	0,00	14.384,10

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 215,76
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 220,26

Contribuinte: 33937 - CLAUDINEI VELOZO MAESTRI Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4973	01.01.122.0025.001	018	16	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 4384 - CLEIDE APARECIDA GIROLDO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4983	01.01.122.0208.001	018	7	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1619 - CLEIDE SOBRINHO DOS SANTOS Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5266	01.01.140.0293.001	016	15	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 36218 - CLEUSA NOGUEIRA BARROS DOS SANTOS Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
12454	01.03.048.0109.001	048	9	1,5 %	1.271,16	0,00	1.271,16

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12394 - CONSELHO DE ENG. ARQ. E AGRONOMIA-MT Bairro: PARQUE MORUMBI III

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7995	01.03.106.0200.001	S	7	1,5 %	3.239,77	0,00	3.239,77

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 48,59
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 53,09

Contribuinte: 12877 - CONSTRUTORA ROBERTO BRAGA LTDA Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4468	01.01.082.0023.001	002	3	1,5 %	6.304,50	0,00	6.304,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 94.56
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 99,06

Contribuinte: 9044 - CORINA VERDEGO DA SILVA Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4519	01.01.086.0246.001	011	9	1,5 %	3.502,50	0,00	3.502,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 52.53
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 57,03

Contribuinte: 9442 - CREUZA TEIXEIRA FRANCO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7601	01.03.076.0234.001	076	16	0,5 %	2.127,95	5.795,94	7.923,89

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 39,61
TAXAS E EXPEDIENTE 29,47
TOTAL DO IMOVEL 69,08

Contribuinte: 32970 - CRISTINEI RODRIGUES MELO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7628	01.03.078.0061.001	078	6	1,5 %	2.098,80	0,00	2.098,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 31,48
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 35,98

Contribuinte: 5412 - DANIEL CARDOSO DE SA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7336	01.03.063.0039.002	063	3	0,5 %	1.500,67	4.830,33	6.331,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 31,65
TAXAS E EXPEDIENTE 18,11
TOTAL DO IMOVEL 49,76

Contribuinte: 5412 - DANIEL CARDOSO DE SA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7335	01.03.063.0039.001	063	3	0,5 %	621,46	1.846,41	2.467,87

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 10,13
TOTAL DO IMOVEL 39,36

Contribuinte: 1974 - DARCIRA DE ALMEIDA TAVARES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4978	01.01.122.0113.001	018	4	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1974 - DARCIRA DE ALMEIDA TAVARES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4977	01.01.122.0075.001	018	6	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1974 - DARCIRA DE ALMEIDA TAVARES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4979	01.01.122.0128.001	018	3	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6571 - DAVI DONIZETE PEREIRA DA SILVA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5172	01.01.133.0037.001	039	11	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 2087 - DELCINO MARIA DE SOUZA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7711	01.03.085.0065.001	085	5	0,5 %	2.122,12	3.259,90	5.382,02

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 14,45
TOTAL DO IMOVEL 43,68

Contribuinte: 1539 - DELMIRO BRITO Bairro: MIRASSOL II

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4375	01.01.073.0073.001	003	17	0,5 %	2.013,07	2.853,55	4.866,62

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 14,74
TOTAL DO IMOVEL 43,97

Contribuinte: 1539 - DELMIRO BRITO Bairro: MIRASSOL II

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13505	01.01.073.0073.002	003	017	0,5 %	2.013,07	3.357,12	5.370,19

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 14,74
TOTAL DO IMOVEL 43,97

Contribuinte: 1539 - DELMIRO BRITO Bairro: MIRASSOL II

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4380	01.01.073.0197.001	003	4	1,5 %	4.026,15	0,00	4.026,15

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 60,39
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 64,89

Contribuinte: 33205 - DELZUITA BATISTA Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4478	01.01.083.0084.001	003	4	0,5 %	3.016,44	6.376,04	9.392,48

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 46,96
TAXAS E EXPEDIENTE 25,63
TOTAL DO IMOVEL 72,59

Contribuinte: 36610 - DENIVAL SOARES Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13663	01.03.088.0306.001	B	20	1,5 %	7.688,03	0,00	7.688,03

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 115,32
TAXAS E EXPEDIENTE 0,00
TOTAL DO IMOVEL 115,32

Contribuinte: 9223 - DEVAIR DE CARVALHO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5241	01.01.138.0205.001	026	5	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 35026 - DIEGO APARECIDO PEREIRA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5491	01.01.155.0037.001	007	9	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 5397 - DILMA PEREIRA LEITE SERAFIM Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4445	01.01.079.0090.001	015	3	1,5 %	5.496,59	0,00	5.496,59

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 82,44
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 86,94

Contribuinte: 6462 - DIONISIO EUGENIO DIOGO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7187	01.03.055.0225.001	055	15	0,5 %	520,83	4.488,05	5.008,88

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 15,70
TOTAL DO IMOVEL 44,93

Contribuinte: 6462 - DIONISIO EUGENIO DIOGO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7188	01.03.055.0225.002	055	15	0,5 %	1.607,13	15.108,12	16.715,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 83.57
TAXAS E EXPEDIENTE 27,55
TOTAL DO IMOVEL 111,12

Contribuinte: 1952 - DIONISIO SILVA ANDRADE Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4887	01.01.116.0052.001	040	6	1,5 %	1.566,00	0,00	1.566,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 385 - DIONIZIO FRANCISCO DE PAULA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4897	01.01.116.0256.001	040	12	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12669 - DIORANDI MARCELINO SANTANA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4962	01.01.121.0109.001	023	4	0,5 %	717,75	12.271,61	12.989,36

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 64,94
TAXAS E EXPEDIENTE 23,07
TOTAL DO IMOVEL 88,01

Contribuinte: 12669 - DIORANDI MARCELINO SANTANA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
12488	01.01.121.0109.002	023	4	0,5 %	717,75	13.387,47	14.105,22

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 70,52
TAXAS E EXPEDIENTE 23,07
TOTAL DO IMOVEL 93,59

Contribuinte: 139 - DISTR.DE BEBIDAS PANTANAL LTDA Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3401	01.01.028.0038.001	020	15	1,5 %	13.121,25	0,00	13.121,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 196,81
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 201,31

Contribuinte: 1856 - DIVINA MARIA RIBEIRO DE JESUS Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4501	01.01.084.0187.001	010	15	0,5 %	3.502,50	7.134,69	10.637,19

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 53,18
TAXAS E EXPEDIENTE 17,56
TOTAL DO IMOVEL 70,74

Contribuinte: 6212 - DIVINO FERNANDES DE OLIVEIRA Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4476	01.01.083.0034.001	003	2	0,5 %	3.455,80	23.337,86	26.793,66

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 133,96
TAXAS E EXPEDIENTE 43,35
TOTAL DO IMOVEL 177,31

Contribuinte: 31798 - DONIZETE COSTA JUNIOR Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5121	01.01.130.0062.001	031	10	0,5 %	1.252,80	5.405,66	6.658,46

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 33,29
TAXAS E EXPEDIENTE 21,00
TOTAL DO IMOVEL 54,29

Contribuinte: 9133 - DORIVAL MARIA MORETI Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4573	01.01.093.0157.001	029	17	1,5 %	4.089,05	0,00	4.089,05

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 61,33
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 65,83

Contribuinte: 33626 - EDER PEREIRA ROCHA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7733	01.03.086.0051.001	086	5	1,5 %	2.308,68	0,00	2.308,68

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 34.63
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 39,13

Contribuinte: 34659 - EDER SILVA SOUZA Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4571	01.01.093.0105.001	029	9	1,5 %	3.362,40	0,00	3.362,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 50.43
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 54,93

Contribuinte: 10532 - EDMAR ALVES MARTINS Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7485	01.03.070.0203.001	070	13	0,5 %	2.098,80	2.675,05	4.773,85

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 16,02
TOTAL DO IMOVEL 45,25

Contribuinte: 10026 - EDSON BELINI XAVIER Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
12461	01.01.057.0327.001	061	P7L8	1,5 %	2.541,00	0,00	2.541,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 38,11
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 42,61

Contribuinte: 2065 - EDSON DE SOUZA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7642	01.03.079.0010.001	079	1	0,5 %	1.346,74	10.771,32	12.118,06

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 60,59
TAXAS E EXPEDIENTE 22,43
TOTAL DO IMOVEL 83,02

Contribuinte: 7889 - EDSON FERREIRA DE OLIVEIRA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4992	01.01.123.0059.001	012	10	0,5 %	1.541,10	3.194,32	4.735,42

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 16,20
TOTAL DO IMOVEL 45,43

Contribuinte: 844 - EDSON FRANCISCO DO NASCIMENTO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7001	01.03.044.0062.001	044	4	0,5 %	1.848,96	15.505,14	17.354,10

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 86,77
TAXAS E EXPEDIENTE 32,89
TOTAL DO IMOVEL 119,66

Contribuinte: 36190 - EDSON JOSE BAZZO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4895	01.01.116.0226.001	040	10	1,5 %	1.352,65	0,00	1.352,65

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1968 - ELCIAS MARTINS Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4946	01.01.120.0105.001	028	4	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 500 - ELCIO DELBONE RODRIGUES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4957	01.01.121.0025.001	023	16	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 500 - ELCIO DELBONE RODRIGUES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4972	01.01.121.0294.001	023	15	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 32127 - ELECI VIEIRA AMANCIO Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8363	01.03.136.0204.001	B	9	0,5 %	5.916,30	5.998,90	11.915,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 59.57
TAXAS E EXPEDIENTE 17,42
TOTAL DO IMOVEL 76,99

Contribuinte: 14275 - ELENIR CARVALHO DOS REIS Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4497	01.01.084.0111.001	010	8	0,5 %	3.444,12	14.101,51	17.545,63

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 87,72
TAXAS E EXPEDIENTE 30,32
TOTAL DO IMOVEL 118,04

Contribuinte: 4191 - ELIZABETE Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7696	01.03.082.0216.001	082	13	0,5 %	2.122,12	1.238,45	3.360,57

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 9,83
TOTAL DO IMOVEL 39,06

Contribuinte: 8510 - ELIZABETH DA GRELLA SOARES Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13664	01.03.088.0318.001	B	21	1,5 %	7.688,03	0,00	7.688,03

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 115,32
TAXAS E EXPEDIENTE 0,00
TOTAL DO IMOVEL 115,32

Contribuinte: 647 - ELIZEU CONEJO SILVESTRE Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5492	01.01.155.0050.001	007	7	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6987 - ELIZEU GARCIA DE LIMA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5425	01.01.151.0125.001	014	4	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6601 - ELPIDIO FRANCISCO DE MELO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5199	01.01.136.0062.001	033	9	1,5 %	1.357,20	0,00	1.357,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6601 - ELPIDIO FRANCISCO DE MELO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5197	01.01.136.0037.001	033	13	1,5 %	1.357,20	0,00	1.357,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6601 - ELPIDIO FRANCISCO DE MELO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5167	01.01.132.0255.001	037	13	1,5 %	1.357,20	0,00	1.357,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6601 - ELPIDIO FRANCISCO DE MELO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5166	01.01.132.0243.001	037	11	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6601 - ELPIDIO FRANCISCO DE MELO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5198	01.01.136.0050.001	033	11	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 2258 - ELSOM CANDIDO DE MOURA Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8375	01.03.138.0039.001	F	3	1,5 %	5.918,27	0,00	5.918,27

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 88,77
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 93,27

Contribuinte: 912 - ENIO FERREIRA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7163	01.03.054.0193.001	054	12	0,5 %	2.098,80	2.407,45	4.506,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 16,02
TOTAL DO IMOVEL 45,25

Contribuinte: 1112 - ERCIDIO DOS SANTOS Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7561	01.03.074.0225.001	074	15	0,5 %	2.127,95	2.139,96	4.267,91

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 14,74
TOTAL DO IMOVEL 43,97

Contribuinte: 97 - EROTILDO ANTONIO MOTTA RAMOS Bairro: CENTRO

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3531	01.01.033.0045.001	051	PL 16	0,5 %	13.713,00	15.178,06	28.891,06

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 144,45
TAXAS E EXPEDIENTE 39,24
TOTAL DO IMOVEL 183,69

Contribuinte: 1636 - ESPOLIO DE JOAO GOMES DA SILVA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5392	01.01.147.0224.001	025	9	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1636 - ESPOLIO DE JOAO GOMES DA SILVA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5393	01.01.147.0237.001	025	11	1,5 %	1.357,20	0,00	1.357,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 2263 - ESPOLIO MILITAO FERREIRA DOS SANTOS Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8391	01.03.140.0135.001	L	5	1,5 %	5.916,30	0,00	5.916,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 88,74
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 93,24

Contribuinte: 31781 - EUDA GOMES DE PAULA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7749	01.03.087.0020.001	087	2	0,5 %	2.098,80	11.807,41	13.906,21

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 69,53
TAXAS E EXPEDIENTE 24,15
TOTAL DO IMOVEL 93,68

Contribuinte: 7089 - EUFRASIO RIBEIRO DOS SANTOS Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscricão	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7722	01.03.085.0255.001	085	16	1,5 %	2.122,12	0,00	2.122,12

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 31.83
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 36,33

Contribuinte: 1676 - EUGENIO AVILA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5480	01.01.154.0229.001	001	1	1,5 %	3.014,63	0,00	3.014,63

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 45.21
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 49,71

Contribuinte: 14157 - EVELYN ALVES DE SOUZA Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3394	01.01.027.0370.001	015	12	1,5 %	17.495,00	0,00	17.495,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 262.42
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 266,92

Contribuinte: 14157 - EVELYN ALVES DE SOUZA Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3393	01.01.027.0360.001	015	11	1,5 %	17.495,00	0,00	17.495,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 262.42
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 266,92

Contribuinte: 9250 - EZEQUIEL TEIXEIRA Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4037	01.01.057.0140.001	061	21	1,5 %	11.192,00	0,00	11.192,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 167,88
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 172,38

Contribuinte: 35841 - FATIMA APARECIDA FLORENTINO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7043	01.03.047.0081.001	047	8	0,5 %	2.311,20	2.273,70	4.584,90

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 15,38
TOTAL DO IMOVEL 44,61

Contribuinte: 31502 - FELIPE SANTANA DE FARIA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5306	01.01.143.0025.001	003	18	0,5 %	594,72	4.994,13	5.588,85

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 20,63
TOTAL DO IMOVEL 49,86

Contribuinte: 31502 - FELIPE SANTANA DE FARIA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
11662	01.01.143.0025.002	003	18	0,5 %	1.331,66	11.182,30	12.513,96

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 62,56
TAXAS E EXPEDIENTE 28,59
TOTAL DO IMOVEL 91,15

Contribuinte: 9378 - FERNANDES JOSE DA SILVA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5451	01.01.152.0255.001	008	13	0,5 %	1.681,20	14.155,85	15.837,05

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 79,18
TAXAS E EXPEDIENTE 43,78
TOTAL DO IMOVEL 122,96

Contribuinte: 6725 - FIRMINO MAGRI Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4597	01.01.094.0273.001	030	11	0,5 %	3.362,40	13.756,44	17.118,84

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 85,59
TAXAS E EXPEDIENTE 29,69
TOTAL DO IMOVEL 115,28

Contribuinte: 34140 - FLAVIO CEZAR FACHONE Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3452	01.01.029.0130.002	019	20	0,5 %	6.690,15	15.108,12	21.798,27

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 108.99
TAXAS E EXPEDIENTE 27,55
TOTAL DO IMOVEL 136,54

Contribuinte: 34140 - FLAVIO CEZAR FACHONE Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3451	01.01.029.0130.001	019	20	0,5 %	7.743,35	18.943,75	26.687,10

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 133.43
TAXAS E EXPEDIENTE 44,52
TOTAL DO IMOVEL 177,95

Contribuinte: 9008 - FRANCISCO ALVES DA SILVA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7283	01.03.060.0013.001	060	01	1,5 %	2.334,33	0,00	2.334,33

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 35,01
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 39,51

Contribuinte: 1645 - FRANCISCO BARROS DE BRITO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4916	01.01.118.0097.001	035	4	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1645 - FRANCISCO BARROS DE BRITO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4917	01.01.118.0112.001	035	3	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 5017 - FRANCISCO BENTO DA FONSECA Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4460	01.01.081.0173.001	009	16	1,5 %	3.791,10	0,00	3.791,10

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 56,86
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 61,36

Contribuinte: 5951 - FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7396	01.03.066.0020.001	066	2	1,5 %	1.679,04	0,00	1.679,04

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 220 - FRANCISCO SEIGI HIRANO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4953	01.01.120.0218.001	028	11	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 8221 - FRANCISCO SERGIO DO PRADO Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13486	01.03.089.0101.001	D	10	1,5 %	8.865,40	0,00	8.865,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 132.98
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 137,48

Contribuinte: 8221 - FRANCISCO SERGIO DO PRADO Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13485	01.03.089.0091.001	D	9	1,5 %	8.865,40	0,00	8.865,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 132.98
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 137,48

Contribuinte: 5142 - GABRIEL ALVES MARTINS Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13796	01.01.134.0108.001	041	2	1,5 %	652,50	0,00	652,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 2082 - GERALDA DA SILVA VIEIRA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7691	01.03.082.0129.001	082	8	0,5 %	2.623,50	2.937,48	5.560,98

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 13,46
TOTAL DO IMOVEL 42,69

Contribuinte: 5410 - GERSON CLEMENTINO DA SILVA Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8249	01.03.127.0180.001	A	11/12	0,5 %	15.018,30	80.324,83	95.343,13

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 476,71
TAXAS E EXPEDIENTE 115.94
TOTAL DO IMOVEL 592,65

Contribuinte: 5157 - GERSON FERREIRA PAES Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
1281	01.03.128.0120.001	D	6	1,5 %	7.509,15	0,00	7.509,15

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 112,63
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 117,13

Contribuinte: 6036 - GERSON FONSECA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4948	01.01.120.0135.001	028	2	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6036 - GERSON FONSECA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4950	01.01.120.0183.001	028	5	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6036 - GERSON FONSECA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4947	01.01.120.0120.001	028	3	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6036 - GERSON FONSECA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4949	01.01.120.0172.001	028	1	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 2090 - GIL FONSECA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7725	01.03.085.0306.001	085	18	0,5 %	2.652,65	13.541,35	16.194,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 80,97
TAXAS E EXPEDIENTE 23,28
TOTAL DO IMOVEL 104,25

Contribuinte: 1960 - GILBERTO FERREIRA GARCIA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4928	01.01.119.0052.001	032	8	1,5 %	1.409,40	0,00	1.409,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1877 - GILBERTO RIBEIRO SCHMINGEL Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4578	01.01.093.0256.001	029	12	1,5 %	5.116,45	0,00	5.116,45

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 76.74
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 81,24

Contribuinte: 11392 - GILZA MARIA DA SILVA POMAR Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4073	01.01.058.0262.001	060	5	0,5 %	10.492,50	15.759,46	26.251,96

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 131.25
TAXAS E EXPEDIENTE 30,73
TOTAL DO IMOVEL 161,98

Contribuinte: 36071 - GLAUCO LEVY PACHECO Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13743	01.03.088.0520.001	B	34-A	0,5 %	3.210,17	13.389,00	16.599,17

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 82.99
TAXAS E EXPEDIENTE 23,07
TOTAL DO IMOVEL 106,06

Contribuinte: 36071 - GLAUCO LEVY PACHECO Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13677	01.03.088.0543.001	B	34	1,5 %	4.009,50	0,00	4.009,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 60,14
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 64,64

Contribuinte: 6552 - GLEISON DE O. MEDEIROS E MISSILANE DE O. Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5120	01.01.130.0050.001	031	12	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 34752 - GOMER LOBATO DE MOLON E OUTROS E OUTROS Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3419	01.01.028.0250.001	020	4	0,5 %	13.121,25	32.104,75	45.226,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 226,13
TAXAS E EXPEDIENTE 53,49
TOTAL DO IMOVEL 279,62

Contribuinte: 8804 - GRIGORIO MARTINS DOS SANTOS Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5368	01.01.146.0125.001	020	4	0,5 %	1.435,50	1.337,47	2.772,97

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 10,90
TOTAL DO IMOVEL 40,13

Contribuinte: 337 - HAMILTON PEREIRA DOS SANTOS Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4036	01.01.057.0130.001	061	20	1,5 %	8.658,37	0,00	8.658,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 129,87
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 134,37

Contribuinte: 380 - HELIO TERRA LIMAS Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4146	01.01.061.0150.001	033	22	1,5 %	13.990,00	0,00	13.990,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 209,85
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 214,35

Contribuinte: 32918 - HELIO VIEIRA AMANCIO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5288	01.01.142.0025.001	004	18	0,5 %	1.926,37	3.704,61	5.630,98

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 19,23
TOTAL DO IMOVEL 48,46

Contribuinte: 9974 - IDALINA DA ROCHA LOPES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5411	01.01.150.0069.001	019	3	1,5 %	2.086,26	0,00	2.086,26

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 31.29
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 35,79

Contribuinte: 5838 - IDALINA MESSIAS DA SILVA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4927	01.01.119.0038.001	032	10	1,5 %	1.461,60	0,00	1.461,60

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 3679 - IGN Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
1280	01.03.128.0060.001	D	4	1,5 %	6.826,50	0,00	6.826,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 102,39
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 106,89

Contribuinte: 3679 - IGN Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8254	01.03.128.0045.001	D	3	1,5 %	6.826,50	0,00	6.826,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 102,39
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 106,89

Contribuinte: 3679 - IGN Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
1056	01.03.035.0075.001	035		1,5 %	1.377,09	0,00	1.377,09

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12897 - IMOBILIARIA 25 DE MAIO LTDA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7532	01.03.073.0071.001	073	7	1,5 %	2.098,80	0,00	2.098,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 31,48
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 35,98

Contribuinte: 957 - INACIA AFONSO DIAS Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
12518	01.03.058.0127.003	058	9	0,5 %	707,56	3.671,85	4.379,41

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 15,70
TOTAL DO IMOVEL 44,93

Contribuinte: 957 - INACIA AFONSO DIAS Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7251	01.03.058.0127.001	058	9	0,5 %	1.131,43	4.101,74	5.233,17

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 22.17
TOTAL DO IMOVEL 51,40

Contribuinte: 11867 - INDUSTRIA E COM DE BEBIDAS MIRASSOL LTDA Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3977	01.01.053.0340.003	057		0,5 %	3.078,21	11.797,16	14.875,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 74,37
TAXAS E EXPEDIENTE 33,95
TOTAL DO IMOVEL 108,32

Contribuinte: 11867 - INDUSTRIA E COM DE BEBIDAS MIRASSOL LTDA Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3976	01.01.053.0340.002	057		0,5 %	42.448,65	162.723,87	205.172,52

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 1.025,86
TAXAS E EXPEDIENTE 410,83
TOTAL DO IMOVEL 1.436,69

Contribuinte: 11867 - INDUSTRIA E COM DE BEBIDAS MIRASSOL LTDA Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3975	01.01.053.0340.001	057		0,5 %	46.830,94	195.846,00	242.676,94

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 1.213.38
TAXAS E EXPEDIENTE 452,78
TOTAL DO IMOVEL 1.666,16

Contribuinte: 8372 - IRENE CLARO DE OLIVEIRA SANTOS Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7666	01.03.080.0078.001	080	6	0,5 %	2.122,12	4.559,83	6.681,95

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 33.40
TAXAS E EXPEDIENTE 17,34
TOTAL DO IMOVEL 50,74

Contribuinte: 1085 - ISEQUIAS ANACLETO DE SENA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7509	01.03.072.0022.001	072	2	0,5 %	2.297,83	1.176,97	3.474,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 10,13
TOTAL DO IMOVEL 39,36

Contribuinte: 7568 - ISRAEL PEREIRA DOS SANTOS Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5145	01.01.131.0193.001	034	1	0,5 %	1.414,94	35.453,71	36.868,65

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 184,34
TAXAS E EXPEDIENTE 53,69
TOTAL DO IMOVEL 238,03

Contribuinte: 1544 - ITAICIR DAVI MESQUITA Bairro: MIRASSOL II

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4391	01.01.074.0116.001	005	8	0,5 %	11.809,12	9.232,56	21.041,68

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 105,20
TAXAS E EXPEDIENTE 19,87
TOTAL DO IMOVEL 125,07

Contribuinte: 412 - IVAIR ANTONIO DA SILVA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5094	01.01.128.0230.001	022	9	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6137 - IVAN ALMEIDA CAIRES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4870	01.01.114.0149.001	043	4	1,5 %	1.387,65	0,00	1.387,65

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6137 - IVAN ALMEIDA CAIRES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4871	01.01.114.0164.001	043	5	1,5 %	1.218,00	0,00	1.218,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6137 - IVAN ALMEIDA CAIRES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4868	01.01.114.0063.001	043	2	1,5 %	1.305,34	0,00	1.305,34

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6137 - IVAN ALMEIDA CAIRES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4869	01.01.114.0102.001	043	1	1,5 %	911,06	0,00	911,06

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6137 - IVAN ALMEIDA CAIRES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4866	01.01.114.0034.001	043	6	1,5 %	2.476,71	0,00	2.476,71

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 37.15
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 41,65

Contribuinte: 6137 - IVAN ALMEIDA CAIRES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4867	01.01.114.0047.001	043	3	1,5 %	1.550,34	0,00	1.550,34

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6681 - IVO PEREIRA DA SILVA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5222	01.01.137.0193.001	030	1	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 33262 - IZABEL CARDOSO DE MACEDO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
1106	01.03.059.0129.001	059	8	0,5 %	2.623,50	1.872,46	4.495,96

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 13,46
TOTAL DO IMOVEL 42,69

Contribuinte: 8632 - IZABEL CRISTINA TEODORO DO PRADO E OU Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13490	01.03.089.0222.001	D	21	1,5 %	8.865,40	0,00	8.865,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 132,98
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 137,48

Contribuinte: 8632 - IZABEL CRISTINA TEODORO DO PRADO E OU Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13491	01.03.089.0232.001	D	20	1,5 %	8.865,40	0,00	8.865,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 132,98
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 137,48

Contribuinte: 7763 - IZAURA APARECIDA RODINI Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4434	01.01.078.0040.001	014	5	0,5 %	3.446,46	4.724,72	8.171,18

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 40,85
TAXAS E EXPEDIENTE 23,28
TOTAL DO IMOVEL 64,13

Contribuinte: 336 - IZAURA DE CARVALHO ANDRADE Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4035	01.01.057.0088.001	061	19	0,5 %	7.871,25	3.832,71	11.703,96

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 58,51
TAXAS E EXPEDIENTE 16,19
TOTAL DO IMOVEL 74,70

Contribuinte: 10440 - JACIRA VALENTIM DOS REIS Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4593	01.01.094.0198.001	030	17	1,5 %	3.502,50	0,00	3.502,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 52,53
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 57,03

Contribuinte: 1705 - JAIME RODRIGUES Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8371	01.03.137.0140.001	C	4	1,5 %	5.916,30	0,00	5.916,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 88,74
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 93,24

Contribuinte: 1705 - JAIME RODRIGUES Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8372	01.03.137.0183.001	C	3	1,5 %	6.507,93	0,00	6.507,93

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 97.61
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 102,11

Contribuinte: 1705 - JAIME RODRIGUES Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8367	01.03.137.0026.001	C	1	1,5 %	8.308,45	0,00	8.308,45

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 124.62
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 129,12

Contribuinte: 1705 - JAIME RODRIGUES Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8368	01.03.137.0071.001	C	2	1,5 %	8.059,82	0,00	8.059,82

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 120,89
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 125,39

Contribuinte: 1705 - JAIME RODRIGUES Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8370	01.03.137.0127.001	C	5	1,5 %	5.916,30	0,00	5.916,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 88,74
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 93,24

Contribuinte: 33678 - JAIR XAVIER DOS SANTOS Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8340	01.03.135.0013.001	E	1	1,5 %	6.507,93	0,00	6.507,93

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 97,61
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 102,11

Contribuinte: 818 - JOANA ALVES Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
6950	01.03.041.0216.001	041	13	1,5 %	5.716,62	0,00	5.716,62

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 85,74
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 90,24

Contribuinte: 33932 - JOANA DE OLIVEIRA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5014	01.01.124.0150.001	006	2	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 8136 - JOAO APARECIDO DE SOUZA LEAL -FI- Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4617	01.01.095.0297.001	025	7	1,5 %	2.689,92	0,00	2.689,92

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 40,34
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 44,84

Contribuinte: 8136 - JOAO APARECIDO DE SOUZA LEAL -FI- Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4602	01.01.095.0035.001	025	2	1,5 %	2.802,00	0,00	2.802,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 42,03
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 46,53

Contribuinte: 8136 - JOAO APARECIDO DE SOUZA LEAL -FI- Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4601	01.01.095.0020.001	025	1	1,5 %	2.967,12	0,00	2.967,12

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 44,50
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 49,00

Contribuinte: 8136 - JOAO APARECIDO DE SOUZA LEAL -FI- Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4618	01.01.095.0309.001	025	5	1,5 %	2.689,92	0,00	2.689,92

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 40.34
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 44,84

Prefeitura Municipal de Nortelândia

DECRETO N° 053/2010

Concede a cessão da servidora pública municipal Kelly Cristina da Silva para a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nortelândia-MT, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Complementar de m° 021/2005 de 11/10/2005, (Estatuto do Servidor Público Municipal), nos termos do artigo 108, I c/c o artigo 109, caput e inciso I, do referido diploma legal; e

CONSIDERANDO ainda que a servidora pública municipal requerente é efetiva/estável no cargo de advogada, sendo seu requerimento possível em conformidade com o disposto nos dispositivos supra aludidos;

CONSIDERANDO que a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT é pública e atua prestando relevantes serviços ao Estado de Mato Grosso, desenvolvendo suas atividades sob à égide do trinômio ensino, pesquisa e extensão;

CONSIDERANDO, que a servidora atualmente está em gozo de licença para tratar de interesses particulares até o dia 22 de setembro de 2011, concedida pela Portaria n° 116/2009, de 22 de setembro de 2009, e sua cessão não acarretará prejuízo ao normal andamento do serviço público municipal, posto que a servidora já se encontra afastada de suas funções, o que torna possível e viável o pedido, que não gerará ônus para o Erário Municipal;

CONSIDERANDO, por fim, que a Administração Municipal atuará no sentido de facilitar que os servidores públicos municipais consigam qualificar-se, nos termos do artigo 95 do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar n° 021/2005);

DECRETA:

Art. 1° Fica concedida a cessão da Servidora **"KELLY CRISTINA DA SILVA"** para a Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT, no período de 01/07/2010 a 30/12/2012.

Art. 2° A presente cessão se dá em caráter precário, e sem ônus para este Município de Nortelândia, devendo os ônus decorrentes do pagamento de vencimentos e demais consectários legais e previdenciários serem suportados pela IES cessionária mencionada no artigo 1° deste decreto.

Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Fica revogada a partir da entrada em vigor deste decreto a Portaria n° 116/2009, de 22 de setembro de 2009.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Gabinete do Prefeito Municipal de Nortelândia, ao 1° dia do mês de julho do ano de 2010, quinta-feira, 57° da Emancipação Político-Administrativa.

Neurilan Fraga
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento

EXTRATO DE RESULTADOS FINAIS DE LICITAÇÃO.

TOMADA DE PREÇO: Nº 001/2010
HOMOLOGAÇÃO: 01/07/2010
PARTICIPANTES/VENCEDORES: ADILVAN COM. E DISTRIBUIÇÃO LTDA R$ 306.076,02
DENTAL CENTRO OESTE LTDA R$ 369.127,02
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.
OBJETO: AQUISICAO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E DE LABORATORIOS.

ZENILDO PACHECO SAMPAIO
– PREFEITO.

EXTRATO DE RESULTADOS FINAIS DE LICITAÇÃO.

TOMADA DE PREÇO: Nº 002/2010
HOMOLOGAÇÃO: 01/07/2010
PARTICIPANTES/VENCEDORES: 2M CONSTRUÇÕES LTDA. R$ 197.210,41
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.
OBJETO: CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUCAO DAS OBRAS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUCAO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NO DISTRITO DE PERIZAL, EM NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.

ZENILDO PACHECO SAMPAIO
– PREFEITO.

Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
Extrato do 1° Termo Aditivo do Contrato n.º 028/2010

Na edição do Jornal Oficial dos Municípios, de 01/07/2010, pg. 56, onde se lê Prorrogando o prazo para execução e entrega do objeto por mais 90 (noventa) dias, ou seja 15 de Setembro. leia-se Prorrogando o prazo para execução e entrega do objeto por mais 90 (noventa) dias, ou seja 13 de Setembro. E onde se lê Data da Assinatura: 17 de Junho de 2010. Leia-se Data da Assinatura: 15 de Junho de 2010.

Antonio Luiz César de Castro
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Guarita

DISTRATOS DE CONTRATO DE PESSOAL

Termo de Distrato Nº 002/2010.
Contratado: FABIO DA CRUZ HUHNKE
Distrato: Fica rescindido a partir de 11/06/2010 o contrato de prestação de serviços nº 008/10/SMA/PMNG, que teria prazo para expirar em 08/08/2010.
Data: 11/06/2010.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

04°Termo Aditivo ao Contrato Nº 116/2008.
Contratado: CLEUDSON LUIZ FERNANDES
Aditamento: Fica aditada, nos termos da Clausula Quarta, o prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº. 116/08/SMA/PMNG, que passa a vigorar pelo período de 04 de junho de 2010 a 03 de dezembro de 2010.
Data: 02/06/2010.

06°Termo Aditivo ao Contrato Nº 060/2008.
Contratado: JOLMAR CONSTRUTORA LTDA-EPP
Aditamento: Fica aditada, nos termos da Clausula Quarta, o prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº. 060/08/SMA/PMNG, que passa a vigorar pelo período de 04 de junho de 2010 a 03 de dezembro de 2010.
Data: 02/06/2010.

01°Termo Aditivo ao Contrato nº. 008/10/SMA/PMNG.
Contratado: NOVA GUARITA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Aditamento: Fica aditada, nos termos da Clausula Quarta, o prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº. 008/10/SMA/PMNG, que passa a vigorar pelo período de 20 de junho de 2010 a 16 de dezembro de 2010.
Data: 18/06/2010.

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº. 031/10/SMA/PMNG.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2010.
RECURSO: PRÓPRIO.
PRAZO: 01/06/10 A 01/06/11
CONTRATADO: **SOCIEDADE MERCANTIL CENTRO NORTE LTDA.**
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA ZERO KM, COM INJEÇÃO ELETRÔNICA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, FLEX, COM MOTOR DE NO MÍNIMO 120 CV, COM AR CONDICIONADO, CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE NO MÍNIMO UM PACIENTE E TRÊS ACOMPANHANTES, TENDO EM SUA CARROCERIA JANELAS LATERAIS E JANELA DE COMUNICAÇÃO ENTRE A CABINE E A CAPOTA, SUPORTE DUPLO PARA OXIGÊNIO E UM PARA SORO, VENTILADOR INTERNO, SINALIZADOR COM SIRENE, GRAFISMO PADRÃO, BANCO PARA DUAS PESSOAS, UMA LUMINÁRIA E UMA MACA EM AÇO COM CABECEIRA COM REGULAGEM DE INCLINAÇÃO E COLCHONETE.

VALOR: R$ 73.900,00 (GLOBAL)
DOTAÇÃO: ELEMENTO: 4490.52.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 10.302.7003.1009.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

CONTRATO Nº. 032/10/SMA/PMNG.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2010.
RECURSO: TERMO SIMPLIFICADO DE CONVÊNIO Nº. 029/2009.
PRAZO: 07/06/10 A 07/06/11
CONTRATADO: **ALTA FLORESTA MOTOS LTDA**.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) MOTOS PARA SEREM UTILIZADAS NO PROJETO DE INCENTIVO A VIGILÂNCIA EM SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA – MT.
VALOR: R$ 14.500,00 (GLOBAL)
DOTAÇÃO: ELEMENTO: 4490.52.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 10.305.3004.1084.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

CONTRATO Nº. 033/10/SMA/PMNG.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2010.
RECURSO: CONTRATO DE REPASSE 0279759-50/2008/MDA/CAIXA
PRAZO: 17/06/10 A 17/06/11
CONTRATADO: **W.C.C CARVALHO JUNIOR - ME**
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CÂMERA FRIA DE CONGELAMENTO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT.
VALOR: R$ 55.800,00 (GLOBAL)
DOTAÇÃO: ELEMENTO: 44.90.52.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 18.543.9003.1085.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

CONTRATO Nº. 034/10/SMA/PMNG.
RECURSO: PROJOVEM.
PRAZO: 18/06/10 A 18/08/10.
CONTRATADO: **ANTONIO ANTUNES DE OLIVEIRA.**
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE CURSO DE VIOLÃO, PELO PERÍODO DE 04H00MIN (QUATRO HORAS) SEMANAIS, COM O OBJETIVO DE APOIAR AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJOVEM.
VALOR: R$ 1.000,00 (GLOBAL)
DOTAÇÃO: ELEMENTO: 3390.36.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 08.243.3004.2050.

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº. 035/10/SMA/PMNG.
TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2010
RECURSO: PRÓPRIO.
PRAZO: 90 DIAS APÓS A ORDEM DE SERVIÇO.
CONTRATADO: **A. GRESPAN E CIA LTDA - ME.**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MAQUINÁRIOS NECESSÁRIOS PARA USO NA CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE PÚBLICO DE LAZER**,** NA CIDADE DE NOVA GUARITA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DE ENGENHARIA (ANEXO 01).
VALOR: 497.240,94 (GLOBAL)
DOTAÇÃO: ELEMENTO: 4490.51.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 15.452.6002.1023.

CONTRATO Nº. 036/10/SMA/PMNG.
RECURSO: PRÓPRIO.
PRAZO: 28/06/10 A 25/12/10.
CONTRATADO: **HELOIZA MAFALDA ZAUZA.**
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA REFERENTE À CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAMENTO DA REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFÂNCIA, NA CIDADE DE NOVA GUARITA - MT, EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO Nº. 657746/2009, FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE E O MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA – MT.
VALOR: R$ 4.200,00 (GLOBAL)
DOTAÇÃO: ELEMENTO: 3390.36.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.3004.2022.

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda

Aviso de Licitação
Tomada de Preço 028/2010

A Prefeitura de Nova Lacerda- MT, torna público que fará realizar Tomada de Preço- Contratação de empresa para prestação de serviços de divulgação de atos e fatos do Município de Nova Lacerda.

Data de abertura dos envelopes : 22/07/2010, às 13:30hs, no prédio da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- sala de licitações, sito à Rua 16 de julho, 815- Centro- Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 das 13:00 ás 17:00hs.

Nova Lacerda- MT 07 de julho de 2010.

Alex Rômulo Faustino de Oliveira-
Presidente da CPL.

Prefeitura Municipal de Nova Maringá

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2010

O Sr. **OSCAR JOSÉ DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 003/2010, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) à comparecer(em) na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 931, no prazo de 10 (dez) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Cargo: 02 – TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Clas. NOME
1º IVANETE BUCHS
2º PATRICIA DE FATIMA TOME
3º ROSEMARA ALVES

Nova Maringá - MT, 07 de Julho de 2010.

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2010 - PROCESSO Nº. 1149/2010
ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Aos sete dias do mês de julho do ano dois mil e dez ás 09:00 horas na Sala da Comissão Permanente de Licitação, reuniram-se os servidores : Karla Beatriz Bernatzky- Pregoeira, Alessandra Marta do Nascimento e Wildson Rodrigues Baracho, - Equipe de Apoio, instituída pela Portaria nº. 01/2010, de 05 de janeiro de 2010, com a finalidade de proceder a abertura e julgamento do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº. 26/2010, nos termos do Decreto Municipal nº. 059/2009, da Lei 10520/02 e subsidiariamente pela Lei 8666/93, para atender as necessidades do município de Nova Monte Verde-MT no que diz respeito à aquisição de peças de informática. Dando início à sessão, a pregoeira deu início à fase de credenciamento das empresas interessadas em participar do certame. Os credenciamentos apresentados foram:

EMPRESA: ANDRÔNICA GÉLIO BARACHO ME
CNPJ: 07.946.243/0001-66
REPRESENTANTE: ANDRONICA GELIO BARACHO
CPF: 946.035.021-68

EMPRESA: PAPELARIA UZE LTDA
CNPJ: 26.529.511/0001-99
REPRESENTANTE: EDILSON RAFAEL DA SILVA
CPF: 005.422.341-57

Encerrada a fase de credenciamento das empresas interessadas e seus respectivos representantes, passou-se para a rubrica dos envelopes e abertura da proposta das empresas participantes, Depois de feito isso, passou-se para a fase de lances, chegando-se ao resultado contido no mapa em anexo. Diante do resultado obtido, passou-se para a conferência da documentação das empresas vencedoras. Após a conferência da documentação apresentada pelas empresas, constatou-se que ambas apresentaram toda a documentação exigida no edital. Para tanto, a pregoeira adjudicou os itens vencidos às empresas, encaminhando-se o processo para vistas da Prefeita Municipal para competente homologação e contratação. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata a respeito dos atos praticados na sessão a qual vai assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e participantes do pregão.

Karla Beatriz Bernatzky
Pregoeira oficial

Wildson R. Baracho
Membro Equipe de Apoio

Alessandra M. do Nascimento
Membro da Equipe de Apoio

Andrônica Gélio Baracho
Rep. Andrônica Gélio Baracho ME

Edilson Rafael da Silva
Rep. Papelaria Uze Ltda

DECRETO Nº 056/2010

DE 16 DE JUNHO DE 2010
"DECLARA URBANA POR EXPANSÃO A ÀREA QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e;

Considerando o que dispõe o artigo 30 da Constituição Federal;

Considerando a criação do Sítio Urbano do Município de Nova Monte Verde pela Lei nº 002 de 06 de janeiro de 1993;

Considerando a área de expansão futura anexa ao Sítio Urbano, definida no parágrafo único, do art. 1º da Lei nº 003 de 06 de janeiro de 1993;

Considerando que se faz necessário a expansão dos limites da zona urbana em virtude do crescimento natural do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso;

Considerando a Lei Municipal nº 237 de 16 de abril de 2004 que dispõe sobre o Programa de Implantação do Parque Industrial e dá outras providências;

Considerando a necessidade do atendimento das exigências impostas pelos órgãos ambientais, no que tange a apresentação de documentação para a regularização de atividade industrial;

Considerando que a área definida como de expansão futura do Sítio Urbano pela Lei nº 003 de 06 de janeiro de 1993 já possui melhoramentos executados e mantidos pelo Poder Público Municipal;

Considerando que a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, necessita da área que específica para regularização e expansão do Distrito Industrial Municipal, e

Considerando ainda o que dispõe o art. 27, inciso IV da Lei Municipal nº 197/2001 – Código Tributário Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada como urbana por expansão a área de terras de 28.9401 ha (vinte e oito hectares noventa e quatro ares de um centiares), localizada no Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, a ser destacada da área remanescente de 18.417,2089 ha (dezoito mil quatrocentos e dezessete hectares e vinte ares e oitenta e nove centiares), de propriedade da Imobiliária Monte Verde Ltda, registrada no Livro de Registro Geral nº 2-K, sob a matrícula nº 2213, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso com os seguintes limites e confrontações: o início da medição, deu-se no MP 1, junto à divisa do Sr. Manoel Caetano de Figueiredo e Terezinha dos Santos, daí partindo com rumo magnético de 87º16' SE, com a distância de 8.630,50 metros acompanhando a linha divisória de Manoel Caetano de Figueiredo e Ângelo Biguette, cruzando vários córregos, até encontrar o MP 2, junto à divisa de Manoel Caetano de Figueiredo e Ângelo Biguette. Do MP 2, parte com rumo magnético de 2º44' SW, com a distância de 6.800,00 metros, acompanhando a linha divisória do Sr. Ângelo Biguette, até encontrar o MP 3; daí partindo com rumo magnético de 87º16' SE, com distância de 1.400,00 metros, divisas do Sr. Ângelo Biguette, até encontrar o MP 4; daí segue com rumo magnético de 2º44' SW, com a distância de 14.800,00 metros, pelas divisas da Sra. Terezinha dos Santos e outro, cruzando com vários córregos, até encontrar o MP 5. O MP 5, junto a divisa da Sra. Terezinha dos Santos e outro, parte com rumo magnético de 87º16' NW, com a distancia de 9.100,00 metros, cruzando com vários córregos, acompanhando a linha divisória de Dalcisa Ranherani a distância de 8.800,00 metros, quando passa a acompanhar a linha divisória do Sr. Hélio Witacker, até encontrar MP 6, junto à divisa dos Srs. Hélio Witacker e Manoel Caetano de Figueiredo, daí partindo com rumo magnético de 2º44' SW, com a distância de 10.000,00 metros acompanhando a linha divisória do Sr. Manoel Caetano de Figueiredo, cruzando com vários córregos, até encontrar o MP 7, que parte com rumo magnético de 87º16' SE, com a distância de 930,50 metros, divisas do Sr. Manoel Caetano de Figueiredo, até encontrar o MP 8, daí partindo com rumo magnético de 2º44' SW, com a distância de 11.600,00 metros, acompanhando a linha divisória do Sr. Manoel Caetano de Figueiredo, até a distância de 7.800,00 metros quando passa a linha divisória do Sr. Manoel Caetano de Figueiredo e outro, cruzando vários córregos, até encontrar com o MP 1.

Parágrafo Primeiro - A área de 28.9401 ha (vinte e oito hectares noventa e quatro ares de um centiares) a ser destacada da área maior remanescente de 18.417,2089 ha (dezoito mil quatrocentos e dezessete hectares e vinte ares e oitenta e nove centiares), de acordo com o memorial e mapa descritivos elaborados pelo responsável técnico Ael Ortiz Redez, Engenheiro Civil portador do CREA nº 220098717-0, que por sua vez passa a integrar o presente decreto, possui a seguinte descrição:

Frente (oeste): do marco M01 ao marco M02 (azimute: 348º 44' 59,4"), medindo 563,83 m, confrontando com a Rua Palmital (km 02); **Lado direito (norte):** do marco M02 ao marco M03 (azimute: 80º 37' 12,77"), medindo 570,63 m, confrontando com a Chácara do Sr. José Reinaldo Galdino; **Fundos (leste):** em dois segmentos: do marco M03 ao marco M04 (azimute: 170º 25' 1,4"), medindo 312,35 m, confrontando com a Chácara do Sr. Servino da Costa; outro, do marco M05 ao marco M06 (azimute: 170º 15' 56,7"), medindo 242,49 m, confrontando com a Chácara do Sr. George de Lima; **Lado esquerdo (sul):** em dois segmentos: do marco M04 ao marco M05 (azimute: 261º 12' 34"), medindo 98,15 m, confrontando com a Chácara do Sr. George de Lima; outro, do marco M06 ao marco M01 (azimute: 259º 24' 12,4"), medindo 456,78 m, confrontando com a Chácara do Sr. José Francisco Ferreira. A área desmembrada será inserida na Matrícula nº 12.196, Liv.2-BH. Proprietária: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, CNPJ Nº 37.465.556/0001-63.

Art. 2º Sobre a área declarada urbana por extensão no artigo primeiro deste Decreto incidirão os respectivos tributos.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 16 de junho de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

LEI Nº 457/2010.

DATA: 29 DE JUNHO DE 2010.

SUMULA: "DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL REALIZADA EM MARÇO DE 2010 E ÁLTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 310 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A **Câmara Municipal** aprovou e **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Os artigos 44 e 47 da Lei 310/2006 de 26 de dezembro de 2006, alterados na Lei Complementar Municipal nº 407 de 03 de setembro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação.

Art. 2º – A receita da PREVVER será constituída, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, na seguinte forma:

I - de uma contribuição mensal dos segurados ativos, definida pelo § 1º do art. 149 da CF/88, igual a 11% (onze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição;

II - de uma contribuição mensal dos segurados inativos e dos pensionistas igual a 11% (onze por cento), calculada sobre a parcela dos proventos e das pensões que superarem o teto máximo do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;

III - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 12,44% (doze inteiros e quarenta e quatro décimos de percentuais) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos;

IV - de uma contribuição mensal dos órgãos municipais sujeitos a regime de orçamento próprio, igual à fixada para o Município, calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados obrigatórios;

V - de uma contribuição mensal dos segurados que usarem da faculdade prevista no art. 6º, correspondente a sua própria contribuição, acrescida da contribuição correspondente à do Município;

VII - pela renda resultante da aplicação das reservas;

VIII - pelas doações, legados e rendas eventuais; patrocínios para ajuda de custo;

IX - por aluguéis de imóveis, estabelecidos em Lei;

X - dos valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

§ 1º - Constituem também fonte do plano de custeio da PREVVER as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, II e III incidentes sobre o abono anual, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

§ 2 º - A contribuição prevista no inciso II deste artigo, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante, incidirá apenas sobre parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;

§ 3º - A taxa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social relativamente ao exercício financeiro anterior, paga pelo município para as despesas administrativas do PREVVER em obediência ao disposto na Portaria 403/08 do MPAS, está incluída na alíquota de contribuição disposta no inciso III.

Art. 3º Caberá do mesmo modo, aos setores mencionados no inciso I, recolher ao PREVVER ou a estabelecimentos de crédito indicado, até o dia 20 (vinte) do mês subseqüente, a importância arrecadada na forma do item anterior, juntamente com as contribuições previstas no **inciso III, do art. 44, conforme o caso.**

Art. 4º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em Março/2010.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Monte Verde-MT., 29 de Junho de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

LEI Nº 455/2010.
Data 29 de Junho de 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e institui a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência".

A **Câmara Municipal** aprovou e **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Nova Monte Verde-MT, vinculado à SMASTC - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, órgão colegiado, de composição paritária entre governo Municipal e sociedade civil, sendo de caráter permanente, consultivo e fiscalizador, com a finalidade de promover no Município políticas públicas que assegurem assistência e atendimento básico e especializado a pessoa com deficiência, bem como eliminem a discriminação, garantam o direito à proteção especial e permitam à plena participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais do Municipal.

Art. 2º Caberá aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos quanto à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

At. 3º. Para os efeitos desta lei, considera-se pessoa com deficiência, além daquelas citadas na Lei no. 10.690, de 16 de julho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

I – deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II – deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

III –deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV – deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. trabalho;

V – deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências;

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será um órgão de caráter deliberativo relativo à sua área de atuação, com os seguintes objetivos:

I – elaborar os planos, programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência e propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter legislativo;

II – zelar pela efetiva implantação da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

III –acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais da acessibilidade à educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, urbanismo e outras relativas à pessoa com deficiência;

IV – acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

V – zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

VI – propor a elaboração de estudos e pesquisas que visem à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;

VII – propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

VIII – acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

IX – manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;

X – avaliar anualmente o desenvolvimento da política Estadual/Municipal de atendimento especializado à pessoa com deficiência de acordo com a legislação em vigor, visando à sua plena adequação;

XI – elaborar o seu regimento interno.

Art. 5° O Conselho Municipal dos direitos da Pessoa com Deficiência, órgão colegiado de composição paritária, é composto de 08 (oito) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 04 (quatro) representantes do Poder Público e 04 (quatro) representantes de sociedade civil.

§ 1º Os representantes do Poder Público serão indicados pelo poder Executivo.

§ 2º Os representantes da sociedade civil serão 02 (dois) indicados por organizações não-governamentais, legalmente constituídas. e 02 (dois) representantes de usuários ou usuários.

§ 3º Cada representante terá um suplente com plenos poderes para substituí-lo provisoriamente em suas faltas ou impedimentos, ou em definitivo, no caso de vacância da titularidade.

§ 4º O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será eleito entre seus pares.

Art. 6° O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será de dois anos, permitida a recondução por mais um período.

Art. 7° Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão nomeados pelo Poder Executivo que, respeitando a indicações de que trata o parágrafo 2° do artigo 5°e os nomeará por decreto.

Art. 8º As funções de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço de relevância pública prestado ao Município.

Art. 9º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência poderão ser substituídos mediante solicitação da instituição ou autoridade pública a qual estejam vinculados, apresentada ao referido Conselho, o qual fará comunicação do ato ao Prefeito Municipal.

Art. 10. Perderá o mandato o conselheiro que:

I –desvincular-se do órgão de origem da sua representação;

II – faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no regimento interno do Conselho;

III –apresentar renúncia ao Conselho, que será lida na sessão seguinte;

IV – apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V – for condenado por sentença irrecorrível em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

Parágrafo Único. A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

Art. 11. Perderá o mandato a instituição que:

I –extinguir sua base territorial de atuação no Município de Nova Monte Verde;

II – tiver constatada em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade que torne incompatível sua representação no Conselho;

III –sofrer penalidade administrativa reconhecidamente grave.

Parágrafo Único. A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

Art. 12. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizará, sob sua coordenação uma Conferência Municipal a cada dois anos, órgão colegiado de caráter deliberativo, para avaliar e propor atividades e políticas da área a serem implementadas ou já efetivadas no Município, garantindo-se sua ampla divulgação.

§ 1° A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composta por delegados representantes dos órgãos, entidades e instituições de que trata o artigo 5° § 2º**.**

§ 2° A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será convocada pelo respectivo Conselho, no prazo de até noventa dias anteriores ao fim de cada mandato.

§ 3° Em caso de não-convocação por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no prazo referido no parágrafo anterior, a iniciativa poderá ser realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que formarão comissão paritária para a organização e coordenação da Conferência.

Art. 13. Compete à Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I – avaliar a situação da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência;

II – fixar as diretrizes gerais da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência no biênio subseqüente ao de sua realização;

III –avaliar e reformar as decisões administrativas do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, quando provocada;

IV – aprovar seu regimento interno;

V – aprovar e dar publicidade a suas resoluções, que serão registradas em documento final.

Art. 14. O Poder Executivo fica obrigado a prestar o apoio necessário ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 15. Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de trinta dias, contados da sua publicação.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-MT, 29 de Junho de 2010.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 058/2010
DE 17 DE JUNHO DE 2010

DECLARA URBANA A ÀREA QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e

Considerando o que dispõe o artigo 30 da Constituição Federal;

Considerando a necessidade do atendimento das exigências impostas pelos órgãos ambientais, no que tange a apresentação de documentação para a regularização de atividade industrial;

Considerando que se faz necessário a expansão dos limites da zona urbana em virtude do crescimento natural do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso;

Considerando que a área que específica já possui melhoramentos executados e mantidos pelo Poder Público Municipal;

Considerando que a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso necessita da área que específica para regularização do Distrito Industrial da Comunidade de Alto Paraíso;

Considerando ainda o que dispõe o art. 27, inciso IV da Lei Municipal nº 197/2001 – Código Tributário Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada como **urbana a área de terras de 24.738,88 m² (vinte e quatro mil, setecentos e trinta e oito metros e oitenta e oito centímetros quadrados), Lote Industrial nº 19, localizado na Comunidade de Alto Paraíso, no Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso**, a ser destacada da área remanescente de 201,51 ha (duzentos e um hectares e cinqüenta e um centiares), de propriedade da Organização Comercial e Imobiliária Trivellato Ldta, registrada no Livro de Registro Geral nº 2-L, sob a matrícula nº 2526, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso com os seguintes limites e confrontações: o início da medição, deu-se no marco MP 1 com a distância de 227,72 m (UTM= N 0485601 / E 8901502) até encontrar o marco MP 2, daí segue com distância de 113,03 m (UTM= N 0485560 / E 8901526) até encontrar com o marco MP 3; daí segue com distância de 185,78 m (UTM= N 0485670 / E 8901552) até encontrar com o marco MP 4; daí segue com distância de 134,62 m (UTM= N 0485716 / E 8901372) até encontrar com o marco MP 1.

Parágrafo Primeiro - A área de 24.738,88 m² (vinte e quatro mil setecentos e trinta e oito metros e oitenta e oito centímetros quadrados) a ser destacada da área maior remanescente de 201,51 ha (duzentos e um hectares e cinqüenta e um centiares), de acordo com o memorial e mapa descritivos elaborados pelo responsável técnico Edson Luiz Bueno de Almeida, portador do CREA nº RN 1205244369-0, que por sua vez passa a integrar o presente decreto, possui a seguinte confrontação:

Norte: Rua Vicinal Paraíso; **Sul:** Rodovia MT-208 Km 137; **Leste:** Rua Vicinal Paraíso e Lote nº20; **Oeste:** Lote nº 18. Proprietária: Madeireira 16 de Maio, CNPJ Nº 02.337.452/0001-99.

Art. 2º Sobre a área declarada urbana no artigo anterior incidirão os respectivos tributos.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 17 de junho de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

LEI Nº 456 /2010.
Data 29 de Junho 2010.

Súmula: "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA – CCSP E DO FUNDO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA."

A **Câmara Municipal** aprovou e **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica criado o Conselho Comunitário de Segurança Pública – CCSP de Nova Monte Verde, órgão de caráter consultivo, deliberativo e de assessoramento municipal em questões referentes à segurança pública.

Art. 2º - O Conselho Comunitário de Segurança Pública, órgão colegiado de composição paritária, é composto de 08 (oito) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 04 (quatro) representantes do Poder Público e 04 (quatro) representantes da sociedade civil.

§ Primeiro – A cada titular do Conselho corresponderá 01 (um) suplente.

§ Segundo – Cada órgão ou entidade indicará os nomes dos seus representantes e suplentes respectivos.

§ Terceiro – Os membros do Conselho Comunitário de Segurança elegerão o seu Presidente, Vice-Presidente, Secretario e Tesoureiro.

§ Quarto - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos podendo ser reconduzidos:

§ Quinto – Fica vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração ou benefício de natureza pecuniária aos membros do Conselho.

§ Sexto – Serão excluídos do Conselho Comunitário os órgãos ou, entidades que, injustificadamente, seus representantes, titulares ou suplentes, deixarem de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas sendo que o Regimento Interno poderá prever outras sanções, ou ainda estabelecer outros parâmetros para a exclusão dos membros do Conselho.

§ Sétimo – Caso sejam implantados no Município novos órgãos intimamente ligados à segurança pública, como política federal e defesa civil, entre outros, os mesmos deverão ser convidados a integrar o Conselho nomeando seus representantes.

Art. 3º - O Conselho terá seu funcionamento disciplinado pelo Regimento Interno, que deverá ser elaborado e aprovado pelos Conselheiros, obedecidas às normas a seguir estabelecidas e demais ditames da presente Lei, sendo dado conhecimento do mesmo ao público externo:

I – O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês sempre na 1ª (primeira) Terça-feira do mês e extraordinariamente sempre que necessário, ou algum fato relevante ocorrer, mediante a convocação do Presidente, ou de 05 (cinco) de seus membros efetivos;

II – O Plenário será órgão de deliberação máxima;

III – E vedado ao Conselho apoiar publicamente quaisquer entidades político-partidárias, ou seus filiados, bem como, permitir que se faça propaganda com fins eleitorais, utilizando-se obras e realizações do Conselho Comunitário de Segurança Pública.

Art. 4° - Para o melhor desempenho de suas funções, o Conselho Comunitário poderá recorrer a:

a) – Instituições formadoras de recursos humanos para segurança pública:
b) – Entidades representativas de profissionais ligados à segurança pública;
c) – Pessoas ou instituições de notória especialização para assessorá-la em assuntos específicos:
d) – Comissões internas, constituídas para promover estudos e emitir pareceres sobre temas específicos.

Art. 5º - As sessões do Conselho serão públicas e suas deliberações poderão ser consultadas por qualquer pessoa que se interessar.

§ Único – O Conselho poderá em razão da matéria a ser discutida, determinar que a sessão ocorra em segredo, suas deliberações tenham acesso restringido, em conformidade com o estabelecimento em seu regimento interno.

Art. 6º - Além das atribuições a serem estabelecidas em regimento, compete ao Conselho Comunitário de Segurança Pública:

a) Despertar e fazer surgir na comunidade um senso comum de que a segurança pública é dever do Estado, mas também direito e responsabilidade de todos;
b) Sensibilizar os cidadãos para a necessidade de sua atuação vigilante quanto aos anti-sociais e de uma ação impulsora no acionamento da segurança pública;
c) Despertar na população atitudes compartilhadas e interativas com os agentes de segurança, estabelecendo em relacionamento íntimo e efetivo entre eles e a comunidade.

d) Identificar óbices que interferem na sensação de segurança individual e coletiva, adotando mecanismos que visem a sua neutralização;
e) Incrementar canais de ligação com a população, de forma a captar criticas e sugestões e outras manifestações comunitárias;
f) Elaborar seminários, enfocando as ações de educação e prevenção relativas a segurança pública;
g) Possibilitar o incremento do controle externo de atividade das políticas que atuam no Município, com maior participação da comunidade;
h) Efetuar sugestões de emprego dos agentes de segurança obedecidas as necessidades da comunidade e, o efetivo policial disponível;
i) Estabelecer prioridades de gastos e investimentos do Fundo Comunitário de Segurança Pública;
j) Opinar, apresentando sugestões, sobre a política de segurança a ser implantado pelo Município, e pelo Estado em relação ao Município de Nova Monte Verde.

Art. 7º - Fica criado o Fundo Comunitário de Segurança Pública – FCSP, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro a implantação de programas de segurança pública municipal.

§ Único – São atribuições do Fundo:

I – Administrar o Fundo Comunitário de Segurança Pública de que trata a preste Lei, obedecendo às determinações do Conselho Comunitário de Segurança Pública;
II – Submeter ao CCSP (Conselho Comunitário de Segurança Pública) as demonstrações mensais de receitas e despesas do FCSP (Fundo Comunitário de Segurança Pública);
III – Fiscalizar e acompanhar empenhos e pagamentos das despesas determinadas pelo Conselho Comunitário de Segurança Pública.

Art. 8º - O Fundo Comunitário de Segurança Pública terá seu funcionamento disciplinado por Regimento Interno próprio, a cargo do poder Executivo no qual estabelecerá, entre outros critérios de funcionamento:

a) – Prioridade para aplicação dos recursos do Fundo;
b) – Diretrizes e normas para a gestão do Fundo;
c) – Estratégias e controle dos recursos do Fundo;
d) – Critérios para a programação e execução dos recursos do Fundo;
e) – Critérios para acompanhamento, avaliação e fiscalização dos recursos empregados;
f) – Novas formas de obtenção de recursos.

Art. 9º - Constituirão receitas do Fundo Comunitário de Segurança Pública:

a) – Repasse efetuado pelo Poder Executivo a serem estabelecidos no orçamento municipal;
b) – Doações auxílios e contribuições de terceiros;
c) – Recursos financeiros oriundos do Governo Estadual e Federal, e de outros públicos, recebidos diretamente ou por meio de convênios;
d) – Recursos financeiros oriundos de organizações internacionais de cooperação, recebidos diretamente ou por meio de convênios;
e) – Aporte de capital decorrente de realizações de operações de créditos em instituições financeiras oficiais;
f) – Renda proveniente de aplicação financeira de seus recursos no mercado de capitais;
g) – Outras receitas provenientes de fontes não explicitadas.

§ Primeiro – As receitas descritas no "caput" do presidente artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ Segundo – Quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades próprias, os recursos do Fundo Comunitário de Segurança Pública poderão ser aplicados no mercado de capitais, de acordo com as disponibilidades financeiras aprovadas pelo Conselho Comunitário de Segurança Pública, cujos resultados a ele reverterão.

§ Terceiro – Todos os recursos financeiros, bens móveis e imóveis adquiridos, ou recebidos em doação, ou que de qualquer outra forma passarem a integrar o patrimônio do Fundo, pertencerão ao Patrimônio Público Municipal, e somente serão repassados aos órgãos de segurança mediante comodato, ou outra forma prevista em Lei, resguardada sempre a propriedade dos mesmos.

Art. 10 - O Fundo Comunitário de Segurança Pública de que trata a presente Lei terá vigência enquanto existir o Conselho Comunitário de Segurança Pública.

Art. 11 – O Poder Executivo fica obrigado a prestar o apoio necessário ao funcionamento do Conselho comunitário de segurança Pública.

Art. 12 - Demais atos, normas e regulamentos, se necessários serão expedidos pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde – MT, 29 de junho de 2010.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes
Prefeita Municipal

LEI N.º 458/2010.
DATA: 29 DE JUNHO DE 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, E DÁ OUTRA PROVIDENCIAS."

A **Câmara Municipal** aprovou e **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

CAPITULO I

Da Competição, Objetivos e competências

Art. 1º É instituída o Conselho Municipal do Trabalho, de natureza tripartite e paritária, reunindo representação governamental, dos trabalhadores e dos empregadores, com a finalidade de estabelecer, acompanhar e avaliar a política municipal de emprego, propondo as medidas que julgar necessárias para o desenvolvimento de seus princípios e diretrizes.

Art.2° O Conselho de que trata esta Lei, respeitadas as competências do Executivo e do Legislativo Municipal, tem, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – elaborar seu Regimento Interno;

II – propor aos órgãos públicos e entidades não-governamentais programas, projetos e medidas de geração de trabalho, renda e de qualificação profissional, no Município;

III – propor programas, projetos e medidas que incentive o associativismo e a auto-organização como forma de enfrentar o impacto de desemprego nas áreas urbana e rural do Município;

IV – elaborar e apreciar projetos de geração de trabalho, renda e de qualificação profissional, no Município;

V – atuar em estreita interação com outras entidades e organizações públicas e privadas envolvidas com a formulação e execução de políticas e atividades de geração de trabalho, renda e de qualificação profissional, no Município, com vistas à integração de objetivos e metas.

VI – aprovar as políticas públicas de geração de trabalho, renda e de qualificação profissional, no Município;

VII – formular os objetivos, as regras, os critérios e as metas do Plano de Qualificação Profissional do Município e acompanhar sua execução, em consonância com as diretrizes do CODEFAT e do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda;

VIII – examinar, definir prioridades, aprovar e encaminhar ao Conselho Estadual os projetos do Município que demandem recursos de Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT);

IX – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos utilizados na geração de trabalho, renda e na qualificação profissional, no Município, inclusive os oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

CAPITULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º Conselho Municipal do Trabalho será composto de 6 (seis) membros, devendo contar com representação da área urbana e rural, em igual número, de trabalhadores, de empregadores e do governo.

§1º Os representantes, titulares e suplentes, dos trabalhadores e empregadores serão indicados pelas respectivas organizações, dentre as mais representativas, de comum acordo com a Comissão Estadual de Emprego.

§2º Caberá ao Governo Municipal designar os seus respectivos representantes, limitando a um por órgão que atue com a questão do emprego.

§3º Ao Governo Estadual, caberá uma representação em nível municipal.

§4º O mandato de cada representante é de até 2 anos, permitida uma recondução, observado o parágrafo 1º deste artigo.

CAPITULO III

Da Estrutura e Funcionamento

Art. 4º O Conselho será exercida em sistema de rodízio entre os representantes das entidades governamentais, dos trabalhadores e dos empregadores, iniciando-se pela do poder público e seguida pela dos trabalhadores.

§ 1º A eleição do Presidente do Conselho do Trabalho ocorrerá por maioria simples de votos dos seus integrantes;

§ 2º O mandato do Presidente terá duração de **24 (vinte e quatro**) meses, sendo vedada a recondução para período consecutivo.

Art. 5° A Secretaria Executiva do Conselho será exercida pelo órgão da prefeitura responsável pela operacionalização das atividades inerentes ao Sistema Nacional de Emprego, na localidade, a ela cabendo a realização das tarefas técnicas e administrativas.

Parágrafo Único: O apoio e o suporte administrativos necessários para a organização, estrutura e funcionamento do Conselho, ficarão a cargo do governo municipal.

Art. 6º Pelas atividades exercidas no Conselho, os seus membros, titulares e suplentes não receberão qualquer tipo de remuneração.

Art. 7º Conselho Municipal do Trabalho terá sob sua coordenação uma conferência Municipal a cada dois anos, órgão colegiado de caráter deliberativo para avaliar e propor atividades e políticas da área a serem implementados ou já efetivadas no município, garantindo sua ampla divulgação.

Art. 8° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n° 265/2005.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-MT, 29 de junho de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

LEI N.º 459/2010
DATA: 29e junho de 2010.

SÚMULA: **"Regulamenta a Concessão de Diárias a Agentes Políticos e Servidores do Executivo Municipal, estabelece critérios de pagamentos e dá outras providências".**

A **Câmara Municipal** aprovou e **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A concessão de diária e seu correspondente pagamento regulamentam-se pelas disposições desta Lei.

Art. 2º A concessão de diárias destina-se a arcar com as despesas de alimentação, hospedagem e locomoção urbana, realizadas por Agentes Políticos e servidores do Poder Executivo, em deslocamento para fora do Município em caráter eventual ou transitório, para atender serviços, participar de cursos de aperfeiçoamento, seminários e outras atividades que atenda o interesse público.

§ único. A concessão e o pagamento de diárias ao Prefeito e ao Vice-Prefeito do Município obedecerão ao mesmo sistema e critério estabelecido para os servidores municipais na forma regulamentada por esta Lei.

Art.3º As solicitações das diárias deverão ser precedidas de solicitações especificadas em formulários próprios, encaminhadas pelo superior hierárquico do solicitante à Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças e aprovadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º As diárias estarão cotadas como a seguir:

Parágrafo Único : No caso de deslocamento que for superior a 4(quatro) horas e inferior a 6(seis) horas, o valor será de 25% (vinte e cinco por cento) da diária plena com pernoite para Alta Floresta-MT.

Diária Plena (acima de 24 horas) – Com pernoite:

Prefeito (a) e Vice-Prefeito (a) Alta Floresta, Nova Bandeirantes, Apiacás, Carlinda, Paranaíta,	180,00
Canaã do Norte, Colider, Santa Helena, Itaúba, Sinop	250,00
Para outros Municípios do Estado de Mato Grosso	400,00
Fora do Estado de Mato Grosso	500,00

Secretários Municipais Alta Floresta, Nova Bandeirantes, Apiacás, Carlinda, Paranaíta,	120,00
Canaã do Norte, Colíder, Santa Helena, Itaúba, Sinop	180,00
Para outros Municípios do Estado de Mato Grosso	280,00
Fora do Estado de Mato Grosso	380,00

Demais Servidores Alta Floresta, Nova Bandeirantes, Apiacás, Carlinda, Paranaíta,	100,00
Canaã do Norte, Colíder, Santa Helena, Itaúba, Sinop	150,00
Para outros Municípios do Estado de Mato Grosso	200,00
Fora do Estado de Mato Grosso	250,00

Diária de Campo (até 24 horas) – Sem pernoite

Plena – Sem pernoite

Prefeito (a) e Vice-Prefeito (a) 50 % da Diária Plena - com pernoite para Alta Floresta

Secretários Municipais 50 % da Diária Plena - com pernoite para Alta Floresta

Demais Servidores 50 % da Diária Plena - com pernoite para Alta Floresta

Art. 5º Considera-se também como diárias, o período em que os servidores estiverem em trânsito.

Art. 6º A diária não é devida nos seguintes casos:

a)- Quando o deslocamento do servidor durar menos de 04 (quatro) horas;

b)- Quando o servidor dispuser de alimentação e pousada gratuitas ou incluídas em eventos para o qual esteja inscrito;

Art.7º Nos casos previstos no Art. 6º, alínea "b" desta Lei, o servidor terá direito a Diárias pelo tempo em que estiver em trânsito para chegar ao evento e para o retorno à sede do Município ou da localidade da prestação de serviços.

Art.8º Em todos os casos de deslocamentos em viagens previstos nessa lei, o servidor e o agente político são obrigados a apresentar relatório de viagem, no prazo de 03 (três) dias úteis subseqüentes ao retorno à sede do Município ou da localidade da prestação de serviços, devendo para isso utilizar o formulário fornecido pela Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, devendo ainda restituir os valores relativos às diárias recebidas em excesso.

§ 1º. Caso a viagem do servidor ultrapasse a quantidade de diárias solicitadas, ocorrerá o ressarcimento das diárias correspondentes ao período prorrogado, mediante justificativa fundamentada e autorização do Prefeito Municipal.

§ 2º. Não serão permitidos o reembolso de despesas extras com bebidas alcoólicas, telefonemas particulares e outras equivalentes.

§ 3º. A autoridade concedente exigirá os comprovantes de passagem de avião ou ônibus, e, no caso de veículo oficial, a Autorização para Saída do Veículo.

§ 4º. A autoridade concedente exigirá os comprovantes fiscais de hospedagem e alimentação ou documento que comprove que o servidor esteve presente no local de destino.

§ 5º. A responsabilidade pelo controle das viagens e da respectiva prestação de contas é do Departamento Municipal de Contabilidade.

§ 6º. O descumprimento do disposto no caput deste artigo e parágrafos subseqüentes sujeitara o servidor ao desconto integral e imediato em folha dos valores das diárias recebidas, sem prejuízo de outras sanções legais.

§ 7º. Cabe ao Departamento Municipal de Contabilidade examinar a prestação de contas e seus documentos, rejeitando os que não observarem as disposições determinadas nesta Lei.

Art.9º Constitui infração disciplinar grave, punível na forma da lei específica, conceder ou receber diária indevidamente.

Art. 10.É vedado o pagamento de diária ao servidor que encontra-se pendente de prestação de contas de processos de diárias anteriores.

Art.11.Não poderá ser concedido mais de 15 (quinze) diárias de viagens durante o mês por servidor. Excluindo-se de tal disposição o Prefeito Municipal.

Art. 12. As Diárias deverão ser reajustadas anualmente, mediante decreto do Poder Executivo, adotando os reajustes fixados pela UPFM (Unidade Padrão Fiscal Municipal).

Art. 13. Fica autorizado o Poder Executivo a regulamentar esta Lei, através de Decreto Municipal.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação após afixação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei 447 de 2010.

Gabinete da Prefeita Municipal, 28 de Junho de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº019/2010
DE 28 DE JUNHO DE 2010

SÚMULA:FICA CONCEDIDA A SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA, SRA**. IVONETE ALVES DE OLIVERA GOIS,** LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES.

.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e ainda considerando o art. 150 e seguintes da Lei Municipal nº 289/2005, bem como o requerimento do servidor público datado de 03 de novembro de 2009.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder a servidora pública efetiva, Sra. **. IVONETE ALVES DE OLIVERA GOIS ,** Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Licença do cargo de Zeladora, para tratar de assuntos particulares pelo prazo de até 06 (seis) meses consecutivos, sem remuneração.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete a Prefeita de Nova Monte Verde/MT., 28 de Junho de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 68/2010

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA : SUPERMERCADO MASSAROLI LTDA.
OBJETO**: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E OUTROS), DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT**.
CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO:
06.06002.10.301.0011.2606.3.3.90.30.99.00-201
06.06002.10.303.0012.2621.3.3.90.30.99.00-202.
06.06002.10.302.0012.2619.3.3.90.30.99.00-201
06.06002.10.302.0012.2617.3.3.90.30.99.00-201.
06.06002.10.301.0011.2617.3.3.90.30.99.00-201
06.06001.04.122.0002.2601.3.3.90.30.99.00-999
06.06002.10.304.0013.2624.3.3.90.30.99.00-201
03.03001.04.122.0003.2310.3.3.90.30.99.00-999
03.09001.04.122.0002.2901.3.3.90.30.99.00-999
08.08001.04.122.0019.2804.3.3.90.30.99.00-999
12.12002.17.512.0015.2216.3.3.90.30.99.00.999

VALOR: R$ **71.992,92** (setenta e um mil novecentos e noventa e dois reais e noventa e dois centavos)
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 033/2010
DATA: 18/06/2010

DR. FRANCISCO SOARES DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 69/2010

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA:JONAS DE SOUZA COMÉRCIO-ME
OBJETO**: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E OUTROS), DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT**.
CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO:
06.06002.10.301.0011.2606.3.3.90.30.99.00-201
06.06002.10.303.0012.2621.3.3.90.30.99.00-202.
06.06002.10.302.0012.2619.3.3.90.30.99.00-201
06.06002.10.302.0012.2617.3.3.90.30.99.00-201.
06.06002.10.301.0011.2612.3.3.90.30.99.00-201
06.06001.04.122.0002.2601.3.3.90.30.99.00-999
06.06002.10.304.0013.2624.3.3.90.30.99.00-201
03.03001.04.122.0003.2310.3.3.90.30.99.00-999
03.09001.04.122.0002.2901.3.3.90.30.99.00-999
08.08001.04.122.0019.2804.3.3.90.30.99.00-999
12.12002.17.512.0015.2216.3.3.90.30.99.00.999

VALOR: R$ **23.604,65** (vinte e três mil seiscentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos)
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 033/2010
DATA: 18/06/2010

DR. FRANCISCO SOARES DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 70/2010

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA: MOREIRA – COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
OBJETO**: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E OUTROS), DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT**.
CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO:
06.06002.10.301.0011.2606.3.3.90.30.99.00-201
06.06002.10.303.0012.2621.3.3.90.30.99.00-202.
06.06002.10.302.0012.2619.3.3.90.30.99.00-201
06.06002.10.302.0012.2619.3.3.90.30.99.00-201.
06.06002.10.302.0012.2617.3.3.90.30.99.00-201

06.06002.10.301.0011.2612.3.3.90.30.99.00-201
06.06001.04.122.0002.2601.3.3.90.30.99.00-999
06.06002.10.304.0013.2624.3.3.90.30.99.00-201
03.03001.04.122.0003.2310.3.3.90.30.99.00-999
09.09001.04.122.0002.2901.3.3.90.30.99.00-999
08.08001.04.122.0019.2804.3.3.90.30.99.00.999
12.12002.17.512.0015.2216.3.3.90.30.99.00.999
VALOR: R$ **20.648,11** (vinte mil seiscentos e quarenta e oito reais e onze centavos)
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 033/2010
DATA: 18/06/2010

DR. FRANCISCO SOARES DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 74/2010

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA: MOREIRA-COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA.
OBJETO**:** FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE DESTINADO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESCOLAS, CRECHE, DEPARTAMENTO DE ESPORTE E EDUCAÇÃO ESPECIAL E FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.
CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO:
05.05001.04.122.0002.2501.3.3.90.30.00.00-999
05.05002.12.361.0005.2504.3.3.90.30.99.00-101
05.05002.12.361.0005.2504.3.3.90.30.99.00-102
05.05005.27.122.0009.2526.3.3.90.30.00.00-999
05.05002.12.306.0005.2505.3.3.90.30.07.00-101
05.05003.12.306.0006.2507.3.3.90.30.07.00-101
05.05002.12.365.0006.2509.3.3.90.30.99.00-101
05.05006.12.306.0007.2511.3.3.90.30.07.00-102
VALOR: R$ 59.159,43 (cinqüenta e nove mil cento e cinqüenta e nove reais e quarenta e três centavos)
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 032/2010
DATA: 18/06/2010

DR. FRANCISCO SOARES DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 75/2010

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA: COMPACTA COMERCIAL LTDA
OBJETO**:** FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE DESTINADO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESCOLAS, CRECHE, DEPARTAMENTO DE ESPORTE E EDUCAÇÃO ESPECIAL E FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.
CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO:
05.05001.04.122.0002.2501.3.3.90.30.00.00-999
05.05002.12.361.0005.2504.3.3.90.30.99.00-101
05.05002.12.365.0006.2509.3.3.90.30.99.00-102
05.05005.27.122.0009.2526.3.3.90.30.00.00-999
05.05002.12.361.0005.2504.3.3.90.30.00.00-101
05.05002.12.306.0005.2505.3.3.90.30.07.00-101
05.05003.12.306.0006.2507.3.3.90.30.07.00-101
05.05006.12.306.0007.2511.3.3.90.30.07.00-101
VALOR: R$ 204.558,24 (duzentos e quatro mil, quinhentos e cinqüenta e oito reais e vinte e quatro centavos)
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 032/2010
DATA: 18/06/2010

DR. FRANCISCO SOARES DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 002/2010
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço GLOBAL
INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT
AUTORA: Comissão Permanente de Licitação
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DE UM SALÃO DE MULTIUSO COM 400 M² DE ÁREA CONSTRUÍDA, NA ÁREA DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO, LOCALIZADO A AVENIDA BRASIL, CIDADE DE NOVA SANTA HELENA/MT. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT torna público aos interessados que a Tomada de Preço nº 002/2010, cujo objeto acima identificado, foi declarado DESERTO.
Nova Santa Helena – MT, 07 de julho de 2010. **ALEX OSCAR DE SOUSA –** Presidente da C.P.L.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 003/2010
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço GLOBAL
INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT
AUTORA: Comissão Permanente de Licitação
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A OBRA DO PROINFANCIA – ESPAÇO EDUCATICO INFANTIL, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 564,47 M², LOCALIZADO NA CIDADE DE NOVA SANTA HELENA/MT. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT torna público aos interessados que a Tomada de Preço nº 003/2010, cujo objeto acima identificado, foi declarado DESERTO.
Nova Santa Helena – MT, 07 de julho de 2010. **ALEX OSCAR DE SOUSA –** Presidente da C.P.L.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2010
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global por Lote
INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT
AUTORA: Comissão de Apoio
OBJETO: CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTACAODE SERVICOS E VENDA DE PECAS PARA RECUPERACAO DE BOMBAS INJETORAS DE CAMINHAO E MÁQUINAS PERTENCENTES A ESTA MUNICIPALIDADE.. A Comissão de Apoio da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, torna público aos interessados que o Pregão Presencial nº 020/2010, cujo objeto acima identificado, foi Homologado em favor da empresa: J. CARLOS DA SILVA SERVICOS - ME, inscrita no CNPJ nº 06.143.890/0001-77**, Valor de** R$ 19.199,74**-** Nova Santa Helena – MT, 07 de julho de 2010. **ALEX OSCAR DE SOUSA -** Pregoeiro

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2010

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e SEBRAE.

OBJETO: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BALDE CHEIO NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA, ONDE SERÃO CAPACITADOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA DE ACORDO COM A METODOLOGIA DESENVOLVIDA PELA EMBRAPA PECUÁRIA SUDESTE.
DA VIGÊNCIA: De 11 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010**.**
DO PREÇO: **R$ 7.000,00** (sete mil reais)
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO – SAICM - DOTAÇÃO: 09.001.20.601.0028.2035.3390.39.00.00.00. R (0271)
ASSINAM:
CONTRATANTE: **DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.**
CONTRATADO: JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO - Diretor Superintendente.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2010

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e GR DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NACIONAIS PARA MANUTENÇÃO DE VEICULOS E MAQUINAS PERTENCENTES A ESTA MUNICIPALIDADE.
DA VIGÊNCIA: De 11 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010**.**
DO PREÇO: **R$ 40.024,50 (Quarenta mil e vinte quatro reais e cinqüenta centavos)**
GABINETE DO PREFEITO – GAPRE – DOTAÇÃO: (R 27) 03001041220003200333903000000O
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER - SECDL DOTAÇÃO: (R 0098) 07001123610021201233903000000O
SEC. MUN. SAUDE E SANEAMENTO – SESAN - DOTAÇÃO: (R 0191) 08001103010006202633903000000O
SEC. MUN. TRANSPORTE, OBRAS E SERV. PÚBLICOS – SETOP - DOTAÇÃO: (R 0318) 11001267820016203733903000000O
ASSINAM:
CONTRATANTE: **DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.**

CONTRATADO: GILSON BEZERRA – Sócio Proprietário.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2010

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e PNEUS VIA NOBRE LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NACIONAIS PARA MANUTENÇÃO DE VEICULOS E MAQUINAS PERTENCENTES A ESTA MUNICIPALIDADE.
DA VIGÊNCIA: De 11 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010**.**
DO PREÇO: **R$ 132.264,00** (Cento e trinta e dois mil duzentos e sessenta e quatro reais).
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER - SECDL DOTAÇÃO: (R 0098) 07001123610021201233903000000
SEC. MUN. SAUDE E SANEAMENTO – SESAN - DOTAÇÃO: (R 0191) 08001103010006202633903000000
SEC. MUN. TRANSPORTE, OBRAS E SERV. PUBBLICOS – SETOP - DOTAÇÃO: (R 0318) 11001267820016203733903000000
ASSINAM:
CONTRATANTE: **DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.**
CONTRATADO: CLODOALDO JOSÉ BARBOSA – Procurador.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2010

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e JCM COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA REESTRUTURAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE NOVA SANTA HELENA.
DA VIGÊNCIA: De 11 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010**.**
DO PREÇO: **R$ 15.000,00** (Quinze Mil Reais).
SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E SANEAMENTO – SESAN. DOTAÇÃO: **(R 0246) 08001103050026202944905200000 0**
ASSINAM:
CONTRATANTE: **DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.**
CONTRATADA: IVETE FISTAROL -Representante Legal -

EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2010

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e JOHNNY LUIZ SUR.

OBJETO: A locação do imóvel de propriedade do **LOCADOR**, situado na Avenida Brasil, s/nº, bairro (centro), Cidade (Nova Santa Helena), Cep (78.548-000), no Estado (Mato Grosso), na Quadra nº (063), Lote nº (017), com área construída de 86,00 m², livre de ônus ou quaisquer dívidas.
DA VIGÊNCIA: De 11 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010**.**
DO PREÇO: **R$ 4.900,00** (Quatro Mil e Novecentos Reais).
SEC. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER – SECDL. DOTAÇÃO (R 0104) 07001123610021201233903900000 0
ASSINAM:
CONTRATANTE: DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.
CONTRATADO: JOHNNY LUIZ SUR - LOCADOR.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2010

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e JAIR APARECIDO DOS SANTOS.

OBJETO: A locação do imóvel de propriedade do **LOCADOR**, situado na Avenida Brasil, 45, bairro (centro), Cidade (Nova Santa Helena), CEP (78.548-000), no Estado (Mato Grosso), com área construída de 65 m², livre de ônus ou quaisquer dívidas. Para instalação do Telecentro Comunitário**.**
DA VIGÊNCIA: De 11 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010**.**
DO PREÇO: **R$ 4.550,00** (Quatro mil e quinhentos e cinqüenta reais)
SEC. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER – SECDL. DOTAÇÃO (R 0104) 07001123610021201233903900000 0
ASSINAM:
CONTRATANTE: DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.
CONTRATADO: JAIR APARECIDO DOS SANTOS – LOCADOR.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2010

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e JADIR VIEIRA.

OBJETO: CONTRATAR A EMPRESA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE TUBOS E PODAS DE ARVORES.
DA VIGÊNCIA: De 28 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010**.**
DO PREÇO: **R$ 5.400,00** (cinco mil e quatrocentos reais)
Secretaria Mun. Transportes, Obras e Serviços Públicos – SETOP - DOTAÇÃO: (R 0321) 11001267820016203733903900000 0
ASSINAM:
CONTRATANTE: **DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.**
CONTRATADO: JADIR VIEIRA – Proprietário.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 056/2010

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e CONSOLIDA INDUSTRIA E CONSTRUÇÃO LTDA - ME.

OBJETO: Execução da Obra de Construção do Centro de Múltiplo Uso, localizado a Avenida Brasil, 107, Centro, neste Município de Nova Santa Helena/MT.
DA VIGÊNCIA: De 28 de junho de 2010 a 28 de abril de 2011**.**
DO PREÇO: **R$ 294.429,38** (Duzentos e noventa e quatro mil e quatrocentos e vinte e nove reais e trinta e oito centavos).
SEC. MUN. DE EDUC., CULTURA, DESPORTO E LAZER - SECDL – DOTAÇÃO: (R 0334) 07004133920020102544905100 00
ASSINAM:
CONTRATANTE: **DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.**
CONTRATADO: WAGNER APARECIDO CASSIANO – Sócio Proprietário.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2010

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e EE CAMARGO & CIA LTDA.

OBJETO: Execução da Obra de Construção de 02 (duas) Salas de Aula na Escola Municipal Branca de Neve, localizada na Avenida Brasil, Quadra 54, Centro, neste Município de Nova Santa Helena/MT.
DA VIGÊNCIA: De 28 de junho de 2010 a 28 de outubro de 2010**.**
DO PREÇO: **R$ 68.530,08** (sessenta e oito mil quinhentos e trinta reais e oito centavos).
SEC. MUN. DE EDUC., CULTURA, DESPORTO E LAZER - SECDL – DOTAÇÃO: (R 0116) 07001123610023100844905100 0000
ASSINAM:
CONTRATANTE: **DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.**
CONTRATADO: JOÃO PEREIRA DOS SANTOS – Procurador

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2010

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e LM SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS PESADAS LTDA EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DA MOTONIVELADORA CATERPILLAR 12E, ANO 72, SERIE 12F 3426.
DA VIGÊNCIA: De 28 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010**.**
DO PREÇO: **R$ 50.000,00** (cinqüenta mil reais).
SEC. MUN. TRANSPORTE, OBRAS E SERV. PÚBLICOS – SETOP - DOTAÇÃO: (R 0327) 11001267820019102233903000000 0
SEC. MUN. TRANSPORTE, OBRAS E SERV. PÚBLICOS – SETOP - DOTAÇÃO: (R 0329) 11001267820019102233903900000 0
ASSINAM:
CONTRATANTE: **DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.**
CONTRATADO

: LEONI MARCONDES PEREIRA –
Sócio Proprietário

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

LEI MUNICIPAL N.º 1.479, 24 DE MAIO DE 2010
*** PROJETO DE LEI LEGISLATIVO N° 021 DE 24 DE MAIO DE 2010.**

"Proíbe o uso de som automotivo nas proximidades de Igrejas e casas de cultos religiosos de Nova Xavantina e dá outras providencias ."

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica expressamente proibido o som automotivo a uma distancia de até 100 (sem metros) de Igreja e Casas de cultos religiosos de Nova Xavantina no horário da realização de missas e cultos religiosos.

Art. 2° - Para atender os dispositivos da presente Lei a Igreja ou casa de Culto religioso deverá manter uma placa visível na sua fachada comunicando os dias e horários de cultos do estabelecimento religioso.

Art. 3° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina - MT, 24 de maio de 2010.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

* OBS.: Projeto de autoria e redação do Legislativo Municipal.

LEI MUNICIPAL N.º 1.480, DE 24 DE MAIO DE 2010
*** PROJETO DE LEI LEGISLATIVO N° 019 DE 24 DE MAIO DE 2010.**

"Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento publico nas ruas de Nova Xavantina para deficientes e idosos e dá outras providencias."

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Ficam reservado 5% (cinco por centos) das vagas de estacionamento nas vias publicas da cidade de Nova Xavantina aos portadores de deficiências e aos idosos.

Art. 2° - Na demarcação das vagas de estacionamento deverão ser sinalizados nos locais de fácil acesso aos portadores de deficiências e aos idosos, de forma que esta vaga fique próxima a rampa para cadeirante e na ausência da rampa que seja construído rampas para cadeirante próximo a vaga de estacionamento.

Art. 3° - O Poder Executivo Municipal terá o prazo Maximo de 90 (noventa) dias a contar da sanção da presente Lei para fazer a demarcação dos referidos estacionamentos.

Art. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina-MT, 24 de Maio de 2010

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

* OBS.: Projeto de autoria e redação do Legislativo Municipal.

LEI MUNICIPAL N.º 1.481, DE 24 DE MAIO DE 2010
*** PROJETO DE LEI LEGISLTIVO N°015 DE 03 DE MAIO DE 2010.**

"Dispõe sobre a criação de programa de Prevenção às drogas nas Escolas com a Participação do conselho Municipal de Segurança e o Conselho Tutelar de Nova Xavantina e dá outras providencias."

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - O Chefe do Poder Executivo Municipal instituirá programa de prevenção às drogas nas Escolas, com a participação do conselho Municipal de Segurança e do Conselho Tutelar de Nova Xavantina-mt.

Art. 2° - O programa consistirá na promoção de palestras educativas com temas direcionados a prevenção do uso de drogas entre jovens e adolescentes, ministradas por servidores integrantes do Conselho Municipal de Segurança e do Conselho Tutelar, nos estabelecimentos da rede pública municipal de ensino.

Parágrafo Único: - As palestras serão apresentadas com a utilização de recursos de multimídia e acompanhadas da distribuição de materiais gráficos informativos confeccionados para esse fim.

Art. 3° - As palestras serão promovidas periodicamente, conforme disposto em regulamento, e integrarão o calendário de atividades extracurricular das unidades escolares.

Art. 4° - atuarão com palestrantes os membros dos conselhos de Segurança e Tutelar que se apresentarem para esse fim, na condição de voluntario, os quais serão devidamente habilitados para as ações do programa.

Art. 5° - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6° - Para a consecução dos objetivos previstos nesta Lei a Administração Municipal poderá celebrar convênios ou termos de cooperação com organizações não-governamentais de reconhecida a atuação na área da prevenção e do combate as drogas.

Art. 7° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina-mt, 24 de Maio de 2010

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

* OBS.: Projeto de autoria e redação do Legislativo Municipal.

LEI N.º 1.482, DE 14 DE JUNHO DE 2010.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos artigos 40, 41, Inciso II e 43, Inciso III da Lei 4.320/1964 e 4º da LOA nº 1429/2009, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Especial no valor de R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais), que será empenhado na seguinte dotação:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 001 – Divisão de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 0124 – Assistência Social
Projeto/Atividade: 1052 – Construção da Casa Comunitária de Ação Social
Elemento: 4490.51.00 – Obras e Instalações:..... R$ 204.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Especial de que trata o artigo 1º, no valor de R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais), serão utilizados recursos provenientes do cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária, do orçamento em curso:

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Vias Públicas
Unidade: 002 – Divisão de Obras e Engenharia
Função: 15 – Urbanismo
Subfunção: 451 – Intra Estrutura Urbana
Programa: 0123 – Serviços Urbanos
Projeto/Atividade: 1048 – Aquisição de Maquinas Médio Porte para Limpeza Urbana
Elemento: 4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de junho de 2010

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 1.483, DE 14 DE JUNHO DE 2010
*** PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº. 011 DE 19 DE ABRIL DE 2010.**

"DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE ASSISTÊNCIA ORTODÔNTICA E FONOAUDIÓLOGA ATRAVÉS DO PROGRAMA SAÚDE NAS ESCOLAS E NOVA XAVANTINA".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir nas ações da Secretaria Municipal de Saúde a prestação de Assistência Ortodôntica e Fonoaudiólgica gratuita aos alunos dos estabelecimentos da rede municipal de ensino nos termos do regulamento.

Art. 2° - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3° - O chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo mínimo de sessenta dias após sua publicação.

Art. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina - MT, 14 de junho de 2010

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

* OBS.: Projeto de autoria e redação do Legislativo Municipal.

LEI MUNICIPAL N° 1.484, DE 28 DE JUNHO DE 2010

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte **L E I**:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, para o exercício de 2011, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:
I - as Metas Fiscais;
II - as Prioridades da Administração Municipal;
III - a Estrutura dos Orçamentos;
IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2011, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 575, de 30 de agosto de 2007-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4 º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

Demonstrativo I - Metas Anuais;
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três
Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2011 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 575/2007 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinqüenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.7º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinqüenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 10 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 575/2007-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 11 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE **CARÁTER CONTINUADO**.

Art. 12 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 13 – Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar 101, considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), no caso de aquisições de bens e prestação de serviços, e de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Art. 14 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 575/2007-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2011, 2012 e 2013.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 15 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário obedece à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN –Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 16 - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 17 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2011, 2012 e 2013.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 18 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2011, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2011 a 2013, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2011 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas

nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 19 - O orçamento para o exercício financeiro de 2011 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 20 - A Lei Orçamentária para 2011 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 21 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 22 - O Orçamento para exercício de 2011 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, “a” e 48 LRF).

Art. 23 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2011 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de calculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subseqüentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 24 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 25 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2011, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2010 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 26 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2010.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhara Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 27 - O Orçamento para o exercício de 2011 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 5% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 40% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art 8º (art. 5º III, “b” da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2011, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 28 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 29 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 30 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2011 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 31 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2011, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 32 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 33 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2011, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 34 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 35 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 36 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2011 a preços correntes.

Art. 37 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 38 - Durante a execução orçamentária de 2011, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2011 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 39 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 40 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2011 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41 - A Lei Orçamentária de 2011 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 25% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 42 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 43 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 44 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2011, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2011.

Art. 45 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2011, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2010, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 46 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 47 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas-extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 48 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 -Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 49 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 50 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 51 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2011, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 53 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 54 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 55 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 56 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Prefeitura Municipal de Nova Xavantina/MT, aos 28 de junho de 2010

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 1.485, DE 16 DE JUNHO DE 2010

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 2º, DA LEI MUNICIPAL N.º 1.432/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.432, de 07 de dezembro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º Os contratos por tempo determinado que trata o *caput* do Artigo 1º, serão pelo período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010, podendo ser rescindidos no todo ou parte, antes do prazo previsto, sempre que haja o interesse do serviço público".

Art. 2º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.432, de 07 de dezembro de 2009.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n.º 1.450, de 05 de abril de 2010.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 28 de junho de 2010.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio

AVISO DE TOMADA DE PREÇO nº. 08/2010

O Município de Novo Santo Antonio, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados, que fará realizar Procedimento Licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e demais regulamentos pertinentes e suas alterações posteriores, á Realizar no dia **22 de julho de 2.010**, às **10h00min (horário de Brasília)** no Endereço, Rua 29 de setembro s/ nº, centro, Novo Santo Antonio-MT, a Reunião de Recebimento e Abertura das Documentações e Propostas, Conforme Especificado no **Edital de Licitação Nº. 38/2010 TP. 08/2010 na Modalidade Tomada de Preço**, **Tipo Menor** com a finalidade de receber propostas pertinentes para **Construção de uma Praça, no Município de Novo Santo Antonio**, conforme Planilha orçamentária, Edital e Minuta de Contrato As quais serão abertas no dia, hora e local acima citado. (Informamos que a Entrega do Edital Encontra-se disponível no Endereço supra citado, pelo tel(fax). (66) 3548-1081.)

Novo Santo Antonio-MT, 06 de julho de 2.010.

Antonio Ferreira de Brito
Presidente Comissão Permanente Licitação

Prefeitura Municipal de Paranaíta

EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 256/2008
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA-MT.
CONTRATADA: BURITIS COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA
DO ADITIVO: FICA ADITADA A CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PRIMITIVO, EM R$ 18.106,73 (DEZOITO MIL SENTO E SEIS REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS), PASSANDO O VALOR GLOBAL PARA R$ 89.165,98 (OITENTA E NOVE MIL CENTO E SESSENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), CONFORME ADITIVO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº. 134/2008 CELEBRADO COM O GOVERNO DE ESTADO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, E FICA ADITADA A CLÁUSULA PRIMEIRA DO QUARTO TERMO ADITIVO, PRORROGANDO O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO EM 90 (NOVENTA) DIAS, QUE PASSARÁ A SER ATÉ DIA 24 DE SETEMBRO DE 2010, CONTADOS A PARTIR DO DIA 26/06/2010.
PARANAÍTA/MT, 08/06/2010

EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 256/2008
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA-MT.
CONTRATADA: BURITIS COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA
DO ADITIVO: FICA ALTERADA A CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO PRIMITIVO, PRORROGANDO O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, QUE PASSA A SER ATÉ DIA 26 DE JUNHO DE 2010.
PARANAÍTA/MT, 26/03/2010

Prefeitura Municipal de Paranatinga

DECRETO Nº 611/2010

"Decreta ponto facultativo nas repartições Públicas Municipais, no dia **02 de julho de 2010** em função do jogo da copa do mundo e dá outras providenciais."

O Prefeito Municipal de Paranatinga, **VILSON PIRES**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

D E C R E T A:

Art. 1º - Em função do jogo da Copa do Mundo, fica decretado ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais da Administração Direta e das Autarquias o dia 02 de julho de 2010, conforme especifica abaixo:

I – no dia 02 (dois) de julho de 2010, sexta-feira, haverá ponto facultativo no período matutino (das 07h às 11h) e expediente de trabalho normal no período vespertino (das 13h às 17h).

Art. 2º - O disposto neste Decreto não se aplica às Repartições em que, por sua natureza, houver necessidade de funcionamento ininterrupto e às atividades essenciais de saúde e de interesse público, que deverão funcionar mediante escala e plantão.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 01 de julho de 2010.

VILSON PIRES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 84 DE 30 DE JUNHO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **VILSON PIRES**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **RECONDUZIR** ao cargo a pedido, nos termos § 1º do art. 113 da Lei Municipal nº 024/1997, o servidor **ELTON HENRIQUE PACHECO,** inscrito no CPF sob o n° 990.580.141-34, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 30 de junho de 2010.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA/REPUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 036/2010

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de sua pregoeira nomeada pela portaria 27/2010, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2010**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°481/2009, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Contratação de Empresa para o transporte rodoviário de 40 (quarenta) acadêmicos, com ônibus de no mínimo 40 lugares, para o transporte dos acadêmicos de Paranatinga que fazem curso superior em Primavera do Leste, com freqüência diária Paranatinga/Primavera do Leste, com percurso de 140 km por dia, para o segundo semestre letivo do ano de 2010, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação. Não compareceram interessados para a Presente Licitação, sendo declarada licitação deserta. Fica a mesma republicada com abertura: 27/07/2010 – terça - feira às 08h. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Informações pelo telefone 66-3573-1329 e e-mail: licitacoesptga@bol.com.br.

Paranatinga-MT, 07 de julho de 2010.

Prefeitura Municipal de Pedra Preta

PUBLICAÇÃO REFERENTE AO MÊS DE JUNHO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 013/2010

PARTE INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.
MODALIDADE:TOMADA DE PREÇOS N° 001/2010 **DATA ADITIVO:** 10/06/2010
CONTRATADO: FRANCISCO MARINO FERNANDES E CIA LTDA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E SISTEMA VIÁRIO DO CENTRO DE EVENTOS.
PRAZO ADITIVO: 10/09/2010
DOTAÇÃO:05.001.1015.4490.51 09.001.1063.4490.51

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 030/2007

PARTE INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.
MODALIDADE: CARTA CONVITE N° 018/2007 **DATA ADITIVO:** 30/06/2010
CONTRATADO: PLURAUD ASSESSORIA E CONSULTORIA S/A LTDA
OBJETO:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA CONTÁBIL E OPERACIONAL RELATIVA AO ISSQN DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO.
PRAZO ADITIVO: 31/12/2010 **DOTAÇÃO: 04.001.2017.3390.39**

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2008

PARTE INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.
MODALIDADE: CARTA CONVITE 005/2008 **DATA ADITIVO:** 01/06/2010
CONTRATADO: SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
OBJETO: SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ASSENTAMENTO 26 DE JANEIRO
PRAZO ADITIVO: 01/09/2010 **DOTAÇÃO:** 05.001.2115.4490.51

EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2007

PARTE INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 002/2007 **DATA ADITIVO:** 07/06/2010
CONTRATADO: ENGEMÉTRICA CONSTRUÇOES E COMÉRCIO LTDA
OBJETO: CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA NA AV. FREI SERVÁCIO, SINALIZAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES NA CICLOVIA DA TRAVESSA 3 E TRAVESSA ESTRADA, NO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA - MT
PRAZO ADITIVO: 08/09/2010
DOTAÇÃO: 05.001.1015.4490.51

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 026/2009

PARTE INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.
MODALIDADE: CARTA CONVITE 010/2009 **DATA ADITIVO:** 29/06/2010
CONTRATADO: RECUPERADORA DE PNEUS LODI LTDA
OBJETO: RECAPAGENS DE PNEUS
PRAZO ADITIVO: 29/09/2010
DOTAÇÃO: 07.001.2040.3390.39 07.001.2038.3390.39 05.001.2021.3390.39
07.003.2129.3390.39 10.001.2090.3390.39

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 022/2009

PARTE INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.
MODALIDADE: CARTA CONVITE 008/2009 **DATA ADITIVO:** 30/06/2010
CONTRATADO: R. MASSUIA - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E TONERS E RECARGA DE CARTUCHO E TONERS
PRAZO ADITIVO: 30/08/2010
DOTAÇÃO: 11.001.2050.3390.30 07.003.2123.3390.30 07.003.2125.3390.30 04.001.2017.3390.30 03.001.2012.3390.30 05.001.2021.3390.30 07.001.2029.3390.30 03.001.2012.3390.39 04.001.2017.3390.39 07.003.2123.3390.39 07.003.2125.3390.39 07.003.2123.3390.39

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 063/2009

PARTE INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.
MODALIDADE: CARTA CONVITE 023/2009 **DATA ADITIVO:** 30/06/2010
CONTRATADO: JOSE BENTO FILHO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES
PRAZO ADITIVO: 30/09/2010
DOTAÇÃO: 05.001.2021.3390.30 07.003.2129.3390.30 10.001.2090.3390.30 07.001.2040.3390.30. 11.001.2050.3390.30 07.001.2038.3390.30 11.002.2048.3390.30

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 029/2009

PARTE INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 005/2009 DATA ADITIVO: 01/06/2010
CONTRATADO: INACIR GARCIA DA SILVA – ME
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ALTERAÇÃO DE LINHAS 01 REGIÃO DO TARUMÂ E LINHA 04 REGIÃO DO ASSENTAMENTO COLINA VERDE).
PRAZO ADITIVO: 29/10/2010
DOTAÇÃO: 07.001.2040.3390.39 07.002.2038.3390.39 07.002.2107.3390.39 07.003.2129.3390.39

EXTRATO DE CONTRATO 032/2010

PARTE INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.
MODALIDADE: DISPENSA 019/2010 **DATA:** 01/06/2010
CONTRATADO: CLICE PAULA RIBEIRO
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORIENTADORA SOCIAL DO PROJOVEM ADOLESCENTE
VALOR: 3.696,00 **DOTAÇÃO:** 08.001.2073.3390.36

Prefeitura Municipal de Ponte Branca

Ato Governamental Nº 07/2010

A Excelentíssima Senhora ***JAQUELINA SOARES PIRES***, Prefeita Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve ***NOMEAR*** a Sra. ***KEILA MARTINS DE FREITAS***, CPF nº 001.547.661-86, do cargo em Comissão de ***COORDENADORA DE ENDEMIAS***, a partir da presente data.

Registre-se. Publique-se.

Ponte Branca – MT, 07 de julho de 2010.

ORIGINAL ASSINADO
Jaquelina Soares Pires

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 040 de 06 de julho de 2010

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA, Estado de Mato Grosso, Sra. Jaquelina Soares Pires, no uso de suas atribuições legais e, em consonância com o disposto no artigo 46IV, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a necessidade de nomear o Conselho Municipal de Assistência Social no período de 04de julho de 2010 a 16 de julho de 2012.
DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado os membros do **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, conforme o descrito abaixo, sob a Presidência do Primeiro Representante das Entidades Não Governamentais e a Vice-Presidência sob o Primeiro nome representante das Entidades Governamentais:
I- REPRESENTANTE DO GOVERNO MUNICIPAL

1)Nivaldo Mariano Canedo - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
Adélia Soares Ferreira – Suplente da Secretaria Municipal de Educação;
2) Kelly Moraes Moura – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Denise Aiélle da Silva – Suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social;
3) Regina Auxiliadora Urel – Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
Eva Lúcia Aparecida de Jesus– Suplente da Secretaria Municipal de Saúde;
4) Lucimara Lenharo Longo – Representante da EMPAER;
Maria Abadia Oliveira da Silva- Suplente da EMPAER;

II-REPRESENTANTE DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

1) Antônia Tavares de Faria – Representante dos Usuários;
Leni Bento de Resende - Suplente dos Usuários;
2) Irmã Luiza Maria Andretta – Representante da Entidade Atendimento à Infância e Adolescência (Pastoral da Criança);
Elide Fiorentino- Suplente da Entidade de Atendimento à Infância e Adolescência (Pastoral da Criança);
3) José Reis Araújo Silva – Representante da Associação da Rádio Comunitária;
Aberaldo Martins de Freitas – Suplente da Associação da Rádio Comunitária;
4) Rodrigo Soares Ribeiro – Representante da Igreja Evangélica "Assembléia de Deus"
Carleanne Campos Cunha – Suplente da Igreja Evangélica "Assembléia de Deus"

Artigo 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em Contrário, em especial do Decreto nº 012 de 04 de junho 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT, aos 06 de julho 2010.

ORIGINAL ASSINADO

Jaquelina Soares Pires
Prefeita de Ponte Branca

Decreto nº041/2010 de 06 de julho de 2010

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE PONTE BRANCA, Estado de Mato Grosso, Srª. Jaquelina Soares Pires, no uso de suas atribuições legais e, em consonância com o disposto no artigo 46, IV, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a necessidade de nomear o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no período de 16 de julho de 2010 a 16 de julho de 2012.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado os membros do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, conforme o descrito abaixo, sob a Presidência do Primeiro representante das Entidades Governamentais e a Vice- Presidência sob o Primeiro nome representante das Entidades Não Governamentais.

I- REPRESENTANTE DO GOVERNO MUNICIPAL

1) Kelly Moraes Moura Hermes- Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
Denise Aiélle da Silva- Suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social;
2) Dalvina Candida de Resende- Representante da Secretaria Municipal de Educação;
Adão Pereira de Oliveira- Suplente da Secretaria Municipal de Educação.
3) Ilidiana Miranda de Andrade- Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
Léia Josina Nogueira da Silva- Suplente da Secretaria Municipal de Saúde.

II-REPRESENTANTE DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

1) Ramiro Alves Moreira-Representante da Igreja Católica;
Joaquim Martins Pinheiro-Suplente da Igreja Católica.
2) Irmã Luiza Maria Andretta-Representante da Entidade de Atendimento á Infancia e Adolescencia (Pastoral da Criança);

Elide Fiorentino-Suplente da Entidade de Atendimento a Infancia e Adolescencia (Pastoral da Criança)
3) **Rodrigo Soares Ribeiro**- Representante da Igreja Evangélica "Assembléia de Deus";
Carleane Campos Cunha-Suplente da Igreja Evangélica "Assembléia de Deus";

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em Contrário.

Gabinete da Prefeita, 06 de Julho de 2010.

ORIGINAL ASSINADO

Jaquelina Soares Pires
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 016/GP/2010

Dispõe sobre a **Revogação da Portaria N° 014/2010.**

A Senhora Jaquelina Soares Pires, Prefeita Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de racionalização e otimização dos serviços públicos;

Considerando que o artigo 51 c/c o artigo 53 da Lei 211/93, permite à administração a remoção/transferência de seus servidores, nos limites da referida Lei;

Considerando que compete à administração, valendo-se do poder discricionário, dar o melhor aproveitamento aos recursos humanos disponíveis;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria N° 014/2010, e Regressar o servidor **Carlos Pereira de Plácido**, a disposição da **Secretaria Municipal de Educação**, para desempenhar atividades funcionais compatíveis com a função na qual foi aprovado em Concurso Público Municipal, formação e dentro dos limites da carga horária estabelecida em lei;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Dê-se ciência ao Secretário Municipal de Educação, ao Servidor e ao Departamento de Pessoal, para as anotações de praxe.

Publique. Registre. Cumpra-se.

Ponte Branca – MT, 05 de julho de 2010.

ORIGINAL ASSINADO
Jaquelina Soares Pires
Prefeita Municipal

ORIGINAL ASSINADO
Josefa Liliana Lima Dantas
Secretária Municipal De Administração

PORTARIA Nº 017/GP/2010

Dispõe sobre a designação dos Servidores **JOÃO CARLOS TAVARES ROLDÃO e HUGO MARTINS DE BARROS** para atuar na **Secretaria Municipal de Saúde**.

A Senhora Jaquelina Soares Pires, Prefeita Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de racionalização e otimização dos serviços públicos;

Considerando que compete à administração, valendo-se do poder discricionário, dar o melhor aproveitamento aos recursos humanos disponíveis;
RESOLVE:

Art. 1º - Colocar os servidores **João Carlos Tavares Roldão e Hugo Martins de Barros**, a disposição da **Secretaria Municipal de Saúde**, para desempenhar atividades funcionais compatíveis com a função na qual foram aprovados em Concurso Público Municipal, formação e dentro dos limites da carga horária estabelecida em lei;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Dê-se ciência ao Secretario Municipal de Saúde, aos Servidores e ao Departamento de Pessoal, para as anotações de praxe.

Publique. Registre. Cumpra-se.

Ponte Branca – MT, 05 de julho de 2010.

ORIGINAL ASSINADO
Jaquelina Soares Pires
Prefeita Municipal

ORIGINAL ASSINADO
Josefa Liliana Lima Dantas
Secretária Municipal De Administração

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2010 PARA NOMEAÇÃO E POSSE DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2010.

A Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT **CONVOCA** o candidato que foi classificado no Concurso Público Municipal nº 001/2010 realizado em 28/02/2010, para comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação deste edital, na Sede da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT apresentando os documentos de habilitação relacionados no Anexo I deste edital, bem como realizar exame médico admissional nos termos dos Anexos II e III deste edital, a fim de ser nomeado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido e tomar posse no prazo de 30 dias a partir da nomeação prorrogável por igual período de acordo com o interesse da Administração Pública Municipal:

CANDIDATOS CLASSIFICADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS-MT:

Cargo: Veterinário
Local: Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável
1 – Claudemir Volpato

Para a realização do exame médico admissional os candidatos aprovados, conforme lista acima, domiciliados neste município deverão se apresentar no PSF - Urbano desta urbe. Os candidatos domiciliados em outra unidade da federação deverão realizar o exame médico admissional perante qualquer médico devidamente registrado no CRM (Conselho Regional de Medicina).
Todos os candidatos convocados deverão se submeter aos exames enumerados no ANEXO II e apresentar atestado médico conforme o ANEXO III.
Será considerado desistente perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado que não se apresentar no prazo fixado por este edital; não se apresentar para tomar posse no prazo fixado; não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Porto dos Gaúchos/MT, 07 de Julho de 2010.

Carmen Lima Duarte
Prefeita Municipal

ANEXO I

Apresentar em cópia em 01 via (folha A/4)

Carteira de Identidade (RG).
Cadastro de Pessoa Física (CPF).
Título de Eleitor e comprovante da Justiça Eleitoral - 2008.
Certidão de Nascimento ou Casamento (se casado, cópia CPF do cônjuge)
Carteira de Trabalho
PIS ou PASEP
Numero de Telefone para contato
Comprovante de residência
Certidão dos filhos menores de 21 anos
Carteira de vacinação (dos filhos se tiver)
Reservista ou Alistamento Militar (Obrigatório para o sexo masculino)
Carteira Nacional de Habilitação (Obrigatório para o cargo de motorista)

Apresentar em cópia autenticada:
Comprovante de Escolaridade (Histórico/Atestado e ou Certificado de Conclusão)

Apresentar via original:
Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe (CRM, CRO, COREN, CREFITO etc...)
Exame Médico Admissional
Certidão de Antecedentes Criminais da Comarca do domicilio do candidato

Declaração de Bens
Declaração de não acumulo de cargo, emprego ou função pública.
Uma foto 3x4 recente

ANEXO II

EXAMES CLINICOS ADMISSIONAIS PARA O CARGO

Cargo: Veterinário
1 SOROLOGIA (HEPATITES)
2 HIV I E II
3 HEMOGRAMA.
4 GLICEMIA.
5 COLESTEROL TOTAL

ANEXO III
MODELO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:
( ) Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT - CNPJ nº 03.204.187/0001-33
( ) Fundação Municipal de Saúde de Porto dos Gaúchos-MT - CNPJ nº 00.746.765/0001-75
Nome do servidor: _____
Identidadenº_____Data de nascimento_____
Função que irá exercer: _____

MOTIVO DA AVALIAÇÃO MEDICA:
( ) Admissional

PROCEDIMENTO MÉDICO A QUE FOI SUBMETIDO
( ) Avaliação clínica e Anamnese Ocupacional
( ) Exame de aptidão física e mental

Exames Complementares_____
Observações: _____
_____
Conclusão sobre a capacidade Laborativa:
( ) Apto
( ) Inapto

Riscos Ocupacionais
( ) Físicos ( ) Ergonômicos ( ) Químicos
( ) Biológicos ( ) Acidentes ( ) Sem Risco

Próxima Avaliação:
( ) seis meses ( ) um ano ( ) dois anos

PORTO, _____/_____/_____

Assinatura servidor Carimbo Assinatura Médico/CRM

Página 01 do Anexo III

ANEXO III
MODELO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:
( ) Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT – CNPJ nº 03.204.187/0001-33
( ) Fundação Municipal de Saúde de Porto dos Gaúchos-MT – CNPJ nº 00.746.765/0001-75
Nome do servidor: _____
Identidade nº _____ Data de nascimento_____
Função que irá exercer: _____

MOTIVO DA AVALIAÇÃO MEDICA:
( ) Admissional

PROCEDIMENTO MÉDICO A QUE FOI SUBMETIDO
( ) Avaliação clínica e Anamnese Ocupacional
( ) Exame de aptidão física e mental

Exames Complementares_____
_____
_____
Observações: _____
_____
_____

Conclusão sobre a capacidade Laborativa:
( ) Apto
( ) Inapto

Riscos Ocupacionais
( ) Físicos ( ) Ergonômicos ( ) Químicos
( ) Biológicos ( ) Acidentes ( ) Sem Risco

Próxima Avaliação:
( ) seis meses ( ) um ano ( ) dois anos

Declaro ter recebido em ___/___/____ PORTO, _____/_____/_____

A segunda via deste atestado.
Nome : _____
_____
Carimbo Assinatura Médico/CRM
Assinatura Servidor

Página 02 do Anexo III

ÓRGÃO EMPREGADOR:
( ) Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT – CNPJ nº 03.204.187/0001-33
( ) Fundação Municipal de Saúde de Porto dos Gaúchos-MT – CNPJ nº 00.746.765/0001-75
Nome do Servidor: _____
Identidade nº _____ Idade: _____ Estado Civil: _____
Função que irá exercer:___ Naturalidade: _____
Antecedentes: Já teve ou tem?
( ) Pressão alta ( ) Tuberculose ( ) Alergia a medicamentos/Alimentos
( ) Hepatite ( )Asma
( ) Pneumonia ( ) Sífilis ou doenças sexualmente transmissíveis ( ) Otite ( ) Diabetes
Intervenção cirúrgica? Sim. ( ) Não ( ) _____
Uso de medicamentos? Não ( ) Sim ( ) _____
Mulheres: Menstruação – Menarca: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Ausente
Gestação: ( ) P.N. ( ) Cirúrgicos ( ) Filhos vivos ( ) Aborto

HISTORICO OCUPACIONAL
Empregos Anteriores – Empresa: _____
Função: _____ Tempo na empresa: _____Turno: _____
Poeira ( ) Ruído ( ) Calor excessivo ( ) Frio ( ) Radiação ( )
Alta Pressão ( ) Baixa Pressão ( ) Outros ( )
Metais Pesados: Ácidos ( ) Solventes orgânicos ( ) Inseticidas ( ) Fungicidas ( )
Urinário ( ) Outros ( )
Exerce outra atividade além do emprego? Não ( ) Sim ( )
Já sofreu algum acidente do trabalho? Não ( ) Sim ( ) C/ afastamento ( ) Encaminhado ( )
Fuma? Não ( ) Sim ( ) Cigarro ( ) Charuto ( ) Cachimbo ( )
Bebe? Não ( ) Sim ( ) destilada ( ) fermentada ( ) sem preferência ( )
Pratica algum esporte? Não ( ) Sim ( ) quantas vezes por semana ( )

EXAME MÉDICO
Vacinas: Anti Tetânica ( ) Poliomielite ( ) Tríplice ( ) Outras: _____
Altura: _____ Peso: _____ Temperatura: _____ Pulso: _____
P.A: _____ mmHg
Cabeça – Face _____Dentes_____
Tórax Tipo: _____F.R._____Asculta_____
Ap. Circ. Asculta:_____
Abdomem Tipo: _____Palpação_____
Ap. Genito Urinário: _____
Coluna Vertebral_____
Membros_____
Sistema Nervoso
Exames Complementares
Uso de lentes corretoras: Não ( ) Sim ( )

CONCLUSÃO: ( ) APTO ( ) INAPTO
Página 03 do Anexo III

LEI Nº. 308/2010
DE 02 de julho de 2010.

"Autoriza o Poder Executivo a abrir no Orçamento do Município um Crédito Adicional Especial e dá outras providencias"

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais,e, ainda no que dispõe o Art 40 a 43 da Lei 4.320/64. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais), no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT, conforme discriminado abaixo:
ADICIONA:
ORGÃO: Secretaria Municipal de Viação e Obras.....08
UNIDADE: Departamento de Urbanismo.....003
FUNÇÃO: Urbanismo..... 15
SUB FUNÇÃO: Infra Estrutura Urbana..... 451
PROGRAMA: Pavimentação das Vias Urbanas 0037
PROJ/ATIV: Obras de Calçamento e Passeio em diversas Ruas e Avenidas da cidade de Porto dos Gaúchos MT.....1997
ELEMENTO DE DESPESA:
Obras e Instalações: 4490.51.00.00.00.....R$ 240.000,00

TOTAL ADICIONADO .....R$ 240.000,00

Art. 2º - E para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial que ora se cria serão utilizado recursos oriundo do Termo de Convenio 130/2010, 131/2010 e 153/2010 celebrado com a Secretaria de Estado de Infra Estrutura e a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT.

Art. 3º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 02/07/2010.
CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

LEI Nº. 309/2010
DE 02 de julho de 2010.

"Autoriza o Poder Executivo a abrir no Orçamento do Município um Crédito Adicional Especial e dá outras providencias"

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais,e, ainda no que dispõe o Art 40 a 43 da Lei 4.320/64. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 150.000,00 (Cento e cinqüenta mil reais), no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT, conforme discriminado abaixo:
ADICIONA:
ORGÃO: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.....07
UNIDADE: Departamento de Esportes.....002
FUNÇÃO: Desporto e Lazer.....,,..... 27
SUB FUNÇÃO: Desporto Comunitário 812
PROGRAMA: Esporte e Lazer.....0012
PROJ/ATIV: Cobertura da Quadra da Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke.....1998
ELEMENTO DE DESPESA:
Obras e Instalações: 4490.51.00.00.00.....R$ 150.000,00

TOTAL ADICIONADO .....R$ 150.000,00

Art. 2º - E para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial que ora se cria serão utilizado recursos oriundo do Termo de Convenio 0297342-95/2009 celebrado com o Ministério dos Esportes e a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT.

Art. 3º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 02/07/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

LEI Nº. 310/2010
DE 02 de julho de 2010.

"Autoriza o Poder Executivo a abrir no Orçamento do Município um Crédito Adicional Especial e dá outras providencias"

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais,e, ainda no que dispõe o Art 40 a 43 da Lei 4.320/64. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 149.235,00 (Cento e quarenta e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais), no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT, conforme discriminado abaixo:
ADICIONA:
ORGÃO: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.....07
UNIDADE: Departamento de Esportes.....002
FUNÇÃO: Desporto e Lazer..... 27
SUB FUNÇÃO: Desporto Comunitário 812
PROGRAMA: Esporte e Lazer.....0012
PROJ/ATIV: Obras de reestruturação do Estádio Municipal.....1999
ELEMENTO DE DESPESA:
Obras e Instalações: 4490.51.00.00.00.....R$ 149.235,00

TOTAL ADICIONADO .....R$ 149.235,00

Art. 2º - E para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial que ora se cria serão utilizado recursos oriundo do Termo de Convenio 735919/2010 celebrado com o Ministério dos Esportes e a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT.

Art. 3º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 02/07/2010.
CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

LEI Nº. 311/2010
DE 02 de julho de 2010.

"Autoriza o Poder Executivo a abrir no Orçamento do Município um Crédito Adicional Especial e dá outras providencias"

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais,e, ainda no que dispõe o Art 40 a 43 da Lei 4.320/64. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 102.041,00 (Cento e dois mil, quarenta e um reais), no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT, conforme discriminado abaixo:
ADICIONA:
ORGÃO: Secretaria Municipal de Agricultura.....09
UNIDADE: Secretaria Municipal de Agricultura.....001
FUNÇÃO: Administração..... 04
SUB FUNÇÃO: Administração Geral..... 122
PROGRAMA: Apoio Administrativo – Sec. Mun. de Agricultura.....0047
PROJ/ATIV: Aquisição de Veículo e Equipamentos de Apoio.....2000
ELEMENTO DE DESPESA:
Obras e Instalações: 4490.52.00.00.00.....R$ 102.041,00

TOTAL ADICIONADO .....R$ 102.041,00

Art. 2º - E para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial que ora se cria serão utilizado recursos oriundo do Termo de Convenio 0310095-98/2009/MDA/CAIXA, celebrado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT.

Art. 3º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 02/07/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 274/2010
De: 01 de julho de 2010

"Concede Licença Especial em Espécie ao funcionário **Valmir Almeida Ângelo** e dá outras providências"

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Artigo 120°, parágrafo único, da Lei Municipal n° 018 de 18/06/1991 e Lei Complementar Municipal 002 de 03/09/2003, resolve:

Art. 1º Conceder **Licença Especial em Espécie,** ao funcionário **VALMIR ALMEIDA ANGELO,** lotado no cargo de Bioquímico, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no mês de **julho de 2010**, referente ao qüinqüênio de **11/03/2003 a 11/03/2008.**
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.
CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 275/2010
De: 01 de julho de 2010

"Concede Licença Especial em Espécie a funcionária **Jandira Ferreira dos Santos** e dá outras providências"

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Artigo 120°, parágrafo único, da Lei Municipal n° 018 de 18/06/1991 e Lei Complementar Municipal 002 de 03/09/2003, resolve:

Art. 1º Conceder **Licença Especial em Espécie,** a funcionária **JANDIRA FERREIRA DOS SANTOS,** lotada no cargo de Telefonista, junto a Secretaria Municipal de Administração, nos meses de **julho, agosto e setembro de 2010**, referente ao qüinqüênio de **16/07/2002 a 16/07/2007.**
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.
CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 276/2010
De: 01 de julho de 2010

"Eleva Nível da funcionária **Maria Aparecida Teodoro** e dá outras providências"

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece a Lei n° 270/2009 de 04/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Elevar o nível da funcionária **MARIA APARECIDA TEODORO** de (C-D/N/4) para **(C-D/N-5)** cuja remuneração será de R$ 962,49(Novecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) a partir de 02/07/2010, a qual se encontra lotada no cargo de **Apoio Administrativo Educacional/A**, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 277/2010
De: 01 de julho de 2010

"Concede Férias ao servidor **Rogério Ranzan** e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c com o artigo 103, parágrafo segundo do artigo 104 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/07/2010, **30 (trinta)** dias de **Férias** sendo **1/3 (um terço)** convertido em **abono pecuniário,** ao servidor **Rogério Ranzan**, nomeado para o cargo de **Operador de Saneamento**, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.
Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 278/2010
De: 01 de julho de 2010

"Concede Férias ao servidor **José Adriano das Neves**, e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c com o artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/07/2010, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias** ao servidor **José Adriano das Neves**, nomeado para o cargo de **Serviços Gerais** junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.
Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 279/2010
De: 01 de julho de 2010

"Concede Férias ao servidor **Geilson Rezer** e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c com o artigo 103, parágrafo segundo do artigo 104 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/07/2010, **30 (trinta)** dias de **Férias** sendo **1/3 (um terço)** convertido em **abono pecuniário,** ao servidor **Geilson Rezer**, nomeado para o cargo de **Serviços Gerais**, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 01/08/2008 a 31/12/2008.
Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 280/2010
De: 01 de julho de 2010

"Concede Férias ao servidor **Francisco Pereira do Nascimento**, e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c com o artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/07/2010, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias** ao servidor **Francisco Pereira do Nascimento**, nomeado para o cargo de **Operador de Saneamento** junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 2008/2009.
Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 281/2010
De: 01 de julho de 2010

"Concede Férias a servidora **Rozenei Almeida Campinas**, e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c com o artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a partir de 01/07/2010, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias** a servidora **Rozenei Almeida Campinas**, nomeada para o cargo de **Técnico de Enfermagem** junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.
Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.
CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 282/2010
De: 01 de julho de 2010

"Concede Férias a servidora **Maria de Lourdes da Silva Figueiredo** e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c com o artigo 103, parágrafo segundo do artigo 104 da Lei 018/91

Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/07/2010, **30 (trinta)** dias de **Férias** sendo **1/3 (um terço)** convertido em **abono pecuniário,** a servidora **Maria de Lourdes da Silva Figueiredo**, nomeada para o cargo de **Agente de Saúde Ambiental**, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 283/2010
De: 01 de julho de 2010

"Concede Férias a servidora **Cleide Fortunato Dillenburg**, e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c com o artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/07/2010, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias** a servidora **Cleide Fortunato Dillenburg**, nomeada para o cargo de **Agente Comunitário de Saúde** junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 284/2010
De: 01 de julho de 2010

"Concede Férias a servidora **Solange Tonhon Rosa** e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c com o artigo 103, parágrafo segundo do artigo 104 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/07/2010, **30 (trinta)** dias de **Férias** sendo **1/3 (um terço)** convertido em **abono pecuniário,** a servidora **Solange Tonhon Rosa**, nomeada para o cargo de **Técnico de Enfermagem**, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 285/2010
De: 01 de julho de 2010

"Concede Férias a servidora **Josefa Maria de Lima**, e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c com o artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 19/07/2010, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias** a servidora **Josefa Maria de Lima**, nomeada para o cargo de **Agente Comunitário de Saúde** junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2008/2009.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 286/2010
De: 01 de julho de 2010

"Substitui o cargo exercido pelo funcionário **Augustinho Olivato** para Chefe do Departamento de Vigilância Ambiental e da outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, e:

Considerando **que o funcionário em questão já vinha respondendo pelo cargo de Chefe do Setor de Vigilância Ambiental, conforme Portaria nº 018/2009;**

Considerando **que o Setor de Vigilância Ambiental passou a ser Departamento de Vigilância Ambiental c.c Lei 304/2010;**

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir o cargo exercido pelo funcionário **Augustinho Olivato** para Chefe do Departamento de Vigilância Ambiental, o qual permanecerá lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Porto Estrela

DECRETO N° 047/2010

Homologa, ratifica e determina novas orientações em relação ao concurso público 001/2010,de provas e títulos a que menciona.

O Sr. BENEDITO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Porto Estrela-MT, no uso de suas atribuições legais especialmente na forma do que dispõe o item 18 e sub itens 18.1 e 18.2, do Edital 001/2010 e;

Considerando o RESULTADO FINAL do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital 001/2010, publicado no Diário dos Municípios do Estado de Mato Grosso, dia 20 de abril de 2010, realizado pela presente Administração;

DECRETA:

Artigo 1° - Fica Homologado o CONCURSO 001/2010, DE PROVAS E TÍTULOS, cuja publicação do RESULTADO FINAL se deu na sede e site da Prefeitura Municipal de Porto Estrela-MT, em 25 de junho/10, nos termos do que trata o EDITAL N° 001/2010, publicado no D.O. do Estado de Mato Grosso, em 20 de abril de 2010, realizado por esta administração Pública Municipal.

Artigo 2° - Determina ao Secretário Municipal de Administração o prosseguimento das demais medidas relativas ao Concurso Público, notadamente as atividades relativas às nomeações dos candidatos aprovados.

Artigo 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Estrela, 05 de julho de 2010.

Registre-se,
Publique-se;
Cumpra-se.

BENEDITO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 006

A Comissão de Concurso Público Edital nº 001/2010 do Município de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, nomeado pela Portaria nº 030, de 12 de Abril de 2010, no uso de suas atribuições, e conforme o Edital, publica a Decisão quanto aos Recursos interpostos contra a Relação dos Candidatos Classificados e aprovados das provas objetivas de múltipla escollha, realizada no dia 30 de Maio.

Comissão de Concurso Público, 28 de Junho de 2010.

Marilda Nogueira de Almeida
Presidente

Assis Xavier da Silva
Membro

José Carlos Marin
Membro

NÍVEL SUPERIOR

CARGO: **AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**

INSC	CANDIDATO	M. FINAL
229	GENIVALDO GOMES DA SILVA	7,25
194	CINEZIO SENE DE OLIVEIRA	6,62
187	ADIR FERREIRA DE FIGUEIREDO	6,12

CARGO:**MÉDICO-PSF**

INSC	CANDIDATO	M. FINAL
243	JUAN JOSE GUZMAN BELLIDO	5,62

NÍVEL MÉDIO

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

INSC.	CANDIDATO	MED. FINAL
035	EDSON ANTUNES	7,25
225	FABIO HATAMOTO MIRANDA	7,12
013	JULIANA BRANDÃO DOS SANTOS	7,00
078	AMALIA NAZARIO DE A. OLIVEIRA	7,00
190	ANTONIO RODRIGUES PINTO JUNIOR	7,00
074	VINICIUS CESAR M. ASSUNÇÃO	6,87
166	JULIANA CORSINO DA SILVA	6,62
165	RONILDO ROSENO DE SOUZA	6,50
208	IVETE MAGALHAES COSTA	6,12
209	JOVANEY NUNES DE SOUZA	6,12
147	DANILO DE MORAES ROCATTO	6,12
163	VALDINEI NATALINO C. DE SOUZA	6,00
126	VERA LUCIA ALVES	5,87
055	GONÇALVES JOSE ARAUJO	5,75
234	AFRIANA CARDOSO DA SILVA	5,75
136	LUCAS PASTOR DOS SANTOS	5,75
105	ALINE EMANUELA DE A. PINTO	5,50
159	ANDREIA JUSTINA DA CRUZ	5,50
011	RODRIGO GONÇALVES RAMOS	5,50
246	TANIA CANDIDO LEONEL PAPA	5,37
188	ELIETE NEVES DA COSTA	5,25
070	GENESIO DA SILVA MIRANDA	5,12
080	TALITA APARECIDA FERREIRA DE CAMPOS	5,12
085	OLINDA NUNES BRILHADORI	5,12
079	JOÃO MACIEL BRUNO	5,00
164	CLAUDINEI CORREIA DE SOUZA	5,00
099	CLEIDINEIA FERREIRA DA SILVA	5,00

NÍVEL FUNDAMENTAL

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

INSC.	CANDIDATO	MED. FINAL
242	AIR DIAS DE CARVALHO	6,50

CARGO: COVEIRO

NSC.	CANDIDATO	MED. FINAL
124	DIEGO COSTA DA SILVA	7,50
016	ALDEVINO JOSE VIEIRA	6,75
143	ROGINA PEDROSA DE MIRANDA	6,50
250	MARCOS ANTONIO DA SILVA	6,25
191	PAULO DA CONCEIÇÃO SILVA	6,25
037	ARLINDO NUNES	5,50
223	ODAIR JOSE DA SILVA	5,50

CARGO: MERENDEIRA

INSC.	CANDIDATO	MED. FINAL
001	ROSANA ALINE DOS S. MARTINS	8,75
127	MARCILENE SILVA RODRIGUES	8,75
241	LUCILENE DA SILVA FERREIRA	8,75
033	LUCIENE PASTOR DOS SANTOS	8,50
94	JOSEVANI MIGUELINA DA COSTA	8,50
138	ROSINEIDE DA GLORIA DE PAULA	8,25
256	JESSICA FERREIRA COZELI	8,25
185	MARIA JOSE PEREIRA LEITE	8,25
106	MARILZA APARECIDA LEITE SANTOS	8,25
255	NEIDE APARECIDA A. NEPOMUCENO	8,00
029	SILVONE ALVES FERNANDES	8,00
200	JOELMA FERREIRA DA SILVA	8,00
158	MARIA DIVINA DA COSTA	8,00
101	ADRIANA CARVALHO DE ALMEIDA	7,75
025	DELMA MARCIA DE SOUZA	7,75
069	MARIA APARECIDA SILVA PONCE	7,75
192	MIGUELINA DA SILVA RAMOS	7,75
060	FABIA MARIANA BENTO	7,75
081	ROSANA DE OLIVEIRA SILVA	7,75
072	ANGELA CRISTINA PEDROSO	7,50
148	ENILDE ALVES DE FRANÇA	7,50
239	JANETE PARREIRA DA SILVA	7,50
040	JUCILENE COSTA DE ARRUDA	7,50
196	MARCIA REIS MARQUES	7,50
204	ODETE MONTEIRO M. DE LIMA	7,50
151	MARGARETH DA COSTA LEITE	7,25
089	MARIA APARECIDA DA SILVA	7,25
168	SIRLENE DOMINGOS DE O. LIMA	7,25

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA
COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO 001/2010

115	VANUSA SANDY	7,25
112	DEJANIRA RIBEIRO DE MAGALHÃES	7,00
130	EDNA CIRILO DE F. SILVA	7,00
045	EDNA PARREIRA DA SILVA	7,00
199	GISELE DA SILVA GONÇALVES	7,00
031	TEREZA DA GUIA SILVA	7,00
087	VANICEIA FERREIRA C. RIBEIRO	7,00
258	ERINALDA MENDES CONCEIÇÃO	6,75
088	FRANCINETE ALVES CAMPOS	6,75
181	LUCIANA DA CONCEIÇÃO SILVA	6,75
024	MARIA JULIANA CORREA	6,75
004	VALDINEIA DA COSTA	6,50
139	IDALINA NUNES	6,25
153	EDNA PEREIRA LIMA DE BARROS	6,00
073	ELAINE CRISTINA DOS S. ALMEIDA	6,00
022	FABIANA FRANCISCA V. DA SILVA FARIA	6,00
160	MARIA DE FATIMA DOS S. COSTA	6,00
134	ROSANA TERESA DA S. FELIX	6,00
003	SOLANGE PEDROSA DA SILVA	6,00
005	ANA MARIA FARIAS C. BERNARDIS	5,75
202	ANA MARIA DA C. VILANOVA	5,75
093	RAQUEL DE SOUZA NETTO	5,75
156	CARMEM DIAS DE CARVALHO	5,25
095	ELZA MARIA DOS REIS DA SILVA	5,25
245	SIMONE REGINA BORGES	5,25
260	MATILDE CESÁRIA DA SILVA	5,00
104	TEREZINHA DE JESUS D. MARQUES	5,00

CARGO: MERENDEIRA (VAOZINHO)(

INSC.	CANDIDATO	MED. FINAL
140	ELIZANGELA FERREIRA SILVA	7,00
062	CENIA DA SILVA SANTOS	6,75
111	EVA MARIA BENTO DA SILVA	6,50
108	MARIA MADALENA DA GAMA	5,75
095	ELZA MARIA DOS REIS DA SILVA	5,25

CARGO: MOTORISTA

INSC.	CANDIDATO	MED. FINAL
067	SALOMAR DURAES FERREIRA	8,50
052	CESAR DOS SANTOS SILVA	8,25
066	DENISSON PEDROSO BRILHADORI	8,25
169	ODAIR APARECIDO MUNIZ FERREIRA	8,25
064	LEANDRO DIEGO EHLE DIAS	8,25
117	ADEMIR DE ALMEIDA TEIXEIRA	8,00
161	REGINALDO JUNIOR M. DOS SANTOS	8,00
249	ANTONIO ALVES VIANA	7,75
110	CARLINHO MANOEL DA SILVA	7,75
133	SANDRO ROBERTO FELIX	7,75

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA
COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO 001/2010

131	ARLLAN VINICIUS DE S. SCOLARI	7,50
167	CARLOS FERREIRA LIMA	7,50
026	OSCAR VICTOR DE OLIVEIRA	7,50
247	ROSIMAR LOPES	7,50
119	WAGNER MACEDO DE SOUZA	7,50
028	DIRCEU CLARINDO DE OLIVEIRA	7,25
077	ELVIS APARECIDO AMARO DA SILVA	7,25
097	WANDRESSON COSTA TEIXEIRA	7,25
217	CELSO JOSE DOS SANTOS	7,00
253	GILBERTO RODRIGUES DE SOUZA	7,00
206	MOISES ALVES DA ROCHA	7,00
170	RENATO APARECIDO DA SILVA	7,00
050	ANTONIO VITOR PEDROSO	6,75
048	CRISTIANO DE JESUS MARTINS	6,75
082	MARCIO DE OLIVEIRA SILVA	6,75
002	OSMAIR GALBERO	6,75
096	SEBASTIÃO RODRIGUES PEREIRA	6,75
068	GONÇALO DA COSTA VILANOVA	6,50
042	JOAQUIM JUN IOR LEITE BRILHADORI	6,50
114	AROLDO EVARISTO DE A. COSTA	6,25
178	ROSINEI RIBEIRO	6,25
172	ANDRE COSTA DA CRUZ	5,75
116	DIVANIR CIRILO DE FRANÇA	5,25

CARGO: RECEPCIONISTA

INSC.	CANDIDATO	MED. FINAL
142	BERENICE FERREIRA RAMOS	9,50
201	ELINA MARIA F. LIMA	9,25
228	ANDREA LUZIA DA SILVA	8,75
221	DRIELI RAMOS ROCHA DE MELO	8,75
086	DIVINA DA SILVA FERREIRA	8,50
251	JACKLIN ANDREIA B. MARQUES	8,50
240	ROSIMEIRE BENEDITA DE ASSUNÇÃO	8,50
103	TATIANE MARIA PEDROSA MIRANDA	8,50
054	ELZA NUNES	8,25
248	JOSILLAYNE NUNES DE SOUZA	8,25
125	MARINA ALMEIDA DA SILVA	8,25
102	PATRICIA ROSSETI JUNQUEIRA	8,25
154	ANA MARIA FERREIRA DE L. COSTA	8,00
123	LAURA LISANDRA MOREIRA DE MELO	8,00
058	MARLY DUARTE FELIX	8,00
198	ANA PAULA DOS SANTOS PAULO	7,75
235	DESENIR XAVIER DA SILVA	7,75
132	EVERLIN FARIAS DE CARVALHO	7,75
183	MARIA IVONE DOS SANTOS	7,75
053	VALMIRA LIMA PAZ SILVA	7,75
009	ELIZETE FERREIRA DA SILVA	7,50
224	JANAINA DA GAMA SILVA	7,50

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA
COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO 001/2010

027	JANE KELLY DO CARMO BRUNO	7,50
155	DANIELE RAMOS R. DE MELO	6,75
203	GIZIELY FERNANDA DA SILVA	6,75
021	ZENAIDE MARIA DA SILVA	5,25

CARGO: VIGIA

INSC.	CANDIDATO	
236	EDINALVA Mª PARREIRA DA SILVA	9,25
149	EDIVALDO DOS SANTOS RAMOS	9,25
254	ANDERSON DIEGO DE CAMPOS	9,00
092	ROSAIL RODRIGUES DA SILVA	9,00
012	RUBENS FARIA JUNIOR	9,00
176	WANDERSON BORGES DA SILVA	9,00
213	DEIVETH JOSE DA C. MIRANDA	8,75
071	JOSE INACIO DA ROCHA	8,75
222	SANDRA MARA MARQUES DE LIMA	8,75
007	ADILSON DE SOUZA CAMARGO	8,50
065	MANOEL ANDRE DA COSTA LEITE	8,50
244	OLGA SANTOS DE OLIVEIRA	8,50
059	ARLINDO DA SILVA	8,25
015	JOSIAS PEDROSO	8,25
084	LUIZ AMERICO DA SILVA	8,25
056	PAULO BATISTA DE OLIVEIRA	8,00
030	WILLIAN FERNADES FARIA	8,00
146	ALVINO CORREA DE CARVALHO	7,50
174	EDINEI APARECIDO DA SILVA	7,50
182	JOÃO BOSCO FERREIRA RAMOS	7,50
008	JOSE MESSIAS DE SOUZA	7,50
135	JOSEF PEREIRA DA SILVA	7,50
219	JOSIAS SILVA FERREIRA	7,50
075	LEANDRO TEIXEIRA LOPES08	7,50
120	DEUZA APARECIDA DE PAIVA	7,25
180	DOMINGOS GUSMÃO DA SILVA	7,25
107	BENEDITO DA GAMA SILVA	7,00
023	NILSON DE PAULA DE FARIA	7,00
207	WAGNER WILLIAN D. GONÇALVES	7,00
091	ELIZEZE XAVIER PONCE	6,75
157	SANTOS FERREIRA RAMOS	6,75
038	SEBASTIÃO FERREIRA DE FIGUEIREDO	6,75
046	JOEL JOSE SILVA DOS SANTOS	6,25
211	ELCILENE RIBEIRO DUARTE	5,50
122	MARCOS RODRIGUES DA SILVA	5,25

Porto Estrela - MT, 06 de maio de 2010.

Benedito de Oliveira
Pref. Municipal

Marilda Nogueira de Almeida
Pres. da Comissão

Prefeitura Municipal de Poxoréu

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2010

A Prefeitura de Poxoréu torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93, Lei nº. 10520/2002 e suas alterações posteriores, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial para **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO\ EM GERAL PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS**. A abertura das propostas será realizada no dia 16/07/2010, a partir das 09h00min horas, na sala de Licitação da Prefeitura de Poxoréu/MT, situada a Av. Brasília, 809 Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Mais informações poderá ser obtida no endereço acima citado com a equipe de apoio. Os interessados poderão retirar o Edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, ou pelo site – www.poxoreu.mt.gov.br.

Poxoréu-MT, 06 de julho de 2010.

Ildebrande Alves Barcelos
Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de Querência

EXTRATO DO CONTRATO 032/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA – MT
CONTRATADA: **AÇOEX CONSTRUTORA LTDA**.
OBJETO: contratação de empresa para executar Obra de Ampliação do Estádio Municipal Osvaldo Gorgen no Município de Querência – MT.
Valor Total: R$ 184.900,00 (cento e oitenta e quatro mil e novecentos reais).
Data da Assinatura: 18 de junho de 2010.
Validade do contrato: 180 dias.

Contrato originado do **Processo de Licitação n. 019/2010**.

Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal

RESULTADO DE TOMADA DE PREÇO Nº 02/2010

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 30 de Junho de 2010, às 10:00 horas, em sua sede na Av. Mato Grosso nº 221, Centro, Licitação na modalidade Tomada de Preços para Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores, bem como serviços de recuperação de pneus para a frota de veículos do Município de Reserva do Cabaçal-MT. Tendo como vencedoras as empresas **C.R COSTA – ME, PANTANAL PNEUS LTDA – EPP** e **RENOVADORA DE PNEUS FISCHER LTDA**.

Reserva do Cabaçal-MT, 06 de Julho de 2010.

MARCIA FERREIRA DA SILVA
Pres. Com. Permanente de Licitação

Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Assunto: Dispensa de Licitação Nº 001/2010
Justificativa: Tendo em vista a necessidade dos serviços urgentes, a Comissão Permanente de Licitação resolve fundamentada no inciso V, artigo 24 da Lei nº 8.666/93, considerar, Dispensável a licitação para Contratação de Serviços Médicos, para atender no Hospital Municipal pelo prazo de 06 (seis) meses, junto a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ribeirãozinho - MT.

Ribeirãozinho-MT, 07 de julho de 2010.

Euloá Ana Cardoso -
Presidente da C. P. L

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO - MT**, representada pelo senhor Prefeito Aparecido Marques Moreira, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação nos termos acima propostos, por atender os quesitos legais em vigor.

Gabinete do Prefeito, em 07 de julho de 2010.

Aparecido Marques Moreira -
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Rio Branco

EXTRATOS DE CONTRATOS

JUNHO/2010

CONTRATO N°: 025/2010
PARTES: Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT e TATIANE ELIAS DE ASSIS
OBJETO: Contratação de um profissional para prestação de serviços de engenharia civil para a prefeitura municipal de Rio Branco - MT**.**
PRAZO: 01/06/2010 à 31/12/2010
VALOR: R$ 13.650,00 (treze mil seiscentos e cinquenta reais)
SEGUINATÁRIOS/CONTRATANTES: Prefeito Antonio Milanezi e TATIANE ELIAS DE ASSIS

CONTRATO N°: 026/2010
PARTES: Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT e KARINE JUSSARA MOREIRA REIS
OBJETO: A CONTRATADA prestara para a CONTRATANTE serviços profissionais de nutricionista, na Secretaria Municipal de Educação, consistentes em orientação de merendeiras, visando o preparo, a higiene e a qualidade dos alimentos, da rede municipal de ensino.
PRAZO: 14/06/2010 à 31/12/2010
VALOR: R$ 5.586,00 (cinco mil quinhentos e oitenta e seis reais)
SEGUINATÁRIOS/CONTRATANTES: Prefeito Antonio Milanezi e KARINE JUSSARA MOREIRA REIS

CONTRATO N°: 027/2010
PARTES: Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT e MULTI PADRAO TUDO EM MATERIAIS ELETRICOS LTDA
OBJETO: Aquisição de material elétrico de iluminação publica para atender a secretaria de infra estrutura e desenvolvimento do município de Rio Branco - MT.
PRAZO: 18/06/2010 à 31/12/2010
VALOR: R$ 21.339,45 (vinte e um mil trezentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos)
SEGUINATÁRIOS/CONTRATANTES: Prefeito Antonio Milanezi e ANTONIO GUERINO ZOMPERO

CONTRATO N°: 028/2010
PARTES: Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT e A. M. F. Domingues - ME
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para atender a secretaria de educação, deporto e lazer, secretaria de saúde, secretaria de ação social, do município de rio branco.
PRAZO: 18/06/2010 à 31/12/2010
VALOR: R$ 43.294,10 (quarenta e três mil duzentos e noventa reais e dez centavos)
SEGUINATÁRIOS/CONTRATANTES: Prefeito Antonio Milanezi e ANTONIO MARCOS FRANCISCO DOMINGUES

CONTRATO N°: 029/2010
PARTES: Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT e ROZELIA MARIA DE OLIVEIRA SILVA - ME
Aquisição de gêneros alimentícios para atender a secretaria de educação, deporto e lazer, secretaria de saúde, secretaria de ação social, do município de rio branco.
PRAZO: 18/06/2010 à 31/12/2010
VALOR: R$ 23.939,94 (vinte e três mil novecentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos)
SEGUINATÁRIOS/CONTRATANTES: Prefeito Antonio Milanezi e ROZELIA MARIA DE OLIVEIRA SILVA

CONTRATO N°: 030/2010
PARTES: Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT e JUBA SUPERMERCADOS LTDA
Aquisição de gêneros alimentícios para atender a secretaria de educação, deporto e lazer, secretaria de saúde, secretaria de ação social, do município de Rio Branco.
PRAZO: 18/06/2010 à 31/12/2010
VALOR: R$ 40.567,90 (quarenta mil quinhentos e sessenta e sete reais e noventa centavos)
SEGUINATÁRIOS/CONTRATANTES: Prefeito Antonio Milanezi e MIRKO FRANK RIBEIRO

CONTRATO N°: 031/2010
PARTES: Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT e TERCON TERRAPLANAGEM E CONSTRUCOES LTDA
OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviço de engenharia de recuperação asfáltica e sinalização em diversas ruas e avenidas no município de Rio Branco.
PRAZO: 28/06/2010 à 26/10/2010
VALOR: R$ 145.498,20 (cento e quarenta e cinco mil quatrocentos e noventa e oito reais e vinte centavos)
SEGUINATÁRIOS/CONTRATANTES: Prefeito Antonio Milanezi e VANDERLI DA SILVA RODRIGUES

Prefeitura Municipal de Rosário Oeste

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2010

– CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE E O DR. JAIME OLIVEIRA AGUIAR. OBJETO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, NO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO N. 04/10. 09 DE JUNHO DE 2010. VALOR TOTAL DE R$ 115.200,00(CENTO E QUINZE MIL E DUZENTOS REAIS)**.** ASSINAM DR.JOEMIL JOSÉ BALDUÍNO DE ARAUJO, PREFEITO MUNICIPAL E O DR. JAIME OLIVEIRA AGUIAR.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2010 – CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE E O DR. ITAMAR BENEDITO DE ALMEIDA. OBJETO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, NO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO N. 04/10. 09 DE JUNHO DE 2010. VALOR TOTAL DE R$ 115.200,00(CENTO E QUINZE MIL E DUZENTOS REAIS)**.** ASSINAM DR.JOEMIL JOSÉ BALDUÍNO DE ARAUJO, PREFEITO MUNICIPAL E O DR. ITAMAR BENEDITO DE ALMEIDA.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2010 – CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE E A SRª JOANY NEUZA DE ALMEIDA BENDO. OBJETO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE, NO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO N. 04/10. 09 DE JUNHO DE 2010. VALOR TOTAL DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS). ASSINAM DR.JOEMIL JOSÉ BALDUÍNO DE ARAUJO, PREFEITO MUNICIPAL E A SRª JOANY NEUZA DE ALMEIDA BENDO.
.
EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2010 – CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE E A EMPRESA WLADETUR TRANSPORTE LTDA. OBJETO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N. 07/10. 05 DE JULHO DE 2010. VALOR TOTAL DE R$ 78.321,60 (SETENTA E OITO MIL, TREZENTOS E VINTE E UM REAIS E SESSENTA CENTAVOS). ASSINAM DR.JOEMIL JOSÉ BALDUÍNO DE ARAUJO, PREFEITO MUNICIPAL E O SÓCIO WLADEMIR SOUZA GOMES.

PORTARIA Nº. 103/2010.

"Dispõe sobre a **Retificação** da Portaria 359/2009, que trata da concessão do benefício pensão por morte em favor do Sr. **Antonio Abdon da Silva**, em decorrência do falecimento da servidora inativa Sra. **Benedita de Sá da Silva**".

O Prefeito do Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal, combinado com Art. 27, inciso I da Lei Municipal n. 975, de 15 de abril de 2004, que rege a previdência municipal, Art. 91 da Lei Municipal n. 533/93, que dispõe sobre estatuto do servidor público do município, anexo III, do Ato Administrativo n. 008 de 22 de abril de 2008, que dispõe sobre a recomposição geral anual das remunerações dos servidores públicos efetivos;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício pensão por morte, em decorrência do falecimento da Sra. **Benedita de Sá da Silva**, brasileira, casada,

portadora da cédula de identidade RG nº. 351183, SSP/MT e CPF nº. 298.652.391-91, servidora inativa, lotada no ROSÁRIO-PREVI, matriculada sob o nº 45, com proventos integrais, em favor do Sr. **Antonio Abdon da Silva**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 090309220-3 SSP/MT e CPF nº. 027.376.201-04, cônjuge da *de cujus* conforme processo administrativo do **ROSÁRIO-PREVI**, n.º **2009.07.0004P**, a partir de **30.11.2009,** data do falecimento, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em **30.11.2009**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Rosário Oeste - MT, 23 de junho de 2010.

JOEMIL ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Salto do Céu

Aviso de Licitação
Pregão Presencial n.º 013/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU – MT, através da sua Pregoeira Oficial, nomeada pela portaria nº 037/2010, do dia 20 de janeiro de 2010, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na Modalidade **Pregão Presencial n.º 013/2010,** cujo objeto é a "***Seleção de Melhor Proposta Objetivando o Registro de Preços para aquisição futura e fracionada de Materiais e Produtos Químicos para o Tratamento da Rede de Água e Esgoto do Município de Salto do Céu".*** do tipo MENOR PREÇO / LOTE**.** Em atendimento a Secretaria Municipal de Administração, tudo em conformidade com as Características Técnicas e Quantitativas Descritos em Edital e seus Anexos.

Nos termos da Lei Federal n.º 10.520/02 e pelo Decreto Municipal nº 15/2009 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, neste município de Salto do Céu - MT, com data prevista para abertura no dia **21/07/2010**, às 14h00min horas. Cópias do Edital e informações estarão disponíveis a partir do dia 08 de julho de 2010, na Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT localizado à Rua Carlos Laet nº 11, Bairro Cachoeira, Salto do Céu – MT, no horário das 07h00 as 11h00 e das 13h00 as 17h00.

Informações: (65) 3233-1200. Ramal 26

Salto do Céu – MT, em 05 de julho de 2010.

Daniella Mamedes Cabral Vilela
Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Carmem

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO N.º 30/2010 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA Contratado;INSTITUTO DE PESQUISA DESENVOLVIMENTO E GESTÃO-IPED, Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM. Valor Total: R$ 53.500,00(Cinqüenta e três mil quinhentos reais) Data: de assinatura 28 de junho de 2010 Vigência: 180 dias a partir da data da assinatura do contrato.

EXTRATO DE CONTRATOS
CONTRATO N.º 31/2010 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, Contratado: ENGECENTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-EPP, Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM. Valor Total: R$ 19.000,00 (Dezenove mil reais) Data: de assinatura 28 de junho de 2010 Vigência: 60 dias a contar da Ordem de Serviço.

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO N.º 29/2010 Objeto: Aquisição de equipamentos para academia ao ar livre, Contratado: PAULO ZIOBER EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA, Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM. Valor Total: R$ 21.500,00 (Vinte e um mil e quinhentos reais) Data de assinatura 23 de junho de 2010. Vigência: 1(um) um ano a partir da efetiva entrega dos equipamentos instalados e em funcionamento.

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO N.º 27/2010 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, Contratado: CONSTRUTORA E INCORPORADORA BERNA LTDA, Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM. Valor Total: R$ 222.517,95 (Duzentos e vinte e dois Mil quinhentos e dezessete Reais e noventa e cinco centavos) Data: de assinatura 21/06/2010 Vigência: 210 dias após o primeiro dia da data da assinatura do contrato.
EXTRATO DE CONTRATOS
CONTRATO N.º 28/2010 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, Contratado: CONSTRUTORA E INCORPORADORA BERNA LTDA, Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM. Valor Total: R$ 299.439,32 (Duzentos e noventa e nove Mil quatrocentos e tinta e nove reais e trinta e dois centavos) Data: de assinatura 21/06/2010 Vigência: 210 dias após assinatura do contrato.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2010

Aos cinco dias do mês de julho de 2010, a partir das 09 horas e 15 minutos, na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT deu-se o julgamento do Pregão Presencial 009/2010 tendo como objeto a Aquisição de gêneros alimentícios para o atendimento da Unidade Municipal de Saúde, Atenção Básica, encontros do PSF, aquisição de material de consumo para a copa das Secretarias de Administração, Assistência Social e Cidadania e Secretaria de Obras deste Município. Nesta, a empresa SUPERMERCADO SANTA RITA LTDA - ME sagrou-se vencedora nos itens 02, 03, 04, 06, 09, 11, 16, 17, 19, 22, 24, 28, 29, 31, 32, 34, 37, 44, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 67, 68, 69, 71, 73, 77, 78, 79 e 81 totalizando o valor de R$ 11.327,34 (onze mil trezentos e vinte e sete reais e trinta e quatro centavos) e a empresa D. L. SUPERMERCADO LTDA - EPP sagrou-se vencedora nos itens 01, 05, 07, 10, 12, 13, 14, 15, 18, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 30, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 72, 74, 75, 76 e 80 totalizando o valor de R$ 8.438,67 (oito mil quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e sete centavos). Santa Rita do Trivelato - MT, 06 de julho de 2010.

LUIZ CARLOS FIDALSKI -
Pregoeiro.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2010 (Registro de Preço)

Aos seis dias do mês de julho de 2010, a partir das 08 horas e 10 minutos, na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT, deu-se o julgamento do Pregão Presencial 010/2010 tendo como objeto a *Aquisição de Telhas, Portas e Tintas*, para complementando o Processo Licitatório Pregão Presencial 006/2010. Nesta, sagrou-se vencedora a empresa Construlato Materiais para Construção Ltda EPP nos lotes 01 e 04 com valor total de R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais), a empresa ZBN Materiais para Construção e Ferragens Ltda sagrou-se vencedora no lote 02 com valor total de R$ 5.810,40 (cinco mil oitocentos e dez reais e quarenta centavos) e a empresa Biazi Materiais para Construção Ltda ME sagrou-se vencedora no lote 03 com valor total de R$ 11.000,00 (onze mil reais). Santa Rita do Trivelato – MT, 06 de julho de 2010. Luiz Carlos Fidalski – Pregoeiro.

Extrato de Contrato – Referente Mês de Junho

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato
Contrato nº 146/2010
Contratada: Inês Terezinha Maswoski
Objeto: Prestação de Serviços no cargo de Assistente Social
Valor Mensal: 1.901,02 (Hum mil e novecentos e um reais e dois centavos)
Vigência: 11/06/2010 a 11/08/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato
Contrato nº 147/2010
Contratado: Sebastião da Silva
Objeto: Prestação de Serviços no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais
Valor Mensal: 604,87 (Seiscentos e quatro reais e oitenta e sete centavos)
Vigência: 11/06/2010 a 11/08/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato
Contrato nº 148/2010
Contratada: Mara Regina Fernandes
Objeto: Prestação de Serviços no cargo de Odontóloga
Valor Mensal: 2.979,41 (Dois mil e novecentos e setenta e nove reais e quarenta e um centavos)
Vigência: 16/06/2010 a 16/08/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato
Contrato nº 149/2010
Contratada: Viviane Michelle Rosa
Objeto: Prestação de Serviços no cargo de Secretária de Escola
Valor Mensal: 933,20 (Novecentos e trinta e três reais e vinte centavos)
Vigência: 16/06/2010 a 16/08/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato
Contrato nº 150/2010
Contratada: Sandra Regina Haubrickt
Objeto: Prestação de Serviços no cargo de Professora do magistério (em substituição)
Valor Mensal: 830,52 (Oitocentos e trinta reais e cinqüenta e dois centavos)
Vigência: 16/06/2010 a 16/08/2010

PORTARIA Nº 096/2010.
DE: 07 DE JUNHO DE 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇAO DE EVA PEDROZO DE LARA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **ROBERTO JOSE MORANDINI** Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR **EVA PEDROZO DE LARA**, inscrita no RG sob o nº 1692922-5 - SSP/MT e CPF nº 027.459.541-99, para o cargo em comissão de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE.**

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 07 de Junho de 2010.

ROBERTO JOSE MORANDINI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra

Oficial de Gabinete

PORTARIA Nº 097/2010
DE 11 JUNHO DE 2010

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA Sra. LEANI INÁCIO DE SOUZA PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor. ROBERTO JOSE MORANDINI, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Sra. LEANI INÁCIA DE SOUZA RG nº 490.237 SSP/MT, CPF nº 471.968.589-72, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Administração Escolar conforme estabelece a Lei Complementar nº 033/2010 de 11 de junho de 2010.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se a Portaria nº 093/2010 as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 11 de Junho de 2010.

Roberto Jose Morandini
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra
Oficial de Gabinete

PORTARIA Nº 098/2010
DE 11 DE JUNHO DE 2010

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA Sra. GRACIELE BORELLI DO NASCIMENTO PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor. ROBERTO JOSE MORANDINI, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Sra. Graciele Borelli do Nascimento, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1290385-0 SSP/MT, e CPF nº 841.215.641-20, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Assessoria Pedagógica, conforme estabelece a Lei Complementar nº 033/2010 de 11 de junho de 2010.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se a Portaria nº 035/2009 as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 11 de Junho de 2010.

Roberto Jose Morandini
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra
Oficial de Gabinete

PORTARIA Nº 099/2010.
DE: 18 DE JUNHO DE 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO (a pedido) DE FERNANDA KLIMECK REPINALDO DO CARGO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor. **ROBERTO JOSE MORANDINI**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - **EXONERAR** (a pedido), **FERNANDA KLIMECK REPINALDO**, inscrita no RG sob o nº 7.773.742-1 SSP-PR, emissão 03/06/1996, CPF nº 038.903.799-07, do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se a Portaria nº 023/2010 de 24/02/2010.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, 18 de Junho de 2010.

Roberto Jose Morandini
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra

Oficial de Gabinete

PORTARIA Nº 100/2010.
DE: 18 DE JUNHO DE 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇAO DE JAUZINO FRANCISCO DA SILVA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **ROBERTO JOSE MORANDINI** Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR **JAUZINO FRANCISCO DA SILVA**, inscrita no RG sob o nº 5.050.625-8 SSP/PR e CPF nº 386.512.709-68, para o cargo em comissão de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS.**

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 18 de Junho de 2010.

ROBERTO JOSE MORANDINI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra

Oficial de Gabinete

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro

- EXTRATO DE CONTRATOS

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 39/2010 ASS: 01/06/2010; VCT: 31/12/2010; Contratado: COPLAN Consultoria e Planejamento Ltda; Objeto: prestação de serviços técnicos profissionais especializados em Auxílio a Administração Publica Municipal com execução indireta, nos procedimento de levantamento, apuração e readequação do repasses financeiros referente a distribuição do ICMS. Valor: 20% do valor arrecadado.

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 40/2010 ASS: 01/06/2010; VCT: 31/12/2010; Contratado: PREDICON Construções Civis Ltda; Objeto: Execução de obra de drenagem de águas pluviais na Rua São Paulo e Maranhão. Valor: R$ 145.798,67.

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 41/2010 ASS: 02/06/2010; VCT: 31/12/2010; Contratado: Empresa Diamantinense de Comunicação Ltda.; Objeto: Prestação o serviços de publicação de matérias do Poder Executivo. Valor: R$ 11.000,00.

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 42/2010 ASS: 17/06/2010; VCT: 31/12/2010; Contratado: STCP Engenharia de Projetos Ltda; Objeto: Serviços técnicos profissionais de consultoria para elaboração de programa municipal para atração de investimentos. Valor: R$ 56.800,00.

- CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. 43/2010 ASS: 17/06/2010; VCT: 31/12/2010; Contratado: JOCAM Agroindustrial Ltda; Objeto: Fornecimento de Café Torrado e Moído. Valor: R$ 15.840,00.

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 44/2010 ASS: 21/06/2010; VCT: 23/12/2010; Contratado: Engemat Incorporações e Construções Ltda; Objeto: Serviços de terraplagem e pavimentação asfáltica da Av. Cuiabá. Valor: R$ 151.052,46.

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 45/2010 ASS: 21/06/2010; VCT: ; Contratado: Esteio Construções Ltda; Objeto: Construção de Unidade de Saúde da Família. Valor: R$ 262.153,04.

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 46/2010 ASS: 23/06/2010; VCT: 23/12/2010; Contratado: Engemat Incorporações e Construções Ltda; Objeto: Serviços de terraplagem e pavimentação asfáltica da Avenida Venezuela e Ruas: Copacabana, Parecis e Ipanema. Valor: R$ 299.881,43.

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 47/2010 ASS: 24/06/2010; VCT: 23/06/2011; Contratado: Funerária Santa Clara Ltda; Objeto: Fornecimento de Urnas e Prestação de Serviços de translado de cadáver. Valores Unitários: R$ Urna adulta: R$ 539,00; Urna infantil: R$ 455,00; Translado: R$ 1,63 / Km.

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 48/2010 ASS: 28/06/2010; VCT: 26/06/2011; Contratado: VIVO S/A; Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de serviços de telefonia móvel, sistema digital pós pago com fornecimento de aparelhos digitais. Valor: R$ 24.564,00.
São José do Rio Claro – MT, 07 de julho de 2010.
Massao Paulo Watanabe – Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT – EXTRATO DE ADITIVOS

- PRIMEIRO ADITIVO CONTRATO Nº. 022/2010 ASS: 16/06/2010 VCT:31/12/2010 Contratado: **OG MATEI EPP** Objeto: Acréscimo de 25,00% do valor contratual Valor: R$ **R$11.685,00 (Onze mil seiscentos e oitenta e cinco mil reais)**.

- TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 087/2008 ASS: 26/06/2010 VCT:31/12/2010 Contratada: Predicon Construções Civis Ltda Objeto do Contrato: Terraplanagem e pavimentação asfáltica da travessia urbana da Rodovia MT 235. Objetivo do Aditamento: Prorrogação do prazo ate o dia 31/12/2010.

- SEGUNDO ADITIVO CONTRATO Nº. 021/2009 ASS: 18/06/2010 VCT: 31/12/2010 Contratado: **MAXIPRINT GRÁFICA E EDITORA LTDA** Objeto: Acréscimo de 4,11% do valor contratual Valor: R$ **R$ 4.744,30 (Quatro mil setecentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos)**.
São José do Rio Claro, 07 de julho de 2010.

MASSAO PAULO WATANABE –
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratificação: A matéria publicada na AMM, na Sexta Feira dia 11 de junho **página 51** do corrente ano, onde se – se – lê, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 40/2010. leia – se Pregão Presencial Registro de Preço nº. 39/2010.

EXTRATRO RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da PMSJQM/MT. Torna Público que com referencia a Tomada de Preço 06/2010, a Empresa: **R. C. M. CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA - ME,** foi vencedora da referida Tomada de Preço com o valor de R$ 85.201,89 (Oitenta e Cinco Mil Duzentos e Um Reais e Oitenta e Nove Centavos). Objeto: **"CONSTRUÇÃO DA PRAÇA SÃO JOÃO BATISTA" JOSÉ CARLOS NEVES.** Presidente da CPL.

Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

Lei n.º353/2010 – 14 de Abril de 2010.

"Dispõe sobre a contratação de Equipe de Programa de Saúde da Família – PSF, e dá outras providências".

Eduardo José da Silva Abreu, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, estado de Mato Grosso.

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado à contratar, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, 01 (uma) Equipe de Programa de Saúde da Família – PSF, com suas respectivas funções, composta de:

I - um médico, uma enfermeira, um auxiliar de enfermagem, e sete agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Único – Os componentes da equipe referidos no inciso I, têm dedicação exclusiva, com carga horária de 08 (oito) horas diárias, com livre contratação e destrato pelo Executivo.

Artigo 2º - A denominação, a quantidade e a composição dos contratados que formam a Equipe de Programa de Saúde da Família, são os constantes do ANEXO I, com seus respectivos vencimentos e funções, que é parte integrante desta Lei, observado, ainda, o seguinte:

I – Os auxílios de moradia, transporte e alimentação do médico e da enfermeira padrão serão calculados sobre seus vencimentos base constantes do ANEXO I;
II – Os encargos sociais e fiscais serão descontados na conformidade do que dispõem as respectivas legislações.

Artigo 3º - O prazo de vigência dos contratos oriundos da presente Lei será de 12 (doze) meses, com início em 02 de Janeiro de 2010 e término em 31 de Dezembro de 2010.

Artigo 4º - As despesas com a execução desta Lei correm à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município, com a seguinte classificação orçamentária:
03.40 - Secretaria Municipal de Saúde
30170102043 - Executar o bloco PAB Assistência
3390.04.00 - Contratação por Tempo Determinado.
3190.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Janeiro de 2.010.

São Pedro da Cipa_MT, em 09 de Abril de 2010.

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

ANEXO I

QUADRO DE REMUNERAÇÃO DA EQUIPE DE PSF SÃO PEDRO DA CIPA - MATO GROSSO

ORDEM	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	QDE	VENCIMENTOS	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		REMUNERAÇÃO
				AUXÍLIO		
				MORADIA = 37,5%	TRANSPORTE = 37,5%	
1.	MÉDICO DA FAMÍLIA	01	4.000,00	1.500,00	1.500,00	7.000,00
2.	ENFERMEIRA PADRÃO	01	1.770,00	710,00	710,00	3.190,00
3.	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	01	510,00	UM		510,00
4.	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	07	651,00	SETE		4.067,00
TOTAL		10				14.767,00

1.1 - Os Auxílios de Moradia, Transporte e Alimentação são calculados sobre o salário base previsto neste ANEXO, correspondente a 37,5%.

1.2 - Os encargos sociais e fiscais serão retidos na forma das respectivas legislações vigentes.

Lei nº. 354/2010 de 15 de abril de 2010.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E INSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL (SIM), NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA – MT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Eduardo José da Silva Abreu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a instituição do Serviço de Inspeção Municipal - Produtos de Origem Animal e Vegetal (SIM), no Município de São Pedro da Cipa - MT, e estatui normas que regulam o registro e a inspeção dos estabelecimentos e propriedades rurais, que produzem matéria-prima, manipulam, industrializam, distribuem e comercializam produtos de origem animal.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado de acordo com a Lei Federal nº. 1.283, de 18 de Dezembro de 1.950, o Decreto nº. 30.691, de 29 de Março de 1.952 e o Decreto nº. 1.255, de 25 de Maio de 1.962, e conforme dispõe a Lei Federal nº. 7.889, de 23 de Novembro de 1.989, estabelece as normas que regulamentam em todo o Território Nacional a inspeção e a reinspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal e origem vegetal, a criação e implantação do Serviço de Inspeção Municipal - Produtos de origem animal e vegetal (SIM), no município de São Pedro da Cipa - MT.

CAPÍTULO I
DO FUNCIONAMENTO

- Seção I -
Do Serviço de Inspeção

Art. 3º - O SIM será composto exclusivamente por médico veterinário, engenheiro agrônomo, técnico em agricultura e auxiliar de inspeção sanitária, sob a coordenação do médico veterinário ou de um engenheiro agrônomo, componentes do próprio Conselho.

Art. 4º - O Conselho Consultivo do SIM será composto por quatro membros, compreendendo:
I – um médico veterinário;
II – um engenheiro agrônomo;
III - um técnico agricultura;
VI – um auxiliar de inspeção sanitária;

§ 1º - O Coordenador do SIM poderá, quando houver necessidade, convidar outros técnicos para participarem do Conselho Consultivo de que trata o caput deste artigo.

§ 2º - O Conselho Consultivo reunir-se-á, periodicamente, na sede do SIM, localizada na Secretaria Municipal de Agricultura.

§ 3º - Para a composição do Conselho de que tratam o *caput* do artigo, o Município buscará auxilio junto ao INDEA e à EMATER.

Art. 5º - Compete ao Conselho Consultivo de que trata o artigo anterior:
I - auxiliar o SIM na elaboração das normas e regulamentos necessários à plena execução das atividades de inspeção;
II - analisar e emitir pareceres sobre os projetos de construção, reforma e aparelhamento dos estabelecimentos destinados à obtenção de matéria-prima, industrialização e beneficiamento de produtos de origem animal;
III - analisar e emitir pareceres sobre os processos de registro da embalagem e da rotulagem de produtos de origem animal;
IV - colaborar com a coordenação do SIM, quando solicitado.

Art. 6º - Os pareceres sobre os estabelecimentos de produtos de origem animal e vegetal, referidos no inciso II do artigo anterior, deverão ser encaminhados ao Coordenador do SIM, assinados por, no mínimo, dois integrantes do colegiado.

Art. 7º - As liberações para funcionamento dos estabelecimentos com inspeção serão de competência exclusiva do Coordenador do SIM.

Art. 8º - A inspeção sanitária será instalada nos estabelecimentos de produtos de origem animal e vegetal somente após o registro dos mesmos no SIM.

§ 1º - Os estabelecimentos sem registros no SIM serão relacionados por este, que tomará as medidas necessárias para suas regularizações, para evitar a tomada de medidas legais obrigatórias.

Art. 9º - Serão inspecionados e reinspecionados nos estabelecimentos com ou sem registro no SIM, todos os produtos de origem animal e vegetal.

Art. 10 - A inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal e vegetal, além da coordenação do SIM, por outros órgãos afins, com ele conveniados.

CAPÍTULO II
DA INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL

Art. 11 - A regulamentação da Inspeção Sanitária, Industrial e Tecnológica, nos estabelecimentos mencionados no artigo 4º desta Lei será estabelecida por ato da Secretaria Municipal de Agricultura, específica para cada espécie ou produto de origem animal e vegetal.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12 - O SIM divulgará todas as normas que forem expedidas, para conhecimento das autoridades, produtores ou intermediários e, se for o caso para os órgãos, ou dependendo da situação, fará comunicados direto aos órgãos envolvidos.

Art. 13- Sempre que possível, o SIM facilitará aos seus técnicos ou membros a realização de estágios e cursos em laboratórios, estabelecimentos ou escolas apropriadas.

Art. 14 - O SIM promoverá a mais estreita cooperação com os órgãos congêneres, no sentido de se obter o máximo de eficiência e praticidade nos trabalhos de inspeção industrial e sanitária.

Art. 15 – Os servidores do SIM, em serviço da inspeção, têm livre acesso, em qualquer dia ou hora, a qualquer estabelecimento ou órgão relacionado na presente Lei ou regulamento a ser baixado, se for o caso.

Art. 16 - A classificação dos diversos produtos ou subprodutos de origem animal e vegetal será disciplinada através de normas técnicas específicas, aprovadas pelo Conselho Consultivo do SIM.

Art. 17 – As autoridade civis e militares, com encargos policiais, darão apoio, desde que sejam solicitadas, aos membros da inspeção sanitária, mediante identificação, quando no desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 18- Caberá ao Chefe do Executivo Municipal a regulamentação da inspeção e fiscalização de outros produtos e alimentos de origem animal e vegetal não compreendido por esta Lei, mediante proposta prévia do SIM.

Art. 19 – É de responsabilidade do médico veterinário, do engenheiro agrônomo e do técnico em agricultura a coordenação das ações de suas competências contidas neste regulamento.

Art. 20 – Todos os estabelecimentos e ou locais que manipulam produtos de origem animal e vegetal terão o prazo de 120 (cento e vinte dias) dias para a sua adequação.

Art. 21 - Esta Lei entrará em vigor no prazo de 90 dias após a data de sua publicação.

São Pedro da Cipa-MT, em 09 de Abril de 2010.

Eduardo José da Silva Abreu
Prefeito Municipal-

Lei n.º356/2010 de 15 de Abril de 2010.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eduardo José da Silva Abreu, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa-MT.
Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Para a consecução dos fins propostos pela Assistência Social e em atenção ao que dispõe a Lei Federal n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, cria-se o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CMDPD) de São Pedro da Cipa, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º – O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem caráter deliberativo e permanente, vinculado à Secretaria de Assitencia Social, com atribuições e constituição definidas por esta Lei.

Art. 3º – É da competência do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA de São Pedro da Cipa:

I – formular e encaminhar propostas ao Executivo, ao Legislativo Municipal e à Sociedade Civil, com a finalidade de implantação e implementação de políticas de interesse público e promoção da pessoa com deficiência;

II – ampliar o debate sobre a política dos direitos da pessoa com deficiência à Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, quando convocada pelo CMDPD, para aprofundamento de questões pertinentes à formulação da política, programas, projetos, serviços e benefícios, abrangendo a toda a Administração Pública Municipal, fixando prioridades para a execução das ações e estabelecendo critérios para a avaliação e controle de seus resultados;

III – propor políticas públicas, campanhas de sensibilização, conscientização e prevenção de deficiências e/ou programas educativos a serem desenvolvidos por órgãos federais, estaduais e municipais em parcerias com entidades da sociedade civil;

IV – estabelecer normas e meios de fiscalização das iniciativas governamentais e não-governamentais de caráter público que envolvam pessoas com deficiência e que possam afetar seus direitos, com o objetivo de promover, incentivar e apoiar atividades que contribuam para a efetiva participação das pessoas com deficiência na vida social;

V – acompanhar e analisar programas das entidades governamentais e não-governamentais federais, estaduais e municipais que operem no Município, denunciando, sempre que necessário, aqueles que não respeitam os direitos das pessoas com deficiência, pelos meios legais;

VI – manifestar-se e emitir parecer de cunho técnico quanto a trabalhos, campanhas, projetos ou programas que envolvam pessoas com deficiência;

VII – organizar e manter atualizado o cadastro das entidades governamentais e não-governamentais e demais interessados nas questões das pessoas com deficiência;

VIII – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias depois de empossados os seus membros;

IX – regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências cabíveis para a escolha e posse dos seus membros;

X – implantação e implementação de políticas públicas que contemplem a acessibilidade, captação de recursos e capacitação permanente.

Art. 4º – O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é um órgão dotado de autonomia administrativa e financeira, ao qual serão destinados recursos orçamentários específicos, através de fundo municipal próprio, nas questões ligadas à pessoa com deficiência e será composto por 10(dez) membros e respectivos suplentes, de acordo com o que segue:

I – 5 (cinco) representantes de órgãos governamentais, sendo:
a) 01 (um) representante da Secretaria de Assitência Social;
b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura;

II – 5(cinco) representantes de órgãos não-governamentais, na seguinte discriminação:

a) 02 (dois) representantes de entidades prestadoras de serviços à pessoa com deficiência, atendendo a globalidade das deficiências;
b) 03 (tres) representantes de associações ou movimentos de pessoas com deficiência, atendendo a globalidade das deficiências;

§ 1º. – Na representação de associações ou movimentos de pessoas com deficiência, será assegurada a participação obrigatória das áreas de deficiência física, mental, auditiva, visual e múltipla.

§ 2º. – Os suplentes dos representantes governamentais e não - governamentais deverão, necessariamente, pertencer à mesma entidade ou segmento que o representante titular.

Art. 5º. – Os representantes dos órgãos governamentais serão indicados e nomeados pelo Prefeito Municipal, dentre os integrantes das Secretarias do Município com interesses afins, por um período de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, podendo ser substituído a qualquer tempo.

Art 6º. – Os delegados das entidades não-governamentais, eleitos em assembléias próprias de cada entidade ou organização, indicarão, mediante a realização da Conferência Municipal, seus representantes titulares e suplentes, com mandato de 02 (dois) anos e com direito à recondução por período igualitário, sob a fiscalização do Ministério Público.

Art. 7º. – Quando houver renúncia ou substituição, por qualquer ato ou motivo, do titular pelo seu respectivo suplente, considera-se, para efeito de renovação de mandato, como se este tivesse sido exercido integralmente.

Art. 8º. – No caso de vacância do titular e seu respectivo suplente, por deliberação própria ou perda de mandato, assumirá a vaga a entidade mais votada na Conferência, em ordem decrescente.

Art. 9º. - O Poder Executivo Municipal tomará as providências necessárias no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste, para nomeação efetiva dos membros governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 10 – Os representantes da sociedade civil terão prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação deste, para realizar a Conferência Municipal, com votação e nomeação efetiva dos membros não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 11 – O Conselho será empossado por ato do Prefeito Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias subseqüentes, após ser referendado na Conferência Municipal.

Art. 12 – O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência elegerá, dentre seus membros, para mandato de 02 (dois) anos, o Presidente, o Vice-Presidente, o 1o. Secretário, o 2o. Secretário, de forma paritária, com representação governamental e não-governamental.

§ 1º. – As funções desempenhadas pelos membros do Conselho serão consideradas serviços públicos relevantes, sendo o mandato-exercício gratuito, sem remuneração.

§ 2º. – Quando for determinado o comparecimento dos membros às sessões do Conselho, ou a sua participação em diligências por este autorizada, suas ausências deverão ser justificadas, em quaisquer outros serviços por eles desempenhados.

Art. 13 – As reuniões do Conselho serão abertas a todas as pessoas interessadas, que terão direito a voz, mas sem direito a voto, sendo este direito exercido somente pelos membros titulares do Conselho, ou seu suplente.

Art.14 – O Conselho poderá manter contato e convocar os demais Conselhos Municipais, Secretários ou titulares de quaisquer outros órgãos municipais, quando houver interesse ou superposição de propostas, a fim de participação em reunião ordinária ou extraordinária de seus membros.

Art. 15 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro da Cipa-MT, em 09 de Abril de 2010.

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

Lei nº. 357/2010 de 15 de abril de 2010.

"Dispõe sobre o Calendário para o Exercício Fiscal de 2.010, define percentuais para descontos e prazos para recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para o referido exercício, e dá outras providências".

Eduardo José da Silva Abreu, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa-MT, Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Os recolhimentos do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU dos imóveis urbanos, atinente ao exercício fiscal de 2009 e anos anteriores que estiver ou não em dívida ativa, pode ser efetuado em parcela única, sem juros e multas, e sendo anos anteriores, em parcela única e o de 2009 em até 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas, após a publicação desta lei, não podendo cada parcela ser inferior ao valor de **R$ 30,00 (trinta reais).**

Artigo 2º - Aos contribuintes que estiverem quites com o Município quanto aos pagamentos do IPTU de exercícios anteriores, até o dia 30 de dezembro de 2009, são concedidos os descontos abaixo especificados,

referentes aos pagamentos do mencionado tributo de competência do exercício de 2010.

a) de 30% (trinta por cento) para pagamento em parcela única do IPTU, até 30/06/2010, para os imóveis urbanos com construções;

b) de 30% (trinta por cento) para pagamento em parcela única do IPTU, até 30/06/2010, para os imóveis urbanos sem construções;

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de Janeiro de 2010.
São Pedro da Cipa-MT, em 09 de Abril de 2010.

Eduardo José da Silva Abreu
Prefeito Municipal

Lei nº. 359/2010 - 28 de Abril de 2010.

Dispõe sobre a Gestão do Sistema Único de Saúde – SUS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA – MT, Estado de Mato Grosso, e a Consolidação e criação do Conselho Municipal de Saúde e revogação da Lei nº.11/93, de 07 de Maio de 1993, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Eduardo Jose da Silva Abreu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei institui e regula, no Município de São Pedro da Cipa - MT, no Âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, as ações e serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, que integra a rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único, conforme previsto no art. 198, da Constituição Federal, consolida a criação e reestrutura o Conselho Municipal de Saúde, instituindo e dando-lhe novas composição e competência, com novos objetivos, ações e diretrizes.

Art. 2º - Os objetivos e os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de São Pedro da Cipa são os definidos pela Lei Federal nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990.

§ 1º - As ações e serviços públicos de saúde e os serviços contratados ou conveniados, serão desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198, da Constituição Federal.

§ 2º - A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município em caráter complementar, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei Federal nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990.

§ 3º - O Conselho Municipal de Saúde tem, portanto, suas diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, seu suporte legal na Lei Federal nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e na presente Lei.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Art. 3º - O Sistema Único de Saúde – SUS do Município de São Pedro da Cipa - MT, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, contará com as seguintes instâncias colegiadas:

I - a Conferência Municipal de Saúde;
II - o Conselho Municipal de Saúde.

Seção I
Da Conferência Municipal de Saúde

Art. 4º - A Conferência Municipal de Saúde, instância colegiada da gestão do SUS em São Pedro da Cipa, reunir-se-á a cada 02 (dois) anos, com a representação dos vários segmentos sociais que a compõem, para avaliar a situação de saúde no Município e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde no Município, sendo convocada pelo Poder Executivo Municipal, ou, extraordinariamente, por este ou pelo Conselho Municipal de Saúde, nos casos de ameaças, de situações de risco e outras, definidas no seu Regimento.

§1° - A convocação ordinária se fará com antecedência mínima de 06 (seis) meses e a extraordinária, com, pelo menos, 02 (dois) meses.

§2° - A Conferência Municipal de Saúde terá normas e regimento publicados no Diário Oficial, que deverão estabelecer o seu tema, delegados, presidência e comissão organizadora, com a delimitação das respectivas competências aprovadas pelo Conselho de Saúde.

§3° - A representação dos usuários na Conferência Municipal de Saúde é paritária com relação ao conjunto dos demais segmentos.

Art. 5º - A competência da Conferência Municipal de Saúde, semelhante à da Conferência Estadual de Saúde, será estabelecida no seu Regimento Interno, assim como, também, a sua composição, organização e funcionamento, estes de acordo com os interesses locais, respeitadas as Leis em vigor.

Seção II
Do Conselho Municipal de Saúde

Art. *6°* - O Conselho Municipal de Saúde – CMS, vinculado ao Sistema Único de Saúde do Município de São Pedro da Cipa, instituído por esta Lei, órgão colegiado, de caráter permanente, consultivo e deliberativo, ora consolidado nesta Lei, atuará na formulação de estratégias e no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, em conformidade com o § 2º, do art. 1º, da Lei Federal n.º 8.142/1990.

Parágrafo único - A função de conselheiro é de relevância pública e garante a dispensa ao trabalho, sem prejuízo para o mesmo, durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 7° - Compete ao Conselho Municipal de Saúde, em consonância com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Federal n°. 8.080/1990, as seguintes atribuições:

I - Definir as prioridades e deliberar sobre a Política de Saúde do Município, em consonância com os princípios da Política Estadual e Nacional do Sistema Único de Saúde – SUS;

II – Convocar, extraordinariamente, a Conferência Municipal de Saúde, de acordo com as disposições do § 1°, Artigo 1°, da Lei n°. 8.142/1990, e o disposto no art. 4º desta Lei, a cada 02 (dois) anos, com representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação da saúde e propor diretrizes de formulação da Política Municipal de Saúde;

III - Elaborar e aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde – CMS, no prazo de 90 (noventa) dias, após a publicação desta Lei, em consonância com o Regimento Interno do Conselho Estadual de Saúde;

IV - Apreciar e aprovar as propostas de Convênios, acordos e contratos, com entidades públicas e privadas, assim como a prestação de serviços de terceiros, necessários ao bom desempenho do Conselho e assegurar a execução das ações estipuladas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, por meio da Lei Federal nº. 8.080/1990;

V - Atuar na formulação e controle de execução da Política Municipal de Saúde, incluindo seus aspectos econômicos e financeiros e de gerência técnico-administrativa, apreciar e propor estratégias para a aplicação dos recursos nos setores público e privado, considerando as condições do Município e as normas previstas na Legislação vigente;

VI - Estabelecer estratégias e mecanismos de coordenação e gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, articulado com os demais colegiados em nível Estadual e Nacional;

VII - Elaborar e aprovar o Plano Municipal de Saúde anualmente, considerando as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços públicos;

VIII - Propor e adotar critérios que definam a qualidade e melhor resolutividade de processos de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da saúde;

IX - Adotar medidas que proporcionem melhor funcionamento e organização do Sistema Único de Saúde – SUS.

X - Examinar propostas e denúncias, com indícios de irregularidades, fiscalizar, acompanhar e responder a todos os assuntos pertinentes às ações e serviços da Saúde do Município;

XI - Deliberar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, dando sugestões de metas fiscais e projetos para inclusão no Plano Municipal de Saúde, inclusive no Projeto de proposta orçamentária anual;

XII - Apreciar e acompanhar a execução financeira e orçamentária dos orçamentos anuais, obedecendo aos critérios da Constituição Federal e Legislação específica vigente;

XIII - Discutir e aprovar Relatório de Gestão Municipal de Saúde com a sua devida Prestação de Contas;

XIV - Analisar, controlar e fiscalizar a movimentação e destinação dos recursos do Fundo Nacional de Saúde, cujas decisões ficam sujeitas à homologação do chefe do Executivo Municipal;

XV **- Acompanhar e fiscalizar o processo seletivo para a contratação dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates a Doenças Epidemiológicas, assegurando a participação da comunidade, na forma do art. 198, III, da CF, e observados os preceitos deste artigo e na forma prevista no art. 9º, parágrafo único da Lei 11.350, de 05/10/2006.**

Subseção I
Da Estrutura Básica do Conselho

Art. 8° - O Conselho Municipal de Saúde terá em sua estrutura básica representantes do Governo Municipal, dos prestadores de serviços, dos profissionais da saúde e dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

§ 1° - A representação dos usuários no Conselho Municipal de Saúde será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

§ 2° - A Diretoria do Conselho Municipal de Saúde – CMS, com competência definida em seu Regimento Interno, é composta de um Presidente, um 1º Vice-Presidente, um 2º Vice-Presidente, um Secretário Geral, um 1º Secretário Adjunto, e, um 2º Secretário Adjunto, também com suas respectivas competências definidas no mesmo Regimento.

§ 3° - A Diretoria será eleita pelos membros do Conselho Municipal de Saúde, para o exercício de um mandato de 03 (três) anos.

Art. 9° - O Conselho Municipal de Saúde – CMS é composto de 15 (quinze) membros, sendo 30% (cinqüenta por cento) de segmentos e ou entidades representativas de usuários da saúde, 35% (vinte e cinco por cento) de segmentos e ou entidades representativas de trabalhadores da saúde e 35% (vinte e cinco por cento) divididos entre Governo Municipal e prestadores de serviços.

§ 1° - Para cada membro representante titular, corresponderá 01 (um) suplente.

§ 2º - Os representantes titulares e respectivos suplentes serão eleitos pelos seus respectivos segmentos e ou entidades, de acordo com sua organização ou de seus fóruns próprios e independentes, tudo mediante lavratura de ata.

§ 3° - Os Conselheiros, que deixarem de cumprir as normas regimentais do Conselho Municipal de Saúde, poderão sofrer penalidades de substituição, e, se persistir o descumprimento, até mesmo a substituição do segmento e ou da entidade, após deliberação do Pleno do Conselho.

§ 4° - A eleição dos representantes ao Conselho Municipal de Saúde é de direito do segmento e ou da instituição que dele participar, cabendo a estes a responsabilidade dos atos de sua representação legal.

§ 5° - Os conselheiros, que vierem a ser nomeados para ocupar cargos de confiança ou de chefia no governo ou de diretoria das entidades serão automaticamente substituídos.

§ 6º - Os membros do Conselho Municipal de Saúde serão eleitos e investidos na função pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos ao cargo mediante nova eleição pelo seu segmento e ou entidade.

Subseção II
Da Composição do Conselho

Art. 10 - O Conselho Municipal de Saúde será composto pelos seguintes membros titulares, cujos suplentes, em mesmo número, serão eleitos, paritariamente e proporcionalmente, conforme previsto no artigo anterior:

I - 05 (cinco) membros representantes do governo municipal, sendo;

a) 02 (dois) representantes eleitos pela Secretaria Municipal de Saúde;
b) 01 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal de Educação.
c) - 02 (dois) membros representantes dos prestadores de serviços à Saúde (pessoas físicas e ou jurídicas);
II - 05 (cinco) membros representantes dos trabalhadores na saúde do Município, sendo;
a) 01 (um) representante do segmento da categoria profissional - ACS – Agentes Comunitários de Saúde;
b) 01 (um) representante do segmento da categoria profissional ACDE – Agente de Combate a Doenças Epidemiológicas;
c) 02 (dois) representantes do segmento e ou entidade de servidores de saúde do Município – nível superior;
d) 01 (um) representante do segmento e ou entidade de servidores de saúde do Município – nível médio.

III – 5 (cinco) membros representantes de entidades de usuários da saúde, sendo:

a) 01 (um) representante eleito pelas Associações de Bairros de São Pedro da Cipa - MT;
b) 01 (um) representante indicado pelas entidades privadas declaradas de utilidade pública pelo Município, de serviços de creches, de associações de excepcionais e de abrigos de idosos;
c) 01 (um) representante eleito pelas Associações de Pequenos Produtores de São Pedro da Cipa – MT;
d) 01 (um) representante eleito pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Pedro da Cipa;
e) 01 (um) representante da Pastoral da Criança e da juventude;

§1° - Os membros deverão ser eleitos por seus segmentos devidamente organizados e ou entidades regularmente constituídas, conforme discriminados nos incisos e alíneas deste artigo, para o exercício do mandato de três anos, vedada à recondução por mais de uma vez consecutiva.

§2° - Juntamente com o titular, deverá ser eleito um membro suplente.
§3º – Os membros prestadores de serviços à Saúde deverão ser credenciados pelo órgão responsável pelo Sistema Único de Saúde do Município.

Subseção III
Da Estrutura Organizacional do Conselho

Art. 11 - A estrutura organizacional do Conselho Municipal de Saúde será composta pelos órgãos abaixo:
I - Plenário do Conselho;
II - Ouvidoria Municipal;
III - Secretaria Geral;
IV - Comissões Especiais.

Art. 12 - O Plenário do Conselho, presidido pelo seu Presidente e em sua falta pelo 1º Vice-Presidente, e na falta deste pelo 2º Vice-Presidente, é o órgão máximo deliberativo que se reunirá ordinariamente 01 (uma) vez por mês, cujas decisões e deliberações serão aprovadas mediante a maioria simples de seus membros.

§ 1º - Quando das decisões ou deliberações do Plenário ocorrer empate, o Presidente do Conselho, e na sua ausência o 1º Vice-Presidente, e na ausência deste o 2º Vice-Presidente, terá direito ao voto de desempate.

§ 2º - As decisões e deliberações adotadas pelo Pleno do Conselho deverão ser formalizadas através de resoluções, assinadas pelo seu Presidente e homologadas pelo chefe do Poder Executivo, e serão publicadas e afixadas em locais públicos.

Art. 13 - A Secretaria Municipal de Saúde garantirá autonomia para o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde e seus órgãos, através de recursos orçamentários para custeio de despesas.
Parágrafo Único – O orçamento será gerenciado pelo próprio Conselho Municipal de Saúde.

Art. 14 - A Secretaria Municipal de Saúde assegurará transporte e diárias aos conselheiros, para participar de eventos e capacitações do Conselho, realizados fora do domicilio.

Art. 15 - Compete à Secretaria Geral do Conselho Municipal de Saúde:

I - receber e encaminhar ao Plenário do Conselho todas as correspondências e Processos;
II - emitir parecer e instruir os processos para votação do Plenário;

III - organizar o funcionamento da Secretaria Geral com base nas atribuições do Regimento Interno;
IV - estabelecer intercâmbio com outros Conselhos Municipais de Saúde visando aprimorar as atividades organizacionais;
V – cuidar dos livros de atas e outros da Secretaria, bem como organizar as reuniões, inclusive a pauta em conjunto com a Presidência;
VI – controlar a presença dos Conselheiros, bem como expedir no final de cada mês relatório das ausências verificadas;
VII – responder e expedir as correspondências do Conselho juntamente com o Presidente;
VIII – lavrar as atas das reuniões e proceder às respectivas leitura nas reuniões posteriores;
IX – expedir as convocações quando necessárias;

§ 1º – A demais atribuições da Secretária Geral serão definidas em seu Regimento Interno.

§ 2º - Os Secretários auxiliarão uns aos outros nas suas respectivas funções, sempre que necessário.

Art. 16 - As Comissões Especiais, instituídas, definidas e eleitas pelos membros do Conselho em reunião plenária, na forma e número que dispuser o seu Regimento Interno, têm as seguintes finalidades:

I – estudar, analisar e emitir pareceres nos processos discutidos ou a serem discutidos em Plenário;

II – dar apoio e buscar suportes jurídico e técnico, quando necessários, à Conferência Municipal de Saúde e ao próprio Conselho.

Parágrafo único – Quando o processo requerer pareceres jurídicos e técnicos, os membros das Comissões Especiais poderão solicitar apoio de profissionais do quadro funcional do Poder Executivo Municipal.

Art. 17 - O funcionamento e os procedimentos internos do Plenário do Conselho, da Secretaria Geral, das Comissões Especiais e da Ouvidoria Municipal do Conselho serão definidos no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde que será regulamentado no prazo de 90 (noventa) dias, após a publicação desta Lei.

Art. 18 – A Ouvidoria do Conselho Municipal de Saúde é o órgão incumbido de desenvolver ações relativas a reclamações, propostas, controle e diretrizes, dentre outras.

§ 1º – Compete ao Ouvidor os seguintes deveres:

I - detectar e ouvir as reclamações, denúncias, investigar a sua procedência, montar processos internos de acordo com as normas estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS e encaminhar as mesmas ao Conselho Municipal de Saúde.

II - examinar propostas, denúncias e reclamações de setor público e privado do setor de saúde, responder consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito;

III - **apreciar as propostas de convênios, acordos e contratos com entidades públicas e privadas, assim como prestação de serviços de terceiros, necessários ao SUS, e assegurar o cumprimento destes;**

IV - atuar na formulação e controle da execução da política de saúde, incluindo seus aspectos econômicos, financeiros e de gerência técnico-administrativa, apreciando e propondo propostas e estratégias para aplicação dos recursos para os setores públicos e privados, consideradas as condições do Município, face aos requisitos previstos na legislação;

V - estabelecer estratégias e mecanismos de coordenação e gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados em nível nacional, estadual e municipal;

VI - traçar diretrizes para elaboração do plano municipal de saúde e sobre ele deliberar, considerando as diversas situações adequando-as, às diversas realidades epidemiológicas e à capacidade organizacional dos serviços;

§ 2° - O exercício da Função de Ouvidor é privativo de funcionário de carreira das unidades da Saúde Municipal.

§ 3° - O Ouvidor do Conselho Municipal de Saúde será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, após sugestões a serem apresentadas pelo Conselho Municipal de Saúde, através de 1 lista tríplice.

§ 4° - O prazo do exercício do mandato do Ouvidor será o mesmo estabelecido para os membros do Conselho (02 anos), vedada à recondução por mais de uma vez.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 – A eleição de que trata para os cargos da diretoria executiva do Conselho, bem como as competências do Presidente e dos 1º e 2º Vice-Presidentes do Conselho serão definidas em consenso com os membros do Conselho e estabelecidas no Regimento Interno deste.

Art. 20 – O Secretário Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde promoverão fóruns para discussão e aprovação da forma de compor a Mesa Diretora da Conferencial Municipal de Saúde, bem como para traçar diretrizes e elaborar o Regimento Interno da mesma.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 – Fica revogada a Lei nº.11/93, de 07 de Maio de 1993.

Art. 22 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Em, 28 de Abril de 2010.
S A N C I O N O

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME.

Lei nº. 360/2010 – 28 de Abril de 2010.

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – COMDES, e dá outras providências e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Eduardo José da Silva Abreu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Capítulo I
DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Seção I
Da Natureza e Finalidade

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, podendo ser designado pela sigla COMDES, instância colegiada composta por representantes do Poder Executivo e da sociedade civil, de caráter consultivo, tendo por função precípua promover o diálogo entre os atores sociais relevantes da sociedade local, visando à concertação na promoção ampla do desenvolvimento econômico e social no Município de São Pedro da Cipa.

Seção II
Das Competências

Art. 2º Compete ao COMDES:
I - assessorar o Poder Executivo na formulação de políticas de desenvolvimento econômico e social do Município, à luz dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecido pela Organização das Nações Unidas - ONU;
II - identificar os temas relevantes presentes na problemática do desenvolvimento econômico e social do Município, por meio da discussão com personalidades representativas da sociedade civil e com pessoas que possuam, reconhecidamente, competência para contribuir com a identificação desses temas;

III - promover, organizar e acompanhar o debate sobre o desenvolvimento econômico e social do Município;
IV - solicitar aos órgãos públicos e privados informações e indicadores que sejam importantes para a análise e proposição de políticas públicas e ações municipais;
V - mediar o debate com os diversos setores da sociedade civil e os órgãos públicos, em suas diversas esferas, no tocante à articulação das políticas públicas;
VI - realizar encontros e seminários visando à discussão de temas e apresentação de propostas para o desenvolvimento econômico e social do Município;
VII - fornecer elementos conceituais sobre temas relevantes, voltados para o desenvolvimento econômico e social do Município, aos órgãos públicos e às entidades da sociedade civil;
VIII - elaborar ou iniciar estudos, relatórios e recomendações a respeito de assuntos de caráter econômico, social e conexos;
IX - priorizar iniciativas que gerem trabalho,
emprego e renda, preservando a justiça social e o meio ambiente, e construir parcerias no âmbito público e privado na esfera municipal;
X - propor metas de desenvolvimento com base nos indicadores econômicos e de infra-estrutura, sociais, ambientais e de desigualdade local, sugerindo iniciativas que mobilizem conjuntamente Poder Público e sociedade civil;
XI - opinar sobre propostas de políticas públicas e de reformas estruturais voltadas ao desenvolvimento econômico e social do Município que lhes sejam submetidas pelo Poder Executivo;
XII - promover o diálogo e a concertação entre os parceiros sociais envolvidos na promoção do desenvolvimento econômico e social do Município.

Seção III
Da Composição do COMDES

Art. 3° O COMDES será composto de forma paritária, com membros representantes de órgãos públicos e da sociedade civil.
Parágrafo único. A cada membro corresponde um suplente, que suprirá automaticamente a falta ou impedimento do respectivo titular.

Art. 4º O COMDES será composto da seguinte forma:
I - Presidente;
II - Secretário Executivo;
III - Plenária.

Art. 5° O COMDES será presidido pelo Prefeito Municipal.
Parágrafo único. Cabe ao Prefeito Municipal indicar, entre os membros, o Secretário Executivo do COMDES.

Art. 6° A Plenária será composta:
§ 1º de representantes do Poder Público, na forma abaixo:
I - Prefeito Municipal;
II - 1 (um) representante do gabinete;
III - Vice-Prefeito;
IV – 2 (dois) Vereadores da Câmara Municipal de São Pedro da Cipa;
V - Secretário Municipal de Administração e finanças;
VI - Secretário Municipal de Assistência Social;
VII - Secretário Municipal de Educação;
VIII - Secretário Municipal de Esportes e Lazer;
IX - Secretário Municipal de Obras;

§ 2º de representantes da Sociedade Civil na forma abaixo:
I – 1 (um) representante do Sindicato Rural de São Pedro da Cipa;
II - 1 (um) representante de sindicatos dos trabalhadores no Município de São Pedro da Cipa;
III - 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil- OAB - MT;
IV - 1 (um) representante do CREA-MT;
V - 1 (um) representante das Entidades Ambientais do Município;
VI - 1 (um) representante das Entidades Culturais do Município;
VII - 3 (três) cidadãos ou cidadãs, oriundos da sociedade civil, de ilibada conduta e reconhecida liderança e/ou representatividade, designados pelo Prefeito Municipal.

§ 3° Os novos Conselhos Municipais deverão
indicar 1(um) representante para o Poder Público e 1 (um) representante para a sociedade civil.

Art. 7° Nas ausências e impedimentos dos membros titulares, por motivos justificados, serão convocados os seus suplentes.

Art. 8° Manifestada a necessidade, o Conselheiro poderá estar acompanhado de um assessor técnico, nas reuniões do COMDES e das Câmaras Temáticas, que não terá direito a voto.

Art. 9° Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMDES, sem direito a voto, a juízo do Presidente do Conselho, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos, sempre que da pauta constarem temas de sua área de atuação.

Art. 10. As entidades da sociedade civil deverão indicar seus representantes e suplentes, com antecedência de 30 (trinta) dias, antes do término do mandato dos conselheiros.
Parágrafo único. Na hipótese do suplente assumir o cargo do titular definitivamente, a entidade deverá indicar um novo suplente no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 11. A função de conselheiro não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público.
Parágrafo único. Para o exercício de suas funções no Conselho, os representantes terão suas ausências justificadas junto às empresas ou órgãos onde estejam empregados.

Art. 12. Os Conselheiros do COMDES serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e terão mandato de 02 (dois) anos, facultada a recondução.

Art. 13. O Conselheiro perderá seu mandato se computada a sua falta em três reuniões ordinárias consecutivas ou em cinco reuniões ordinárias alternadas no mesmo ano, com ausência do seu suplente.
Parágrafo único. Cabe ao Presidente informar às entidades e aos órgãos da Administração Municipal, com antecedência sobre o risco da perda do mandato dos Conselheiros, caso ocorram ausências de seus representantes em duas reuniões consecutivas ou em quatro reuniões alternadas no mesmo ano.

Art. 14. A nomeação e posse dos conselheiros do COMDES far-se-á através de ato do Prefeito Municipal, devendo a primeira gestão ser nomeada no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.

Seção IV
Do Funcionamento do COMDES

Art. 15. O COMDES reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada três meses, e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou por requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus membros.
Parágrafo único. Nas deliberações do COMDES, cada membro terá direito a 1 (um) voto, cabendo ao Presidente apenas o direito ao voto de qualidade.

Art. 16. A organização e o funcionamento do COMDES será disciplinado em Regimento Interno, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta dos seus membros em reunião plenária, e instituído por Decreto.

Art. 17. As reuniões ordinárias do COMDES, ressalvadas as situações de excepcionalidade, deverão ser convocadas com antecedência mínima de sete dias úteis, com pauta previamente comunicada aos seus integrantes.

Art. 18. As pautas das reuniões ordinárias do COMDES, necessariamente terão a seguinte ordem:
I - apreciação e decisão sobre a ata da reunião anterior;
II - comunicação de, no máximo, 30 minutos, pelo Presidente ou pessoa por ele indicada, sobre o tema a ser tratado na reunião;
III - comunicação de, no máximo, 30 minutos, pelo Secretário Executivo ou pessoa por ele indicada, consoante o tema tratado para
debate e discussão do pleno;
IV - comunicações por integrantes do Conselho, que serão encaminhadas por escrito ao Presidente do COMDES.

Art. 19. Fica facultado ao COMDES promover seminários ou encontros sobre temas constitutivos de sua agenda.
Parágrafo único. Será expedido pela Secretaria Executiva do COMDES aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas atividades do Conselho e das Câmaras Temáticas.

Art. 20. O COMDES formalizará suas decisões por meio de deliberações, que deverão, a critério do Presidente, ser publicadas no órgão oficial do Município.
§ 1° O COMDES procurará formalizar suas deliberações por consenso, denominadas acordos, que serão submetidas ao Prefeito Municipal e publicadas no Diário Oficial do Município.
§ 2° As deliberações do COMDES ocorridas sob a forma não consensual, denominadas recomendações, e as posições divergentes

dos Conselheiros serão submetidas ao Prefeito Municipal e publicadas no Diário Oficial do Município.

§ 3° No caso das recomendações, é facultado ao Conselheiro interessado apresentar justificativa da sua posição divergente, em separado e por escrito.

Art. 21. Cabe a Secretaria Executiva lavrar ata da sessão Plenária, com exposição sucinta dos trabalhos e das deliberações, que será assinada pelos membros presentes e devidamente arquivada.

Art. 22. O COMDES poderá instituir Câmaras Temáticas, de caráter temporário, destinadas ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, a serem submetidos à sua composição Plenária, podendo requisitar, em caráter transitório, sem prejuízo dos direitos e vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem, servidores de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, necessários aos seus trabalhos.

Art. 23. Cada Câmara Temática será composta pelos seguintes membros:

I - 1 (um) representante da Administração Pública Direta Municipal, designado pelo Secretário Executivo do COMDES, que a coordenará;

II - 1 (um) representante indicado pelo Secretário Municipal da área pertinente ao tema objeto da discussão, que será seu relator;

III - 6 (seis) Conselheiros indicados pelo COMDES;

IV - até 3 (três) cidadãos, convidados pelo Secretário Executivo do COMDES, desde que ouvido o Conselho.

Art. 24. As reuniões das Câmaras Temáticas serão realizadas por convocação do Secretário Executivo do COMDES ou sempre que a maioria de seus integrantes julgarem necessárias.

Art. 25. As atividades das Câmaras Temáticas serão iniciadas a contar da data em que forem instituídas pelo COMDES, cujos prazos de conclusão serão fixados em função da complexidade dos temas a elas cometidas.

Seção V
Da Competência da Plenária

Art. 26. Compete a Plenária:

I - definir as diretrizes e programas de ação;

II - estabelecer os acordos, encaminhar as recomendações e responder as solicitações formuladas pelo Prefeito Municipal;

III - requisitar dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal estudos e informações indispensáveis ao cumprimento de suas competências;

IV - propor indicações de posição ao Poder Executivo sobre quaisquer temas relevantes para o desenvolvimento econômico e social do município;

V - elaborar informes e estudos especiais sobre temas objeto da concertação independentemente de prévia agenda proposta pelo Prefeito Municipal; e

VI - opinar sobre as proposições formuladas pelas Câmaras Temáticas.

Seção VI
Das Atribuições do Presidente e do Secretário Executivo do COMDES

Art. 27 A Presidência do COMDES terá as seguintes atribuições, além das previstas no Regimento Interno:

I - coordenação do COMDES;

II - prestar informações relativas ao COMDES;

III - presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do COMDES;

Art. 28. São atribuições do Presidente do COMDES:

I - convocar e presidir as reuniões do colegiado;

II - solicitar ao COMDES a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público.

Art. 29. São atribuições do Secretário Executivo do COMDES:

I - substituir o Presidente do Colegiado, nos seus impedimentos;

II - convocar, por solicitação do Presidente do COMDES, as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

III - constituir e organizar o funcionamento das Câmaras Temáticas e convocar as respectivas reuniões;

IV - firmar as atas das reuniões do COMDES.

Capítulo II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. As alterações desta Lei, propostas pelos membros do COMDES deverão ser formalizadas perante o Secretário Executivo do Conselho, e serão submetidas à decisão do Plenário.

Art. 31. O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do COMDES e das Câmaras Temáticas serão prestados pelo Gabinete do Prefeito.

Art. 32. As dúvidas e os casos omissos desta Lei serão resolvidos pelo Plenário do COMDES.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21 - Esta Lei entrara em vigor no prazo de 90 dias após a data de sua publicação.

Art. 22- Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito
Em, 28 de Abril de 2010.
S A N C I O N O

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME.

Lei nº362/2010 – de 28 de Abril de 2010.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA INSTÂNCIA MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IMCSPBF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Eduardo José da Silva Abreu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I
Da Criação e Natureza da Instância Municipal de Controle Social

Art. 1º - Fica criada a Instância Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família – IMCSPB, órgão consultivo e deliberativo, de caráter permanente no âmbito municipal, com as funções de acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução do Programa Bolsa Família, conforme disposto na Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, respeitada a intersetorialidade e a paridade em consonância com o disposto na Instrução Normativa nº 01 de 20 de maio de 2005.

CAPÍTULO II

Da composição

Art. 2º - A Instância Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família – IMCSPBF - deve ser composta por membros e respectivos suplentes dos órgãos governamentais e não governamentais, garantida a intersetorialidade e a paridade entre governo e sociedade civil.

§ 1°. A Composição de representantes com seus respectivos suplentes, que os substituirão em suas ausências ou impedimentos, dos órgãos governamentais, indicados pelo Chefe Municipal do Poder Executivo, sem prejuízos de outras áreas que o Poder Público julgar convenientes, por integrantes das áreas:

I - da assistência social;
II - da saúde;
III - da educação;
IV - da segurança alimentar; e
V - da criança e do adolescente, quando existentes.

§ 2°. A composição de representantes dos órgãos não governamentais, ou sociedade civil, eleitos em assembléia própria, com respectivos suplentes, que o substituirão em suas ausências ou impedimentos, sem prejuízos de outras áreas que o Poder Público julgar convenientes, por integrantes de:

I - movimento sindicais;
II - associação de classes profissionais e empresariais;
III - instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no município;
IV - movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais (ONG);
V - representantes de populações tradicionais existentes em seu território (indígenas e quilombolas) e

VI – beneficiários do Programa Bolsa Família, entre outros.

CATÍTULO III
Da formalização do Controle Social no Município

Art. 3°. A instância de controle social do Programa Bolsa Família será instituída por meio de ato do chefe do Poder Executivo municipal, contendo a indicação dos representantes do governo e da sociedade civil local e de seus respectivos suplentes.

Parágrafo único. A duração do mandato será de 02 (dois) anos permitida uma recondução por igual período.

Art. 4°. O gestor municipal do Programa Bolsa Família será responsável pela definição e ampla divulgação, pelos meios de comunicação, do processo de escolha dos membros da instância de controle social, respeitadas as seguintes diretrizes:

I - A instância de controle social deverá observar os critérios de intersetorialidade e paridade entre sociedade civil e governo, bem como o grau de organização e mobilização do movimento social em cada realidade;

II - Os membros da instância de controle social poderão ser representantes de entidades ou organizações da sociedade civil, líderes comunitários, bem como beneficiários do Programa Bolsa Familia, os quais deverão compor pelo menos a metade do total de membros da referida instância;

III - Os membros da instância de controle social poderão ser representantes dos conselhos municipais já existentes;

IV - Os representantes da sociedade devem ser escolhidos com autonomia em relação aos governantes e ao governo;

V - A definição da representação da sociedade civil poderá ser estabelecida por meio de consulta pública, entre outros, aos seguintes setores:

a) movimento sindical, de empregados e patronal, urbano e rural;
b) associação de classes profissionais e empresariais;
c) instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no município;
d) movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais; e
e) representantes de populações tradicionais existentes em seu território (indígenas e quilombolas).

Art. 5°. A ata de aprovação dos nomes indicados a compor a instância de controle social deverá ser encaminhada ao Gestor Municipal para publicação.

Art. 6°. Havendo questionamento da legitimidade do processo de escolha dos membros da instância de controle social no município, recurso deve ser encaminhado à instância de controle social do Estado, para acompanhamento, e à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC do ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, para análise e providências.

Capítulo IV
Das atribuições e do Funcionamento do Controle Social no Município

Art. 7°. A instância municipal de controle social do Programa Bolsa Família deve estimular a integração e a cooperação entre os conselhos setoriais existentes (Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Alimentar, da Criança e do Adolescente, entre outros), bem como articular-se com os mesmos, de maneira a acompanhar a oferta dos serviços de educação e de saúde, e o atendimento prioritário às famílias em maior grau de vulnerabilidade.

Art. 8°. Caberão à instância municipal de controle social do Programa Bolsa Família, sem detrimento de outras atribuições, as seguintes atividades:

I - No que se refere ao cadastramento único:

a) Contribuir para a construção e manutenção de um cadastro qualificado, que reflita a realidade socioeconômica do município, e assegure a fidedignidade dos dados e a eqüidade no acesso aos benefícios das políticas públicas, voltadas para as pessoas com menor renda;
b) Identificar os potenciais beneficiários do Programa Bolsa Família, sobretudo as populações tradicionais e em situações específicas de vulnerabilidade e aquelas que se encontram em situação de extrema pobreza, assim como solicitar ao Poder Público municipal seu cadastramento; e
c) Conhecer os dados cadastrais dos beneficiários do Programa Bolsa Família, periodicamente atualizados e sem prejuízo das implicações ético-legais relativas ao uso da informação;

II - No que se refere à gestão dos benefícios:

a) Avaliar, periodicamente, a relação de beneficiários do Programa Bolsa Família;
b) Solicitar, mediante justificativa, ao Gestor Municipal, o bloqueio ou o cancelamento de benefícios referentes às famílias que não atendam aos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família;
c) Acompanhar os atos de gestão de benefícios do Programa Bolsa Família realizados pelo gestor municipal;

III - No que se refere ao controle das condicionalidades:

a) Acompanhar a oferta por parte dos governos locais dos serviços públicos necessários ao cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família pelas famílias beneficiárias;
b) Articular-se com os conselhos setoriais existentes no município para garantia da oferta dos serviços para o cumprimento das condicionalidades;
c) Conhecer a lista dos beneficiários que não cumpriram as condicionalidades, periodicamente atualizada e sem prejuízo das implicações ético-legais relativas ao uso da informação;
d) Acompanhar e analisar o resultado e as repercussões do acompanhamento do cumprimento de condicionalidades no município; e
e) Contribuir para o aperfeiçoamento da rede de proteção social, estimulando o Poder Público a acompanhar as famílias com dificuldades no cumprimento das condicionalidades;

IV - No que se refere aos programas complementares, acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas que favoreçam a emancipação das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em especial das famílias em situação de descumprimento das condicionalidades, de sua condição de exclusão social, articuladas entre os conselhos setoriais existentes no município, os entes federados e a sociedade civil;

V – No que se refere à fiscalização, monitoramento e avaliação do Programa Bolsa Família:

a) Acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização e o monitoramento do processo de cadastramento no município, da seleção dos beneficiários, da concessão e manutenção dos benefícios, do controle do cumprimento das condicionalidades, da articulação de ações complementares para os beneficiários do Programa, e da gestão do Programa como um todo;
b) Exercer o controle social articulado com os fluxos, procedimentos, instrumentos e metodologias de fiscalização dos órgãos de controle estatais;
c) Comunicar às instituições integrantes da Rede Pública de Fiscalização do Programa Bolsa Família (Ministérios Públicos Municipal, Estadual e Federal, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União), e à SENARC a existência de eventual irregularidade no município no que se refere à gestão e execução do PBF; e
d) Contribuir para a realização de avaliações e diagnósticos que permitam aferir a eficácia, efetividade e eficiência do Programa Bolsa Família;

VI - No que se refere à participação social:

a) Estimular a participação comunitária no controle da execução do PBF, em seu respectivo âmbito administrativo; e
b) Contribuir para a formulação e disseminação de estratégias de informação à sociedade sobre o programa;

VII - No que se refere à capacitação:

a) Identificar as necessidades de capacitação de seus membros.
b) Auxiliar os Governos Federal, Estadual e Municipal na organização da capacitação dos membros das instâncias de controle social e dos gestores municipais do Programa Bolsa Família.

Art. 9°. A função dos membros do comitê ou do conselho de controle social do Programa Bolsa Família é considerada serviço público relevante e não será de nenhuma forma remunerada.

§ 1°. A instância de controle social será presidida, em período a ser definido em regimento interno, por um de seus membros, a ser escolhido em sua reunião de instalação.

§ 2°. O presidente da instância de controle social será responsável:

I - pela interlocução com o gestor municipal e demais instâncias/ instituições relacionadas à gestão do Programa;

II - pela organização das reuniões, convocação de seus membros, confecção de pautas e atas, registro de suas deliberações, arquivamento de documentos e demais procedimentos necessários ao seu regular funcionamento; e

III - pela elaboração de documento semestral com informações sobre o acompanhamento do PBF no município e envio à SENARC.

§ 3°. Poderão ser convidados a participar das reuniões da instância, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representem a sociedade civil, sempre que da pauta constarem assuntos de sua área de atuação.

Art. 10. A instância de controle social deve ter acesso a instrumentos e informações do PBF, disponibilizadas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, de forma a permitir a consecução de suas atribuições, a aumentar a transparência das ações sociais e a possibilitar maior participação da sociedade.

Art. 11. A instância de controle social reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo duas vezes por ano, e extraordinariamente, na forma de seu regimento interno.

§ 1°. A instância poderá instituir câmaras temáticas permanentes ou grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.

§ 2°. Caberá à instância de controle social elaborar, aprovar e modificar seu regimento interno.

§ 3°. A instância de controle social deverá elaborar o seu regimento interno em até noventa dias, a contar da data de sua instalação.

§ 4°. A instância de controle social deverá preparar seu plano de trabalho em até noventa dias, a contar da data de sua instalação.

Capítulo V
Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais

Art. 12º. Fica o Gestor Municipal do Programa Bolsa Família obrigado a fornecer à Instância Municipal de Controle do Programa Bolsa Família, periodicamente e sempre que solicitado, informações e dados operacionais, administrativos e financeiros e de investimentos referentes ao Programa Bolsa Família. Para tal fica obrigado a garantir a divulgação pública das deliberações e informações solicitadas pela Instância Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família , através de instrumentos informativos que se fizerem necessários.

Art. 13º. A constituição Instância Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família far-se-á no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data da promulgação da presente Lei.

Art. 14º. Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional do Programa Bolsa Família.

Art. 15º. A presente Lei será regulamentada por Decreto do Executivo.

Art. 16º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 17º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Em, 28 de Abril de 2010.
S A N C I O N O

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME.

Lei nº. 363/2010 - de 13 de Maio de 2010

DISPÕE SOBRE A AÇÃO PREVENTIVA E FISCALIZADORA NO MUNICÍPIO NA PREVENÇÃO E NO COMBATE À DENGUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Eduardo Jose da Silva Abreu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O Município de São Pedro da Cipa, nas ações de prevenção e de combate à dengue, poderá, observado o devido processo legal, determinar o acesso de seus agentes em imóveis públicos e particulares, quando essa medida se mostrar fundamental e indispensável para a eliminação da doença.

Art. 2º A autorização para a intervenção pública de que trata esta Lei será dada pelo Secretária municipal de Saúde, mediante resolução específica devidamente publicada no Diário Oficial do Municipal, e deverá conter:

I – a declaração de que a doença atingiu números que caracterizam perigo público iminente, tais como surto e epidemia, e necessitam de medidas imediatas de vigilância sanitária, ambiental e/ou epidemiológica;
II – a perfeita identificação da área que estará sujeita às medidas sanitárias e/ou epidemiológicas determinadas;
III – o dia, os dias ou o período em que as medidas sanitárias e/ou epidemiológicas serão adotadas e o tipo de ação que poderá ser realizada pelo agente público;
I**V –** as condições de realização da ação de vigilância sanitária, ambiental e/ou epidemiológica, com detalhamento sobre os procedimentos que deverão ser tomados pelo agente, desde o início até o término da ação.

Art. 3º Os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título, são obrigados a permitir o ingresso, em seus respectivos imóveis, das autoridades sanitárias competentes, para realização de inspeção, verificação, orientação, informação, aplicação de inseticida ou qualquer outra medida específica de combate à dengue.

Parágrafo único No cumprimento da determinação de ingresso, autoridades sanitárias deverão portar crachá de identificação expedido pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como notificação que reproduza os elementos constantes do art. 2º desta Lei.

Art. 4º Sempre que houver a necessidade de ingresso forçado em domicílios particulares, a autoridade sanitária, no exercício da ação de vigilância, lavrará, no local em que for verificada recusa ou a impossibilidade do ingresso por motivos de abandono ou ausência de pessoas que possam abrir a porta, um Auto de Infração e/ou Ingresso Forçado, no local ou na sede da repartição sanitária, que conterá:
I – o nome do morador, administrador ou responsável e/ou seu domicílio, residência e os demais elementos necessários a sua qualificação civil, quando houver;
II – o local, a data e a hora da lavratura do Auto de Infração e/ou Ingresso Forçado;

III – a descrição do ocorrido e dos procedimentos adotados na medida de ingresso forçado;
IV – a pena a que está sujeito o infrator;
V – a declaração do autuado de que está ciente e de que responderá pelo fato administrativamente, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis;
VI – a assinatura do autuado ou, no caso de ausência ou recusa, a de duas testemunhas e a dos autuantes;
VII – o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento da multa aplicada ou oferecimento da impugnação**.**

§1º A autoridade sanitária é responsável pelas declarações que fizer no Auto de Infração e/ou Ingresso Forçado, sendo passível de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou de omissão dolosa.

§2º Havendo recusa do infrator em assinar o auto, será feita a ocorrência do fato, por escrito

§3º Sempre que se mostrar necessário, a autoridade sanitária poderá requerer auxílio à autoridade policial.

§4º Nas hipóteses de ausência do morador, administrador ou responsável, o uso da força deverá ser acompanhado por um técnico habilitado em abertura de portas, que deverá recolocar as fechaduras após realizada a ação de vigilância sanitária, ambiental e/ou epidemiológica.

§5º Para a execução do ingresso forçado será exigida a atuação de, no mínimo, duas autoridades sanitárias.

§6º O impedimento injustificado ao ingresso das autoridades sanitárias, por recusa, abandono ou ausência do proprietário, locatário, administrador ou responsável, sujeitará o infrator à multa correspondente ao valor do 10(dez) UPFM do imóvel em questão.

§7º Serão assegurados ao infrator a ampla defesa e o contraditório.

§8º A impugnação será dirigida à autoridade imediatamente superior, que sobre ela decidirá no prazo de 05 (cinco) dias, ressalvada a necessidade de diligências complementares para instrução do processo administrativo, com possibilidade de recurso para o Secretário de Estado de Saúde no caso de indeferimento.

§9º Além das multas eventualmente aplicáveis, o morador será responsável pelo ressarcimento das despesas públicas decorrentes do ingresso forçado.

Art. 5º No caso de violação ao devido processo legal ou de abuso de poder por parte das autoridades sanitárias, o prejudicado poderá formular representação perante a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º Na hipótese de impossibilidade do ingresso por motivos de abandono ou ausência de pessoas que possam abrir a porta, as autoridades sanitárias adotarão o seguinte procedimento:

I – será registrada a ausência em auto de fiscalização sanitária, cuja cópia será afixada na porta do imóvel e que servirá de notificação ao morador, administrador ou responsável de nova visita técnica das autoridades competentes na data nela indicada;

II – caso a situação descrita no “caput” deste artigo persista na segunda visita, será repetido o procedimento previsto no inciso anterior, com o alerta de que na próxima diligência poderá ser adotada a medida

extrema de ingresso forçado, bem como o risco de aplicação de sanções e ressarcimento das despesas públicas para o ingresso;

III – na terceira visita, verificada a situação descrita no caput deste artigo, as autoridades sanitárias lavrarão o Auto de Ingresso Forçado e procederão às diligências de fiscalização próprias e necessárias, nos termos do Art. 4º desta Lei.

Parágrafo único Os prazos previstos neste artigo não poderão ser inferiores a 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 7º Constatada situação que permita a proliferação do mosquito transmissor, será o morador, administrador ou responsável notificado, na própria diligência, para regularização do fato, no prazo e em conformidade com as instruções que lhe forem repassadas pelas autoridades sanitárias.

Art. 8º O não-atendimento às instruções sanitárias indicadas no artigo 7º sujeitará o infrator, também, à pena de multa prevista no § 6º do Art. 4º desta Lei.

Art. 9º Confirmada administrativamente a cobrança das multas previstas nesta Lei, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Em, 13 de Maio de 2010.
S A N C I O N O

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME.

Lei nº 366/2010 – de 13 de Maio de 2010

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA, O PRAZO DA LICENÇA-MATERNIDADE DAS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Eduardo José da Silva Abreu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica prorrogada por sessenta dias a duração da licença-maternidade, prevista nos artigos 7º, XVIII, e 39, § 3º, da Constituição Federal, destinada às servidoras públicas municipais da Prefeitura de São Pedro da Cipa.

Parágrafo único. A prorrogação será garantida à servidora pública municipal mediante requerimento efetivado até o final do primeiro mês após o parto, e concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade de que trata o art. 7º, XVIII, da Constituição Federal.

Art. 2º Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a servidora municipal terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º Durante a prorrogação da licença-maternidade de que trata esta Lei, a servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do disposto no caput deste artigo, a servidora pública perderá o direito à prorrogação da licença bem como da respectiva remuneração.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Em, 13 de Maio de 2010.
S A N C I O NO

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME.

Lei nº 368/2010 – de 31 de Maio de 2010

"Dispõe sobre a Contratação Temporária de Pessoal para Prestação de Serviços sem vínculo empregatícios para atender as Secretarias Municipal e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Eduardo Jose da Silva Abreu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a Contratar para prestação de serviços essenciais, temporário e sem vínculo empregatício os seguintes profissionais para atender as seguintes Secretarias do Município:

CARGOS	SECRETARIAS DESTINADAS E NÚMERO DE VAGAS UTILIZADAS	VALOR MENSAL	QUANTIDADES À CONTRATAR
Professor	• Séc. De Educação;	R$ 787,50	04
Monitora de Creche	• Séc. De Educação;	R$ 510,00	01

Artigo 2º - A contratação deverá ser feita mediante justificativa em processo administrativo, com autorização expressa do Prefeito Municipal, publicando – se o ato autorizado e a súmula do contrato.

§1º - O instrumento de Contrato deve mencionar:
I – A causa, finalidade e funcionamento Jurídico;
II – A qualificação técnica do contratado;
III – O prazo de prestação dos serviços;
IV – O Valor da remuneração e a dotação orçamentária pela qual correção as despesas;
V – A natureza dos serviços e o modo de sua prestação.

Artigo 3º - O prazo para contratação do pessoal que trata esta Lei será de seis meses, prorrogável por igual prazo.

Artigo 4º - O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I – Rever atribuições, funções ou encargos não previstos no contrato;

Parágrafo Único – A inobservância no disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, ou na declaração de sua insubsistência, sem prejuízo de responsabilidade daquele envolvido na transgressão.

Artigo 5º - O Contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I – Pelo término do prazo contratual;
II – Por iniciativa do contratado.

§ 1º - A extinção do contrato nos casos de inciso II, será comunicado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 2º - A extinção do contrato, por iniciativa do Poder Executivo, poderá ocorrer em decorrência de conveniência administrativa ou da demonstração de incapacidade do contratado para desempenhar a função a ele determinada.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias das Secretarias, constante do orçamento vigente.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Fevereiro de 2.010.

Artigo 8º – Revoga-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 31 de Maio de 2010.

S A N C I O N O

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME.

Prefeitura Municipal de Sinop

EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 015/2009. Objeto: Contratação de serviços mecânicos para manutenção preventiva e corretiva da motocicletas que fazem parte da frota de veículos de propriedade do SAAES de Sinop - MT . Licitação – modalidade Convite n.º 12/2009. **Contratado**: **J. N. MOTOS – JOSÉ NIVALDO VIANA - ME**, CNPJ n.º 01.410.294/0001-92, **Contratante:** SAAES – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP. **Valor Total:** R$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinqüenta reais). **Data:** 02/06/2010. **Vigência: 30/12/2010.** Sinop/MT, 05/07/2010. Edna Maciel Escobar – Presid. CPL

EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 016/2009. Objeto: Contratação de serviços mecânicos para manutenção preventiva e corretiva dos veículos que fazem parte da frota de propriedade do SAAE do SAAES de Sinop - MT . Licitação – modalidade Convite n.º 12/2009. **Contratado**: **CALIPEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA- EPP**, CNPJ n.º 26.565.1760001-84, **Contratante:** SAAES – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP. **Valor Total:** R$ 9.480,00 (nove mil, quatrocentos e oitenta reais). **Data:** 02/06/201. **Vigência: 30/12/2010.** Sinop/MT, 05/07/2010. Edna Maciel Escobar – Presid. CPL

EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 017/2009. Objeto: Contratação de serviços mecânicos para manutenção preventiva e corretiva dos veículos que fazem parte da frota do SAAES Licitação – modalidade Convite n.º 12/2009. Contratado: SINOPEÇAS RETÍFICA DE MOTORES LTDA - EPP, CNPJ n.º 04.391.194/0001-54, Contratante: SAAES – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP. Valor Total: R$ 14.289,00 (quatorze mil, duzentos e oitenta e nove reais). Data: 02/06/2010. Vigência: 30/12/2010. Sinop/MT, 05/07/2010. Edna Maciel Escobar – Presid. CPL

EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 018/2009. Objeto: Contratação de fornecimento de peças para manutenção preventiva e corretiva das motocicletas que fazem parte da frota de veículos de propriedade do SAAES de Sinop - MT . Licitação – modalidade Convite n.º 13/2009. Contratado: J. N. MOTOS – JOSÉ NIVALDO VIANA - ME, CNPJ n.º 01.410.294/0001-92, Contratante: SAAES – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP. Valor Total: R$1.800,00. (hum mil e oitocentos reais). Data: 02/06/2010. Vigência: 30/12/2010. Sinop/MT, 05/07/2010. Edna Maciel Escobar – Presid. CPL

EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 019/2009. Objeto: Contratação de fornecimento de peças para manutenção preventiva e corretiva das motocicletas que fazem parte da frota de veículos de propriedade do SAAES de Sinop - MT . Licitação – modalidade Convite n.º 13/2009. Contratado: CALIPEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA - EPP, CNPJ n.º 26.565.1760001-84, Contratante: SAAES – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP. Valor Total: R R$11.530,00. (onze mil, quinhentos e trinta reais). Data: 02/06/2010. Vigência: 30/12/2010. Sinop/MT, 05/07/2010. Edna Maciel Escobar – Presid. CPL

EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 020/2009. Objeto: Contratação de fornecimento de peças para manutenção preventiva e corretiva das motocicletas que fazem parte da frota de veículos de propriedade do SAAES de Sinop - MT . Licitação – modalidade Convite n.º 13/2009. Contratado: SINOPEÇAS RETÍFICA DE MOTORES LTDA - EPP, CNPJ n.º 04.391.194/0001-54, Contratante: SAAES – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP. Valor Total: R$ 12.358,00 (doze mil, trezentos e cinqüenta e oito reais). Data: 02/06/2010. Vigência: 30/12/2010. Sinop/MT, 05/07/2010.

Edna Maciel Escobar –
Presid. CPL

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 021/2009. Objeto: EXECUÇÃO TOTAL DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA DA CIDADE DE SINOP, COM FORNECIMENTO TOTAL DE MATERIAIS – Concorrência Pública N.º 002/2009. **Contratado**: IMPERTEC IMPERMEABILIZAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.-CNPJ: 36.971.836/0001-8, **Contratante:** SAAES – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP. **Valor Total:** 2.778.891,83 (dois milhões, setecentos e setenta e oito mill, oitocentos e noventa e um reais e oitenta e três centavos). **Data:** 02/06/2010. **Vigência:** 20/09/2010**.** Sinop/MT, 05/07/2010. Edna Maciel Escobar – Presid. CPL

PORTARIA Nº 273/2010

DATA: 29 de junho de 2010
SÚMULA: Nomeia o Engenheiro Civil RONALDO JOSÉ DA SILVA como engenheiro responsável pela fiscalização da execução das obras de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais da Avenida André Maggi.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear o Engenheiro Civil RONALDO JOSÉ DA SILVA, inscrito no CREA sob 2606034910, para realizar, nos termos do Contrato n°048/2010, a fiscalização da execução das obras de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais da Avenida André Maggi/parcial.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 29 de junho de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº 1324/2010
DATA: 01 de junho de 2010
SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a emitir Termo de Doação referente às unidades habitacionais do Programa Habitar Brasil e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a emitir Termo de Doação de 121 (cento e vinte e uma) unidades do Programa Habitar Brasil, instituído pela Lei nº 439/96, de 25 de novembro de 1996 e sua alteração posterior, regularizado pelo Decreto nº065/2008, de 09 de setembro de 2008.

Art. 2º. Os Termos de Doação de que trata o artigo anterior serão emitidos em nome dos possuidores das 121 (cento e vinte e uma) unidades habitacionais construídas pelo programa Habitar Brasil, devidamente relacionados no Anexo I da presente Lei, conforme segue.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 01 de junho de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA HABITAR BRASIL

Rua dos Gerâneos

QD	CASA	MORADOR
021	021	Ieda Evas França
021	022	Valdecir Antonio de Amorim
021	023	Nair Veber Braz
021	024	Maria Zilda Mota
021	025	Maria Aparecida da Silva
021	026	Lorinaldo Máximo da Silva
021	027	Benedito Júlio de Souza
021	028	Zilda Rodrigues dos Santos
021	029	Creuza Gonçalves de Souza
021	030	Cleide Augusta da Silva
021	032	Euclides Dartora

Rua das Goiabeiras

QD	CASA	Morador
021	001	Nilton de Assunção
021	002	Luiz Paranha
021	003	Aparecido Miranda de Jesus
021	004	Jezrael Odacir de Siqueira
021-A	001	Noel Souza Bruno
021-A	003	Rosinei Martins
021-A	004	Neuza Aniceto Pereira
022	001	Luiz Narciso
022	002	Iracema de Fátima Vargas de Paula
022	003	Maria do Socorro Alves Damaceno
022	004	Maria de Fátima Vieira
022-A	001	Irineu Fernandes Soares
022-A	002	Antonio Carlos de Oliveira Serra
022-A	003	Karin Luiza de Vargas
022-A	004	José Maria de Oliveira

Av. Perimetral Sul

QD	CASA	MORADOR
021	020	Plácido Pedro Dias
021	019	Devanir Ap. dos Santos
021	018	Célia Maria de Araújo
021	017	Idemar Ireno Guerra
021-A	020	Ademir Evangelista
021-A	019	Mamédia Alves Damaceno
021-A	018	Geni da Silva Veiga
021-A	017	José Teodoro Floriano
022-A	020	Ivone Nogueira Barbosa
022-A	019	Fernando Henrique Angelotti
022-A	018	José Sebastião Barbosa
022-A	017	Girlaina Gonçalves Mendes Valério
022	020	Tatiana Torteli
022	019	Maria Aparecida Oliveira de Santana
022	018	Helio Luiz Tramm
022	017	Elza Gomes da Silva

Rua dos Antúrios

QD	CASA	MORADOR
022-A	005	Marisa Alves Queiroz
022-A	006	José Cícero da Silva
022-A	007	Sebastião Garcia
022-A	008	Florisvaldo dos Santos
022-A	009	Shirley de Fátima da Silva
022-A	010	Raquel Ribeiro da Silva
022-A	011	Sidrinha Luiza de Souza
022-A	012	Vera Lúcia Rodrigues
022-A	013	Oscar Valdemiro Fritsche
022-A	014	Josiel da Silva Rocha
022-A	015	Sônia de Fátima de Oliveira
022-A	016	Antonio Reinaldo

Rua das Tangerinas

QD	CASA	MORADOR
022-A	021	Marinalva Barbosa de Souza
022-A	022	Odair Lemes
022-A	023	Francisco Silvio de Almeida
022-A	024	Josenio Vieira de Moraes
022-A	025	Norma Pires de Oliveira
022-A	026	Clóvis Pereira de Oliveira
022-A	027	João dos Santos
022-A	028	Marli Aparecida Gonçalves
022-A	029	José Dias dos Anjos
022-A	030	Rodrigo Alves de Souza
022-A	031	André Pereira da Cruz
022-A	032	Maria do Socorro da Silva

Rua das Tangerinas

QD	CASA	MORADOR
022	005	Antonio Gonçalves
022	006	Vita Rodrigues de Souza
022	007	Maria Ermínia Santana
022	008	Jossuel Rocha de Andrade
022	009	Valdirene Alves
022	010	Edmundo Rodrigues de Souza
022	011	Odair José Carvalho
022	012	Marlene Terezinha Philipsen da Silva
022	013	Naiane Lopes Fagundes
022	014	Jocenéia Soares Silva
022	015	Maria Kátia Souza
022	016	Amaro Sevinhago

Rua das Bergamoteiras

QD	CASA	MORADOR
022	021	José Maria de Sousa
022	022	Idália Rosa da Silva
022	023	Melissa Antonielli Cardoso
022	024	Rosicléia Smak da Silva
022	025	Alexandre dos Santos Calhau
022	026	Sonia Maria Barbosa Soares Gomes
022	027	Elaine Alves Rosa
022	029	Derli de Lima
022	030	Valdemar Depólio Botelho
022	031	Maria Salete Gomes Paiva
022	032	Joselino Alves de Souza

Rua das Bergamoteiras

QD	CASA	MORADOR
021-A	005	Nadir Victor
021-A	006	Osvaldo Alves Rosa
021-A	007	Iracema da Silva Boa Ventura
021-A	008	Nair Correa
021-A	009	Eli Alves de Souza
021-A	010	Maria de Lourdes Cabral de Oliveira
021-A	011	Sônia Aparecida Machado Tramontini
021-A	012	Iracema Maria dos Santos
021-A	013	Ademir Gonçalves
021-A	014	Maria Aparecida Coutinho da Luz
021-A	016	Agnaldo Luiz de Oliveira

Rua das Nectarinas

QD	CASA	MORADOR
021-A	021	Rosane Almeida de Oliveira
021-A	022	Jonny Klay de Souza Barros
021-A	023	José Antonio de Brito
021-A	024	Dino Odacir de Siqueira
021-A	025	Rosa Evas de Oliveira
021-A	026	Geomar de Lima Ramos
021-A	027	Eunice de Oliveira Barbosa
021-A	028	Carmelita Soares
021-A	029	Paulo Ferraz
021-A	030	Vicente Alves da Conceição
021-A	031	Ivonete Lopes Siqueira
021-A	032	Otacílio Marques

Rua das Nectarinas

QD	CASA	MORADOR
021	006	Soeli Terezinha Khel
021	007	Paulino da Silva Braga
021	008	Joseni dos Santos Francisco
021	010	Raimundo Neto Pereira Lima
021	011	Benedito Mazzoni
021	012	Jamir Rohr
021	014	Nair Gomes da Silva
021	015	Lucimara Aparecida Pereira
021	016	Neusa da Silva Alkamim

Prefeitura Municipal de Sorriso

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE AULAS E CLASSES Nº. 047/2010

TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SORRISO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.239.076/0001-62, estabelecido com sua sede administrativa, na Avenida Porto Alegre, nº. 2525 - Centro, por deliberação da Comissão do certame, torna público a CONVOCAÇÂO do Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Educação, que visa à contratação temporária de profissionais na área da Educação, em razão de excepcional interesse público, dos cargos e vagas constantes no edital n. 007/2009, de 03 de Dezembro de 2009, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 04 de dezembro de 2009, convidando os profissionais a se apresentarem no DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS da Secretaria Municipal de Administração, localizado na Avenida Porto Alegre, nº. 2525, Centro, Sorriso - MT, para firmar contrato temporário no referido cargo. Os referidos candidatos deverão comparecer no dia 08 de julho de 2010, das 7:00 às 11:00 horas.

I - Instruções Gerais

1 A chamada para escolha de aulas ou classes obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, sendo que, se o candidato não estiver no dia, hora e local abaixo mencionados ou, estando presente não aceitar as aulas ou classes será chamado imediatamente o próximo candidato.

2 O candidato convocado deverá comparecer munido da Carteira de Identidade.

3 O candidato que for pedir acúmulo deverá estar de posse do horário do primeiro emprego, caso contrário não terá as aulas ou classes atribuídas.

4 O Candidato que não comparecer no ato de atribuição das aulas ou classes, ou que comparecendo não aceitá-las, sob qualquer alegação, será desclassificado do processo seletivo.

4.1 – Para as atribuições durante o ano letivo os candidatos serão convocados através de Edital publicado com pelo menos 12 (doze) horas de antecedência, afixados no mural da Prefeitura e na Secretaria Municipal de Educação.

5 – Os candidatos serão contratados por tempo determinado nos termos da lei Complementar nº. 044/2006 e de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

6 – É dever exclusivo de o candidato manter-se informado sobre os eventos e prazos do presente Processo Seletivo, conforme disposto no Edital 007/2009.

7 – No caso deste Edital vir a sofrer alterações, ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, tal circunstância será mencionada em Adendo ao presente Edital, publicado conforme disposto no Edital 007/2009.

8 – Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação, e, quando necessário, em conjunto com a Comissão de Processo Seletivo.

II – CRONOGRAMA PARA COMPARECIMENTO

Professor Carga Horária Data Horário de Inicio
Ciências 40 h 08/07/2010 7 h
19 Bruna Letícia Dalcanelle dos Santos

Sorriso - MT, 07 de julho de 2010.

CLOMIR BEDIM
Prefeito Municipal

RONDINELLI R. DA C. URIA
Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 046/2010

De ordem do Senhor Clomir Bedin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o **Processo Seletivo Público 001/2010** realizado em **MAIO/2010**, CONVOCA pelo presente edital os candidatos aprovados, conforme relação abaixo:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ACS – 40 HORAS SEMANAIS

ORD	IDENTIFICAÇÃO CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO	D.N.	ÁREA
4	VIVIANE DA SILVA MARTINS	259	27/10/1985	A03
ORD	IDENTIFICAÇÃO CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO	D.N.	ÁREA
3	RUTH SOUSA RIBEIRO	839	18/09/1982	A04
ORD	IDENTIFICAÇÃO CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO	D.N.	ÁREA
2	KATIUSKA AMANCIO DA SILVA	335	15/02/1982	A05
ORD	IDENTIFICAÇÃO CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO	D.N.	ÁREA
4	MARCIA LUCAS DA ROCHA	116	20/12/1980	A07
ORD	IDENTIFICAÇÃO CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO	D.N.	ÁREA
3	MARIA DE FATIMA HOFFMAN	498	26/07/1872	A18
ORD	IDENTIFICAÇÃO CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO	D.N.	ÁREA
2	SIRLEY CRISTINA DA SILVA	523	19/05/1976	A19
ORD	IDENTIFICAÇÃO CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO	D.N.	ÁREA
2	SUZIMEIRE APARECIDA DE OLIVEIRA CASEIRO	447	17/08/1965	A22

Os candidatos convocados por este Edital terão prazo de **05 (cinco)** dias úteis a contar desta data, **07/07/2010**, para firmar contrato temporário no referido cargo e deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos, dentro do prazo estipulado, munidos dos seguintes documentos:

CÓPIAS (TRAZER O ORIGINAL PARA AUTENTICAÇÃO)	ORIGINAL
• RG; • CPF; • Certidão de Nascimento ou Casamento; • Certidão de Nasc. dos filhos menores de 18 anos (dependentes comprovante); • * Diploma (Registrado no Órgão Competente); • Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar); • Título de eleitor; • Comprovante das 02 (duas) últimas eleições; • Carteira de Reservista (masculino); • PIS/PASEP; • CTPS (Carteira de Trabalho); • RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável); • CPF dos dependentes; • Comprovante de residência atual em nome do admitido; • Carteira de Habilitação (Motorista e Operador de Máquinas) – B, C, D ou E. • Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país. • Número da conta corrente no banco HSBC. • *Carteira profissional conforme a formação, as mesmas deverão ter registro no Estado de Mato Grosso. OBS. * Documentos exigidos somente para o cargo de Médico Clínico Geral.	-01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente; -Exame Admissional. -Declaração de Bens e Valores com reconhecimento de assinatura. -Declaração de que não exerce outro cargo, emprego ou função pública inacumulável. -Reconhecida idoneidade moral com apresentação das respectivas certidões: -a) Justiça Eleitoral – Quitação e pleno gozo dos direitos cíveis, expedida pelo Cartório Eleitoral; -b) Justiça Estadual – Negativa crime e cível, expedida pelo Fórum e pelo site www.trf1.gov.br/serviços/certidao **-Da comprovação da idoneidade:** -Apresentação de certidão negativa cível e criminal, caso positiva, apresentar certidão narrativa. **OBS.:** No ato da entrega dos documentos no Departamento de Recursos Humanos, serão entregues a autorização e recomendação para a realização do exame admissional. A data da posse será a data do protocolo de recebimento do Departamento pessoal quando da entrega de todos os documento exigidos.

A falta de um único documento inabilitará o candidato a firmar o contrato temporário.

O Município de Sorriso reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos.

O não comparecimento do candidato convocado por este edital, no prazo acima estipulado, será considerado desistente da vaga, ficando a Administração livre para convocar o próximo candidato.

SORRISO (MT), 07 DE JULHO DE 2010.

CONDINELLI R. DA COSTA URIAS
Secretário Municipal de Administração

CLOMIR BEDIN
Prefeito Municipal

AVISO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2010

O Município de Sorriso/MT, através de seu Pregoeiro Oficial, vem por meio deste comunicar aos interessados o CANCELAMENTO da Ata de Registro de Preços nº 031/2010, referente ao Pregão Presencial nº 050/2010, tendo como objeto **"Registro de Preços para Eventual Aquisição de Peças para Máquinas Pesadas da Frota Municipal",** tendo como vencedora a empresa **NASCIMENTO COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA.**

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Sorriso – MT.

SORRISO – MT, 07 DE JULHO DE 2010

JONI ROBERTO BISCHOFF
PREGOEIRO

RESULTADO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 023/2010

O Município de Sorriso – MT, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado da Tomada de Preços n.º 023/2010, sendo o objeto referente à **"Contratação de 01 (um) Médico(a) para o Distrito de Boa Esperança",** realizada na data **de 06 de Julho de 2010**, sagrou-se vencedora a empresa: **P.C.P. CORDEIRO,** com valor global R$ 108.000,00.

Sorriso – MT, 23 de Junho de 2010.

SERGIO KOCOVÁ SILVA
PRESIDENTE DA C.P.L.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 067/2010

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através do Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial n.º 055/2010, sendo o objeto referente ao ***"Registro de Preços para Eventual Contratação de Serviços de Manutenção e Instalação de Ar Condicionados"***, realizada na data de 06 de Julho de 2010, conforme abaixo.

Empresa: JOSÉ ELCIO ANTONOW ME

Nº	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	AR CONDICIONADO SPLIT INSTALACAO 18.000 / 24.000 BTU'S	120	200,00	24.000,00
02	AR CONDICIONADO SPLIT INSTALACAO 9.000 / 12.000 BTU'S	120	120,00	14.400,00
03	MANUTENCAO AR CONDICIONADO JANELA	300	44,00	13.200,00

Empresa: J.A. REFRIGERAÇÃO LTDA

Nº	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO 18000/24000 BTUS SPLIT	110	75,00	8.250,00
02	MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO 9000/12000 BTUS SPLIT	260	70,00	18.200,00

SORRISO – MT, 06 DE JULHO DE 2010

MIRALDO GOMES DE SOUZA
PREGOEIRO / SORRISO – MT

Prefeitura Municipal de Tapurah

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preço Nº 012/2010

Cumprindo o que determina o princípio da publicidade prevista no artigo 3º da lei 8.666/93, COMUNICAMOS aos interessados, que conforme Edital afixado no mural do Paço Municipal e Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, referente à TOMADA DE PREÇOS nº 012/2010, cuja abertura deu-se em 28/06/2010, consagrou-se vencedora a empresa: **SÃO JOSE CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA** no valor de *R$337.606,14 (trezentos e trinta e sete mil seiscentos e seis reais e quatorze centavos). OBJETO:* ***Construção de um CENTRO DE CONVÍVIO E APRENDIZADO DE CRIANÇAS (CRECHE) na sede do Município.*** Tapurah-MT, 06 de julho de 2010.

Milton Geller-
PREFEITO MUNICIPAL DE TAPURAH

LEI Nº 837/2010,
DE 01 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MILTON GELLER**, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele SANCIONA a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda com o na Lei Orgânica do Município e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal N. 4.320, de 17 de Março de 1.964 as diretrizes orçamentárias para o ano de 2011, da administração pública direta e indireta do Município, nela incluída o Poder Legislativo e o Fundo de Previdência –TAPURAH PREVI, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - as metas fiscais e os riscos fiscais;

III – a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições relativas à arrecadação e alterações na legislação tributária;

VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2011 são as especificadas neste artigo e no documento "Anexo de Prioridades e Metas para 2011", as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2011, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. Integra esta Lei também o Anexo de Metas Fiscais, elaborado conforme orientações constantes do manual aprovado pela Portaria STN nº 462 de agosto de 2009.

§ 2º. O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º. Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 4º. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurado conforme disposto na Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º. O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização dos objetivos pretendidos, visando à solução de um problema ou o atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas e valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º. O Orçamento do Município compreenderá a programação dos órgãos do Poder Executivo e Legislativo e da Administração Indireta.

Parágrafo único. Nos Orçamentos dos Fundos Municipais e das demais entidades da administração indireta, desde que, como Unidades Gestoras, possuam contabilidade própria, serão estimadas apenas as receitas de sua competência legal e dos convênios firmados por seus dirigentes, assim como, as despesas relativas aos programas executados com estes recursos.

Art. 5º. O Orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e o desdobramento da despesa por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 6º. A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

I - às ações relativas à saúde e assistência social;

II - ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;

III - ao atendimento às ações de alimentação escolar;

IV - às despesas com o desenvolvimento do ensino fundamental;

V - ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

Art. 7º. O projeto da Lei Orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, será constituído de:

I - mensagem;

II – texto da lei;

III - quadros orçamentários consolidados;

IV - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

Parágrafo único. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei no 4.320/64, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento;

II - evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas;

III – demonstrativo da receita e da despesa, segundo as categorias econômicas

IV – demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas;

V – resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas;

VI - despesas orçamentárias, segundo Poder e unidades, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de;

VII – programa de trabalho do governo - despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais;

VIII - despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais;

IX - despesas orçamentárias por funções, subfunções e programas, conforme o vínculo;

Art. 8º. A mensagem que encaminhar o projeto da Lei Orçamentária conterá:

I – Situação econômica do Município

II – Demonstrativo da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;

III – Exposição da receita e despesa;

IV - montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o Art. 212, da Constituição;

V – montante de recursos para aplicação em ações e serviços públicos de saúde, na forma do Art. 198, § 2º da Constituição Federal.

Art. 9º. O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo até a data de 31 de julho de 2010, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2011, inclusive da Receita Corrente Liquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º, do art. 12, da LC 101/2000.

I – quadro demonstrativo da evolução da receita nos exercícios de 2007 a 2010 e previsão para 2011 a 2012;

II – metodologia e memória de cálculo das estimativas das receitas segundo as rubricas da lei orçamentária;

III - reserva de contingência;

IV - montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição;

§ 1º. Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 2º. Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.

Art. 10. Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, encaminhará a Secretaria Municipal de Fazenda até 31 de agosto de 2010, sua proposta orçamentária, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS
E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 11. A previsão da receita e a fixação da despesa na Lei Orçamentária deverão ocorrer a preços correntes.

Art. 12. A elaboração do projeto, sua aprovação e a execução da lei orçamentária de 2011 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 13. Na fixação da despesa deverá ser observada a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas do PPA e LDO.

Art. 14. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 15. Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado definida no Demonstrativo VIII, do Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do art. 17, da Lei Complementar nº 101/00, a ser demonstrada,inclusive quanto à forma de compensação, no anexo à Lei Orçamentária a que se refere o Inciso II, do Art. 5º, da mesma Lei Complementar.

Art. 16. Serão incluídas no projeto da Lei Orçamentária a previsão de recursos decorrentes de operações de crédito e de convênios com outras esferas de Governo e ainda:

I – a abrir créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, com limite de até 30% (trinta por cento) da proposta orçamentária para 2011, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal;

II – Fica o Poder executivo autorizado a proceder à abertura de crédito adicional à conta de recursos provenientes de convênios, mediante assinatura do competente instrumento.

Art. 17. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento e as despesas destinadas à preservação do patrimônio público, especificados no relatório encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, nos termos do parágrafo único, do art. 45, da Lei Complementar nº 101/00;

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas do Município, nos casos de transferências voluntárias da União e do Estado, as quais deverão ser estabelecidas de modo compatível com a capacidade financeira do Município;

III - estiverem previstos no Plano Plurianual ou em lei que autorizou sua inclusão o referido Plano.

Art. 18. Não poderão ser programados novos projetos que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 19. O Poder Legislativo terá como limite para o total da despesa, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor correspondente de até 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Art. 20. A Lei Orçamentária poderá consignar em dotação específica valor destinado ao custeio de despesas de competência de outro ente da Federação.

Parágrafo único. A realização da despesa somente poderá se efetivar desde que, comprovado o interesse público, tenha sido firmado convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação.

Art. 21. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, dotações a título de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

II – sejam de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

III – sejam vinculadas a organismos de naturezas filantrópicas, institucionais ou de assistência social;

IV – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição e ao disposto no art. 61 do ADCT;

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2011.

§ 2º. Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3º. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas das quais o Município for associado.

Art. 22. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberem os recursos.

Art. 23. O Poder Executivo poderá conceder Subvenção Social, Contribuição e/ou Auxílio a entidades desde autorizadas em Lei específica e que atendam as condições previstas na Complementar 101/2000.

Art. 24. A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente de até 5% (cinco por cento), da receita total, que serão destinados, através de decreto do Poder Executivo Municipal, para atendimento exclusivo de riscos fiscais e passivos contingentes.

Art. 25. A Lei Orçamentária para 2011 poderá autorizar o Poder Executivo a proceder a remanejamentos, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, do saldo das dotações dos seus grupos de natureza ou elementos de despesa.

Parágrafo único. As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 26. O Poder Judiciário encaminhará a Secretaria Municipal de Fazenda - e aos referidos órgãos e entidades devedoras, na parte que lhes couberem, a relação de débitos constantes de precatórios judiciários, a serem incluídos na proposta orçamentária para 2011, conforme determina o Art. 100, § 1º da Constituição Federal, e a Constituição Estadual, ate1º até julho discriminando:

A) Órgão Devedor;
B) Numero de processos;
C) Numero do Precatório
D) Data de Expedição do Precatório;
E) Nome do Beneficiário;
F) Valor do Precatório a ser pago.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ARRECADAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 27. O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência inclusive os da Contribuição de Melhoria quando for o caso.

Parágrafo único. A Administração Municipal deverá despender esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

Art. 28. As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as sua respectiva produtividade.

Art. 29. O Poder Executivo adotará as seguintes medidas, voltadas ao aumento da arrecadação tributária do Município:

I - elaboração de diagnóstico sobre a base para lançamento do IPTU, incluindo a atualização da planta cadastral e revisão de critérios;

II - reestruturação da atividade de fiscalização tributária;

III - aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;

IV – atualização do cadastro mobiliário fiscal de caráter obrigatório.

Art. 30. Somente poderá ser aprovada ou editada lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária se atendidas as exigências do Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 31. Na estimativa das receitas do projeto da Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO V

DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 32. No exercício financeiro de 2011, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 33. Observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, em 2011 poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III - forem observados os limites previstos no artigo anterior;

IV - for observado o disposto nos artigos 16, 17 e 21, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 34. O Poder Executivo poderá, mediante lei autorizativa, criar ou alterar cargos e funções, alterar a estrutura organizacional, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e conceder vantagens, desde que observadas às regras do Art. 16, quando aplicável e do Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados do impacto financeiro e orçamentário elaborado pela Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 2º. O Poder Executivo e Legislativo poderão realizar concursos públicos para o provimento de cargos e funções públicas desde que observados as exigências constitucionais e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35. A Lei do Orçamento deverá prover os créditos necessários à concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, em cumprimento ao disposto no Inciso X, do Art. 37, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Quando da concessão da revisão geral da remuneração de que trata este artigo, estão dispensados os procedimentos exigidos pelo Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 36. Nas situações em que a despesa total com pessoal do Poder Executivo tiver extrapolado a 95% (noventa e cinco por cento) do limite referido no art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Secretário de Administração.

Art. 37. No caso de os limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo, estabelecidos no Art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, forem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, no respectivo Poder, as

seguintes medidas voltadas ao reenquadramento no prazo máximo de dois quadrimestres:

I – eliminação de despesas com horas extras, exceto se enquadradas nas situações previstas no artigo anterior desta Lei;

II – exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

III – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação ou área de governo e de permitir o acompanhamento e avaliação das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 39. A avaliação dos resultados obtidos em cada Poder, dos programas que integram a execução orçamentária, deverá ser procedida, pelo Poder Executivo, em cada quadrimestre.

§ 1º. O Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre e sessenta dias após o encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas bimestrais e do exercício, bem assim as justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.

§ 2º. A unidade responsável pela coordenação do controle interno do Poder Executivo Municipal apreciará os relatórios mencionados no parágrafo anterior e acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante a execução orçamentária e financeira.

Art. 40. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, nas situações previstas no Art. 9º, da Lei Complementar nº 101/00,será fixado, por ato do Poder Executivo, o percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e a participação do Poder Legislativo, sobre o total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2011, excetuando:

I – as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução; e

II – as despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social, não incluídas no inciso I;

§ 1º. Terão prioridade, como fonte de recursos para a limitação de empenho, a adoção das seguintes medidas:
I – redução de investimentos programados com recursos próprios.

II – eliminação de despesas com horas-extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;

V – redução de gastos com combustíveis, energia elétrica e telefone.

§ 2 º. Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, com vistas à obtenção do equilíbrio na execução orçamentária e financeira do exercício.

Art. 41. A contratação de operações de crédito junto a instituições oficiais de credito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber à esfera Municipal, Capítulo VII, na Seção IV, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 42. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2011, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o ano, por Secretaria e unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º. A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas Secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecido no art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 43. São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 44. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2o, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 45. Para os fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº. 101/00 e em cumprimento ao § 3º, do mesmo artigo, fica estabelecido que, no exercício de 2011, a despesa será considerada irrelevante se o seu impacto orçamentário-financeiro no exercício não ultrapassar, para bens, serviços e obras os limites fixados pelos incisos I e II, do art. 24, da Lei 8666/93, devidamente atualizados.

Art. 46. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 30 de julho, na forma da Emenda Constitucional nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 47. O Poder Executivo encaminhará até o dia 30/09/2010 o Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2011, à Câmara Municipal para apreciação e conclusão da votação nos termos da Lei Orgânica do Município de Tapurah.

Art. 48. Se o projeto da Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2010, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - pagamento do serviço da dívida; e

III - transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos.

IV - 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 50. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dez.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se
CUMPRA-SE:

MILTON GELLER
Prefeito Municipal

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2010

O município de Tapurah – MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, a PRORROGAÇÃO de abertura do edital de **Pregão Presencial nº 014/2010**, considerando-o a abertura anterior "DESERTA", sendo agendado para o dia **22/07/2010 às 09:00 horas,** na sede da Prefeitura Municipal, sita na Av. Paraná, nº 1.100, Praça da Juventude, em Tapurah – MT. Tendo como objeto o ***Registro de Preços*** para eventual *aquisição de passagens rodoviárias para o transporte de passageiros e transporte de volumes (caixas e envelopes) no âmbito estadual.* Devido à abertura anterior ter sido deserta.

O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Tapurah, durante o horário de expediente ou através do site www.tapurah.mt.gov.br. *Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 08:00 às 11:00 horas ou através do telefone (66) 3547-3600.* Tapurah – MT, 07 de julho de 2010.

ARLANE PEREIRA
-Pregoeira

Prefeitura de Tapurah – MT

Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O prefeito de Terra Nova do Norte, estado de Mato Grosso, Torna público aos interessados a Despensa de Licitação do Processo 054/2010, para Locação de um imóvel situado na Rua Padre Jerônimo Botelho, nº 629, Bairro Poção, Cuiabá/MT, com área construída de 406,00 m², com 15 peças, sendo: 01 garagem com portão grande, 02 salas, 02 quartos simples, 01 banheiro social, 05 quartos suítes, 01 copa, 01 cozinha, 01 dispensa, 01 área de serviço, 01 área de laser coberta nos fundos, 02 hall, 01 sacada, 02 escadas externas, 01 escada interna, 01 cômodo para deposito sob a escada externa, quintal (frente em piso de ardósia e fundos em terra), muros, entrada de serviços com portão independente, padrão de luz bifásico; imóvel com alvenarias dupla de tijolos de barro de oito furos, piso de cerâmica, cozinhas e banheiros azulejados até o teto, paredes revestidas reboco paulista e aplicação de massa corrida, teto de laje, cobertura com telha de barro tipo PLAN, pintura com tinta látex acrílica, esquadrias de madeira e de ferro/aço, imóvel todo reformado, com pintura nova nas paredes e nas esquadrias durante um período de 6 (seis) meses, no valor total de R$ 17.400,00 (Dezessete mil e Quatrocentos Reais), a presente Dispensa está fundamentada no artigo 24 inciso V da Lei 8.666/93.

Terra Nova do Norte - MT, 07 de julho de 2010.

Manoel Rodrigues de Freitas Neto
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Tesouro

LEI MUNICIPAL N.º 406/2010, DE 06 DE JULHO DE 2010.

Cria a Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC) do município de TESOURO-MT, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL aprova e eu, o Prefeito do Município de Tesouro-MT, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC do Município de Tesouro-MT, diretamente subordinada ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º - Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I. Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.
II. Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e conseqüentes prejuízos econômicos e sociais.
III. Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos suportáveis à comunidade afetada.
IV. Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art 3º - A COMDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.
Art 4º - A Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil, obedecendo a Escala Nacional e Estadual.

Art 5º - A COMDEC compor-se-á de:

Presidente (sempre o prefeito municipal);
Secretaria Executiva;
Secretaria M de Administração
Secretaria M. de Transporte;
Secretaria M. de Assistência Social;
Secretaria M. de Saúde;
Secretaria M.Viação e Obras Públicas
Coordenadoria de Entidades não Governamentais e Voluntariado;

Art 6º - O Secretário Executivo da COMDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal e compete ao mesmo às atividades de defesa civil no município.

Art 7º - Constarão, obrigatoriamente, dos currículos escolares nos estabelecimentos de ensino da Prefeitura, noções gerais sobre procedimentos de defesa civil.

Art 8º - Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único: A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art 9º - A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo revogadas as disposições em contrário.

Prefeito Municipal de Tesouro-MT, em 06 de julho de 2010.

ILTON FERREIRA BARBOSA
PREFEITO MUNICIPAl

Extrato de Contrato: 062/10

Contratantes: PMT/ MARIA DE LOURDES CARDOSO DE MOURA
Objeto: Contratos de serviços na função de merendeira, para desempenhar suas atividades na Escola Mun. Rural da Fazenda Batovi.
Vigência: 10/06/2010 à 31/12/2010.
Valor Global: R$.3.417,00
Data da Assinatura: 10/06/2010

Extrato de Contrato: 063/10
Contratantes: PMT/ ARNALDO BUZUTTI DE SIQUEIRA-ME
- **Objeto:** A CONTRATADA prestara a CONTRATANTE, os seguintes serviços:1) Plano de Controle Ambiental da implantação do Sistema de Tratamento de Tratamento de Esgoto da Cidade de Tesouro/MT, constantes nos projetos apresentados.2) Licença Ambiental (Licença Prévia-LP e Licença de Instalação-LI) do Sistema de Tratamento de Tratamento de Esgoto da Cidade de Tesouro, constantes nos projetos apresentados.3) Teste de Percolação do Solo com Laudo Técnico;4) Projeto do Sistema de Distribuição de água;5) Projeto de Sistema de tratamento de esgoto doméstico.
Vigência: 18/06/2010 à 30/09/2010.
Valor Global: 9.000,00
Data da Assinatura: 14/06/2010

Extrato de Contrato: 064/10
Contratantes: PMT/ R.V.P DE OLIVEIRA E CIA LTDA
Objeto: Contratação de banda, som, palco e iluminação para tocar e animar o 10º Festival de Praia de Tesouro. .
Vigência: 19 à 22/08/2010.
Valor Global: R$.28.000,00
Processo Licitatório: Carta Convite n.º 007/2010
Data da Assinatura: 22/06/2010

Extrato de Contrato: 065/10
Contratantes: PMT/MS CLAÚDIO ME
Objeto: Contratação de banda, som, palco e iluminação para tocar e animar o 10º Festival de Praia de Tesouro. .
Vigência: 19 à 22/08/2010.
Valor Global: R$.25.000,00
Processo Licitatório: Carta Convite n.º 007/2010
Data da Assinatura: 22/06/2010

Extrato de Contrato: 066/10
Contratantes: PMT/MS CLAÚDIO ME
Objeto: Apresentação de Show com a dupla sertaneja Milionário & José Rico.
Vigência: 21/08/2010.
Valor Global: R$.50.000,00
Processo Licitatório: Termo de Inexigibilidade
Data da Assinatura: 22/06/2010

Prefeitura Municipal de Várzea Grande

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO

DE EMPREITADA N°.077/2008
##TEX Partes Interessadas: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Empresa AURORA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. Fundamentação

Legal: Lei n° 8.666/93 alterada pela Lei n° 8.883/94. Resolvem: De comum acordo sem ônus para nenhuma das partes, o Distrato do Contrato de Empreitada Original. O presente Distrato não gera para ambas as partes quaisquer direitos, ônus e obrigações. Faz parte do Presente Documento a justificativa do Presente Distrato assinada pela Contratada, que esta subscreve ficando desde já registrado não haver nenhum custo pela desmobilização nem reclamação de natureza técnica cientifica do Presente Contrato, também está com parecer favorável da Douta Procuradoria. Neste ato de assinatura do Presente Instrumento declaram as partes estarem devidamente resolvido todas às obrigações, referente ao Contrato e tem entre si justo e acertado o presente Ato de Distrato ao Contrato de Empreitada. Data de Assinatura: 17.05.2010. Signatários: Murilo Domingos – Prefeito Municipal / Sebastião dos Reis Gonçalves – S. M. De Infra-Estrutura/ Tiago Vianna de Arruda – Aurora Construções e Serviços Ltda e Geraldo Carlos de Oliveira – Procurador Geral do Município de Várzea Grande.

PORTARIA Nº. 001/2010

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o parecer da Junta Médica Municipal,

RESOLVE

READAPTAR em Função Temporária, as servidoras abaixo relacionadas,lotadas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **pelo período de 60 (sessenta) dias** ou até a conclusão do processo de readaptação, de acordo com **Decreto nº. 28/2010,** publicado no Jornal Oficial dos Municípios de 18/05/2010, que regulamenta **o Artigo 30 da Lei nº. 1.164/1991**, de 20 de novembro de 1991(Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande),

1. APARECIDA RITA DO NASCIMENTO SOUSA, Processo nº. 2010009045, Professor (a) I a IV, matrícula 2871, a partir de 22/06/2010.
2. MARJORIE LUZ DE ANDRADE E SILVA, Processo nº. 2010009929, Auxiliar de serviços Gerais, matrícula 6618, a partir de 17/06/2010.
3. NICÉIA XAVIER DE CAMPOS VELOSO, Processo nº. 2010000065,Professor (a) I a IV, matrícula 4472, a partir de 23.06.2010.
4. VALDELIRA ROSENDO ROCHA, Processo nº. 2010009045, matrícula 5611, Professor (a) I a IV, a partir de 23.06.2010.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA -SE

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande - MT , 05 de Julho de 2010.

MARCOS JOSÉ DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Portaria nº 073/2010/CPSPA/SAD

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Complementar Municipal nº 1.164/91 e o Decreto Municipal nº 032/2010 e;

Considerando o que consta dos autos do processo Administrativo Disciplinar nº 003/2010;

RESOLVE:

Art. 1º – Afastar cautelarmente o servidor JOIRSON DE ALMEIDA da função de Agente de Segurança e Manutenção, lotado no SINE – VG, pelo período de 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 157 da Lei Complementa nº 1.164/91.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 06 de julho de 2010.

Marcos José da Silva
Sec. Mun. de Administração

Prefeitura Municipal de Vera

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

N. 002/2010

Considerando a determinação contida no art. 41, § 4º da Constituição Federal, quanto a verificação da aptidão e capacidade do servidor mediante os critérios de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade durante o período de Estágio Probatório.
Considerando o resultado final da avaliação de desempenho dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Matrícula	Cargo	Período	Média final
José Gomes dos Santos	1180	Op. Máquinas III	19/03/2007 a 19/03/2010	60,5
Paulo Gonçales	1225	Jardineiro	05/07/2007 a 05/07/2010	74,3
Silvia Gomes dos Santos	1219	Aux. Serv. Gerais	19/04/2007 a 19/04/2010	60,5

A Comissão de Avaliação de Desempenho, nomeada através da Portaria N. 284/2010, propugna pela **APROVAÇÃO** no Estágio Probatório dos Servidores acima relacionados.

Vera – MT, 07 de julho de 2010.

Eriberto Silva
Presidente

Renato Michel Duminelli
Secretário

Ivo Primon
Membro

PORTARIA N.° 284/2010

MOACIR LUIZ GIACOMELLI, Prefeito do Município de Vera, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os seguintes funcionários para constituírem a **Comissão de Avaliação dos Servidores Públicos Municipais em Estágio Probatório da Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços Urbanos,** incumbida de avaliar a eficiência no desempenho das atividades inerentes ao cargo que ocupam, em conformidade com a Lei 598/2.004 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Vera/MT), Artigos 28 e 29.

Presidente: Eriberto Silva – Chefe do Depto de Serviços Urbanos
Secretario: Renato Michel Duminelli –Operador de Maquinas - Indicado pelo Sindicato dos Servidores Municipais (Lei 598/2004, art.29, conforme documento anexo.
Membro: Ivo Primon – Operador de Máquinas II

Parágrafo Único – no uso de suas atribuições, a Comissão de Avaliação e Sindicância observará os dispositivos da Lei Municipal Nº 598/2.004 de 15 de Março de 2.004.

Art. 2º - A referida Comissão terá o prazo de 20 (vinte) dias para entregar relatórios das Avaliações individuais à Diretora do Departamento de recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Sr. Prefeito Municipal de Vera, Estado de Mato Grosso, aos 08 dias do mês de Junho de 2010.

Moacir Luiz Giacomelli
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

N. 003/2010

Considerando a determinação contida no art. 41, § 4º da Constituição Federal, quanto a verificação da aptidão e capacidade do servidor mediante os critérios de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade durante o período de Estágio Probatório.
Considerando o resultado final da avaliação de desempenho do servidor abaixo relacionado:

Nome	Matrícula	Cargo	Período	Média final
Luz Admir Sebastiani Theis	1212	Aux. Serv. Gerais	28/03/2007 a 28/03/2010	87,75

A Comissão de Avaliação de Desempenho, nomeada através da Portaria N. 285/2010, propugna pela **APROVAÇÃO** no Estágio Probatório do Servidor acima relacionado.

Vera – MT, 07 de julho de 2010.

Cláudia Helena Beumer Pereira
Presidente

Adélcio Mileski
Secretário

Elvira Moreira dos Santos
Membro

PORTARIA N. 285/2010

MOACIR LUIZ GIACOMELLI, Prefeito do Município de Vera, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os seguintes funcionários para constituírem a **Comissão de Avaliação dos Servidores Públicos Municipais em Estágio Probatório da Secretaria Municipal de Agricultura Industria e Comercio,** incumbida de avaliar a eficiência no desempenho das atividades inerentes ao cargo que ocupam, em conformidade com a Lei 598/2.004 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Vera/MT), Artigos 28 e 29.

Presidente: Cláudia Helena Beumer Pereira– Chefe De Divisão de Pessoal
Secretario: Adelcio Mileski – Engenheiro Agrônomo
Membro: Elvira Moreira dos Santos – Zeladora (Indicada pelo Sindicato dos Servidores Municipais Lei 598/2004, art.29, conforme documento anexo)

Parágrafo Único – no uso de suas atribuições, a Comissão de Avaliação e Sindicância observará os dispositivos da Lei Municipal Nº. 598/2.004 de 15 de Março de 2.004.

Art. 2º - A referida Comissão terá o prazo de 20 (vinte) dias para entregar relatórios das Avaliações individuais à Diretora do Departamento de Pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Sr. Prefeito Municipal de Vera, Estado de Mato Grosso, aos 08 dias do mês de Junho de 2010.

Moacir Luiz Giacomelli
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissíma Trindade

Extrato de publicação de Rescisão de Instrumento Contratual.

Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade torna público o Termo de Rescisão Unilateral do Contrato n° **160/2009** advindos do Contrato de repasse nº 2628.0265760-94/2008 entre este Município e a **Empresa RRR – JEROS CONSTRUÇÃO E ORG. COMERCIAL LTDA**, que tem como objeto a construção de 01 (uma) Piscina semi-Olímpica, medindo 25,00 x 12,50 m, no centro urbano do Município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT. Valor original do contrato R$ *199.747,46*. Valor rescindido R$ R$ *199.747,46*. Fundamentação Legal: Autorização constante do art. 77, combinado com os incisos I, II e V do art. 78, sendo operada unilateralmente pela Administração, conforme previsto no inciso I do art. 79, todos da Lei nº 8.666/93 e ainda Parecer expedido pela Assessoria Jurídica datado de 04 de fevereiro de 2010 e os Termos de Competente Despacho exarado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Vila Rica

EDITAL 029/2010

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Sr. *Naftaly Calisto da Silva* no uso de suas atribuições legais e;

1 - Considerando o fim da **Licença para Tratar de Assuntos Particulares** em 01/06/2010.
2 – Considerando a ausência de manifestação do retorno ao exercício do cargo pela servidora.

RESOLVE:

Art. 1º. NOTIFICAR, o servidor **JOAOZINHO FLORENTINO**, matrícula nº. 478, para que no prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas da publicação deste comparecer ao Departamento de Recursos Humanos para notificar de seu interesse em permanecer no cargo ocupado, sob pena de caracterização de abandono de cargo.

Art. 2º. Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de Julho de 2010

Naftaly Calisto da Silva
Prefeito Municipal

Associação Mato-grossense dos Municípios

AVISO DE LICITAÇÃO

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS
PROCESSO Nº 032/10/AMM - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2010 - MENOR PREÇO POR LOTE.
DATA DE ABERTURA: 16/07/2010 – HORÁRIO 14 H.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na distribuição de medicamentos.
LOCAL: Sala dos Prefeitos da AMM, situada na sede da AMM, Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n. 3.920, CPA, Cuiabá – MT – Cuiabá, 07 de julho de 2010.

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 3920, Morada do Ouro
CEP: 78.000-070 Cuiabá-MT
Fone: (65)2123-1200

Portal: www.amm.org.br

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA AMM

Orientação para publicação
De acordo com as instruções normativas do Jornal Oficial dos Municípios de 04 de maio de 2006, os documentos deverão ser encaminhados à Gerência de Comunicação até as 12 horas do dia anterior a publicação, digitalizados em disquete, CD ou enviadas para o e-mail: jornaloficial@amm.org.br

Atendimento Externo:
De segunda à sexta-feira – Das 8 às 12 horas
Das 13h30 às 17 horas

Distribuição: Via Correio

Jornal Oficial dos Municípios
Gerência de Comunicação: Malu Sousa
Editoração Eletrônica:Silvio Luiz Gomes da Silva
Atendimento:Noides Cenio da Silva (65) 2123-1270
Impressão: Asuir Nunes da Silva
E-mail: **jornaloficial@amm.org.br**